



INQUÉRITO AO SECTOR DO LIVRO

PARTE I – ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

JOSÉ SOARES NEVES (COORD.)
JORGE ALVES DOS SANTOS
MARIA JOÃO LIMA
ALEXANDRA VAZ
EMANUEL CAMEIRA

INQUÉRITO AO SECTOR DO LIVRO

PARTE I – ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

José Soares Neves (coord.)

Jorge Alves dos Santos

Maria João Lima

Alexandra Vaz

Emanuel Cameira

2012

INQUÉRITO AO SECTOR DO LIVRO

Equipa do projeto: Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação na fase de arranque), José Soares Neves (inicialmente responsável de projeto e depois coordenador) Jorge Alves dos Santos e Maria João Lima. Colaboração de Emanuel Cameira, Daniela Gonçalves, Sofia Leal, Samanta Velho e Alexandra Vaz.

Parte I – Enquadramento e Diagnóstico

Autores: José Soares Neves (coord.), Jorge Alves dos Santos, Maria João Lima, Alexandra Vaz e Emanuel Cameira.

Edição: Observatório das Actividades Culturais

Morada: Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | www.oac.pt | oac@oac.pt

Coordenação editorial: Maria João Lima

Impressão: Instituto Nacional de Estatística

Data de publicação: Setembro de 2012

ISBN: 978-972-8488-43-7

Depósito Legal:

Tiragem: 100 exemplares

O Observatório das Actividades Culturais (OAC) é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em 1996, tendo por associados fundadores o Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística. Ocupa-se da produção e difusão de conhecimentos que possibilitem dar conta, de uma forma sistemática e regular, das transformações no domínio das actividades culturais.

Nota de abertura

O texto que agora se publica corresponde a uma versão corrigida da I Parte do relatório do projeto *Inquérito ao Sector do Livro* realizado no OAC entre 2007 e 2009, finalizada em setembro desse ano, e em que se fez o enquadramento e se traçou o diagnóstico do sector na perspectiva dos estudos e das fontes estatísticas suscetíveis de contribuir para o seu melhor conhecimento.

A presente publicação dá sequência à recomendação para a sua divulgação¹ emanada do Conselho Superior de Estatística (CSE), de acordo com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC/CSE) que funcionou de 2006 a 2010, responde às inúmeras solicitações para a sua consulta e, de um modo mais geral, à preocupação de que não ocorresse com este estudo o que se passou com outros anteriormente realizados, ou seja, ficarem confinados ao seu estatuto de relatório de circulação restrita e mergulharem em paradeiro institucional incerto, dificultando assim a atualização do conhecimento.

Apesar de, por condicionalismos vários, não ter sido possível até agora proceder à publicação, considera-se que, no essencial, o enquadramento teórico que guiou o estudo, o levantamento e a crítica das fontes, a análise realizada e as conclusões a que se chegou se mantêm vigentes. O trabalho árduo, demorado, mas fundamental, de levantamento e crítica das fontes teve com a realização deste *Inquérito* um impulso decisivo que, com certeza, facilitará a atualização das séries estatísticas de um modo mais eficiente, na medida em que tal for considerado útil pelos interessados. Nesta perspectiva, foi disponibilizado em 2010 um documento eletrónico com novos dados da edição e da comercialização cuja fonte é o INE².

Na passagem do relatório final à sua publicação optou-se por manter, no essencial, a estrutura e o texto então produzido. Ainda assim, considerou-se que seria adequado procurar completar as séries estatísticas – cujo limite superior, adotado na generalidade do estudo, é o ano de 2007 – com dados indisponíveis à data da finalização do relatório. Adicionalmente incluíram-se, pontualmente, novas ilustrações dos dados com gráficos e mapas. Seguiu-se, com exceção dos anexos, materiais datados, o novo acordo ortográfico.

Refira-se ainda que a presente publicação apenas foi possível graças à disponibilização do INE, enquanto associado do OAC, para realizar a impressão, o que, naturalmente, muito se agradece.

Julho de 2012

¹ Ver 3ª Recomendação da Secção Permanente de Estatísticas Sociais relativa ao Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (DOCT/2978/CSE/S), de 17 de junho. Nela se reconhece a pertinência das conclusões do Inquérito ao Sector do Livro “para a configuração de um sistema de informação sobre o sector do livro”.

² Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2010), "Edição e comercialização de livros em Portugal: Empresas, volume de negócios e emprego (2000-2008)", Lisboa, OAC, 25 pp., disponível em <http://www.oac.pt>.

Agradecimentos

Na realização do *Inquérito ao Sector do Livro* a equipa do OAC contou desde o início com o empenhamento e a colaboração de muitos e diversificados protagonistas do sector do livro a quem está grata. Mesmo correndo o risco de alguma omissão aqui ficam os devidos agradecimentos.

Desde logo a Jorge Martins, então diretor-geral do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, pela iniciativa e pelo alento que sempre nos transmitiu, não só nessa qualidade mas também como sociólogo do livro; à então ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, por ter dado seguimento ao projeto; aos dirigentes e técnicos de dois organismos da tutela da cultura, a Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Na DGLB, Paula Morão e José Manuel Cortês, diretora e subdiretor, por terem agarrado o projeto assim que tomaram posse e por terem sido, para além de interlocutores atentos, autênticos parceiros ao longo de todo o processo; e os responsáveis e técnicos dos respetivos serviços, em que haverá que destacar Maria Carlos Loureiro, chefe da Direção de Serviços do Livro. Agradecimentos são devidos, na BNP, a Inês Cordeiro, subdiretora, e a Maria Luísa Santos, diretora de Serviços Bibliográficos Nacionais, pela disponibilidade na resposta aos inúmeros pedidos de informação e de esclarecimento formulados.

No INE importa mencionar Teresa Saraiva de Sousa pela permanente disponibilidade para responder ou dar seguimento às dúvidas e aos vários pedidos formulados quanto aos dados.

Aos presidentes das duas associações do sector à altura do arranque do projeto, do desenho dos inquéritos e da finalização dos instrumentos de recolha de informação, António Baptista Lopes, da APEL, e Carlos da Veiga Ferreira, da UEP, pelo constante apoio, traduzido na colaboração ao longo das várias fases do estudo – iniciativas institucionais de informação dos respetivos associados, realização de entrevistas com a equipa, participação nos pré-testes dos questionários, presença na sessão pública de apresentação dos resultados do enquadramento e do diagnóstico realizada a 25 de janeiro de 2008 – desses vários modos sinalizando a importância atribuída ao estudo. Agradecimentos que são extensíveis a Rui Beja, presidente da APEL na fase de trabalho de terreno, e aos membros da sua direção que mais de perto acompanharam o estudo, designadamente João Espadinha e Ana Neves, na resposta às necessidades de informação da equipa. Ainda na APEL são também devidos agradecimentos à agência do ISBN, designadamente Ana Isabel Ribeiro pelos esclarecimentos prestados.

Um agradecimento a José Afonso Furtado pelo incentivo e pelas aturadas diligências com vista à descoberta de alguns antigos estudos com paradeiro institucional incerto, procura em que

também estiveram envolvidos, entre outros, Maria José Moura, Henrique Barreto Nunes e Manuel Villaverde Cabral.

Agradecimentos especiais são devidos aos dois presidentes do OAC durante a realização do estudo – Maria de Lourdes Lima dos Santos, nas fases de desenho e arranque do projeto, e depois José Machado Pais, nas fases de trabalho de terreno e de redação dos relatórios – pela confiança, pelo apoio, pela amizade e pelas críticas e sugestões feitas às versões preliminares dos relatórios, às quais, espera-se, tenha sido dada a sequência mais correta.

Ficam ainda os agradecimentos aos interlocutores, mais ou menos anónimos, em muitas outras entidades contactadas com vista à recolha de informação que serão mencionadas ao longo do texto, a todos aqueles, protagonistas nacionais e agentes literários estrangeiros, que concederam entrevistas, que aceitaram realizar os pré-testes, e aos editores e livreiros que acederam responder ao respetivo questionário.

INQUÉRITO AO SECTOR DO LIVRO

PARTE I – ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

Índice

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS	10
ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. O SECTOR DO LIVRO COMO OBJETO DE ESTUDO	31
1.1. INDÚSTRIAS CULTURAIS.....	31
1.2. INDÚSTRIAS CRIATIVAS.....	37
1.3. O SECTOR DO LIVRO.....	42
1.4. INCERTEZA NO SECTOR DO LIVRO DO PONTO DE VISTA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	44
1.5. REGIMES DE INFORMAÇÃO DE MERCADO	46
1.6. SÍNTESE	47
2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE O SECTOR DO LIVRO: MODELOS E FONTES	49
2.1. SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O SECTOR	49
2.2. AS CLASSIFICAÇÕES E AS ESTATÍSTICAS DO SECTOR DO LIVRO	63
2.3. DISCURSOS NA IMPRENSA SOBRE AS ESTATÍSTICAS DO LIVRO	64
2.4. SÍNTESE	67
3. A EDIÇÃO DE LIVROS	69
3.1. EMPRESAS EDITORAS COMO ATIVIDADE PRINCIPAL.....	70
3.2. ENTIDADES QUE EDITAM LIVROS	74
3.3. EDITORES – COMPARAÇÃO DE DIVERSAS FONTES	76
3.4. OS GRUPOS EMPRESARIAIS DA EDIÇÃO: ILUSTRAÇÕES.....	78
3.5. MARCAS/CHANCELAS DE EDIÇÃO DE LIVROS	85
3.6. A EDIÇÃO ACADÉMICA.....	89
3.7. SÍNTESE	94
4. A COMERCIALIZAÇÃO	97
4.1. LIVRARIAS.....	97
4.2. GRANDES SUPERFÍCIES	102

4.3. OS MÉDIA E A COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS: ILUSTRAÇÕES.....	110
4.4. CANAIS EMERGENTES	112
4.5. COMÉRCIO ELETRÓNICO	116
4.6. SÍNTESE	122
5. A PRODUÇÃO DE LIVROS	125
5.1. TÍTULOS PRODUZIDOS/EDITADOS EM PORTUGAL (2000-2005).....	125
5.2. CARACTERIZAÇÃO DAS TIPOGRAFIAS ATIVAS.....	129
5.3. O LIVRO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	136
5.4. SÍNTESE	144
6. O MERCADO INTERNO.....	145
6.1. TÍTULOS EDITADOS	145
6.2. VOLUME DE NEGÓCIOS	158
6.3. SÍNTESE	165
7. O CONSUMO: PREÇOS, PRODUÇÃO, CONSUMO PRIVADO E CONSUMO PÚBLICO.....	169
7.1. ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR	169
7.2. ÍNDICE DE VOLUME DE NEGÓCIOS NO COMÉRCIO A RETALHO	174
7.3. INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS	179
7.4. DESPESAS DOS MUNICÍPIOS COM EDIÇÃO E AQUISIÇÃO DE LIVROS	183
7.5. DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA.....	188
7.6. SÍNTESE	191
8. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	195
8.1. AS POLÍTICAS PARA O SECTOR DO LIVRO	195
8.2. AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O SECTOR DO LIVRO E DA LEITURA EM PORTUGAL.....	197
8.3. APOIOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AO SECTOR DO LIVRO.....	207
8.4. O IVA DO LIVRO: UMA PERSPETIVA EUROPEIA.....	216
8.5. PREÇO FIXO DO LIVRO	218
8.6. SÍNTESE	219
9. EMPREGO E FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL.....	221
9.1. PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS DE EDIÇÃO DE LIVROS	221
9.2. A FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL.....	227
9.3. SÍNTESE	234

10. O MERCADO EXTERNO: TROCAS COM O EXTERIOR.....	237
10.1. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LIVROS.....	237
10.2. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LIVROS: O CASO DO ESTUDO EL ESPACIO IBEROAMERICANO DEL LIBRO	241
10.3. A RELAÇÃO COM ESPANHA: UMA ILUSTRAÇÃO	244
10.4. A EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE LIVROS EM PORTUGUÊS EM ESPANHA	250
10.5. EMPRESAS EXPORTADORAS PORTUGUESAS	253
10.6. SÍNTESE	255
11. AS OPINIÕES DOS PROTAGONISTAS.....	259
11.1. PROTAGONISTAS NACIONAIS	259
11.2. OS AGENTES LITERÁRIOS E A VISIBILIDADE INTERNACIONAL DOS AUTORES PORTUGUESES.....	281
11.3 SÍNTESE	286
BALANÇO FINAL – PARA UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SECTOR DO LIVRO.....	287
BIBLIOGRAFIA	291
OUTRA DOCUMENTAÇÃO CITADA	297
ANEXOS	301
ANEXO 1 – Classificação Decimal Universal (CDU)	303
ANEXO 2 – Guião de entrevista – Protagonistas nacionais.....	309
ANEXO 3 – Lista de entrevistados – Protagonistas nacionais.....	315
ANEXO 4 – Lista de entrevistados – Agentes literários estrangeiros.....	319

Índice de quadros, gráficos e mapas

Índice de quadros

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE O SECTOR DO LIVRO: MODELOS E FONTES

1. Ilustração de indicadores por fonte: o caso espanhol	55
2. Ilustração de indicadores por fonte: o caso francês	56
3. Ilustração de indicadores por fonte: o caso inglês.....	57
4. Enquadramento institucional referente às fontes estatísticas do sector do livro (Europa)	58
5. Fontes estatísticas do livro na Europa por País, Sector, Tipo, Cobertura, Âmbito geográfico e Modo de difusão60	
6. Sistema de produção de informação sobre o sector do livro (edição) em Portugal.....	62

3. A EDIÇÃO DE LIVROS

7. Classificação das Atividades Económicas CAE Rev. 2.1 – Divisão 22	71
8. Empresas com atividade de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007).....	72
9. Empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)	73
10. Situação da listagem de entidades com prefixo ISBN de editor atribuídos (1988/2007)	74
11. Tipo de marcas registadas no sector português do livro por Ano (1938/2007).....	88
12. Referências da edição académica em Portugal por Fonte	91
13. Editoras académicas por Designação e por Pertença institucional.....	92

4. A COMERCIALIZAÇÃO

14. Nomenclatura da Classificação do produto Livro	104
15. Estabelecimentos, volume de vendas e peso relativo do Livro no total de vendas a retalho nas grandes superfícies por Ano (1994-1999)	105
16. Peso relativo do <u>Livro</u> no total de vendas a retalho nas grandes superfícies por Escalão de Superfície de Exposição e Venda e por Ano (1994-1999)	105
17. Estabelecimentos, volume de vendas e peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR por Ano (2000-2001 e 2004-2007)	107
18. Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho não alimentar por Região e por Ano (2004-2007).....	107
19. Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho alimentar por Região e por Ano (2004-2007).....	108
20. Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR do comércio a retalho <u>não alimentar</u> por Escalão de Área de Exposição e Venda e por Ano (2004-2007).....	109
21. Peso relativo dos Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR do comércio a retalho <u>alimentar</u> por Escalão de Área de Exposição e Venda e por Ano (2004-2007).....	109
22. Empresas com presença na internet por Tipo de atividade e por Tipo de funcionalidade: alguns exemplos. 119	
23. Livrarias virtuais por Tipo de estrutura e por Tipo de funcionalidade: alguns exemplos	119

5. A PRODUÇÃO DE LIVROS

24. Tipografias ativas e Títulos depositados (2000-2005).....	127
25. Entidades depositantes por Tipo e por Ano (2000-2005)	131
26. Títulos depositados por Tipo de entidade e por Ano (2000-2005)	135
27. Lista PRODCOM dos produtos industriais da edição de livros (2003).....	137
28. Exemplares produzidos e vendidos (subclasse 22110) por Género e por Ano (2000-2006)	140

29. Unidades, Valor das vendas e Serviços prestados das empresas de Edição de livros por Ano (2000-2006) ...	141
30. Valor das vendas e preço médio dos exemplares vendidos (subclasse 22110) por Género e por Ano (2000-2006)	143

6. O MERCADO INTERNO – A OFERTA

31. Títulos e exemplares publicados por Ano (1986-1999).....	147
32. Cenários quanto à responsabilidade pela solicitação de número de DL e pelo depósito das obras	148
33. Títulos em português por Língua original e por Ano (2000-2007)	152
34. Títulos por Audiência e por Ano (2000-2007)	154
35. Títulos por Género literário e por Ano (2000-2007)	154
36. Títulos por Tema e por Ano (2000-2007)	155
37. Número de ISBN atribuídos a títulos por Mês e por Ano (2002-2007)	157
38. Volume de negócios das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)	160
39. Volume médio de negócios das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)	161
40. Volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)	162
41. Volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2005)	162
42. Média do volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2006).....	163
43. Volume de negócios das empresas do subsector da Edição de livros e sua proporção na Indústria transformadora por País (2004)	164

7. O CONSUMO: PREÇOS, PRODUÇÃO, CONSUMO PRIVADO E CONSUMO PÚBLICO

44. Níveis de análise do Índice de Preços no Consumidor (IPC).....	170
45. Índice de Preços no Consumidor por Ano (1997-2001)	170
46. Despesa total anual média por agregado familiar (Portugal) por Classe de despesa e por Ano (1995, 2000 e 2005-2006)	180
47. Despesa média por Classe de despesa e por Tipo de agregado familiar	181
48. Despesa média por Classe de despesa e por Grupo etário do indivíduo de referência.....	182
49. Despesa média por Classe de despesa e por Nível de escolaridade completa do indivíduo de referência.....	182
50. Domínio Publicações e Literatura por subdomínio	183
51. Despesa dos municípios com Cultura, Publicações e Literatura, Edição e aquisição de livros, Bibliotecas e Outras atividades por Ano (1995-2007)	184
52. Classificação económica das despesas correntes da Administração Central.....	188
53. Despesa da Administração Central com Livros e documentação técnica por Ministério e por Ano (2003-2007).....	190
54. Despesas com Livros e documentação técnica, por Tipo de serviço e por Ano (2003-2007)	191

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

55. Referência ao livro e à leitura nos Programas de Governo para a Cultura (XIV ao XVII)	199
56. Referência ao livro e à leitura nas Grandes Opções do Plano (2002-2009).....	201
57. Referência ao livro e à leitura nos Relatório do Orçamento de Estado (2000-2007)	202
58. Evolução do orçamento do organismo que tutela o sector do livro (2000-2008)	203
59. Organismos com a tutela do sector do Livro por Designação e por Lei orgânica (1980-2007).....	204
60. Programas de apoio à edição da DGLB	208
61. Projetos e Entidades apoiadas por Programa e por Ano (2003-2006).....	209
62. Apoio à tradução: obras apoiadas por Governo Constitucional e por Língua (1988-2008).....	211
63. Apoio à tradução: obras apoiadas por Governo Constitucional e por Autor (1988-2008)	212
64. PRIME por Eixos e Medidas.....	213
65. Sistemas de apoio do PRIME às empresas da Edição de livros e do Comércio a retalho de livros.....	214
66. Sistema de apoio das empresas de Edição de livros por Projeto e por Valor (2000-2006)	214

67. Sistema de apoio das empresas do Comércio a retalho de livros por Projeto e por Valor (2000-2006)	215
68. Percentagem de IVA e existência de Preço Fixo do Livro por País (UE, 2006)	217

9. EMPREGO E FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL

69. Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2005).....	223
70. Média de Pessoas ao serviço das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2006).....	224
71. Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2005).....	224
72. Média de pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2006).....	225
73. Pessoal ao serviço das empresas do subsector da Edição de livros e em percentagem da Indústria transformadora na União Europeia por País (2004).....	226
74. Cursos Académicos na área de edição de livros (licenciatura e pós-graduação).....	229
75. Cursos Académicos na área de edição de livros (mestrado).....	231

10. O MERCADO EXTERNO: TROCAS COM O EXTERIOR

76. Balanço do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por Ano (2000-2007)	239
77. Entradas do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)	239
78. Saídas do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)	240
79. Saldo Saídas-Entradas de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)	241
80. Espaço ibero-americano do livro: Síntese de dados relativos a Portugal	242
81. Exportações e Importações de livros em Portugal por Ano (2000-2004)	243
82. Exportações de Livros de Espanha para Portugal por Produto (2005-2006)	245
83. Exportações de Espanha para Portugal por Género de livros (2005-2006)	245
84. Exportação do Sector de Edição de Espanha para Portugal por Ano (1997-2006) – <i>Milhares de euros</i>	246
85. Exportação do Sector de Edição de Espanha para Portugal por Ano (1997-2006) – <i>Percentagem</i>	247
86. Importação de livros de Portugal em Espanha por Ano (2001-2005).....	248
87. Importações em Espanha por País e por Ano (2001-2005).....	249
88. ISBN inscritos em Espanha por Língua de publicação e por Ano (2002-2007).....	250
89. ISBN inscritos em Espanha por Língua de publicação (português e outras no total de outras línguas estrangeiras) e por Ano (2002-2007)	251
90. ISBN inscritos em Espanha por Língua de tradução e por Ano (2002-2007).....	252
91. ISBN inscritos em Espanha por Língua de tradução (português e outras no total de outras línguas estrangeiras) e por Ano (2002-2007)	252
92. Empresas por Volume de exportações do produto Livro e por Ramo de Atividade.....	254
93. Empresas exportadoras do produto Livro por Filiais/Sucursais no estrangeiro e por Ramo de Atividade.....	255

Índice de gráficos

3. A EDIÇÃO DE LIVROS

1. Tipos de marcas registadas no sector português do livro (1938-2007)	87
--	----

5. A PRODUÇÃO DE LIVROS

2. Tipografias ativas por Ano (2000-2005)	128
3. Títulos depositados por Ano (2000-2005)	128
4. Tipografias por número de títulos depositados e por Ano (2000-2005)	129
5. Títulos depositados pelas 10 maiores tipografias por Ano (2000-2005)	130
6. Tipografias por Sector e por Ano (2000-2005)	131
7. Títulos depositados por Ano (2000-2005)	133
8. Títulos depositados por Sector e por Ano (2000-2005)	134
9. Exemplares produzidos por Género e por Ano (2000-2006)	139
10. Valor das vendas por Género e Ano (2000-2006)	142

6. O MERCADO INTERNO – A OFERTA

11. Número de registos do Depósito Legal atribuídos por Ano (2000-2006)	151
12. Títulos impressos em Portugal (2000-2005)	152
13. Títulos em português por Língua original e por Ano (2000-2005)	153
14. Número de ISBN atribuídos por Ano (2002-2007)	156
15. Montante de vendas por Ano (1990-1999)	158
16. Volume de negócios das empresas de edição de livros por ano (1996-2005)	160

7. O CONSUMO: PREÇOS, PRODUÇÃO, CONSUMO PRIVADO E CONSUMO PÚBLICO

17. Índice de Preços no Consumidor por Ano (2002-2007)	171
18. Índice de Preços no Consumidor por Mês (2002)	172
19. Índice de Preços no Consumidor por Mês (2004)	173
20. Índice de Preços no Consumidor por Mês (2007)	174
21. Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Ano (2000-2007)	176
22. Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Mês (2000)	177
23. Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Mês (2003)	178
24. Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Mês (2007)	178
25. Despesa dos municípios com Cultura, Publicações e Literatura, Edição e aquisição de livros, Bibliotecas e Outras atividades por Ano (1995-2007)	187
26. Despesa da Administração Central com Livros e documentação técnica por Ano (2003-2007)	189

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

27. Apoio à tradução: Obras apoiadas por Ano de edição, por Governo Constitucional e por Nacionalidade do autor (1988-2008)	210
---	-----

9. EMPREGO E FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL

28. Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Ano (1996-2005)	222
---	-----

10. O MERCADO EXTERNO: TROCAS COM O EXTERIOR

29. Entradas e Saídas de Livros, brochuras e impressos semelhantes por Ano (2000-2007)	238
30. Empresas exportadoras do produto Livro por Ramo de atividade	253

Índice de mapas

7. O CONSUMO: PREÇOS, PRODUÇÃO, CONSUMO PRIVADO E CONSUMO PÚBLICO

1. Despesas dos municípios com Edição e aquisição de livros por Concelho (2007)	186
---	-----

ABREVIATURAS

AEUE	Asociación de Editoriales Universitarias de España
AICEP	Agência para o Investimento, Comércio e Exportações de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
APIGRAF	Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas de Comunicação Visual e Transformadoras do Papel
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CE	Comunidade Europeia
CDU	Classificação Decimal Universal
CERLALC	Centro Regional para el Fomento del libro en América Latina y el Caribe
CPA	Classificação dos Produtos por Atividade
DGLB	Direcção-Geral do Livro e da Biblioteca
DGCC	Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência
DGO	Direcção-Geral do Orçamento
DL	Depósito Legal
ECDR	Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio
ELUC	Encontro do Livro Universitário de Coimbra
FANDE	Federación de Asociaciones Nacionales de Distribuidores de Ediciones
FEDECALI	Federación Española de Cámaras del Libro
FEGEA	Federación de Gremios Editores de España
FUE	Ficheiro de Unidades Estatísticas
GOP	Grandes Opções do Plano
GTEC/CSE	Grupo de Trabalho das Estatísticas da Cultura/ Conselho Superior de Estatística
IAE	Inquérito Anual às Empresas
IAPI	Inquérito Anual à Produção Industrial
IBNL	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
IC	Instituto Camões
ICEP	Instituto das Empresas para os Mercados Externos
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
IEH	Inquérito às Empresas Harmonizado
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPL	Instituto Português do Livro
IPLB	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
IPLL	Instituto Português do Livro e da Leitura
ISBN	International Standard Book Number
IVNCR	Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho
MC	Ministério da Cultura
MEI	Ministério da Economia e Inovação
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais
OAC	Observatório das Actividades Culturais
PALP	Países Africanos de Língua Portuguesa
PAPL	Programa de Apoio à Promoção da Leitura
PNL	Plano Nacional de Leitura
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
SDL/BNP	Serviço de Depósito Legal da Biblioteca Nacional de Portugal
SNE	Syndicat National de l'Édition
SPA	Sociedade Portuguesa de Autores
PRODCOM	Produção Comunitária (nomenclatura criada para análise de dados relativos à produção industrial dos Estados Membros)
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UAE	Unidade de Atividade Económica
UCDR	Unidade Comercial de Dimensão Relevante
UE	União Europeia
UEP	União dos Editores Portugueses

INTRODUÇÃO

O carácter cultural do livro e a importância cultural da atividade de edição de livros são largamente reconhecidos. É consabido que o valor do livro não pode ser reduzido ao de uma mera mercadoria. A relação com a leitura, de que é o suporte nobre, em particular tratando-se de literatura, contribui largamente para o reconhecimento do seu valor cultural.

Para além da dimensão cultural, também a dimensão económica das atividades e sectores culturais, e não apenas do sector do livro, vem sendo valorizada. O recente relatório KEA para a Comissão Europeia (AAVV, 2006b) atribuiu, possivelmente, uma visibilidade sem precedentes ao valor económico da cultura. Contudo, especificamente no que toca ao sector do livro, as abordagens económicas e socioeconómicas têm larga tradição entre as ciências sociais eventualmente porque ele é um dos sectores culturais com maior peso económico. Tal como a recolha de informação sobre várias das dimensões implicadas na atividade editorial, tanto do ponto de vista dos indicadores financeiros como dos indicadores físicos.

Como se caracteriza o sector nas suas diferentes componentes – designadamente edição e comercialização – e nas suas várias dimensões? Que informação está disponível? Que informação é necessária de modo a sustentar a referida caracterização? Tais questões remetem para vários outros problemas: que instrumentos, que fontes de informação, que indicadores existem ou devem ser construídos? Que instituições e que competências devem ser mobilizadas?

A resposta a estas questões depende de vários fatores mas pode dizer-se que, de um ponto de vista nacional e do acesso público à informação, depende largamente do país em causa e do período temporal que se pretende abordar. De facto, em vários países o problema, e não apenas quanto aos grandes números, em particular no que toca à edição, (volume de negócios, número de títulos e de exemplares produzidos, para só referir alguns) parece estar resolvido. Contudo, no que toca a Portugal coloca-se de forma particularmente aguda porque persistem as lacunas e porque, de acordo com as opiniões dos agentes do sector, que a presente pesquisa confirma, a informação até aqui disponível não está sistematizada nem abundam os instrumentos de acompanhamento produzidos no quadro de pesquisas científicas.

Em particular, não existe propriamente o que se poderá designar um sistema de produção e difusão de informação sobre o sector. O que não quer dizer que não existam fontes e

informação válidas. Como se verá ao longo do estudo, elas existem e são relevantes. O que não existe é um olhar integrado das várias componentes do sistema e que proceda à análise de todas e de cada uma de modo a tornar significativa, do ponto de vista da gestão do sector, a informação produzida ou a produzir. Mais do que inexistência de fontes e instrumentos, não existe um modelo coerente de produção de informação.

Tal como a generalidade dos sectores culturais, o sector do livro é um sector complexo e em permanente evolução. Importa portanto delimitar os objetivos do presente estudo e os aspetos a abordar. Assim, considerando (na perspetiva do sistema económico) os subsectores da edição, da distribuição e da comercialização, o presente estudo centra-se na edição e na comercialização. E, tendo em conta os agentes sociais que intervêm desde a produção ao consumo, aborda em particular os editores e os livreiros.

O Inquérito ao Sector do Livro: objetivos e contexto

O objetivo geral do *Inquérito ao Sector do Livro* é contribuir para um melhor conhecimento deste sector em Portugal. O referido objetivo concretiza-se através de um enfoque particular na sistematização de dados quantitativos extensivos e, nesta Parte I, mais especificamente de dados provenientes de fontes estatísticas.

Surge num contexto de uma reconhecida indisponibilidade de dados de caracterização e de instrumentos de apoio à gestão política do sector. Nesse contexto, por iniciativa do então diretor do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) do Ministério da Cultura (MC), Jorge Martins, veio a ser encomendado ao OAC pelo Gabinete da Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, e iniciado em fevereiro de 2007, o *Inquérito ao Sector do Livro*. Dois objetivos específicos foram então definidos: 1. Levantamento e caracterização do sector, com incidência nas empresas da edição e do comércio a retalho do livro; 2. Constituição de bases de dados a disponibilizar ao organismo de tutela pública do sector³ para uma regular atualização dos conhecimentos sobre o sector, adquiridos a partir dos resultados do *Inquérito*. Tinha uma duração total prevista de 24 meses.

Para a concretização desses objetivos foram definidas três grandes fases de trabalho: 1. consulta de documentação, levantamento de fontes estatísticas e construção de indicadores; 2. realização de entrevistas aprofundadas com agentes do sector; 3. inquérito por questionário. As duas primeiras decorreram entre fevereiro de 2007 e fins de 2008; o trabalho de terreno da terceira fase prolongou-se de abril a novembro de 2008.

³ À altura da conclusão do estudo é a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB).

O estudo que agora se publica divide-se em duas Partes. A Parte I reporta-se à primeira e à segunda fases, a Parte II (Neves, Santos e Vaz, 2012) à terceira fase⁴. Esta divisão deve-se à conjugação de várias ordens de razões: desde logo os objetivos (com as duas primeiras pretendia-se informar a terceira, ou seja, preparar a aplicação do inquérito por questionário, principal instrumento de recolha de informação); mas também de carácter metodológico (desde logo porque a primeira fase assenta sobretudo em fontes secundárias); e finalmente as ligadas à sequência cronológica da pesquisa. Mas uma outra razão ganhou entretanto peso: dado o volume e a relevância considerável das fontes secundárias que foi possível reunir, aquilo que poderia ser apenas um conjunto de informações de enquadramento ganhou um outro estatuto, justificando por isso um tratamento autonomizado. Em estreita relação com esta razão colocou-se ainda uma outra: a necessidade de dar a adequada projeção à informação coligida junto dos agentes interessados, à sua análise e às recomendações que a equipa entendeu deixar no sentido da sua valorização futura.

Esta opção decorre, aliás, da confirmação de uma hipótese de partida que orientou a delimitação das fases de trabalho do projeto e que se veio a revelar acertada: ao contrário do que então muito se via plasmado na comunicação social e do que comumente era tido por certo, existem diversas fontes estatísticas ou com possível aproveitamento desse ponto de vista, as chamadas fontes ou dados administrativos, ou seja, de acordo com a Lei do Sistema Estatístico Nacional, *os dados recolhidos com base em procedimentos administrativos que têm normalmente um fim primário que não é estatístico* (Lei nº 22/2008, de 13 de maio, alínea e) do artº 2º). Note-se que estas fontes vêm merecendo uma atenção acrescida por parte dos institutos nacionais de estatística, em particular porque podem contribuir para aligeirar a carga que a crescente necessidade de informação e a aplicação dos inquéritos normalmente acarretam para os inquiridos.

Porém, se as fontes administrativas têm evidentes vantagens, apresentam também inúmeras e normais limitações – a começar pelo facto de que não são necessariamente fiáveis, têm sim de ser construídas com esse objetivo – como se verá ao longo deste estudo.

Embora não fosse, então, possível conhecer em toda a sua extensão o contributo para o conhecimento do sector, considerava-se que seria de explorar exaustiva e sistematicamente as fontes direta ou indiretamente relacionadas com o sector do livro, valorizando as suas potencialidades, o seu valor substantivo, e minimizando as suas limitações. Esta opção implicou um trabalho de crítica das fontes muito mais apurado do que é normal uma vez que, em muitas delas, os dados, embora existam, não estão imediatamente disponíveis, e as notas metodológicas, relevantes para o estudo, ou não estão disponíveis, ou não mencionam o sector,

⁴ Uma primeira apresentação de resultados das duas fases teve lugar no dia 25 de janeiro de 2008, no auditório da BNP (disponível em www.oac.pt). Estas duas fases foram também objeto de uma comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia (Neves, Santos, Cameira e Vaz, 2008) e de uma outra ao X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Neves e Lima, 2009a).

ou não são suficientes do ponto de vista do estudo. Daqui decorre que houve que valorizar a vertente metodológica que se tornou indispensável no sentido de sustentar as opções e a análise realizada, bem como as sugestões que foram tidas como pertinentes no sentido de tornar mais eficaz e eficiente a informação a produzir no futuro decorrente das atividades administrativas.

De facto, a pesquisa revelou a existência de diversas fontes e de vasta informação quantitativa, embora pouco explorada, em alguns casos a necessitar de investimentos vários de modo a torná-la fiável e válida. A realização deste *Inquérito* revelou-se o momento próprio para a sua exploração e sistematização, o que não significa que todos os problemas tenham sido resolvidos. Daí que, embora a recolha de informação primária através de questionário permanecesse como um objetivo central, decidiu-se no seu decurso atribuir uma importância acrescida à fase inicial de levantamento (com as naturais implicações no prolongamento do tempo dedicado ao tratamento dos dados), muito para além de cumprir a função primordial que era a de preparar a aplicação dos questionários à edição e comercialização.

Isto tendo também presente que a construção de um modelo de produção de informação (estatística) sobre o sector capaz de colmatar as muitas limitações existentes – dimensão que se veio a revelar determinante no estudo – inclui necessariamente, mas não se limita, aos inquéritos extensivos de sector.

Alicerçada nos contributos teóricos mobilizados e no levantamento de modelos vigentes noutros países europeus para informar o *Inquérito*, a atrás referida hipótese veio a ser confirmada através das fontes nacionais recenseadas e da consulta da documentação produzida em vários países sobre o sector do livro.

O estudo inclui também entrevistas exploratórias realizadas na fase de preparação do questionário. Para além de terem fornecido à equipa de investigação diversas e importantes pistas de pesquisa e uma melhor visão das características e da situação do sector, permitem, no seu conjunto, dar conta de diferentes opiniões existentes entre os agentes do sector quanto à situação presente e às perspetivas de desenvolvimento, nos planos nacional e internacionais e em diversas dimensões. A colaboração de um elevado número de profissionais do livro resulta, na perspetiva da equipa do projeto, da expectativa e da aceitação da realização do estudo mas é também justificada pela metodologia participativa adotada, ou seja, uma metodologia através da qual se procurou envolver nas várias fases de realização protagonistas ligados aos vários aspetos abordados no *Inquérito*.

As estatísticas do sector do livro em Portugal

Como se disse, o *Inquérito* tem como um dos seus principais objetivos contribuir para colmatar a inexistência de estatísticas do sector. Importa, portanto, fazer uma breve resenha histórica nessa matéria. Assim, entre 1986 e 1999 a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) produziu e difundiu anualmente dados físicos e financeiros resultantes do seu inquérito ao sector. Até 1998 o INE difundiu na sua publicação anual com as estatísticas da cultura, parte dos dados produzidos pela APEL.

A cisão que se deu entre os associados da APEL nos fins dos anos noventa, e de que veio a resultar a formação de uma outra associação, no caso apenas de editores, a União dos Editores Portugueses (UEP) em 1999, as críticas publicamente formuladas por esta às estatísticas produzidas pela APEL – patentes nas intervenções proferidas no âmbito do 1º Congresso dos Editores Portugueses organizado pela União (AAVV, 2001) e a constatação das limitações do seu funcionamento (Santos, Lourenço e Martinho, 2001) são alguns dos fatores que levaram à interrupção da produção de estatísticas por parte da APEL. Esses fatores tinham já levado o INE a interromper a difusão de dados, até porque a esses fatores somava um outro – os reparos devido à publicação sem controlo técnico dos dados da APEL, como foi anotado no Relatório *Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais da Cultura* aprovado na reunião de 4 de outubro de 2000 do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística (GTEC/CSE) (Neves, 2000a).

Salientando a importância de o País dispor de dados fiáveis e atualizados sobre o sector, as críticas às estatísticas produzidas pela APEL foram acompanhadas pela reivindicação, também publicamente manifestada por diversos agentes do sector, em particular por editores, de que o INE deveria assumir a realização de um inquérito anual ao sector, com o apoio dos editores, considerando-se as estatísticas uma responsabilidade do Estado.

Apesar de diversas iniciativas realizadas pela UEP junto do INE tal nunca se veio a concretizar. A indisponibilidade de meios técnicos e financeiros por parte deste, associada ao clima de crispação existente entre a APEL e a UEP, foram argumentos que sustentaram a inviabilidade de tal solução.

Mais recentemente, este assunto foi também objeto de discussão no GTEC/CSE, que tanto a Associação como a União integram, sem que fosse possível fazer mais do que constatar a importância de se dispor de informação sobre o sector⁵.

Esta questão tem ocupado um lugar de destaque nas discussões em torno da informação sobre o sector, mas importa não esquecer que, para além dos inquéritos, uma outra (potencial) fonte

⁵ Ver as súmulas da 1ª reunião (plenária, 18 de janeiro de 2006, DOCT/1878/CES/PCD) e da 3ª reunião (sector Livro, 19 de junho de 2006, DOCT/1875/CES/PCD) do GTEC.

tem sido igualmente referida – a agência portuguesa do ISBN sediada na APEL – embora sem deixar de ter em conta os limites dos dados dela provenientes quando utilizados fora do seu objetivo central que é responder às exigências próprias do seu funcionamento⁶.

Assim, tendo sempre como principal referência nacional as estatísticas produzidas pela APEL, ao longo do tempo esta reivindicação chamou a atenção para a importância de um instrumento como os inquéritos anuais de sector, mas, de algum modo, também transformou esse instrumento numa panaceia para todas as necessidades de informação, obliterando nesse movimento as fontes existentes, algumas delas de grande relevância (como é o caso do Inquérito às Empresas do INE, para mais harmonizado à escala europeia).

É neste contexto que a tutela da Cultura decide avançar com o projeto *Inquérito ao Sector do Livro* procurando colmatar uma lacuna de informação que também afetava, naturalmente, os gestores da intervenção pública no sector.

O arranque do *Inquérito* coincidiu no tempo com alterações significativas no sector (que ainda hoje se manifestam), entre as quais se destacam duas: o processo de aproximação institucional entre as duas associações no sentido de voltar a existir apenas uma entidade representativa do sector; e, após uma fase de concentração ao nível do comércio, do desencadear de novos e poderosos processos de integração horizontal ao nível editorial e a entrada do capital financeiro nesta área, processos em que a criação da Leya, ocorrida em 2008, teve um papel preponderante.

Os estudos sobre o sector do livro em Portugal

Ao procurar contribuir para um novo sistema de informação, identificando e sistematizando as potenciais componentes, em todo o caso não redutíveis a uma única (seja ela as estatísticas nacionais, os inquéritos anuais, o ISBN ou o depósito legal), uma vez que qualquer delas contribui para melhor conhecer o sector, mas nenhuma é, por si só, suficiente para tal, o presente estudo beneficiou de algumas abordagens realizadas ao longo das últimas décadas.

Nos anos oitenta foram produzidos dois relatórios para a tutela da cultura: o *Estudo dos Aspectos Económicos da Edição em Portugal* (Varela e Ramos, 1984) e o *Relatório da Comissão do Livro* (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986).

O primeiro debruça-se sobre o mercado do livro, as empresas do sector e o papel do então Instituto Português do Livro (IPL) e tinha por objetivos: a caracterização da estrutura empresarial do sector e a identificação dos principais indicadores económicos; a análise do mercado do livro,

⁶ Ver súmula da 3ª reunião (sector Livro, 19 de junho de 2006, DOCT/1875/CES/PCD) do GTEC.

com incidência na procura interna e externa na oferta nacional; a análise das políticas de *marketing-mix* e de produção; a identificação das características organizacionais das empresas e dos mecanismos económicos; um contributo para uma avaliação das ações já desencadeadas pelo IPL; e realizar um esboço de diagnóstico do sector, o qual de desdobrava em diversos planos. Para a concretização deste conjunto de objetivos foi definida uma metodologia quantitativa e qualitativa, sendo a recolha primária de informação através de inquérito por questionário a técnica inicialmente privilegiada, com ênfase nos editores, complementada com fontes de informação secundária (Varela e Ramos, 1984: 1-2). Ainda quanto ao inquérito retenha-se a afirmação de que *dado o insucesso quase total das respostas postais ao questionário, as conclusões apresentadas suportam-se em maior grau do que seria desejável em impressões ou informações qualitativas* (Varela e Ramos, 1984: 3). Quanto às fontes de informação secundária referem-se as Estatísticas Industriais, Estatísticas das Sociedades (do INE), o Depósito Legal e as bibliotecas, destacando-se as suas limitações e lacunas.

Por sua vez, o *Relatório da Comissão do Livro*, o qual resulta do Despacho nº 155/85, de 5 de dezembro, da Secretária de Estado da Cultura⁷, retoma o diagnóstico e as propostas feitas no relatório anteriormente referido sobre o papel da tutela relativamente ao sector mas centra-se nas políticas culturais para o sector sintetizadas na proposta de 105 medidas (Moura, Cabral, Guedes e Furtado, 1986).

No início da década de noventa um outro estudo, igualmente realizado para a tutela do sector (então Instituto Português do Livro e da Leitura) incidiu no *Mercado do Livro em Portugal*. O relatório preliminar foi entregue em 1990 (Gaspar e outros, 1990), e o definitivo dois anos mais tarde (Gaspar e outros, 1992). Abordou tanto a oferta como a procura e adotou uma estratégia metodológica complexa. A oferta foi abordada através de fontes secundárias (INE, IPLL, APEL e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura) e primárias (inquéritos aos editores, distribuidores e pontos de venda⁸). E a procura por via de inquéritos à população portuguesa, alfabetizada com 15 e mais anos, e aos públicos da feira do livro de Lisboa (idem, 1992: 5-11).

Importa notar que, em ambos os relatórios, se salientam as baixas taxas de resposta aos questionários: *o insucesso quase total das respostas postais ao questionário*, 14,4% (32 respostas de 223 endereços de empresas e instituições privadas identificadas) (Varela e Ramos, 1984: 3); e de 17,5% no que toca aos editores e de 32% para os distribuidores (Gaspar e outros, 1992: 8).

Estes dois estudos constituem contributos relevantes para o conhecimento do sector à altura da sua realização, mostram as dificuldades que a abordagem estatística do sector enfrentou, sugerem aspetos metodológicos relevantes e permitem, com o atual *Inquérito ao Sector do*

⁷ Lembre-se que, ainda na década de oitenta, mais precisamente em 1986, e também por iniciativa da tutela do sector, foi produzido o primeiro relatório sobre a leitura pública (Moura, Almeida, Portilheiro e Calçada, 1986) que viria a estar na base do programa Rede Nacional de Leitura Pública lançado no ano seguinte.

⁸ Um dos produtos deste estudo foi o *Guia de Livrarias de Portugal – 1990* (Gaspar, 1991).

Livro, e apesar das dificuldades comparativas, estabelecer pontos de apoio para traçar a evolução do sector em Portugal em alguns aspetos.

Mas, paralelamente mostram também que, desde 1984, não se avançou no sentido de definir um modelo de sistema de informação capaz de dar conta, de uma forma permanente e continuada, da evolução do sector nos seus principais contornos.

Com a criação do Observatório das Actividades Culturais, em 1996, o sector volta a ser objeto de estudo com alguma continuidade. Assim, importa fazer referência à avaliação das políticas culturais (Santos e outros, 1998), de avaliação de medidas políticas tais como o Preço Fixo do Livro (Santos e Gomes, 2000), de construção e análise de indicadores de mercado (Freitas, 1998; Santos e Gomes, 2000) e, especificamente, das oportunidades profissionais das mulheres nesse mesmo sector com base nos dados do Inquérito ao Emprego (Gomes, Lourenço e Martinho, 2005). Também estudos mais recentes realizados no âmbito do OAC se referem, embora com perspectivas mais gerais, às entidades com atividades de edição (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006; Gomes e Martinho, 2009: 64-79). Isto para além dos acima citados relatórios.

Outros autores vêm também abordando o sector da edição do lado da oferta. Entre estes importa citar os trabalhos de Fernando Guedes em torno do livro como tema (Guedes, 2001), as obras de Jorge Martins no tocante aos indicadores de mercado (Martins, 2005b), do marketing, da diversidade de agentes envolvidos na *cadeia do livro*, numa perspectiva nacional ou transnacional (Martins, 1999a; Martins, 1999b) ou, mais recentemente, na *rede social do livro* (Martins, 2005b; 2007) e, mais especificamente, na importância da função do livreiro (Martins, 2005a). Numa outra perspectiva, em particular no que toca às implicações das novas tecnologias para a edição de livros, também José Afonso Furtado é um autor incontornável na reflexão sobre o sector do livro em geral, e em particular sobre o sector em Portugal (Furtado, 1995; 1998; 2000; 2003; 2004).

Num outro plano, importa ter igualmente em conta os contributos que emergem do conjunto das intervenções produzidas no âmbito dos dois congressos dos editores portugueses realizados até à atualidade (AAVV, 2001; 2006a).

Finalmente retenham-se ainda os estudos realizados no âmbito de outras áreas governativas mas com relevância para o presente estudo que incidiram no comércio do sector livreiro (Cirius/Cisep, 1999), bem como um estudo do Observatório do Comércio, em particular o capítulo III – As Dinâmicas do Comércio: alguns elementos de caracterização, com especial atenção ao ponto D – Livrarias e Papelarias (Observatório do Comércio, 2001).

Contributos teóricos

O sector do livro tem uma longa tradição de abordagens das ciências sociais, designadamente por parte da Economia e da Sociologia da cultura, independentemente do tipo de enfoque adotado. Neste estudo teve-se especialmente em conta as contribuições contidas no volume temático da revista *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* (de 1975)⁹ dedicado à edição, os trabalhos de Lewis Coser (que também colabora no referido número) e outros (Coser, Kadushin e Powell, 1982), bem como de autores da socioeconomia da cultura em França como François Rouet (1992; 1998) ou Françoise Benhamou (1986; 1996), bem como contributos mais recentes de sociólogos e economistas reunidos no *Manual de Economía de la Cultura* editado por Ruth Towse (2003) que retoma um leque variado de questões que vão de aspetos particulares como o dos profissionais do livro ou o dos direitos de autor a outros de maior abrangência, como é o caso das indústrias culturais.

Mais concretamente, para orientar o objetivo de caracterização do sector do livro em Portugal, nas vertentes da edição e da comercialização, procurou-se mobilizar determinadas abordagens de natureza teórica, todas elas suscetíveis de melhor sustentar ou informar esta ou aquela dimensão do presente estudo.

E que contributos foram esses? Sucintamente – no capítulo 1 eles são abordados mais desenvolvidamente – esses contributos organizam-se em torno de quatro conceitos ou perspetivas fundamentais: *indústrias culturais*, *indústrias criativas*, *produção de cultura* e *regimes de informação de mercado*.

Dos vários modelos disponíveis para enquadrar uma abordagem do sector do livro, começou-se por considerar o das *indústrias culturais* que, embora heterogéneas, Maria de Lourdes Lima dos Santos define como *aquelas atividades industriais que integram trabalho cultural ou artístico diretamente nos seus produtos* (Santos, 1999: 17). Françoise Benhamou (1996), Nicholas Garnham (2005) ou Gisèle Sapiro (2005) foram outros autores a elucidar de que modo bens culturais como o disco, o filme ou o livro, pelas peculiaridades dos respetivos conteúdos, estão na base da constituição de um campo distinto de análise económica que chega à definição daquelas indústrias de acordo, *grosso modo*, com cinco critérios, a saber:

⁹ Em cujo prefácio se refere que *publishing is usually ignored by the intellectual community. Little is known about even the most Basic facts of the book trade. Statistics are scarce and unreliable* (Altbach e Macvey, 1975: ix).

- reprodutibilidade (a partir de um protótipo reproduzido ou difundido a uma escala massificada);
- incerteza (no sentido em que os produtores, neste caso editores de livros, têm dificuldade em prever a procura do bem produzido; desenvolvem-se estratégias para captar a atenção do consumidor);
- concentração (no fundo, sejam elas horizontais ou verticais, trata-se de estratégias cujo intuito é minorar a incerteza do mercado, e de conquistar ou reforçar aí a posição da empresa, resultando na criação de economias de escala);
- risco económico (dada a imprevisibilidade da procura, os investimentos iniciais implicam um inevitável risco económico, gerido à luz do seguinte princípio – o sucesso de um best-seller pode contudo colmatar as perdas derivadas de sucessivos fracassos editoriais);
- direitos (há proteção autoral e de reprodução, isto é, existem leis criadas para salvaguardar a propriedade intelectual e os conteúdos criativos).

Como se facilmente se depreende, apesar das particularidades que lhe são inerentes, o sector do livro apresenta-se enquanto mercado regido por leis de oferta e procura. O presente estudo debruça-se essencialmente sobre a oferta, embora, naturalmente, convocando as fontes estatísticas disponíveis no plano dos consumos. Outros estudos realizados em Portugal, incluindo um realizado no OAC (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007), centraram-se na procura do ponto de vista das práticas e hábitos de leitura da população. Também outros estudos realizados no âmbito do Plano Nacional de Leitura incluem informação relevante quanto à relação com a leitura dos estudantes (Lages, Liz, António e Correia, 2007) e ao posicionamento dos editores quanto à leitura, em particular no que respeita à implementação do PNL e no quadro da sua avaliação (Costa, Pegado e Ávila, 2008).

Ao inquirir a edição e a comercialização o *Inquérito* debruça-se justamente sobre o lado da oferta e respetivos agentes (autores, editores, livreiros, tradutores, distribuidores, etc.). São aliás todos esses agentes que a estruturam, definindo o número de livros, os preços e as tiragens, em suma, o volume do mercado.

Para além da noção de *indústrias culturais*, no esforço de revisão da bibliografia teórica não se pode todavia descartar o carácter heurístico do conceito de *indústrias criativas*, chegando a um enquadramento analítico já generalizado que, para o que aqui interessa, valoriza agora em particular os conteúdos e a exploração de direitos de propriedade intelectual a eles subjacentes – esta é, aliás, uma das dimensões alvo de inquirição.

Recuperando parte daquilo que Richard Caves escreveu sobre as indústrias criativas (Caves, 2000; 2003) baseadas no potencial de exploração de direitos de propriedade intelectual, no

fornecimento de serviços criativos (publicidade e marketing, por exemplo), veem reafirmar-se propriedades entretanto apontadas a propósito das indústrias culturais. Mostrando semelhanças com a proposta dos *art worlds* de Howard Becker (1984[1982]), ambos partem da ideia de produção de obras artísticas num quadro de ação coletiva (examinando a interdependência e colaboração dos diversos agentes na cadeia produção-difusão-receção). Caves centra-se em igual medida na instabilidade e incerteza relativas aos riscos económicos das atividades criativas, algo que está na génese dos apoios públicos que a elas são dirigidos. Em termos comerciais tal incerteza e risco seriam geridos e atenuados mediante a elaboração conjunta de contratos, assegurando uma negociação de recompensas capaz quer de contemplar as diferentes aptidões e/ou capacidades, quer de assegurar o cumprimento dos objetivos e compromissos delineados pelos vários agentes do sector envolvidos no processo. Preocupando-se com a singularidade dos rendimentos provenientes dos produtos da atividade criativa (uma das propriedades definidoras das indústrias criativas) e com a durabilidade desses mesmos benefícios, a reflexão de Caves mostra-se extremamente oportuna se se pensar em todas as lógicas associadas no sector do livro aos direitos de autor, desde a sua negociação aos respetivos intermediários, às formas de recolha das receitas daí provenientes e, mais recentemente, às novas fórmulas contratuais desenvolvidas com vista a garantir os direitos conexos das obras.

Neste balanço das influências teóricas, importa ainda salientar duas outras referências sociológicas privilegiadas desde o início da pesquisa. Uma é a *perspetiva de produção de cultura* (Peterson e Anand, 2004), cujas seis dimensões adquiriram especial relevância até para a própria preparação do guião das entrevistas a realizar com os agentes do sector. A tentativa de estudar um campo de produção cultural como o sector do livro insistindo em percorrer aspetos de certa forma suscitados pela (inovação da) *tecnologia*, pelas grandes orientações em matéria de *políticas públicas* (culturais, educativas, económicas...), pelo *mercado*, pelas *ocupações*, pela *estrutura organizacional* (considerando diferenciações funcionais, hierarquias de funcionamento) ou pela *estrutura da indústria* (do ponto de vista das ramificações e integrações na gestão da cadeia do livro), é por demais evidente da utilidade e vertente referencial deste modelo específico.

Valerá a pena, por fim, deixar registado um outro conceito, o de *regimes de informação de mercado*, teorizado igualmente por Richard A. Peterson e também por N. Anand tendo como objeto o sector da música (Anand e Peterson, 2000), mas cujo alcance analítico não se esgota nesse ou noutra qualquer sector cultural, como aliás bem mostraram Kurt Andrews e Philip Napoli na aplicação ao sector do livro (Andrews e Napoli, 2006), num estudo esclarecedor de como a apreensão e conhecimento de qualquer mercado (incluindo o do livro, obviamente) ocorre mediante a criação, difusão e interpretação da informação propositadamente compilada sobre e para ele. Independentemente da forma assumida, sabe-se como a informação reduz o grau de incerteza dos agentes relativamente ao mercado. A necessidade de um regime de informação, que ajude à consolidação económica e industrial dos campos culturais (aqui

entendidos enquanto conjunto de organizações empresariais que partilham interesses num mesmo sector de atividade), pode consubstanciar-se nas mais variadas fontes, grupos de profissionais, artigos de imprensa, tabelas de vendas, etc. Visto numa perspetiva nacional, o atual *regime de informação de mercado* parece ser incipiente, a começar pela carência de inquéritos ao sector. Daí a relevância de discutir e propor um modelo de informação.

A formulação de um tal modelo e a disponibilização a todos os agentes interessados da informação estatística a obter com o *Inquérito* pretende ser um contributo nesse sentido.

Dimensões de análise e estratégia metodológica

Seguindo a perspetiva de produção de cultura de Richard A. Peterson acima identificada, às seis dimensões de análise assumidas no quadro do estudo (*tecnologia, políticas públicas, mercado, ocupações, estrutura organizacional e estrutura da indústria*) juntou-se a opção por uma estratégia metodológica plural, capaz de diagnosticar uma multiplicidade de informações acerca do sector do livro em Portugal. A consulta de legislação e fontes documentais (bibliografia, estatísticas, relatórios e demais documentos, nacionais e internacionais, sobre o sector) permitiu abordar os seguintes tópicos: panorama editorial, mercado editorial (indicadores físicos e financeiros), emprego e formação académica no sector, produção de livros, consumo de livros (preços e volume), o sector e as estatísticas do livro do ponto de vista da sua presença mediática, comércio de livros, despesas das administrações públicas, direitos de propriedade intelectual, trocas comerciais com o exterior e o sector português no contexto internacional, políticas públicas para o sector ou com forte incidência no sector, como é o caso das medidas de apoio à tradução ou as leis do Depósito Legal e do Preço Fixo do Livro.

A par das fontes documentais, o processo de recolha de informação empírica teve na realização de entrevistas aprofundadas, como atrás se referiu com uma função inicial exploratória e auxiliar (face ao inquérito por questionário), uma etapa de primordial importância no sentido de obter uma variedade de dados acerca das empresas do sector do livro em Portugal e, em especial, no que concerne aos discursos e representações que os seus diferentes agentes têm sobre o sector em causa. Elaborados os guiões de entrevista a partir das seis dimensões já elencadas, efetuaram-se, entre março e agosto de 2007, 36 entrevistas, de acordo com diversos critérios de seleção (data de fundação da empresa, volume de negócios, catálogo, localização geográfica,...) e com o objetivo de abarcar o máximo de vertentes e enquadramentos da atividade dos agentes: institucional, editorial, livreira, gráfica, logística, da distribuição e do agenciamento literário.

Se aqui se remete para uma leitura qualitativa, a construção do inquérito por questionário responde de forma direta às necessidades de dados quantitativos e, em particular, de indicadores de caracterização por parte de agentes públicos e privados. Deste modo, com base no Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE, constituíram-se os universos correspondentes às atividades a inquirir. Reportando-se os dados físicos ao ano de 2007, selecionaram-se portanto todas as pessoas coletivas (sociedades) em atividade, com sede social localizada em território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e tendo como principal atividade económica a edição de livros (subclasse 22110 da CAE Rev. 2.1) ou o comércio a retalho de livros (subclasse 52471 da CAE Rev. 2.1). Ainda quanto à edição, constatada a manifesta falta, entre as unidades apuradas através da subclasse 22110, de reconhecidas empresas editoras, procedeu-se à constituição de um subuniverso, o qual resultou do cruzamento de diversas fontes segundo um procedimento específico (ver Neves, Santos e Vaz, 2012), mas delimitado genericamente pelas pessoas coletivas (sociedades) em atividade, com sede social localizada em território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e tendo como atividade económica secundária a edição de livros.

O processo de envio por via postal dos questionários teve início em finais de abril de 2008. Enviados por via postal e auto-preenchidos foram, portanto, aplicados às empresas editoras e às empresas e aos estabelecimentos do comércio a retalho. A análise dos dados assim recolhidos constitui a Parte II do *Inquérito* (Neves, Santos e Vaz, 2012).

1. O SECTOR DO LIVRO COMO OBJETO DE ESTUDO

O sector do livro, em particular na vertente da edição, tem sido objeto de estudo das ciências sociais, sendo particularmente relevantes, do ponto de vista do presente estudo, a Economia e a Sociologia. Fez-se já referência a estas abordagens. Avançando um pouco mais no enquadramento teórico-metodológico do estudo deste sector retomam-se agora algumas noções suscetíveis de enquadrar o sector em causa e de constituírem contributos válidos para a presente investigação: uma das mais antigas e profícuas, a noção de *indústrias culturais*; uma outra mais recente, com grande projeção internacional a partir do fim da década de noventa quando o *Department of Culture, Media and Sports* (DCMS) do Reino Unido adotou o conceito e tomou como objetivos o apoio e o desenvolvimento das *indústrias criativas*¹⁰. Como se verá, embora próximas quanto às suas características (pelo menos quando referenciadas ao sector do livro) as duas noções são distintas e têm diferentes implicações pelos diferentes enfoques que veiculam relativamente aos sectores que abrangem: uma mais focada no objeto ou produto físico (o livro), a outra na criatividade individual e na importância da exploração dos direitos de propriedade intelectual.

Com base nestas duas noções, será importante situar mais proximamente o livro como uma indústria, cultural ou criativa consoante o ponto de vista adotado. Destacam-se seguidamente três outras noções de menor alcance mas nem por isso menos relevantes para a configuração conceptual da presente abordagem: a de *incerteza*, a de *estratégia* – do ponto de vista do planeamento estratégico – e a de *regimes de informação de mercado*.

1.1. INDÚSTRIAS CULTURAIS

No que respeita às indústrias culturais, diz Benhamou que *nous passons de l'étude des œuvres uniques à celle, plus traditionnelle en économie, des œuvres reproductibles* (Benhamou, 1996:

¹⁰ De acordo com o DCMS as indústrias criativas incluem publicidade, arquitetura, artes e antiguidades, design e design gráfico, moda, filmes, vídeos e outras produções audiovisuais, software educacional e de lazer, música ao vivo e gravada, artes performativas e entretenimento, televisão, rádio e Internet, edição (Creative Industries Task Force, 2001).

63). E é atributo destes estudos sectoriais sobre a edição de livros, de discos, de filmes, atender à dimensão de *risco*, gerida pela multiplicação dos produtos a oferecer, tentando controlar-se o segmento da distribuição. Então, em termos ideal-típicos, de mercados culturais onde reina a *incerteza* decorre a necessidade, por parte das grandes empresas, de concretizar políticas de concentração, ficando a inovação normalmente entregue a pequenas entidades de nicho, flexíveis. Aliás, *dès le milieu des années 70, les approches se sont développées en référence aux concepts de l'économie industrielle (filère, concentration, barrières à l'entrée,...) avec l'apparente facilité que permettait le caractère industriel et très largement marchand des industries culturelles* (Rouet, 1998: 4).

Do ponto de vista das transformações recentes das indústrias culturais, importa salientar o enfoque na perda de autonomia resultante do triplo processo de industrialização, mercantilização e racionalização da produção cultural, na esteira, nomeadamente, da concentração das instâncias de produção, supondo que estas conferem crescentemente prioridade à *la gestion des acquis au détriment de la recherche de la innovation*, por exemplo no campo da edição (Sapiro, 2005: 7). As fusões e aquisições no sector cultural são discutidas por Stéphanie Peltier à luz daquilo que a autora considera serem as suas três lógicas primaciais: perseguição de um objetivo de conquista e reforço da posição no mercado; busca de maior eficiência económica; e/ou adaptação ao que é exigido pelos mercados financeiros. Começando por exemplificar algumas das maiores e mais recentes operações de reestruturação logo nos diz Peltier que *les sept leaders mondiaux de la communication (AOL-Time Warner, Vivendi-Universal, Viacom, News Corp, Bertelsmann, Disney, Sony) représentaient quarante et une sociétés majeures des industries culturelles, indépendantes au début des années quatre-vingt* (Peltier, 2001: 26). Debruça-se de seguida sobre o decréscimo de pressão concorrencial daí resultante, implicando este, por seu turno, o aumento das margens (de lucro).

Já Nelson de Matos sublinha, em 2001 e para o caso português, o novo espaço saído da atuação dos grupos empresariais, ou seja, *a presença dos grupos de edição ou de comercialização do livro tornou o nosso mercado mais dinâmico, aberto, competitivo* (Matos, 2001: 31).

Voltando a Peltier, qual a sua preocupação? Tendo por referência a característica incerteza do mercado dos bens culturais – ela própria induzindo a notoriedade dos autores, das suas obras, dos vários agentes do sector mas também a dimensão publicitária enquanto elementos chave nas escolhas dos consumidores – descreve-nos o enorme esforço financeiro em matéria de produção e *promoção* de livros, visando a atração do maior número possível de compradores. A crescente concentração no domínio da distribuição viria acentuar o problema, isto porque *les grands groupes de distribution, comme Barnes & Noble aux États-Unis ou la Fnac, sont aujourd'hui contrôlés par un actionariat qui exige d'eux une rentabilité identique aux autres secteurs industriels* (Peltier, 2001: 30). Privilegia-se pois a máxima rentabilidade em detrimento da diversidade por parte das grandes empresas – embora esta última seja também condição de

desenvolvimento da indústria, se bem que assegurada (ou relegada, conforme o ponto de vista) pelas franjas criativas das muitas pequenas empresas, como refere Françoise Benhamou (1996: 68-79) – e mesmo a disposição física do livro no ponto de venda (ou os investimentos que algumas empresas realizam a fim de garantir a visibilidade do que editam) permitem comprovar a orientação para uma política de best-seller, ou pelo menos para atingir rapidamente o mínimo de vendas pretendido.

Recuperando os contributos de André Schiffrin e do editor alemão Klaus Wagenbach, a economista francesa acaba por ser mais catastrofista do que Nelson de Matos. É certo que ambos reconhecem as novas regras de funcionamento junto de autores, demais intermediários do circuito e dos leitores, em grande medida trazidas pela tendência de concentração que hoje anima o sector do livro. Situação que, em Portugal, e ainda de acordo com Nelson de Matos, *começou na área da comercialização com o aparecimento das grandes superfícies de venda, integradas em grupos empresariais poderosos, passou depois pela formação de fortes grupos livreiros como o caso das livrarias Bertrand, culminou com a chegada ao nosso mercado de um grupo europeu como a FNAC, e alguns outros se aproximam, como o vizinho El Corte Inglés, mesmo na área da edição podemos falar da antiga presença entre nós do Grupo Bertelsmann, através do Círculo de Leitores e mais recentemente da Temas e Debates, do Grupo Notícias/Portugal Telecom, com a Editorial Notícias, a Oficina do Livro e a sua rede de livrarias, da própria Dom Quixote hoje integrada no Grupo Planeta, o mais importante grupo editorial da Península Ibérica* (Matos, 2001: 30).

Ambos concordam igualmente ser real a contingente restrição de algumas áreas importantes da chamada *edição culta*, mas, e a divergência porventura mais assinalável entre os dois contributos passa exatamente por aí, enquanto Peltier só avança como resposta para tais derivas nas indústrias culturais a legislação ou vigilância das autoridades nacionais e transnacionais responsáveis pelas políticas de concorrência, Nelson de Matos prefere fazer sobressair a criatividade dos editores *independentes* na adaptação e contraponto a esses desafios, *o que não podemos é continuar a repetir a filosofia da desgraça e da crise permanente (os livros e os números estão aí para o desmentir) – ou o paternal apoio do Estado perante estas ditas ameaças – onde nos é exigido uma melhor definição e ocupação do espaço enorme que nos sobra* (Matos, 2001: 31).

O cinema, a música e a edição são genericamente consideradas as indústrias culturais por excelência. Nicholas Garnham sintetiza as suas características da seguinte forma:

High fixed costs of production and low to zero marginal costs of reproduction and distribution, thus favouring economies of scale, audience maximization and both vertical and horizontal concentration. Uncertain demand in that information has to be new to have any value, which means that neither producers nor consumers can know in advance what they want. Thus the slogan “nobody knows” (Caves, 2000) coined to describe a key characteristic of these industries and the high risks of

investment in a sector where a small proportion of hits pays for the larger number of flops (Garnham, 2005: 19).

Assim as indústrias culturais definem-se como um campo distinto de análise económica dadas as peculiaridades dos seus conteúdos, sendo as suas principais características:

Incerteza

Os produtores têm dificuldade de prever a procura. Apesar de ser uma característica generalizável para outros sectores económicos, no caso das indústrias culturais a oferta é abundante e têm de ser desenvolvidas estratégias para captar a atenção do consumidor para o produto, daí que os esforços em comunicação sejam uma das maiores apostas das indústrias culturais. Do lado do consumidor também há incerteza, uma vez que o preço não é indicador direto do valor do produto e as outras características não podem ser inteligivelmente apreendidas previamente à aquisição.

Direitos

É patente a dependência das leis dos direitos de autor criadas para proteger a propriedade intelectual e os conteúdos criativos e culturais. Da proteção autoral destas indústrias surge a conversão das mesmas enquanto *sinónimos de industrias culturales y como tal se ha medido su contribución al PIB en varios países* (Towse, 2003: 445).

Reprodutibilidade

A origem prototípica destas indústrias confere aos produtos uma base artesanal. O protótipo é reproduzido ou difundido a uma escala massificada. O custo fixo de produção do original é alto, mas o custo marginal das cópias é muito baixo. Estas são características de um monopólio natural, o que leva à necessidade de criação de regulamentação própria.

Concentração

Tanto a concentração horizontal como a vertical são movimentos favorecidos nas indústrias Culturais. *Firms in the cultural industries traditionally organise themselves so that all or most functions (content creation, recording, marketing, manufacturing and distribution) are carried out in-house* (The Work Foundation, 2007: 104). São estratégias

que visam minorar os efeitos da incerteza do mercado que resultam na criação de economias de escala.

Risco económico

A incerteza característica dos mercados das indústrias culturais implica um risco económico considerável. Os investimentos aplicados num produto que posteriormente se revela um fracasso, dada a imprevisibilidade da procura, não são recuperáveis nem com o recurso a saldos. As grandes empresas deste sector industrial ainda podem tentar colmatar as perdas resultantes de vários fracassos, com o sucesso de um best-seller, por exemplo. Um mecanismo naturalizado de equilíbrio de contas. A grande taxa de fracassos mais os custos fixos de sustento da empresa são dois dos elementos que contribuem para o alto risco económico que as empresas enfrentam no sector (Towse, 2003: 444-447).

De acordo com o relatório KEA para a Comissão Europeia (AAVV, 2006b: 3), são características das indústrias culturais serem atividades que visam a reprodução em massa de produtos sujeitos a direito de autor. As atividades listadas como tal são as que mais tradicionalmente se relacionam com as características anteriormente descritas, seja filmes e vídeos, televisão e rádio, jogos de vídeo, música e livros e imprensa, as que mais imediatamente têm uma identificação com a produção em massa e com as questões de propriedade intelectual.

Os produtos resultantes da atividade das indústrias culturais são apreendidos como bens não materiais, imbuídos de valor artístico e não de valor utilitário (Hirsch, 1972: 639). Hirsch define a organização dos subsistemas técnicos das indústrias culturais como sendo função, por um lado, da incerteza da procura e, por outro, da tecnologia. Define também como sendo as causas mais prováveis da incerteza da procura as mudanças no gosto dos consumidores e patrocinadores, restrições legais e normativas às integrações verticais e a ambiguidade difundida entre os *gatekeepers*¹¹, dos critérios de escolha dos produtos a serem criticados e publicitados. Os *gatekeepers* e o poder que detêm na definição da oferta, tem como resposta do lado dos produtores o desenvolvimento de outras estratégias de promoção e também de produção, sendo esta sobre produção uma resposta organizacional em ambientes de baixo investimento de capital e grande incerteza na oferta. Ou, dito de outra forma, *it apparently is more efficient to produce many failures for each success than to sponsor fewer items and pre-test each on a massive scale to increase media coverage and consumer Sales. The number of books, records,*

¹¹ Hirsch identifica como público-alvo de campanhas promocionais o que ele chama *autonomous gatekeepers* e os consumidores sucedâneos, como sejam DJs, críticos de filmes, críticos de livros, que trabalham para os media como especialistas daquilo que no momento é moda ou como *opinion makers* da sua especialidade.

and low-budget films released annually far exceeds coverage capacity and consumer demand for these products (Hirsch, 1972: 652).

As indústrias culturais são a área de atividade em que melhor se observam os fenómenos de intersecção entre as questões económicas e culturais e também por isso são vulneráveis a transformações operadas a nível social e institucional. Segundo Maria de Lourdes Lima dos Santos, há que ter em conta que, dada a peculiaridade da integração de trabalho cultural e artístico no processo produtivo, existe uma cadeia de particularidades, quer a nível de mercado, quer de produto que fazem com que o paralelo com algum do sentido produzido acerca das demais atividades económicas, não possa ser imediato. A definição do estatuto laboral, o valor de uso da mercadoria cultural, a imprevisibilidade da procura que exige um refinar e reforçar de estratégias de mercado, que normalmente não são necessárias a outras atividades económicas e a própria intervenção do Estado a nível de regulamentação e apoio para contornar a precariedade derivada dos referidos valor de mercadoria e da imprevisibilidade do mercado, todas estas exceções conferem às indústrias culturais um estatuto híbrido que implica um esforço suplementar de análise, são também os elementos que diferenciam de outras indústrias (Santos, 1999: 2-3).

Como características comuns as indústrias culturais têm a pertença a esferas de criação com estruturas de produção coletivas e reprodução em massa em ambientes de elevada evolução tecnológica. As principais diferenças que as indústrias culturais têm entre si passam essencialmente pela dependência dos níveis de reprodutibilidade do produto a que se dedicam e daí surgirem outras diferenças como a aplicação de capital, a empregabilidade e a circulação do produto (Santos, 1999: 3-4).

Num resumo sobre as recentes transformações nas indústrias culturais Sapiro direciona o enfoque para as questões da perda de autonomia pelo processo de industrialização, mercantilização e racionalização da produção cultural *avec, notamment, la concentration des instances de production, et le fait que celles-ci accordant une priorité croissante à «la gestion des acquis au détriment de la recherche de la novation»*, dans l'édition par exemple (Sapiro, 2005: 7).

1.2. INDÚSTRIAS CRIATIVAS

No relatório *Staying Ahead: The Economic Performance of the UK's Creative Industries* as indústrias criativas definem-se como atividades cujo objetivo é o desenvolvimento de valor expressivo comercializável (The Work Foundation, 2007: 96). Em 1998 as indústrias criativas são definidas pelo *Department of Culture, Media and Sports* (DCMS) do Reino Unido, como sendo as atividades que têm na sua origem *individual creativity, skill and talent and which have the potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property* (Flew, 2002: 3). No já referido relatório *The Economy of Culture in Europe* são apresentadas esquematicamente as indústrias criativas com três pontos: i) são atividades que não são necessariamente industriais, tendo por base apenas protótipos; ii) embora os resultados sejam baseados no direito de autor, outros direitos de propriedade intelectual podem constituir complementos do processo de produção; iii) o uso da criatividade é essencial para a performance dos sectores não culturais que constituem as indústrias criativas (AAVV, 2006b).

No também já citado relatório *Staying Ahead*, as 13 atividades consideradas indústrias criativas, são: Publicidade, Arquitetura, Artes e Antiguidades, Artesanato, Design, Moda, Cinema, Música, Artes Performativas, Edição, Serviços informáticos (software e hardware), Televisão e Rádio, Jogos de vídeo e computador.

Nesse mesmo estudo, a teoria que Richard Caves desenvolve na sua obra *Creative Industries: Contracts Between Art and Commerce* (Caves, 2000) é utilizada como enquadramento da análise, para expor a ligação entre o que assumem ser os denominadores comuns às indústrias criativas, neste caso o *copyright* e os desafios que usualmente são identificados na economia do conhecimento a nível de questões contratuais e organizacionais (The Work Foundation, 2007: 98).

A abordagem de Richard Caves apoia-se na teoria dos contratos, o que implica a análise do comportamento do agente económico na construção e aplicação de ações de base contratual. Na base da negociação contratual mais comumente utilizada existe desequilíbrio na distribuição da informação entre as partes, ou seja, uma delas estará em posse de mais ou melhor informação, fenómeno identificado como *assimetria na informação*. No caso particular das indústrias criativas o que sucede é que nenhuma das partes tem informação suficiente para disso fazer uma mais-valia.

A base da análise económica de Caves apresenta semelhanças com a análise sociológica de Becker (1984[1982]) uma vez que ambos partem da noção de produção de obras artísticas, trabalhos criativos, que enquanto produtos a ser consumidos/recebidos, implicam a ação e contribuição de aptidões dos vários agentes do sistema de criação-difusão-receção.

Neste cenário, onde existe necessariamente uma concentração coletiva para determinado objetivo, a questão contratual põe-se neste sentido: *why artists and humdrum inputs choose to structure their relationships as they do?* (Caves, 2003: 73).

Para além das já referidas carências de informação, a que Caves preferiu chamar *symmetrical ignorance*, o autor identifica outros dois aspetos que aponta como pontos de contacto com a teoria dos contratos: *while principal-agent relationships are important in creative industries, many deal in creative goods involve joint ventures between symmetrical placed suppliers of diverse inputs (...) production in creative industries commonly involves inputs attached in technologically determined sequences* (Caves, 2003: 75), o que irá implicar uma sequência de transferência do poder de decisão, porque será outro fornecedor a ficar responsável por outra fase de produção, o que pode resultar em outros problemas de organização subsequentes.

Como consequência desta dependência de uma pluralidade de agentes e das suas respetivas contribuições, outros problemas surgem como a dificuldade de identificar e fixar os centros de decisão, uma vez que o projeto/produto necessita de vários contributos, quer a nível material quer a nível de conceção (*input suppliers*).

Caves elabora uma classificação de 7 atributos descritivos comuns às indústrias criativas cujos nomes são, em si mesmos, sugestivos: *Nobody Knows; Art for art's sake; Motley Crew; A list / B list property; Infinite Variety; Time Flies* e *Ars Longa*. Valerá a pena detalhar um pouco o que o autor entende por cada um deles (Caves, 2000: 3-9).

1. *Nobody Knows* – ou a incerteza gerada pela procura. Os produtos culturais necessitam de experimentação para se aferir a satisfação do consumidor, mas antes de os consumir não há como testá-lo. Daqui nasce a incerteza do consumo e conseqüentemente da produção. Não seria uma situação tão grave caso as várias contribuições ao longo do processo pudessem ser reutilizadas ou reaplicadas, mas não é o caso e os recursos empregues (pecuniários, mão-de-obra, tempo...), em cada um dos estádios de produção estão dependentes de apostas sucessivas no produto, ou seja, é de certo modo inevitável uma sucessão de custos, de aplicação de recursos não imediatamente recuperáveis (*sunk costs*) antes de o produto chegar ao mercado. No decorrer deste processo qualquer informação que exista sobre o mercado pode permitir ao interveniente de uma fase em particular mudar a sua estratégia, decisão ou desistir mesmo de participar na conceção de determinado produto. Ainda assim todas as participações anteriores não têm forma de recuperar ou redefinir o que dedicaram ao projeto.
2. *Art for art's sake* – trata-se de um atributo que caracteriza a relação do artista com o seu trabalho. Muitos aceitam trabalhar sendo remunerados aquém do seu valor.

Remunerados de forma semelhante a outras atividades mais rotineiras, o grupo dos trabalhadores artísticos é muitas vezes encarado como uma fonte barata de recrutamento de recursos humanos. Nesta lógica os artistas acabam por produzir maiores quantidades de valor artístico do que aquele pelo qual são remunerados. O contrato de participações criativas pode levar à frustração de ambas as partes, mas principalmente da parte criativa que pode ver frustradas ou limitadas as suas projeções de trabalho influenciando o próprio conteúdo ou conceção do trabalho.

3. *Motley Crew* – refere-se à diversidade de aptidões implicadas nas várias fases de produção e que contribuem para o produto final. Trata-se de uma relação de produção multiplicativa, onde todos os elementos de produção são imprescindíveis para a criação do produto. Apenas a conjugação de todos os elementos atribui o valor pleno e total ao produto, o que faz com que cada uma das partes deva ser necessariamente apresentada nas suas melhores condições, uma performance com um nível de competência acima da média, se se pretender um resultado comercialmente viável. Isto também implicará que existam diferentes níveis de expectativas quanto ao produto final, porque vários elementos estão envolvidos na sua conceção.
4. *A list / B list property* – significa que artistas na mesma área criativa têm capacidades distintas, daqui resultarem aptidões verticalmente diferenciadas. Estas diferenças são perceptíveis no estado final do produto. As capacidades são legitimadas e avaliadas pelos pares (os que desempenham as mesmas funções, os críticos, os professores, entre outros), que assim estruturam a hierarquização de valências artísticas, criando uma lista dos mais e menos aptos. Esta listagem oscila nos seus posicionamentos pois as avaliações ao trabalho e desempenho são permanentes, o que faz com que existam movimentações frequentes nos posicionamentos.
5. *Infinite Variety* – a variedade quase ilimitada de produtos quer sejam específicos, quer sejam híbridos entre formatos já existentes. Esta variedade infinita tanto se manifesta do lado de quem produz como de quem consome. Os artistas têm materiais e suportes diversos que em diferentes combinações resultam em diferentes produtos. O consumidor avalia os produtos comparativamente com outros preexistentes, pondera o tempo a despender com determinada atividade ou produto das indústrias criativas, entre o cinema e um livro, por exemplo. Esta variedade ilimitada também causa indiferença no consumo o que faz com que o consumidor adote outras lógicas de diferenciação que não são diretamente derivadas das qualidades artísticas do produto em causa.

6. *Time Flies* – remete para a necessidade de coordenação sequencial das várias tarefas criativas, normalmente num curto e delimitado período de tempo, o que implica a coordenação das equipas responsáveis por essas tarefas, a *motley crew*. Os recursos materiais empregues na fase de produção necessitam não só de ter determinadas qualidades como também é necessário que estejam temporalmente coordenados com as necessidades de cada uma das atividades que contribuem para a realização do produto.
7. *Ars Longa* – refere-se à longevidade de muitos produtos culturais e à possibilidade de os seus produtores daí retirarem dividendos através dos rendimentos provenientes de direito de autor e de propriedade intelectual. Os maiores problemas prendem-se com questões práticas como a recolha das receitas e a distribuição das mesmas pelos diferentes colaboradores aos quais cabe parte dos direitos e, dependendo do produto em causa, o seu armazenamento a médio ou longo termo.

De forma resumida, esta conceptualização transmite a ideia de instabilidade e incerteza implicados na sustentação económica das atividades criativas. Em algumas destas indústrias essa incerteza gerou o surgimento do apoio público às várias atividades, independentemente do seu estatuto de ‘eruditas’ ou ‘populares’. Em termos comerciais esta incerteza e risco são atenuados através da elaboração dos contratos. Existe então uma elaboração conjunta das partes envolvidas para que o risco seja gerido e para que a negociação das recompensas seja feita tendo em conta as diferentes aptidões, capacidades, assim como a necessidade de assegurar as obrigações de cumprir os objetivos e compromissos delineados pelas várias partes.

No caso específico da relação entre autor e editor, existem algumas características da atividade de escritor que debilitam, por exemplo, um contrato que tenha perspetivas de longo termo, uma vez que a escrita de um livro tem uma temporalidade irregular e pouco passível de ser calendarizada. De novo surge aqui a necessidade do desempenho de uma função de *gatekeeping*, ou seja, de seleção de quais as obras que serão publicadas, que cabe ao agente. Este irá garantir à parte comercial do contrato que o produto será lucrativo, completando uma primeira fase que é a de negociação entre o agente e o editor, que precede a negociação entre o autor e o editor. Por sua vez os contratos dos agentes são celebrados contemplando, normalmente, os agentes com 10% dos direitos dos lucros do autor, quer com isto dizer que a função dos agentes de mediação bem-sucedida é a sua garantia de lucro (Caves, 2003: 77).

Na formalização do contrato existem vários aspetos a considerar, desde o pagamento de *royalties*, que tanto pode dar apenas ao editor o direito de edição como contemplar outros direitos, os *subsidiary rights* (direitos conexos), como por exemplo a edição da obra em *paperback* ou edições para argumentos de filmes. O cálculo do pagamento dos direitos pode ser

ponderado através de uma fração da *wholesale* (venda de bens em grande quantidade, para ser revendido no retalho), ou fração do preço de venda ao público.

Num outro artigo o autor acrescenta outro tipo de contratos em que existe a partilha do lucro e a que chama os *joint-venture contracts*. Estes contratos têm a desvantagem de não incutir a implementação de esforços partilhados entre as partes de forma a maximizarem o lucro. Como parte da solução para esta limitação, existe a situação em que o autor avança com uma quantia de aposta no seu trabalho: *an advance is usually regarded only as working capital provided to the impecunious (liquidity-constrained) author. However the publisher enjoys latitude on how much to spend promoting the author's book (a sum on which author and publisher seem unable to contract). Until the author's advance is recouped, the publisher pockets the whole extra dollar of profit due to any promotional effort, causing the profit-maximizing choice to be made. When the advance has been earned back, the publisher's incentive again becomes attenuated* (Caves, 2003: 77). Explica ainda o autor que a importância do adiantamento é muito importante nos contratos de partilha de lucros, ou seja, o incentivo de uma das partes pode ser intensificado sem perturbar a distribuição dos benefícios entre as partes através de acordo prévio, em que se estipula que algum adiantamento ou aplicação extra pode ser mais tarde recuperada.

O desenvolvimento da discussão sobre as questões contratuais leva a que se discuta a própria organização das indústrias criativas, ou seja, como claramente o autor questiona *why some transactions take place at arm's length between independent parties while others get internalized within the firm* (Caves, 2000: 16). Questiona-se o porquê de algumas estruturas empresariais optarem por se organizar verticalmente enquanto outras semelhantes escolhem uma organização que privilegia a construção de relações contratuais a longo termo com fornecedores. O autor deixa transparecer a ideia que entre uma e outra opção pode tratar-se de um processo evolutivo. Inicialmente existem compromissos contratuais exteriores, com outras empresas, e por razões várias, incluindo incumprimento desses mesmos contratos, a estrutura empresarial internaliza, verticalizando e aproveitando as vantagens que outras fórmulas contratuais lhe proporcionam, como seja a existência de contratos de trabalho a longo termo, o que permite ter uma equipa em permanência que garanta os contributos necessários à produção e utilizá-la de forma flexível segundo as exigências diárias de resposta aos objetivos do projeto (Caves, 2000: 17).

1.3. O SECTOR DO LIVRO

A característica diferenciação nas indústrias culturais entre grandes (*majors*) e pequenas (independentes, alternativas) empresas está, como seria de esperar, igualmente presente no sector do livro.

Commentators generally agree on the fact that small literary publishing houses are more qualified to play the role of “discoverer”, which is necessary in order to innovate in the domain of books of quality – all the more since the big and middle-size publishers, confronted with the competition of the groups, tend to abandon this function, preferring to confine themselves to reliable values and to administrate the acquisitions over the quest of innovation (Bourdieu, 1999: 4). These small publishers have to face material difficulties that the concentration of the publishing sector and of the distribution has multiplied (Schiffrin, 1999). In the case of big and middle-size publishing houses, the tendency to delegate the selection and the representation of authors to specialized agents – scouts attached to the house or independent literary agents – results from this double principle of taking risks and the need to build the name like a label of quality (Sapiro, 2003: 455).

De um modo geral, a indústria cultural do livro é conceptualizada enquanto sistema dual, composto por novas editoras que empreendem *estratégias de diferenciação* face aos grandes grupos. Pequenos e muito pequenos editores, fortemente especializados, dirigidos a nichos de mercado, geralmente com uma baixa produção de títulos *versus* as grandes empresas que visam os mercados nacionais e internacionais, com produtos estandardizados de grande série (Legendre, 2006).

Sophie Noël (2006) – tal como, aliás, Barluet (2007: 16) – apresenta o campo da edição francesa como um *oligopólio com franjas*, isto é, uma estrutura assimétrica onde coexistem dois grandes grupos dominantes (Hachette e Editis), com um pequeno leque de editoras independentes de média dimensão (Gallimard, Albin Michel, Flammarion, etc.) e com uma multiplicidade de estruturas mais ou menos «artesaniais» – que não pertencem a nenhum grupo empresarial e/ou sem a participação de capital exterior –, financeiramente frágeis, praticamente no polo oposto ao movimento de racionalização económica do sector. O modo de funcionamento não hierarquizado é outra das características sublinhadas por Noël.

A estrutura do sector editorial é assim caracterizada como sendo um oligopólio com franjas, em que um pequeno conjunto de grandes empresas concentra a maioria dos movimentos do mercado e que, normalmente, estão verticalmente integradas. À sua volta orbitam pequenas ou médias estruturas que se encontram dependentes em termos de distribuição, constituindo a franja concorrencial. Esta franja é a responsável pelas formas mais inovadoras de lidar com o produto na sua fase de produção, estratégia que não é adotada pelas grandes empresas onde

têm muito mais a arriscar e as perdas seriam substancialmente maiores, adotando assim estratégias mais conservadoras, podendo adotar as inovações numa fase posterior (Benhamou, 1996: 68-79).

No retalho, a existência de concentrações também tem impacto. A distribuição tenta monopolizar as livrarias levando a uma rápida rotação do produto e também a um empobrecimento da oferta (Benhamou, 1996: 68-79). Num revisitar ao seu quadro de abordagem às indústrias culturais, Paul M. Hirsch enfatiza a importância das dinâmicas do sector da distribuição, descrevendo que em termos de temporalidade esse movimento se registou primeiro no sector da distribuição e seguidamente no retalho, e uma vez que o custo de produção do livro decresce dadas as novas tecnologias, a distribuição torna-se um ponto fulcral para as *organizations seeking to reduce uncertainty over the outcome of their investments. (...) It still costs far less to produce many books (...), than it costs to distribute and retail them. Competition in the industry is thus far more focused in this latter activity* (Hirsch, 2000: 357-358).

Algumas das perguntas que se colocam a propósito de uma dada indústria são: quanto rende a sua atividade, qual a sua contribuição para o PIB, ou qual o seu crescimento anual. Porém, como afirma Hjorth-Andersen, não é fácil obter bons dados sobre a indústria editorial (Hjorth-Andersen, 2000). Este fator limita necessariamente a interpretação que se possa fazer do panorama geral do sector inserido no das demais indústrias culturais, em termos quantitativos. Numa apreciação qualitativa e apoiada pelo trabalho de Alduán relativamente à realidade espanhola em 1990, o estatuto do livro entre as restantes indústrias culturais tem a paradoxal posição de por um lado ser a indústria mais respeitada, a que oferece *las mayores garantías de veracidad, profundidad y capacidad de archivo y sedimentación. Pero al mismo tiempo, es la que atrae una menor atención por parte del conjunto de los consumidores* (Alduán, 1993). Ainda de acordo com o autor, uma das características do sector é a relativa facilidade de entrada no negócio de edição e produção, quando comparado com outras indústrias culturais.

Como consequência desta facilidade de encetar atividade no ramo, Alduán indica fenómenos como a proliferação de empresas editoriais assim como o encerramento de muitas outras, a multiplicação da entrada de novos títulos no mercado que conseqüentemente complexifica a distribuição e toda a estrutura de comercialização. Este aspeto também apresenta algumas consequências a nível cultural, surgindo o livro como símbolo de riqueza cultural, abertura social a novas ideias, diversidade cultural, aspetos que não podem ser veiculados através de outras indústrias culturais.

Hirsch, referindo-se também à facilidade de edição e à conseqüente dificuldade de distribuição na indústria livreira, analisa a estratificação da indústria que acredita basear-se principalmente na capacidade de controlar a distribuição de produtos marginalmente diferenciados, ou seja a vantagem competitiva reside na habilidade de atribuir ao *input* um canal de distribuição fiável e consolidado. Referindo-se diretamente ao produto livro, o autor afirma que, para a maioria dos

títulos, a distribuição é limitada, deficiente e cara. Parcialmente esta fragilidade da distribuição resulta da força da edição, da força da indústria livreira. Citando Dan Lacy, Hirsch resume a questão afirmando que *if it were harder to get a book published, it would be easier to get it distributed* (1972: 646).

1.4. INCERTEZA NO SECTOR DO LIVRO DO PONTO DE VISTA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O conceito de incerteza surge recorrentemente, como ficou patente, nas abordagens gerais das indústrias culturais ou criativas (conforme o enfoque) e do sector do livro em particular.

Entre outros autores, Jauch e Kraft (1986) problematizam esta questão do ponto de vista do planeamento estratégico, ou seja, a nível interno (ou organizacional) e a nível externo, no ambiente em que a organização se insere.

Internamente a redução dos níveis de incerteza pode dar-se principalmente através da obtenção de conhecimento sobre as operações da organização. A incerteza pode ser provocada por uma ineficiente circulação da informação, ou por a estrutura organizacional de veiculação de informação interna facilitar essa ineficiência, casos de estruturas piramidais.

O contributo de Mintzberg acrescenta a seguinte perspetiva à questão: *a organização reduz a incerteza isolando aquele centro [técnico equivalente ao centro operacional] do ambiente que o rodeia, a fim de proteger as atividades operacionais* (Mintzberg, 1995: 41). Outras fórmulas adotadas passam por formas de antecipação, *planeamento, constituição de stocks, manutenção preventiva, a regulação da produção, a recolha de informações* (Mintzberg, idem), plenamente aplicável à estrutura do mercado no sector do livro. Nesta tentativa de controlo da incerteza a nível interno, a proteção do centro operacional pode levar a um fechamento e rotinização das funções que dificulta a penetração de novas práticas e ferramentas de produção.

No caso específico destes cenários serem aplicados a uma estrutura editorial surgem algumas questões: Até que ponto as diferentes formas de circulação da informação podem afetar o produto final? Qual será a estrutura de decisão mais bem-sucedida para o produto: diretrizes muito específicas sobre o resultado final ou a autonomia nas várias fases de produção? E funcionará de forma invariável nos diferentes géneros considerados (literatura geral, manuais escolares, académicos e técnicos...)? Por exemplo, com a presença das novas tecnologias aumenta também o grau de especialização das funções de certos agentes, em que necessariamente existe um desconhecimento de *know-how* por parte de outros intervenientes nos diferentes estádios do processo. Será esta também uma fonte de incerteza a ter em consideração em algum momento da cadeia?

Por sua vez, a redução dos níveis externos de incerteza faz-se através do conhecimento sobre o ambiente em que se insere a organização. Os agentes do sector na posse de informação, não só possuem uma ferramenta de estruturação de sentido desse sector, como essa informação também lhes confere poder sobre o ambiente que os rodeia, permitindo-lhes reagir proactivamente.

Mas no sector cultural, e aqui em particular no caso do sector do livro, o problema adensa-se. Vender livros não será o mesmo que vender *cornflakes*. *Each book is unique, a new product in the market place of ideas, and supply and demand in book publishing operates in a profoundly different manner than in other industries* (Greco, Rodríguez e Wharton, 2007: 29). Os consumidores não sabem se irão gostar do livro antes deste ser publicado, assim como os editores não sabem antecipadamente se os consumidores vão gostar do livro ou não: *the knowledge needed to predict in advance which new book will or will not be successful is unknown and unknowable; and anything can happen once a book is placed on sale (...) there are no formulas for success* (Greco, Rodríguez e Wharton, 2007: 30). Os consumidores estão em permanente busca de informação atualizada sobre novos livros – quer seja através de críticas, publicidade, indicações mais informais por parte de familiares, amigos ou colegas, pelas capas, publicidade nas lojas, televisão, conferências do autor, grupos na Internet, etc.

Para Mintzberg e Waters a *estratégia* (de futuro da empresa) é pensada como força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente ou, dito de outro modo, trata-se de um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao contexto em que se insere (Mintzberg e Waters, 1985). Supondo uma atitude ativa de permanente adaptação aos desafios externos, os autores destacam as decisões e ações que vão sendo levadas a cabo nesse sentido, obviamente na dependência das particularidades do contexto mas igualmente condicionadas pelos atributos da própria organização (tamanho, capacidades materiais e humanas, organizacionais, etc.).

Porque um livro depende de uma estratégia e participa na sua construção, Paul Dirx vem precisamente chamar a atenção para o interesse de escarpelizar o que designa por estratégias editoriais *au sein même des structures éditoriales en activité* (Dirx, 1999: 70), só que de um ângulo de abordagem inovador, longe de uma leitura estritamente económica/mercantil – *la notion de stratégie prend alors toute son importance puisqu'il ne s'agit plus seulement de répondre à un marché, mais aussi de répondre à des concurrents* (Dirx, 1999: 71) –, agora também apostada em apreender aspetos (internos) de natureza relacional (sem esquecer o respetivo capital social e simbólico associado), motivacional, superando-se assim um conceito de estratégia que *désigne simplement, la plupart du temps, l'adaptation aux évolutions du marché* (Dirx, 1999: 70).

1.5. REGIMES DE INFORMAÇÃO DE MERCADO

Os regimes de informação de mercado, para além de serem uma ferramenta necessária para o enriquecimento e organização dos mercados, são também um processo de legitimação dos mesmos. Os campos, neste caso os mercados, só produzem informação se se constituírem enquanto tal. A apreensão e conhecimento do mercado ocorrem através da criação, difusão e interpretação da informação propositadamente compilada sobre e para determinado mercado. Consequentemente a interpretação feita da informação veiculada será influenciada pelo contexto, que pode assumir a forma organizacional, política, cultural, mas esta informação poderá sempre ser e tem como objetivo transformar de alguma forma, consolidando até, a perspetiva dos agentes do meio. Independentemente da forma que tome, a informação serve para reduzir os níveis de incerteza que os agentes têm relativamente ao mercado. As fontes da informação tanto podem ser os pares profissionais ou do campo, como relatórios de vendas, informação de inventários, tabelas de vendas, artigos de imprensa, ou até meros rumores com ligações a percursos de ação passados, presentes e mesmo futuros (Anand e Peterson, 2000: 272).

Segundo Anand e Peterson os regimes de informação de mercado têm três características. A primeira é serem estes regimes informativos a providenciar o foco de atenção necessário para que um campo organizacional se estruture em redor do seu centro, a informação sobre o mercado. Em segundo lugar, ajudam os participantes ou agentes do campo a produzir sentido sobre a atividade do mercado em que se encontram, sendo que esse processo de fabricação de sentido é influenciado pela metodologia, pela abordagem e por todo o contexto de recolha da informação. Finalmente, os regimes de informação são política e socialmente construídos, estando carregados de assunções tomadas, à partida, como garantidas. Uma afirmação dos autores resume talvez com maior clareza o estatuto da informação sobre o mercado nos campos competitivos: *market information is the prime source by which producers in competitive fields make sense of their actions and those of consumers, rivals, and suppliers that make up the field* (Anand e Peterson, 2000: 271). Ou seja, é também uma poderosa ferramenta de estruturação dos campos competitivos e concorrenciais uma vez que cartografa as posições relativas dos vários intervenientes no campo.

Um regime de informação de mercado implica uma atualização regular sobre a atividade do mercado, com informação produzida por um fornecedor independente, apresentada de forma inteligível com uma frequência consistente, disponível para todas as partes interessadas a um custo acessível.

Assim desenhado o cenário teórico de necessidade de informação de mercado, para que se possa legitimar enquanto tal, mas também estruturar-se, organizar-se, centrar-se no seu objeto e respetivos concorrentes, a informação que possa ser proporcionada por análise estatística ao

sector do livro é, em termos práticos, para além da reivindicação dos agentes, para além do instrumento de redução de incerteza. É também ferramenta de informação de mercado que ajudará o campo a consolidar-se enquanto sector económico e industrial. Para isso também será necessário que a produção desta informação cumpra os requisitos de fiabilidade e regularidade necessários, invocados por Peterson e Anand, e reconhecidos pelos agentes que constituem o campo organizacional da edição de livros.

1.6. SÍNTESE

Neste capítulo situou-se o sector do livro no quadro de diferentes abordagens teóricas suscetíveis de o enquadrar e caracterizar. Assim, do ponto de vista do livro como indústria cultural, a ênfase está colocada nos produtos físicos (os livros). Como indústria criativa, enfatiza-se a exploração de direitos de produção industrial. Tanto num caso como noutro, estão presentes diversos fatores, com destaque para o fator incerteza. Entre outras abordagens, a que se coloca do ponto de vista do planeamento estratégico, contribui igualmente para entender a natureza dessa incerteza e as suas implicações na definição das estratégias, em particular das empresas.

Por fim, com a noção de regimes de informação de mercado, destaca-se a sua importância para os campos competitivos – como o do livro – e chama-se a atenção para o desenvolvimento de tais regimes como forma de tornar mais eficiente a gestão dos vários fatores implicados na edição e comercialização do livro, em particular quanto à incerteza que caracteriza, em especial, a edição.

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE O SECTOR DO LIVRO: MODELOS E FONTES

Este capítulo tem como objetivo contribuir para a definição de um sistema de produção e difusão de indicadores sobre o sector do Livro através da identificação dos modelos possíveis, suas fontes e respetivo enquadramento institucional.

Para tal traça-se uma panorâmica sobre os sistemas de produção de informação estatística sobre o livro na Europa, designadamente quanto a fontes utilizadas, sectores abrangidos e indicadores mobilizados. Em seguida, traça-se uma panorâmica dos discursos dos agentes em Portugal sobre as fontes estatísticas do sector do livro, seguramente um dos pilares de qualquer sistema de informação.

Importa ter em conta, desde logo, dois aspetos. Um é que os sistemas de informação, bem como as fontes de que se socorrem, podem ter diferentes enquadramentos institucionais públicos e privados, embora normalmente com uma forte componente pública, incluindo na tendência crescente de criação de observatórios do livro e da leitura. O outro aspeto é que, embora os métodos quantitativos e as fontes estatísticas sejam, pela natureza do objeto de estudo, privilegiados, importa salientar a relevância e, perante a discussão de certos problemas, a pertinência dos métodos qualitativos.

2.1. SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O SECTOR

A noção de *market information regimes* teorizada por N. Anand e Richard A. Peterson (2000) e aplicada por Kurt Andrews e Philip Napoli (2006) ao sector do livro nos EUA é o ponto de partida aqui utilizado. Esta noção é esclarecedora de como a apreensão e conhecimento de qualquer mercado (incluindo o do livro) ocorre mediante a criação, difusão e interpretação da informação propositadamente compilada sobre e para ele. Independentemente da forma assumida, sabe-se como a informação reduz o grau de incerteza dos agentes relativamente ao mercado e permite sustentar a tomada de decisões, designadamente quanto às estratégias editoriais a seguir. Como se referiu anteriormente, a existência de algum tipo de regime de informação, que ajude à consolidação económica e industrial dos campos organizacionais (ou seja, aquelas organizações

que, no seu conjunto, constituem uma reconhecida área institucional), pode consubstanciar-se nas mais variadas fontes, desde as conversas informais entre pares, as notícias da imprensa e as tabelas de vendas, até aos estudos de mercado, passando, no caso específico do sector do livro, pelos dados do sistema ISBN. Sendo todas elas relevantes, gozam, naturalmente, de diferentes estatutos quanto ao grau de cobertura do sector, ao rigor metodológico, à fiabilidade e à eficácia para o caracterizar.

Antes de passar a uma análise dos modelos de sistemas de produção de informação sobre o sector do livro valerá a pena distinguir desde já três aspetos. Um primeiro é que não é esperável que uma única fonte resolva todas as necessidades de informação, ou seja, que esteja na base de todos os indicadores indispensáveis ao seu acompanhamento. O segundo é que as fontes administrativas, pese embora as suas naturais limitações, devem merecer uma atenção redobrada na construção de um sistema de informação. Por um lado porque preexistentes (embora devam, em geral, ser objeto de um trabalho específico no sentido da sua utilização para fins estatísticos) e por outro porque há que evitar sobrecargas desnecessárias de pedidos de informação junto dos agentes do sector. E o terceiro aspeto é que importa ter em conta os contributos do sector público mas também os do sector privado ou, dito de outro modo, importará ter presente que nem o Estado se pode demitir da sua função na produção de informação sobre um sector cultural, nem será de esperar que, por si só, responda a todas as necessidades das entidades privadas.

Feitas estas referências, algumas questões centrais se colocam no plano internacional: que informação sobre o sector é produzida? Como se organiza? Quem a produz? Quem a compila? E quem a difunde?

Numa primeira abordagem, e de acordo com os estudos e os dados disponíveis sobre o sector nos planos nacional e internacional (Europa) é possível identificar diferentes modelos de enquadramento da produção de estatística sobre o livro.

Essa identificação será aqui feita através das respostas a seis questões: (i) Que fontes estatísticas são mais comumente utilizadas para descrever o sector do livro e sua evolução?; (ii) O que caracteriza cada uma delas?; (iii) Como se podem classificar essas fontes?; (iv) Que indicadores podem ser extraídos?; (v) Qual a relação é possível estabelecer entre as fontes e o enquadramento institucional por sector (público e privado)?; (vi) Que modelos de difusão de dados por país se podem identificar?

(i) Que fontes estatísticas são mais comumente utilizadas para descrever o sector do livro e a sua evolução?

São quatro as fontes a que mais frequentemente se recorre para descrever o sector, identificadas na documentação consultada: as *estatísticas nacionais* (através de vários projetos, com destaque para o Inquérito às Empresas, o Inquérito ao Emprego e o Inquérito ao Comércio Internacional, aliás todos eles harmonizados ao nível da União Europeia), o *Depósito Legal* (DL), o *International Standard Book Number* (ISBN), e os *inquéritos de sector* (*branch survey*, barómetros ou estudos de mercado).

(ii) O que caracteriza cada uma delas?

As *estatísticas nacionais* constituem uma relevante fonte de informação. Refira-se a este propósito a importância da *Recomendação sobre a normalização internacional das estatísticas relativas à edição de livros e publicações periódicas* (UNESCO, 1985). Com o intuito de fornecer informação normalizada acerca das diversas facetas da produção e distribuição de publicações impressas, a referida *Recomendação* adverte para a necessidade de cada Estado Membro pôr em prática um conjunto de princípios no que diz respeito a definições, classificações, e apresentação de dados estatísticos relativos a livros, periódicos e revistas.

No quadro da União Europeia, três projetos de produção de informação estatística adquirem atualmente especial relevância para este sector, uma vez que resultam de um esforço do EUROSTAT no sentido da uniformização (ou harmonização) de critérios na recolha de dados pelos institutos nacionais de estatística. Trata-se especificamente dos projetos relacionados com as empresas (*Structural Business Statistics*), o emprego (*Labour Force Survey*) e o comércio internacional (*Comext*), para os quais é possível, em cada país e no conjunto dos países da UE, extrair informação sobre o sector do livro, naturalmente comparável entre eles (ver, por exemplo, Beck-Domzalska, 2007: 78-85 e 178-182).

Por seu turno, o *Depósito Legal* consiste na obrigação¹² (legal) de um editor e/ou produtor de qualquer tipo de documentação depositar numa instituição nacional designada para o efeito um ou mais exemplares do material que editou ou produziu em múltiplas cópias e para uso público¹³.

¹² Com algumas exceções. Na Holanda, o Depósito Legal não é obrigatório (Schroeder e Steenkist, 2005: 8).

¹³ O princípio do sistema de Depósito Legal tem, na sua origem, um objetivo claro de desenvolver e preservar uma coleção de material impresso (incluindo o livro). Foi primeiro implementado em França (Séc. XVI) através de um decreto (o chamado Edicto de Montpellier) que proibia a venda de qualquer livro sem que primeiro

Ao longo da história do Depósito Legal os requisitos têm evoluído – sobretudo no que diz respeito aos suportes e tipos de publicações abrangidos, que não o livro impresso (por exemplo, materiais não livro, materiais audiovisuais e publicações eletrónicas), mas também relativamente ao número de exemplares em Depósito Legal (confinados a um ou dois exemplares em certos países ou ainda o depósito de vários exemplares com várias bibliotecas beneficiárias, como é o caso de Portugal) (Campos, 2005: 2-3).

Na maioria dos países a legislação referente ao DL consigna à respetiva biblioteca nacional a responsabilidade pela acessibilidade, divulgação e preservação da coleção nacional.

Sendo vários os modelos de dispositivos legais que, nos diferentes países, regem o Depósito Legal, o mais difundido é o modelo *que dispone que el depósito legal de una obra se rija por una ley particular determinada por una reglamentación exclusiva para éste (Francia, Grecia, Indonesia, Noruega, Sur África y Suecia, entre otros)* (Schroeder e Steenkist, 2005: 8). Noutros países o Depósito Legal integra disposições legais que regem outras matérias (como o direito de autor, por exemplo).

Mais recentemente, no quadro da União Europeia, o Depósito Legal parece ganhar relevância na discussão de um conjunto de estratégias relacionadas com a *biblioteca digital europeia* e o acesso a documentos eletrónicos¹⁴.

No que mais diretamente interessa ao presente estudo, o Depósito Legal tem vindo a ser utilizado como uma fonte na produção de informação estatística sobre o acervo bibliográfico editado em cada país *y se convierte en una fuente importante para comparar los niveles de publicación año a año, o mes a mes, según el grado de sistematización que tengan las entidades responsables* (Schroeder e Steenkist, 2005: 7). Acrescente-se que, no tocante a Portugal, o instrumento legal que regulamenta o Depósito Legal (Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março) refere, no seu artigo 3º, o estabelecimento de estatísticas nacionais como um dos seus objetivos.

Quanto ao *ISBN*, é um sistema numérico que visa normalizar, generalizar e melhor identificar livros e produtos semelhantes (folhetos impressos, publicações multimédia e eletrónicas) em qualquer parte do mundo.

tivesse sido depositado um exemplar na biblioteca do Rei (Francisco I). Este princípio viria a ser replicado noutros países.

¹⁴ A Federação dos Editores Europeus (FEE) e a Conferência de Bibliotecas Nacionais Europeias (CENL) apresentaram, em 2005, uma recomendação sobre o depósito legal digital às bibliotecas nacionais de países que ainda não desenvolveram uma estratégia nesta área (designadamente os novos Estados Membros). O depósito legal digital deverá incluir: definição do local de publicação, suporte de publicação, conteúdo, exclusões de depósito. Deverá ainda conter detalhes sobre o formato, momento do depósito, o número de cópias a depositar e acesso. Fonte: Syndicat National de L'Édition www.sne.fr acessado a 3 de setembro de 2008.

Criado nos anos 70 em Inglaterra, este sistema rapidamente se difundiu quer no sector da edição e comercialização de livros quer no domínio das bibliotecas. Esta expansão conduziu a que o ISBN viesse a ser definido numa normal internacional (ISO 2108).

O ISBN é regulado pela *International ISBN Agency* que coordena a atividade das diversas agências nacionais. O ISBN vigora em cerca de 160 países (Pimentel, 2007: 231).

Na generalidade dos países não é obrigatório por lei¹⁵, pelo que a participação/comunicação das editoras às agências nacionais de ISBN é voluntária.

Mais do que um mero identificador de livros e produtos semelhantes, o ISBN funciona como suporte de base para ferramentas de gestão editorial (pedidos, devoluções, inventário, contabilidade, controle de existências, etc.) (Pimentel, 2007: 231) e constitui, em alguns países, uma fonte relevante para as estatísticas do sector.

Relativamente aos *inquéritos ao sector* – a quarta e última fonte de informação estatística aqui considerada – saliente-se antes de mais a sua heterogeneidade. São diversos os propósitos com que são realizados (caracterização do sector, aprofundamento de um determinado segmento, ...), as perspetivas adotadas (estudos económicos, de mercado, sociológicos, etc.) e a regularidade com que são realizados.

Estes estudos fornecem geralmente dados detalhados do mercado (dados financeiros, dados físicos, informações sobre mercado nacional/externo, bens, consumos e direitos de autor e de propriedade intelectual) e das editoras (eventualmente de empresas de outras atividades como a distribuição e o retalho). São geralmente promovidos por instituições diferenciadas (quer públicas quer privadas, em particular organizações profissionais do sector), em parceria, isoladamente ou com o apoio da tutela da Cultura. Dada a heterogeneidade acima referida, apresentam inúmeras dificuldades comparativas tanto no plano nacional como transnacional.

(iii) Como se podem classificar essas fontes?

As três primeiras fontes cabem na classificação de fontes administrativas. Ou seja, quer o Depósito Legal, quer o ISBN são apropriações para fins estatísticos de dados administrativos cujo fim primordial é outro – gerir os respetivos sistemas. O mesmo carácter têm as estatísticas nacionais. Os dados são apropriados para fins estatísticos, segundo diretrizes nacionais e/ou europeias, a partir das declarações das empresas.

¹⁵ Saliente-se o caso espanhol, onde o ISBN é obrigatório por lei.

A quarta fonte não é classificável como tal mas sim como inquérito por questionário especificamente elaborado tendo em conta os objetivos de cada estudo e aplicado junto de um dado universo.

(iv) Que indicadores podem ser extraídos das várias fontes?

São vários os indicadores que podem ser extraídos a partir das quatro fontes anteriormente descritas. Por exemplo, a partir do Depósito Legal e do ISBN podem extrair-se diversos indicadores sobre o panorama editorial do país (editoras, títulos). As Estatísticas nacionais fornecem dados sobre diversas dimensões, possibilitando a comparação a nível europeu. Os inquéritos ao sector consideram diversas dimensões, maior desenvolvimento e maior aprofundamento – disponibilizando indicadores físicos, financeiros, da edição e da produção – variando de caso para caso, e estes de acordo com os objetivos em causa e as tradições nacionais ou, dito de outro modo, de acordo com o regime de informação de mercado do campo organizacional em cada país.

Os quadros que se seguem ilustram, para cada uma das fontes, os principais indicadores a que dão origem, tendo como termos de comparação três países: Espanha (quadro nº 1), França (quadro nº 2) e Inglaterra (quadro nº 3).

Quadro nº 1

Ilustração de indicadores por fonte: o caso espanhol

Fonte	Indicadores (relevantes)
<p>Depósito Legal <i>Estadística de la producción editorial de libros</i></p>	<p>Títulos y ejemplares editados por categorías de temas de la UNESCO</p>
<p>ISBN <i>Estadística de la edición española de libros con ISBN</i></p>	<p>Libros inscritos en ISBN por tipo de edición, naturaleza jurídica do editor, tipo de soporte e por ano Libros inscritos en ISBN por subsectores Libros inscritos en ISBN por comunidad autónoma Libros inscritos en ISBN por lengua de publicación y lengua traducida Libros inscritos en ISBN por precio Libros inscritos en el ISBN según características por subsectores Libros multimedia inscritos en el ISBN según características del formato que lo acompaña por subsectores Soportes distintos al libro inscritos en el ISBN según características por comunidad autónoma Soportes distintos al libro inscritos en el ISBN, de edición electrónica por formato Soportes distintos al libro inscritos en el ISBN, de edición electrónica por subsectores Editores con actividad y libros editados inscritos en ISBN por características del editor Editores con actividad y libros editados inscritos en ISBN por comunidad autónoma</p>
<p>Estadísticas nacionais/oficiais <i>Estadística de la producción editorial de libros (INE)</i></p>	<p>Número de títulos (libros y folletos) por categorías de tema (clasificación UNESCO) y periodo. Número de ejemplares (libros y folletos) por categorías de tema (clasificación UNESCO) y periodo. Tirada media (libros y folletos) por categorías de tema (clasificación UNESCO) y periodo. Número de títulos por tipo de edición, libros/folletos y periodo. Número de títulos (libros y folletos) por idioma de publicación y periodo. Número de títulos traducidos (libros y folletos) por idioma del texto original y periodo. Número de títulos por CCAA en que fueron editados y periodo. Número de títulos impresos (libros y folletos) por lugar de edición y periodo.</p>
<p>Inquéritos ao sector <i>Estudio del perfil del sector de la distribución de libros y publicaciones periódicas (FANDE)</i></p>	<p>Títulos y ejemplares editados por comunidad autónoma Empresas distribuidoras de libros y publicaciones periódicas asociadas a FANDE según el tipo de producto mayoritariamente distribuido por volumen de facturación, núcleos de población y puntos de venta atendidos Facturación de las empresas distribuidoras de libros y publicaciones periódicas asociadas a FANDE según el tipo de producto mayoritariamente distribuido por los canales de distribución utilizados Facturación de las empresas distribuidoras de libros y publicaciones periódicas asociadas a FANDE según el tipo de producto mayoritariamente distribuido por producto distribuido</p>
<p><i>Comercio Interior del Libro en España (FEGEA)</i></p>	<p>Empresas editoriales agremiadas en FEGEA por tamaño y gremio Títulos vivos en catálogo y facturación de las empresas editoriales agremiadas en FEGEA por materia Facturación de las empresas editoriales agremiadas en FEGEA por canales de distribución</p>

Fontes: OAC a partir de (ERIES-DAFSA, MC/DEP e EUROSTAT, 1996; FEGEA, 2007; FANDE, 2007).

Quadro nº 2

Ilustração de indicadores por fonte: o caso francês

Fonte	Indicadores (relevantes)
Depósito Legal <i>Bibliothèque Nationale de France (BnF)</i>	Evolution des dépôts et du nombre de déposants Evolution des entrées par dépôt légal éditeur (Nombre de dépôts effectués, Nombre d'unités physiques déposées) Evolution thématique de l'édition
ISBN <i>Agence Francophone pour la Numérotation Internationale du Livre (AFNIL)</i>	(...)
Estatísticas nacionais/oficiais <i>Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE)</i>	Indice d'évolution du chiffre d'affaires total Le prix des livres en 2006 (total et par catégories) et par l'indice général des prix à la consommation) Exportations et Importations (...)
Inquéritos ao Sector <i>Enquête de branche (Syndicat National de L'Edition + Ministère de L'Industrie)</i>	Le chiffre d'affaires des éditeurs (<i>en prix de cession éditeur</i>) par ventes de livres, cessions de droits et ensemble Le nombre d'exemplaires vendus Les droits d'auteur (versés par les éditeurs) Le tirage moyen (<i>hors fascicules</i>) Le poids des livres de poche (% de la production en titres ; % de la production en exemplaires; % des exemplaires vendus, % des ventes des éditeurs)
<u>Centrale de l'édition/SNE</u> <i>Statistiques douanières retraitées</i>	Les exportations de livres en 2005 (<i>en prix de cession des intermédiaires</i>)
<u>Centrale de l'édition/SNE</u> <i>Enquête Échange de droits</i>	Les cessions de droits cédés à l'exportation en 2005
<u>panel I+C/Livres Hebdo</u> <i>(enquête téléphonique)</i>	L'évolution des ventes en valeur et en volume par année
<u>panel Ipsos culture</u>	L'évolution des ventes: ventes sorties de caisse
<u>panel GfK</u>	Le nombre de références vendues par année L'évolution des ventes: ventes sorties de caisse Le nombre de références vendues par année
<u>TNS-Sofres pour OEL/CNL</u> <i>Achats de livres d'un panel de 10.000 personnes de 15 ans</i>	Les canaux de vente en 2005 (<i>répartition des achats en valeur</i>)

Fontes: OAC a partir de (ERIES-DAFSA, MC/DEP e EUROSTAT, 1996; Lupovici, 2006) e da informação disponível no site do Syndicat National de L'Édition <www.sne.fr>.

Quadro nº 3

Ilustração de indicadores por fonte: o caso inglês

Fonte	Indicadores (relevantes)
<p>ISBN</p> <p><i>Nielsen bookdata</i> (former Whitaker Information Services)</p>	<p>Number of UK publishers registering for their first ISBN prefix Number of New and Revised Titles Published (by major Subject Areas) Breakdown by New, Reprints and New Editions Comparison of new and revised titles in UK with number of English Language Titles published globally</p>
<p>Estatísticas nacionais/oficiais</p> <p><i>Product and Sales & Trade</i> <i>UK Business: activity, size and location</i> (Office for National Statistics)</p>	<p><i>Total Turnover of Book Publishers</i> <i>Number of VAT – Based Book Publishers (by Turnover Bands, by Employment Size)</i> <i>Number of VAT-Based Retailers of Books, Newspapers and Stationery 2007 (By Sales revenue, by Employees)</i></p>
<p>HM Revenue & Customs¹⁶</p>	<p>UK Export destinations for books (value per country and per year) UK Export destinations for books (ranking)</p>
<p>Inquéritos ao sector</p> <p><u>The Publishers Association</u></p> <p><i>PA Sales Monitor</i> [since 2000 monthly collecting sales data from distributors and large publishers¹⁷]</p> <p><i>PA Rights Survey</i> (biennial data on rights and co-edition income)</p> <hr style="border-top: 1px dashed black;"/> <p><u>BML - Book Marketing Ltd.</u></p> <p><i>Books and the Consumer (Survey)</i> (monitor of consumer book purchasing in Great Britain)</p>	<p>Total Sales (Home Vs. export) Total Sales (Returns) Home Sales by category (volume, value, average invoice price) Export Sales by category (volume, value, average invoice price)</p> <p>Total income from rights and co-editions</p> <hr style="border-top: 1px dashed black;"/> <p>Estimated amount spent by consumers aged 12-74 per year Source of Purchase by volume and Value per year</p>

Fonte: OAC a partir de (ERIES-DAFSA, MC/DEP e EUROSTAT, 1996) e da informação disponível no site The Publisher Association <www.publishers.org.uk>.

¹⁶ Entidade que sucedeu, em 2005, ao Department of Trade & Industry.

¹⁷ Até ao ano 2000 existia o Annual Survey (apenas para associados).

(v) Qual a relação é possível estabelecer entre as fontes e o enquadramento institucional por sector (público e privado)?

O quadro nº 4 sintetiza as tendências gerais do enquadramento institucional referente às fontes estatísticas do sector do livro na Europa.

Quadro nº 4

Enquadramento institucional referente às fontes estatísticas do sector do livro (Europa)

Fonte	Enquadramento institucional
Estatísticas nacionais/oficiais	Organismos oficiais responsáveis pela produção de estatísticas harmonizadas a nível europeu (institutos nacionais de estatística) e Eurostat
Depósito Legal	Obrigatório (exceção Holanda). Gerido pelas bibliotecas nacionais / tutela da cultura
ISBN	Facultativo, voluntário (exceção: Espanha). Gerido pelas agências nacionais de ISBN – normalmente bibliotecas nacionais mas também organizações privadas, associativas ou empresas
Inquéritos ao sector	Promovidos por diversas instituições públicas (ex: organismos tutelados pelo Ministério da Cultura) e privadas (organizações profissionais do sector), em parceria ou isoladamente, em alguns casos com o apoio do Ministério da Cultura

Que conclusões retirar deste quadro? São essencialmente quatro: (i) desde logo que as estatísticas nacionais (ou oficiais) são, como o próprio nome indica, da responsabilidade dos Estados, embora com a particularidade de se tratar de um dos poucos (o único, se se considerar o sector mais geral da edição) sectores culturais que são objeto de apuramento estatístico, e para mais harmonizado a nível europeu; (ii) que o Depósito Legal é, por norma, uma responsabilidade do Estado; (iii) que, pelo contrário, o ISBN é, por norma, gerido por uma entidade privada; (iv) e que os inquéritos ao sector são, com alguma frequência realizados por entidades privadas com apoio financeiro e/ou técnico do Estado.

Do conjunto de fontes consideradas ressalta com clareza a proximidade – no que diz respeito aos indicadores que permitem construir – entre Depósito Legal e ISBN. Num estudo sobre o Depósito Legal nos países da América Latina e sobre as estatísticas comparadas no sector do livro, os autores chamam à atenção para a necessária (e recomendada) similaridade de procedimentos no registo de Depósito Legal e de ISBN em cada país. Os autores fazem notar que *lo ideal es que haya un balance entre las cifras entregadas por estos dos registros [Depósito Legal e ISBN], lo cual, si puede ser corroborado por cifras arrojadas por investigaciones de otros*

organismos que den cuenta de la producción bibliográfica en un país, indicaría que los procesos de registro en todos los niveles nacionales se llevan a cabo de manera adecuada (Schroeder e Steenkist, 2005: 31-32). Os autores advertem ainda para o facto de que grandes discrepâncias entre os valores obtidos a partir destas duas fontes apontarem para uma insuficiente cobertura de uma delas – aquela da qual se obtém um menor número de registos.

(vi) Que modelos de difusão de dados por país se podem identificar?

Para a difusão dos dados identificam-se diferentes combinatórias das fontes referidas, sendo que os modelos mais desenvolvidos utilizam complementarmente as 4 fontes. O que se compreende porque, com exceção do Depósito Legal (DL) e do ISBN, elas produzem, de facto, indicadores complementares, ou seja, as fontes não são mutuamente exclusivas, antes se completam.

Quanto ao DL e ao ISBN, chama-se à atenção para dois casos: o espanhol em que o modelo de produção e difusão da informação se baseia no ISBN, obrigatório por lei e gerido pela agência nacional (a cargo do Ministério da Cultura) em detrimento do DL; e o caso francês em que o modelo de produção e difusão se baseia no Depósito Legal, em detrimento do ISBN. A informação estatística retirada a partir desta fonte é extremamente exaustiva e completa – veja-se, por exemplo, o relatório anual produzido pela *Bibliothèque Nationale de France* (Lupovici, 2006).

De certo modo, entre uma e outra fonte, a opção depende em boa medida da eficiência e fiabilidade técnica, do grau de desenvolvimento que cada uma apresenta na resposta ao que dela se pede, podendo optar-se pela mais fiável. Ou criando as condições para que pelo menos uma delas seja fiável.

Como se pode constatar a partir do quadro nº 5, a difusão dos dados é feita de diversas formas. A disponibilização anual dos dados é a mais usual através de uma publicação (própria ou integrando dados estatísticos referentes a outros sectores, ou agregando as várias fontes do sector) e/ou, mais recentemente, através da Internet.

O acesso à informação é geralmente pago (aquisição da publicação ou subscrição). A informação é gratuita para os associados das organizações profissionais que promovem a recolha de informação estatística.

Em síntese, quanto a um sistema de informação do sector a criar em Portugal, são fontes basilares as estatísticas nacionais ou oficiais, os inquéritos ao sector e, em alternativa, o aproveitamento para fins estatísticos ou do Depósito Legal ou do ISBN (quadro nº 6).

Quadro nº 5

Fontes estatísticas do livro na Europa por País, Sector, Tipo, Cobertura, Âmbito geográfico e Modo de difusão

País	Fonte	Sector	Tipo	Cobertura	Âmbito geográfico*	Modo de difusão
Bélgica	Bibliothèque Royale	Público/cultura	Depósito Legal	Registo de livros	Nacional	Dados disponibilizados anualmente
	VBVB (Association des éditeurs belges néerlandophones)	Privado/ Org. profissional	Mercado	Editores membros da associação	Parcial	Dados disponibilizados anualmente: gratuito para membros da associação; vendido em livrarias
	ADEB (Association des éditeurs belges de langue française)	Privado/Org. profissional	Mercado	Livros publicados pelos membros da associação	Parcial	-
Dinamarca	Dansk Biblioteks Center	Público/cultura	Depósito Legal	Registo de publicações	Nacional	Publicação anual
	Den Danske Forlaeggerorening	Privado/Org. profissional	Mercado	Livros publicados pelos membros da associação	Nacional	Dados não publicados
Alemanha	Börsenverein des deutschen Buchhandels	Privado/Org. profissional	Mercado	Atividades de Edição e difusão	Nacional	Publicação anual
	Bundesanstalt für Arbeit	Público	Administrativo	Emprego	Nacional	Publicação anual
	Statistisches Bundesamt	Público	Administrativo	Volume de negócios	Nacional	Publicação anual
Grécia	Recherche, Livres et Statistiques	Privado	Mercado	Produção de livros	Nacional/Regional	Publicação anual
	Greek National Book Centre	Público	Práticas culturais / Leitura	Frequência da Feira do Livro e hábitos de leitura dos visitantes	Nacional	Publicação anual (gratuita)
Espanha	Ministerio de Cultura	Público/cultura	ISBN	Exploração dos dados agência ISBN + INE + FEDECALI + Grémio Editores espanhóis	Nacional/Regional	Publicação anual
	Instituto Nacional de Estadística	Público	ISBN + Depósito legal	Títulos publicados num ano	Nacional/Regional /Local	Publicação anual
França	Bibliothèque Nationale de France	Público	Depósito Legal	Registo de publicações	Nacional	Publicação anual
	Syndicat National de l'Édition	Org. profissional	Inquérito	Editores (quer sejam ou não associados)	Nacional	Publicação anual
Irlanda	The Arts Council/ Coopers and Lybrand / The Irish Book Publishing Association	Público/ Privado / Org. Profissional	Administrativo + Inquérito	Livros (inclui escolares)	Nacional	Pontual, através de publicação

País	Fonte	Sector	Tipo	Cobertura	Âmbito geográfico*	Modo de difusão
Itália	Istituto Nazionale di Statistica – ISTAT	Público	Inquérito	Obras publicadas durante o último ano	Nacional	Publicação anual
Holanda	Centraal Bureau voor de statistiek (CBS)	Público	Inquérito	Editores com pelo menos 20 funcionários	Nacional	Publicação anual (dados parciais)
Áustria	Österreichische Nationalbibliothek	Público	Compilação de dados	Produção de livros (primeiras edições e reedições)	Nacional	Publicação anual
Portugal	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL)	Org. profissional	Inquérito	Editores e Distribuidores	Nacional	Dados difundidos pelo INE (até 1998)
	Ministério da Cultura	Público	Administrativo	Obras depositadas (Depósito Legal)	Nacional	Dados difundidos e publicados pelo INE
Finlândia	Statistics Finland	Público	Diversos	Livros (produção)	Nacional	Publicação anual
Suécia	Kungliga Biblioteket	Público/cultura	Depósito legal	Registo publicações	Nacional	Publicação anual
	Svenka Bokförläggare Foreningen	Org. profissional	Inquérito	Editores membros da associação	Nacional	Publicação anual
Reino Unido	Publishers Association	Org. profissional	Inquérito por amostragem	Livros para o grande público, escolares, técnicos e universitários	Nacional	Publicação anual
	Central Statistics Office (CSO)	Público	Inquérito exaustivo	Editores com mais de 20 funcionários	Nacional	Publicação anual
	Overseas Trade Statistics (OTS)	Público	Administrativo	Valores referentes à importação e exportação de livros	–	–
	Jay Whitaker and sons Bibliographic	Privado	Inquérito aos editores	Títulos publicados por editores sedeados no Reino Unido	Nacional	Publicação anual
	Book Marketing Ltd.	Privado	Inquérito por amostragem	Títulos publicados, Distribuidores, Hábitos de consumo	Nacional	Subscrição
	British Market Research Bureau (BMRB)	Privado	Inquérito por amostragem	Aquisição de livros	Nacional	Subscrição

Fonte: ERIES-DAFSA, MC/DEP e EUROSTAT (1996: 82-118).

Nota: i) No presente quadro excluem-se as instituições que apenas produzem estatísticas relacionadas com direitos de autor: Wort (Alemanha), The Society of Authors (Reino Unido).

* Tradução de “champ géographique” pretendendo identificar o âmbito geográfico coberto pela fonte estatística.

Quadro nº 6

Sistema de produção de informação sobre o Sector do Livro (edição) em Portugal

Fonte	Indicadores	Tipo de fonte*	Base temporal	Comparação internacional	Vantagens	Desvantagens
ISBN	Expetativas de edição <i>Número de ISBN atribuídos</i> <i>Número de Entidades registadas</i>	Administrativa, privada	Anual e Infra-anual	Forte, direta	Abrange todas as entidades que editam livros, não se limita às empresas. Permite uma aproximação aos títulos editados, embora em rigor não se possa falar de edições mas de expetativas de edição, com um desfasamento mínimo entre a data de referência e a de disponibilização dos dados; permite séries estatísticas longas.	Os indicadores disponíveis são ainda muito limitados, embora possa disponibilizar mais. Fornece poucos dados de caracterização da edição.
Depósito Legal	Edição efetiva <i>Registos de Depósito legal atribuídos</i> <i>Títulos (monografias) Impressos</i> <i>Títulos registados por Tema</i> <i>Títulos (monografias) depositados</i>	Administrativa, pública	Anual e Infra-anual	Relativa	Permite indicadores de edição – títulos; permite séries estatísticas longas.	Os indicadores disponíveis são limitados. Fornece poucos dados de caracterização da edição. O atual desfasamento temporal entre data de referência e de disponibilização dos dados pode ser resolvido com mais investimento.
Sistema estatístico nacional (INE) e europeu (Eurostat)	Inquérito às Empresas/IES – Informação Empresarial Simplificada <i>Volume de negócios das empresas</i> <i>Pessoal ao serviço das empresas</i> Inquérito ao Comércio Internacional <i>Comércio Internacional de livros, brochuras e impressos semelhantes por país e por ano (ENTRADA e SAÍDA DE BENS)</i>	Aproveitamento de fontes administrativas	Anual	Forte, direta nos inquéritos harmonizados no Eurostat	Permite a construção de séries estatísticas longas, tecnicamente controladas, comparáveis à escala da UE.	Nomenclaturas e/ou dados difundidos com frequência não são suficientemente detalhados e para mais sujeitos frequentemente a segredo estatístico. Desfasamento temporal entre o ano de referência dos dados e a sua difusão. Fraca caracterização do sector. Fraca adequação à mudança.
Inquéritos ao Sector	Financeiros (volume de negócios, despesas e receitas em determinadas rubricas), físicos (títulos, tiragens, exemplares) com cruzamentos (por dimensão da empresa, categoria editorial, etc.). Atividade editorial no mercado interno e externo.	Inquérito por questionário	Anual	Fraca	Permite uma caracterização detalhada do sector. Adequação rápida às situações emergentes e à mudança.	Depende da colaboração dos editores pelo que a (baixa) taxa de resposta é frequentemente um problema

* Fonte 'administrativa', de acordo com a Lei nº 22/2008 de 13 de maio (Lei do Sistema Estatístico Nacional), tem origem em organismos públicos.

2.2. AS CLASSIFICAÇÕES E AS ESTATÍSTICAS DO SECTOR DO LIVRO

O imperativo do desenvolvimento das estatísticas para o sector do livro está obviamente relacionado com as classificações utilizadas. Pelas significativas implicações na informação sobre o sector, a questão dos géneros e categorias editoriais constitui um problema empírico central.

Basicamente foi-se detetando, ao longo das diferentes fases de levantamento de informação sobre o sector do livro em Portugal (nos inquéritos, nas estatísticas...), a inexistência de uma nomenclatura comum aos seus agentes, com o caso mais gritante a situar-se ao nível da multiplicação de classificações dos géneros editoriais. A dispersão comprovada pelo recurso, ora a classificações próprias, ora a adaptações, ora à Classificação Decimal Universal (em anexo nº 1), limita a recolha de dados e constitui um problema que haverá que enfrentar no sentido de o tentar resolver. A própria APEL, por exemplo, reconhece um conjunto de grandes categorias mas acaba, na prática, por atomizar as designações utilizadas tornando difícil a sua agregação nas grandes categorias (Freitas, 1998: 18-19).

A noção de *convenções partilhadas* teorizada por Howard S. Becker é particularmente relevante neste contexto. Esta noção – que, segundo o autor, constitui uma dimensão central no funcionamento dos mundos artísticos (Becker, 1984[1982]) – é aqui manifesta pela sua ausência (porque atomizada) entre os profissionais do sector.

Assim, a inexistência de um modelo partilhado de designação de livros – ou, recordando Becker, a falta de uma convenção – é tanto mais significativa quanto denota, no caso português, atraso no desenvolvimento de um sistema de classificações e de indicadores a aplicar em contexto europeu. Como se referiu anteriormente, desde 1985 que a UNESCO aprovou uma recomendação para a normalização internacional das estatísticas relativas à edição de livros e publicações periódicas.

O panorama do livro em França merece a este respeito especial destaque, uma vez que, no quadro de uma associação profissional (*Syndicat National de l'Édition*) se promove a estruturação e a atualização contínua da nomenclatura editorial utilizada, cuja primeira versão data de 1954 (da CLIL – Commission de Liaison Interprofessionnelle du Livre), e a última de 2007 (SNE, 2006)¹⁸.

¹⁸ No inquérito por questionário no âmbito do presente estudo optou-se por construir uma listagem de géneros e categorias editoriais tendo por base a nomenclatura editorial francesa – ver anexo nº 5 da parte II (Neves, Santos e Vaz, 2012).

2.3. DISCURSOS NA IMPRENSA SOBRE AS ESTATÍSTICAS DO LIVRO

A análise do sector do livro passa naturalmente pela reflexão sobre o alcance e os limites das estatísticas produzidas. Os dados disponibilizados são, com alguma frequência, objeto de forte controvérsia pública. Em Portugal foi o que se verificou com particular intensidade até meados da primeira década do século XXI. Mas também noutros países essa controvérsia está presente com alguma frequência. Disso são exemplo os dois excertos relativos a França e ao Canadá que a seguir se transcrevem.

Les éditeurs ne sont pas contents. Alors que le marché traverse une grave crise, les grandes maisons d'édition (Actes Sud, Albin Michel, Flammarion, Gallimard, Grasset, Robert-Laffont, Fayard, XO...) contestent avec force les chiffres de vente des romans, documents et essais établis par Livres Hebdo et Ipsos. Ils considèrent que l'institut de sondage abaisse de 30% la réalité des ventes. Une lettre exprimant leur courroux a donc été expédiée à l'hebdomadaire professionnel qui devrait en publier des extraits vendredi prochain. Les signataires, avec à leur tête Bernard Fixot, PDG des Éditions XO, accusent le magazine et Ipsos de «noircir de manière inexacte le tableau» et «d'une méconnaissance du marché». Selon eux, les quinze meilleures ventes sont sous-évaluées d'un million d'exemplaires par Ipsos; Cette affaire pointe le manque d'organisme interprofessionnel comme il y en a dans le cinéma ou dans la presse. «Il est nécessaire de se doter d'une autorité indépendante», insiste Serge Eyrolles, président du Syndicat national de L'édition. En France, seuls 250 points de vente sur 12 500 sont reliés à un serveur qui comptabilise les ventes en caisses.

Outre-Manche, pratiquement toutes les librairies (93% des ventes) sont connectées. Ce suivi en temps réel a aussi l'avantage de limiter les retours des livres dont la gestion pour les éditeurs est onéreuse», indique Denis Mollat, le président du Cercle de la librairie. Le SNE a caressé un temps l'idée à se doter d'un tel système. Le Cercle de la librairie, dont la filiale Electre gère les données bibliographiques destinées aux professionnels et publie Livres Hebdo, se verrait bien dans ce rôle de référent. Mais c'est justement lui que les éditeurs ont dans leur ligne de mire.

“Polémique sur les ventes de livres”, em *Le Figaro*, 30 janeiro 2007

Data for 2004 should not be compared with data released previously on this industry since significant changes to the survey of book publishers have been made. So that key changes in the industry can still be determined, this release includes data that were produced for 1998 and 2000 using the new 2004 methodology. The data are now collected using a sample and represent 95% of total revenue earned by the book publishing industry. The survey frame is based on a central Statistics Canada database of businesses that have been classified through the use of the North American Industry Classification System (NAICS). Self publishers, vanity publishers and print on demand publishers were not previously considered as book publishers but are now included in the survey according to NAICS. In addition, exclusive agents who earn at least 10% of their revenue from book publishing are considered in scope for the survey; pure exclusive agents are excluded.

“Book publishers”, em *The Daily*, 30 junho 2006

Importa, contudo, abordar com mais detalhe a controvérsia sobre as estatísticas do sector em Portugal. As suas repercussões na imprensa podem ser tomadas como referente. Assim, neste tópico ilustram-se os discursos dos agentes do sector sobre as estatísticas do livro refletidos na imprensa no período 2000-2007¹⁹.

Para uma melhor sistematização e compreensão do tratamento jornalístico do tema, e à semelhança do que foi realizado no estudo sobre as *Dinâmicas da Aplicação do Preço Fixo do Livro* (Santos e Gomes, 2000), faz-se agora um apanhado das posições dos editores sobre a matéria em causa. Consideram-se, aqui, três dimensões de análise: i) existência ou inexistência de estatísticas do sector do livro; ii) fiabilidade (das mesmas); iii) competência na produção de estudos estatísticos.

A maior parte dos artigos analisados foca a ausência de estatísticas sobre o sector editorial, alguns deles remetem essa lacuna para a ausência de intervenção do Estado nesta matéria e outros para a importância da sua realização, para melhor conhecer o mercado e otimizar a forma de atuação.

.... Mas há indefinições dos sucessivos governos relativamente a matérias cruciais como a inexistência de dados estatísticos desde 1999. (...) A estatística é uma ferramenta essencial, não dispomos de índices de leitura, quais os autores que se editam mais, ou origem das traduções. Falamos uns com os outros mas não temos dados certos, se se vende mais livros de culinária se de psicologia, ou quantos se vendem de cada área.

“Negócio do livro está estrangulado”, *Primeiro de Janeiro* (on-line), 7 abril 2006

Na sua maioria, abordam a questão da inexistência de informação ou, quando existente, a fraca fiabilidade dos dados.

Uma opinião partilhada pelo sector já que o método utilizado – inquérito – nem sempre é respondido pelos editores e quando é muitas vezes mistura alguns conceitos fundamentais como facturação dos editores, custos de publicação e vendas o que desvirtua a análise estatística. Uma realidade penosa

¹⁹ A pesquisa foi feita a partir de uma base de dados de artigos de imprensa disponibilizada ao OAC pelos Serviços do MC. Seguiu-se um protocolo de pesquisa através do recurso a diversas palavras-chave e a diversos termos com elas relacionadas (do mais geral para o particular). Assim sendo, foram selecionados, numa primeira fase, os artigos que se referiam a “Estatísticas do livro”, numa segunda fase, artigos que se referiam a Estatísticas do livro, lado da oferta e, numa terceira fase, selecionaram-se os artigos que, pelo menos, focassem uma das dimensões acima mencionadas.

para a APEL, que se debate anualmente com a indisciplina dos associados e que dada a confidencialidade das respostas nem sequer pode elaborar o "ranking" das editoras nacionais.

"Fusões chegam às editoras", *Expresso*, Secção de economia, 28 outubro 2000

As estatísticas são falsas. Baseiam-se em informação que a própria APEL diz que recebe e passa ao Instituto Nacional de Estatística, que se limita a divulgá-la. A UEP está em conversações com o INE para alterar isso. O actual processo é primitivo e do universo não constam editoras como a D. Quixote, a Editorial Presença ou as Publicações Europa-América. Há dezenas e dezenas de editoras que não fornecem informação à APEL. Só fornecerão estatísticas ao Estado ou a uma entidade isenta.

"Escolas não ensinam a ler", *Diário de Notícias* (on-line), 11 junho 2001

"Não faz sentido que este sector não disponha de estatísticas fiáveis e credíveis", declarou ao D.N António Baptista Lopes, presidente da APEL, a associação que representa editores e livreiros. Até há cerca de dois anos, as estatísticas sobre o livro estavam, precisamente, a cargo da APEL e eram financiadas pelo IPLB. Mas, perante a insistente ausência de números "credíveis", há muito que os editores reclamavam que o levantamento dos dados devesse ser entregue a uma entidade independente do sector, nomeadamente ao Instituto Nacional de Estatística (INE). É o caso do próprio Baptista Lopes: "Esta é uma decisão política que tem de partir do IPLB e que é do interesse geral", concluiu. Também Nelson de Matos, director-geral de edições da Ambar, chama a atenção dos responsáveis pela Cultura para a necessidade de um retrato mais rigoroso do sector. "Seria bom que conseguíssemos voltar a ter números fiáveis sobre o nosso trabalho." Até agora, cada editora recorre a estudos de mercado próprios para definir as respectivas políticas editoriais. Mas, como refere Francisco Vale, da Relógio d'Água, isso não permite ver as oscilações do conjunto do sector. "O nosso mercado tem características específicas e o que é sucesso lá fora não é êxito garantido aqui", salienta Alexandre Manuel, da Casa das Letras.

"Mais títulos e algumas receitas de sucesso", *Diário de Notícias*, 17 setembro 2005

Por último, a maior parte dos artigos que referem a quem deve competir a realização de estudos sobre o sector editorial, atribui essa missão ao INE e alguns ao Observatório das Actividades Culturais.

Mas, perante a insistente ausência de números "credíveis", há muito que os editores reclamavam que o levantamento dos dados devesse ser entregue a uma entidade independente do sector, nomeadamente ao Instituto Nacional de Estatística (INE). É o caso do próprio Baptista Lopes: "Não faz sentido que o livro seja excluído das estatísticas do INE", declarou, acrescentando ainda ser este um dos assuntos na APEL, em vésperas das eleições para a nova direcção, convocadas para o próximo dia 20.

"Mais títulos e algumas receitas de sucesso", *Diário de Notícias*, 17 setembro 2005

Do total dos artigos encontrados relacionados com as estatísticas do sector do livro do lado da oferta (14), publicados entre os anos de 2000 e 2007, a maioria faz alusão à inexistência de estatísticas e à fiabilidade (neste caso, ausência de) e mais de metade a quem deve competir a produção de estudos estatísticos nesta área. O ano de 2006 foi o que registou a maior cobertura e reflexão jornalísticas sobre estatísticas do sector do livro²⁰ e 2000, 2001 e 2007 os que registaram o menor número. Ressalva-se a ausência de produção de artigos jornalísticos, entre os anos de 2002 e 2004, neste âmbito.

Na maior parte dos artigos, intervêm jornalistas, cujo discurso assenta, principalmente, nos depoimentos dos agentes do sector do livro, que de resto, também são intervenientes ativos nos mesmos.

2.4. SÍNTESE

Neste capítulo abordaram-se essencialmente três pontos: modelos de sistemas de informação sobre o sector; as classificações; as repercussões mediáticas das polémicas sobre as estatísticas do sector. Quanto ao primeiro, e especificamente quanto a um sistema informação do sector a criar em Portugal (assimilando-se, naturalmente, que ele não existe, o que este *Inquérito* deixa claro) são fontes basilares as estatísticas nacionais ou oficiais, os inquéritos ao sector e, em alternativa, o aproveitamento para fins estatísticos ou do Depósito Legal ou do ISBN. Entre estes dois últimos importa ter em conta que o primeiro é gerido por uma entidade pública (a BNP) o segundo por uma entidade privada não lucrativa (a agência nacional está sedeadada na APEL). Decorre do presente *Inquérito* que ambas apresentam, no momento da sua realização, graves limitações para os objetivos em causa. Compete, de certo modo, à tutela pública do sector e, em última análise, ao MC, decidir qual adotar e quais as medidas e meios devem ser implementadas.

Do ponto de vista das instituições envolvidas num tal sistema, importa salientar que ao Instituto Nacional de Estatística e à tutela pública do sector se somam, em geral, as associações representativas dos profissionais, em particular os da edição. E se somam igualmente instituições científicas e de investigação. Os observatórios do livro e da leitura existentes ou em implementação em vários países sintetizam estas diferentes pertenças institucionais e funções no sistema. Em todo o caso, um sistema de informação não é pensável sem o concurso empenhado de todas elas.

Quanto às classificações, salienta-se a relevância do trabalho a realizar pelos profissionais do sector em torno dos géneros e categorias editoriais em uso, classificações capazes de,

²⁰ Em 2006 realizou-se o 2º Congresso de Editores, pelo que muitos dos artigos de imprensa analisados surgem a propósito do referido evento.

simultaneamente, refletir as práticas profissionais, contribuir para a arrumação das obras editadas e comercializadas e sustentar uma recolha de informação detalhada a partir de convenções amplamente partilhadas pelos agentes do sector.

Finalmente resulta claro que as estatísticas do livro foram, e são, objeto de polémica no espaço público tanto em Portugal como noutros países – o que não quer dizer que os motivos de controvérsia sejam exatamente os mesmos ou que, talvez mais importante, o nível de desenvolvimento das referidas estatísticas seja comparável entre Portugal e os países aqui citados – embora, em Portugal, a referida controvérsia tenha diminuído com o lançamento do presente *Inquérito* em 2007. Para além da sua anterior sede (a APEL), salienta-se o papel que o INE deveria ter quanto aos inquéritos ao sector. Contudo, neste plano, importa ter em conta que, como se mostrou ao longo deste capítulo, aos institutos nacionais de estatísticas europeus compete, normalmente, a difusão de dados das estatísticas nacionais que apuram sobre o sector.

3. A EDIÇÃO DE LIVROS

O sector do livro é composto por um conjunto de intervenientes que desempenham atividades específicas nas várias fases, desde a produção até à comercialização, passando pela impressão, marketing, logística ou distribuição. Um dos principais intervenientes neste processo, que corresponde em grande medida à produção do livro, são as editoras. Procurou-se, através da análise de diversas fontes, se bem que com diferentes estatutos, obter informação necessária à quantificação e à caracterização, ainda que sumária, das entidades editoras de livros.

Este capítulo aborda a edição sob diversas perspetivas, que o mesmo é dizer de acordo com diversas fontes recenseadas. Trata-se a informação oriunda do INE e que corresponde à noção de editoras como empresas cuja atividade principal é precisamente a edição de livros. Trata-se igualmente a informação proveniente do ISBN e que corresponde, grosso modo, a todas as entidades que editam pelo menos um livro num dado período. Comparam-se de seguida listagens de editores que correspondem a várias outras fontes. Note-se que os registos de cada uma das referidas fontes não é necessariamente exclusiva, antes ocorrem, com frequência, a inclusão de uma mesma entidade em duas ou mais fontes. Mas o objetivo é mostrar que, consoante a fonte em causa, assim se obtêm dados diferentes.

Com efeito, convém ter presente que a atividade de edição de livros não obedece a qualquer regulamentação e que se trata de uma população largamente em aberto. Por outras palavras, é editor quem quer ou se reivindica de tal condição.

O capítulo inclui ainda três outros tópicos cuja informação de base foi produzida no âmbito do *Inquérito*. Traça-se um panorama dos grupos empresariais através de algumas ilustrações, apresentam-se os resultados do levantamento das marcas ou chancelas de edição de livros e, a terminar, caracteriza-se sinteticamente o panorama da edição académica – uma franja editorial que apresenta alguma dinâmica mas que escapa (como outras franjas, como por exemplo a institucional) às estatísticas nacionais.

3.1. EMPRESAS EDITORAS COMO ATIVIDADE PRINCIPAL

A fonte Instituto Nacional de Estatística (INE) considera as editoras de livros como as empresas que desenvolvem essa atividade a título principal. O instrumento de recolha de informação é o Inquérito Anual às Empresas/Inquérito às Empresas Harmonizado. É um instrumento anual de recolha de dados que visa auscultar e caracterizar o universo das empresas com sede em Portugal.

Este inquérito começou a ser aplicado em 1986, sendo que o atual modelo data de 1996, ano a partir do qual se procurou harmonizar informaticamente os dados relativos a todas as atividades, quer através da aplicação de dois tipos de questionários quer no que diz respeito à demonstração conjunta dos resultados e balanço contabilístico. Concretizando, centra-se na obtenção conjunta (englobando todas as atividades) de dados referentes aos seguintes indicadores: estrutura e atividade das empresas; fatores de produção usados e outros elementos que servem para medir a atividade; resultados e competitividade das empresas; desenvolvimento regional, nacional, comunitário e internacional das empresas e dos mercados; e análise comparativa das particularidades das empresas relativamente ao perfil específico dos sectores em que operam.

O referido instrumento foi substituído em 2006, passando a informação a ser recolhida através do Sistema de Contas integradas das Empresas. Esta alteração foi possibilitada através do SIMPLEX que veio introduzir o modelo de Informação Empresarial Simplificada (IES), uma vez que as empresas passam a responder a uma só entidade – o Ministério das Finanças – através de informação relativa ao IRC, sendo esta, posteriormente, canalizada para o Ministério da Justiça, Banco de Portugal e INE. Atualmente, a informação recolhida abrange o universo das empresas, por oposição ao que sucedia antes em que se reportava a uma amostra.

No que diz respeito à comparação a nível europeu, refira-se que a informação estatística sobre a atividade das empresas obtida por este instrumento possibilita fazer essa confrontação uma vez que os dados se encontram harmonizados à escala europeia, ou seja, são recolhidos de acordo com a mesma metodologia em todos os países e portanto são comparáveis entre os 27 países da UE. Acrescente-se ainda o facto de o sector da edição ser um dos poucos sectores da área cultural abrangido pelas estatísticas económicas do Eurostat²¹.

A análise que se segue incidirá nos dados relativos às empresas que se inserem na classe Edição de livros (subclasse 22110) da CAE Rev. 2.1.²² (quadro nº 7).

²¹ Este sector é composto pelos subsectores da edição de livros, de jornais e de revistas e de outras publicações. Os dados são disponibilizados anualmente por aquela instituição.

²² A CAE-Rev. 2.1 foi objeto de profunda reformulação, tendo em 2007, através do Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro, sido estabelecido um novo quadro das atividades económicas portuguesas (CAE-Rev.3), harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE

Quadro nº 7

Classificação das Atividades Económicas CAE Rev. 2.1 – Divisão 22

Tipo	Código	Designação
Divisão	22	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
Grupo	221	Edição
Subclasse	22110	Edição de Livros
Subclasse	22120	Edição de jornais
Subclasse	22130	Edição de revistas e de outras publicações periódicas
Subclasse	22140	Edição de gravações de som
Subclasse	22150	Edição, n.e.

Em termos de pressupostos metodológicos refira-se que o universo do Inquérito foi, à semelhança do Inquérito à Produção Industrial, constituído tendo por base o Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE.

Para os dados de 1996 a 2005 (e de acordo com o INE) foi utilizada a técnica de amostragem, considerando também que se aplicaram dois modelos distintos de questionários definidos de acordo com a dimensão da empresa: um simplificado para as empresas com menos de 20 pessoas ao serviço; e um completo para as com 20 e mais pessoas ao serviço. Na seleção da amostra, o universo de referência é estratificado pelo cruzamento das seguintes variáveis: localização geográfica (NUTS II); atividade económica; número de pessoas ao serviço; forma jurídica e volume de negócios. A partir de 2006, a base de sondagem passa a compreender todas as empresas da respetiva atividade económica.

Neste sentido, foram observadas as empresas portuguesas não financeiras em atividade, com contabilidade organizada, que constam do referido Ficheiro de Unidades Estatísticas. Estas são classificadas segundo a atividade principal de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (INE, 2003). O inquérito é anual e tem cobertura nacional – Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – com a garantia da representatividade por região (NUTS II), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro). Os dados para os empresários em nome individual sem contabilidade organizada são estimados.

Quanto à difusão de informação sobre as empresas com atividade de edição, o INE divulga anualmente, desde 1999, nas ECDR, dados relativos ao número de empresas, de pessoal ao

Rev.2). A estrutura da CAE-Rev.3 apresenta significativas alterações em relação à anterior. Em termos gerais, refira-se que em relação às atividades de edição, se verifica o enquadramento das empresas da anterior Divisão 22 (Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados) que se situava na Secção D (Indústrias transformadoras) na nova Divisão 58 (Actividades de edição) da Secção J (Actividades de informação e de comunicação). Observando sob o ponto de vista da atividade da edição de livros, o seu âmbito passou em grande medida da subclasse 22110 para as subclasses 32996 (Outras indústrias transformadoras diversas, n.e. – produção de globos), 58110 (Edição de livros) e 58120 (Edição de listas destinadas a consulta).

serviço, dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos. Estes são apresentados para as empresas com a atividade do grupo da edição (221) e subclasse edição de livros (22110) tendo em conta os escalões de pessoal ao serviço e a região (NUTS II).

Para efeitos do presente estudo ter-se-ão em conta apenas os dados dos proveitos e ganhos da subclasse 22110. E, nestes, os valores somados das vendas e das prestações de serviços, o que constitui o volume de negócios. Deixa-se de fora os outros proveitos e ganhos²³.

Antes de passar à análise dos dados no período 2000 a 2007, importa ter em conta que o número de empresas em causa corresponde à base de sondagem. A evolução do total de empresas em análise apresenta duas fases distintas: uma cuja base se situa em redor das 300 unidades (2000-2004), e uma outra cujos valores são substancialmente mais elevados, acima das 400 unidades (2005-2007), valores que, como é natural, se aproximam mais do universo do que os anteriores (quadro nº 8). De facto, estas duas fases refletem a metodologia utilizada na determinação das unidades inquiridas (amostragem e recenseamento).

Poderá, portanto, dizer-se com alguma segurança que em 2007 existiam em Portugal 481 empresas cuja atividade principal é a edição de livros.

Quadro nº 8
Empresas com atividade de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)
(percentagem em coluna)

Escalão de pessoal	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005**	2006**	2007**
Até 9	85,3	87,2	84,7	77,7	*	86,6	87,7	89,4
10-19	7,3	6,4	6,2	10,5	8,1			
20 e mais	7,3	6,4	9,1	11,8	*			
10-49						9,1	8,9	7,7
50-249						3,8	3,2	2,7
250 ou mais						0,5	0,2	0,2
<i>Total</i>	<i>300</i>	<i>282</i>	<i>308</i>	<i>238</i>	<i>295</i>	<i>418</i>	<i>462</i>	<i>481</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas disponibilizado em ECDR 2001-2007.

Nota: * valor em segredo estatístico; ** Neste ano apenas é possível estabelecer comparação com um dos escalões (Até 9), uma vez que foram objeto de redefinição, passando agora a ser 4: Até 9, 10-49; 50-200; 250 ou mais.

Como se caracterizam as empresas quanto ao número de pessoas ao serviço? O cruzamento da variável Pessoal ao serviço com o Ano mostra que, apesar da existência de algumas oscilações (acrécimo/decrécimo) na evolução do número de empresas, a percentagem mais volumosa corresponde às (muito) pequenas empresas, ou seja, aquelas que têm até 9 pessoas ao serviço.

²³ É este o critério seguido pelo Eurostat, como se verá adiante.

A referida percentagem oscila entre 78% (2003) e 89% (2007). Apesar da prevalência geral daquele escalão, salienta-se ainda a evolução positiva do escalão correspondente às empresas com 20 e mais funcionários que aumentou no período do apuramento por amostragem, chegando aos 12% em 2003.

Passando à análise por Região²⁴, a de Lisboa é, entre os anos de 2002 e 2007, aquela em que se localiza a maior percentagem de empresas (valor mais alto em 2002 com 76%), seguida da região Norte (com valor máximo de 24% em 2007). As regiões dos Açores e da Madeira são as que registam as percentagens mais baixas (quadro nº 9).

Quadro nº 9
Empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)
(percentagem em coluna)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	15,6	19,3	15,9	20,6	22,3	23,5
Centro	5,2	6,7	6,4	7,2	7,1	6,7
Lisboa	75,6	67,2	70,5	65,1	64,1	62,6
Alentejo	1,3	1,3	1,7	3,1	2,4	2,1
Algarve	*	2,5	*	2,2	1,9	2,5
Açores	1,0	1,3	*	1,0	1,3	1,5
Madeira	*	1,7	2,4	1,0	0,9	1,2
Total	308	238	295	418	462	481

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas disponibilizado em ECDR 2001-2007.

Notas: * valor em segredo estatístico.

A tendência nas empresas de edição de livros, no período considerado, é crescente para a maioria das regiões, excetuando, curiosamente, o caso de Lisboa, que regista no fim do período a percentagem mais baixa (63%). Por outro lado, é também no fim do período que se regista o maior crescimento percentual nas regiões Norte e Centro, mais acentuado na primeira do que na segunda, explicado, em parte, pela já referida alteração do método de observação das empresas em 2005, que passou a ter como base o universo e não a amostra.

²⁴ A série por Região está confinada ao período 2002 a 2007 devido à mudança da legislação que reconfigurou, com efeito a partir de 2002, as NUTS II e alterou a designação da região de 'Lisboa e Vale do Tejo' para 'Lisboa'.

3.2. ENTIDADES QUE EDITAM LIVROS

Como referido anteriormente o *International Standard Book Number (ISBN)*²⁵ é um sistema numérico que visa normalizar, generalizar e melhor identificar livros e produtos semelhantes. O sistema é aplicado em Portugal desde 1988, gerido pela Agência Nacional de ISBN, sediada na APEL, e não é obrigatório por lei, pelo que a participação é voluntária²⁶.

Em termos de procedimentos, as entidades (individuais ou coletivas) que pretendam aderir devem, num primeiro momento, inscrever-se no sistema, solicitando para tal a atribuição de um prefixo de Editor. Na agência portuguesa podem fazê-lo, para além de entidades portuguesas, também as localizadas nos países de língua oficial portuguesa de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae. O pedido é feito mediante o preenchimento de um formulário próprio, que pode ser descarregado via site da APEL ou pedido por e-mail, telefone ou fax. O editor deverá dar uma resposta às questões de forma mais completa possível, pois é a partir destas que o número de prefixo é atribuído²⁷.

Num segundo momento deverá a entidade pedir a atribuição do ISBN para cada título a editar. Este deverá ser feito preenchendo um formulário específico em que se identificam as suas várias características (autor, título, suporte e formato), bem como o prefixo do editor.

Num terceiro momento, complementar, a Agência envia ao editor um formulário um pouco mais extenso e pormenorizado por título. A informação contida naquele formulário alimenta a base de dados do catálogo de obras do centro de documentação da APEL²⁸.

O ISBN é uma fonte potencialmente relevante quanto ao número e caracterização das entidades que editam livros pela sua abrangência e elevado grau de adesão, apesar de, como se disse, em Portugal não ser obrigatório por lei. Esta é, porventura, a fonte mais adequada para dar conta do universo da edição, mostrando bem que esse universo está longe de se reduzir às empresas.

²⁵ A nível internacional o ISBN, criado em 1970, foi adotado como norma padrão em 1972 através da Recomendação ISO 2108 que estabelece os princípios e procedimentos para a normalização internacional da numeração do livro.

²⁶ Os identificadores de grupo atribuídos a Portugal são o 972 e 989. O identificador de grupo 972 já se encontra esgotado, pelo que já não é dado nenhum número de prefixo com este grupo, apenas com o 989.

²⁷ Aquando do envio do formulário para atribuição do prefixo de editor, a Agência solicita que a entidade faça também o primeiro pedido de atribuição de número de ISBN para o título que pretende ver editado. Este procedimento é levado a cabo para que não haja a entrada no sistema de entidades sem pretensões de editar um título, não garantindo, mesmo assim, que a solicitação de números possa ser utilizada num determinado título ou fique por utilizar.

²⁸ A receção do formulário mais pormenorizado por parte das entidades, que acaba por ser enviado, muitas vezes, aquando do pedido inicial de atribuição do número de ISBN a um título, acaba por funcionar como garantia de que o título foi publicado.

Contudo, como aliás é habitual, a informação disponibilizada circunscreve-se quase exclusivamente às necessidades de funcionamento do sistema, embora inclua também alguns dados estatísticos.

A título de exemplo, no caso das entidades, a principal nota a reter é a inexistência de informações estatísticas sobre quantas entidades editam²⁹ e que características possuem. Dos dados solicitados no formulário de inscrição refira-se que apenas os de identificação e de localização³⁰ da entidade (individual ou coletiva) são trabalhados, sendo que outros dados, como o ano de início de publicação ou a área de especialização³¹, não possuem um tratamento sistemático.

Disponibiliza uma lista nominal das entidades aderentes e os respetivos números de prefixo de ISBN atribuídos. A lista está acessível através do site da APEL e é atualizada semestralmente. Da consulta da referida listagem dos prefixos de editor atribuídos, constata-se, para o período 1988-2007, que dela fazem parte, no total, 9.937 entidades (quadro nº 10).

Quadro nº 10

Situação da listagem de entidades com prefixo ISBN de editor atribuídos (1988/2007)

Situação	Número	%
Total de entidades	9.937	-
Número de entidades que solicitaram pelo menos 1 número de ISBN	8.840	89,0
<i>dos quais...</i>		
Autores-editores	855	8,6

Fonte: OAC a partir de APEL, Listagem de prefixos ISBN de editor, dezembro de 2007, <www.apel.pt>, acedida em fevereiro de 2008.

Acrescente-se ainda que do total de entidades existentes no período em questão, verifica-se que 8.840 solicitaram pelo menos um número de prefixo de ISBN, sendo que destas 9% são Autores-editores³².

²⁹ A pouca informação disponível em relação ao número de entidades com prefixos atribuídos, se bem que não muito explícita e já desatualizada, é a que se encontra na página da Agência Internacional do ISBN, na secção referente à agência nacional (<http://www.isbn.international.org/en/agencies/portugal.html>). Nesta, apresentam-se alguns dados estatísticos do total de entidades com prefixos por grupo de identificador (972 e 989), por códigos da pirâmide de atribuição de número de ISBN e por ano.

³⁰ A construção de um indicador sobre a localização da entidade tem de ser objeto de codificação através dos campos da morada, código postal e localidade, quando respondidos.

³¹ As áreas de especialização utilizadas pela Agência para o preenchimento de um dos campos do formulário de inscrição são uma adaptação da tabela CDU.

³² Os Autores-editores dizem respeito às entidades (coletivas ou individuais) que pretendem editar apenas um título, possuindo assim um número de atribuição próprio: o prefixo 989-20. Refira-se que, antes de 2006, a atribuição deste prefixo era feita de forma aleatória, não se podendo estabelecer uma correta contabilização do seu número para os anos anteriores.

Em termos de aproveitamento da informação para fins estatísticos, refira-se que, apesar das suas potencialidades, na realidade, a situação observada ao nível das entidades com pedido de prefixo de ISBN (bem como dos títulos com número de ISBN atribuído) apresenta vários problemas e limitações³³.

3.3. EDITORES – COMPARAÇÃO DE DIVERSAS FONTES

De forma a tentar conhecer melhor o panorama editorial em Portugal faz-se seguidamente uma breve análise a partir de quatro fontes, a saber, a Direcção-Geral do Livro e da Biblioteca (DGLB) do Ministério da Cultura, o Instituto Nacional de Estatística (INE) (ambas públicas), e as duas associações do sector – a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) e a União dos Editores Portugueses (UEP) (fontes privadas, portanto).

Neste sentido, importa referir a situação encontrada no que diz respeito à quantificação dos casos e aos procedimentos utilizados para o seu apuramento em cada uma das fontes.

Assim, quanto à fonte DGLB, esta Direcção-Geral possui uma base de dados que, em maio de 2007, fazia referência a um total de 184 editoras. Esta base de dados, de gestão administrativa, foi constituída a partir da junção dos dados existentes nos diversos serviços do organismo com o objetivo de constituir uma base que servisse de fonte tanto para o trabalho interno, como para a divulgação das principais informações junto das editoras. É atualizada continuamente, utilizando para tal quer os contactos mantidos entre o organismo e as editoras, como por exemplo os realizados no âmbito dos programas de apoio à edição que promove, e vice-versa, quer através das pesquisas regulares à Internet (páginas próprias, páginas amarelas, etc.). Os dados são divulgados na página da DGLB, onde podem ser pesquisadas e consultadas as informações de identificação. Não é, nem pretende ser, uma fonte de informação sistematizada.

No caso do INE, os dados provêm do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) – Base Belém. O FUE caracteriza-se por ser uma base dinâmica com atualização diária da informação. O universo de análise retirado da referida Base é composto por todas as pessoas coletivas (sociedades), em atividade, com sede no território nacional e que desempenham como atividade económica principal a Edição de livros com base na CAE Rev. 2.1.

³³ Apesar dos vários esforços da equipa do OAC junto da APEL no sentido de se poder obter um leque mais alargado de indicadores tal não foi possível.

No que diz respeito ao número de empresas que desempenham aquela atividade (subclasse 22110), a extração da informação a partir do ficheiro em outubro de 2007, permite dar conta da existência, com base nos dados físicos, de 383 sociedades³⁴.

De referir ainda que, em termos de informação estatística sobre empresas da Edição de livros, este ficheiro constitui a base a partir do qual o INE aplica o Inquérito às Empresas Harmonizado, difundindo posteriormente alguns dados, anualmente, na publicação *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Quanto à APEL, o número de editores inscritos como associados totalizava, em dezembro de 2007³⁵, 211. Os editores não são os únicos possíveis membros da APEL, pois também se encontram filiados livreiros, alfarrabistas e distribuidores, mas constituem a maioria dos associados, correspondendo a 70% do total. Fazem também parte da associação dois editores de Macau que não estão aqui contabilizados.

A UEP, a outra associação do sector, é composta apenas por editores que, em junho de 2007³⁶, totalizava 64 filiados. É de ter em conta ainda um editor localizado em Macau que também não foi tido em conta.

A partir da consulta realizada às quatro fontes e do número de editoras que compõem cada uma delas é possível constatar que o número de registos é muito diferente devido às especificidades e finalidades atribuídas por cada fonte à informação de que dispõe. O ponto relevante no quadro do *Inquérito ao Sector do Livro* é a possibilidade de cruzar várias fontes e, desse modo, fazer a sua crítica e chegar ao universo da edição comercial em Portugal. Trata-se de um aspeto determinante para a fase de inquérito por questionário aos editores, pelo que é abordado em maior detalhe na segunda parte do *Inquérito* (Neves, Santos e Vaz, 2012: 18-23).

De momento importa fazer apenas algumas considerações de ordem geral. Assim, constata-se que os registos, para além de variarem em número (o que é normal), apresentam características distintas. Um dos aspetos verificados através do cruzamento da informação é o facto de, em alguns casos, um mesmo registo aparecer referenciado com nomes diferentes, ou seja, pode numa fonte ter o nome da empresa (denominação social) e noutra o nome da marca pela qual é conhecida (denominação comercial), levando à não identificação direta do registo, a não ser através da confirmação com outros dados, como por exemplo a morada.

³⁴ Uma pequena nota para referir que se se acrescentasse ao total de empresas (sociedades) apurado em Outubro de 2007 o número de empresas detidas por empresários em nome individual (87 casos), o total seria de 470 empresas a desempenharem como atividade principal a edição de livros.

Num outro plano, tendo agora por base uma nova extração de dados do ficheiro FUE do INE, realizada em maio de 2008, passa a contabilizar-se um total de 370 empresas (sociedades) com atividade de edição de livros. Em termos gerais, constata-se um decréscimo no número total de sociedades em atividade (3%), tendo-se verificado a saída de 43 registos e a entrada de 30 novos.

³⁵ A obtenção dos dados referentes aos associados da APEL foi feita a partir da consulta da página Internet, acedida em dezembro de 2007.

³⁶ Os dados da UEP provêm da base de dados de associados, consultada em junho de 2007.

Outro elemento a ter em conta é que numa mesma fonte podem encontrar-se situações diversas tais como: editoras que têm como atividade principal a edição de livros; outras que tendo essa atividade como principal desenvolvem também outra(s) atividade(s) económica(s); e outras ainda em que a edição de livros não está registada como a atividade principal.

Por outro lado, saliente-se que se um editor pode fazer parte da APEL ou da UEP como associado de uma delas ou, até mesmo de ambas, mas pode não constar na base do INE se não tiver como atividade principal a edição de livros, ou não estar incluída na da DGLB se ainda não tiver sido recenseado ou contactado.

3.4. OS GRUPOS EMPRESARIAIS DA EDIÇÃO: ILUSTRAÇÕES

Para além dos aspetos atrás referidos importa ter em conta outros que podem contribuir para caracterizar o sector do livro em Portugal e, no que aqui interessa mais particularmente, para confirmar o universo objeto do *Inquérito*.

No sentido de contextualizar a emergência dos processos de mudança no sector editorial nas últimas décadas, apresenta-se um breve enquadramento internacional. Faz-se, de seguida, uma pequena caracterização de um conjunto de empresas portuguesas que foram objeto de entrevista no âmbito presente estudo, com enfoque quer na sua estrutura orgânica e atividades que desempenham, quer na expansão enquanto grupo e sua integração, horizontal e/ou vertical, quer ainda, nalguns casos, a sua projeção internacional.

A concentração de empresas é um fenómeno que se verifica em todos os sectores de atividade. O sector da edição é mais um que não escapa a essa tendência. Neste sentido, a concentração parece surgir no contexto da importância dos fatores económicos (economia de escala) mais vantajosos para as empresas em termos de eficiência e eficácia, o que tem levado à consequente mudança na maneira como se estrutura a organização.

Verifica-se, deste modo, uma maior ênfase nos aspetos da gestão, da organização e dos recursos económicos e financeiros das empresas, no sentido de permitir uma maior e melhor sustentabilidade e rentabilidade da sua atividade enquanto grupo de empresas.

Na concentração, as estratégias de crescimento e diversificação empresarial podem passar por várias formas ou modalidades, através de processos externos – aquisição, fusão ou *joint-ventures* (aliança entre duas ou mais empresas) – quer internos (reestruturações orgânicas). E, neste sentido, podem também constituir-se em três tipos: vertical, horizontal e conglomerados.

No caso particular do sector da edição³⁷, os objetivos a alcançar na constituição de grupos de empresas podem passar pelo reforço da sua posição através da aquisição de outra(s) empresa(s) no mercado de um determinado produto ou domínio, mas também por via de estratégias no sentido de aumentar o controlo de um dado mercado ou, por intermédio de um processo de diversificação, permitir a entrada num novo segmento de mercado (livro escolar, literatura, etc.). Passa igualmente pelo controlo de outras atividades do sector, como a distribuição e comercialização dos seus produtos, levando à possível integração (vertical) dessas atividades na sua estrutura através quer de crescimento externo quer interno. É também cada vez mais um processo de internacionalização.

Tendo em conta as várias situações aqui apontadas, parece que o alargamento da atividade a outros mercados, sejam internos ou externos, tem seguido mais uma estratégia de crescimento por via da aquisição de empresas ou grupos de empresas do mesmo sector e não pelo crescimento orgânico dessa empresa.

Em relação a estes aspetos, Rouet salienta a importância de se conhecer o nível de concentração de um determinado sector, pois *le niveau de concentration dans une branche est considéré – à juste titre – comme un élément majeur pour en comprendre le fonctionnement* (Rouet, 1992: 18). E acrescenta que a elevada concentração indica um mercado onde as práticas de concorrência não prevalecem e, conseqüentemente, predominam os monopólios ou oligopólios. O mesmo autor refere, por outro lado, que se essa concentração aumenta ao nível do sector da edição, e de uma forma geral em todas as outras atividades ligadas ao livro, é porque essas empresas mostram mais interesse e capacidade de crescer e de se reforçar, tomando para isso as estratégias necessárias para alcançar esse objetivo.

A nível internacional, a constituição de grandes grupos editoriais tem sido uma constante ao longo das últimas décadas. A lógica de crescimento tem sido feita com base na aquisição de empresas editoras (de pequena dimensão ou com problemas financeiros) com o objetivo de reforçar a sua posição num segmento, a sua capacidade de negociação, bem como o de poder alcançar uma dimensão global (Pimentel, 2007).

Em termos de estruturação dos grupos, estes tendem a apresentar-se de múltiplas formas: os grupos especializados na edição de livros (centrados num ou em vários géneros editoriais); os grupos que juntam à edição interesses noutras atividades como o audiovisual, a imprensa e o multimédia; como ainda os grupos editoriais que fazem parte de estruturas mais complexas e que abrangem atividades de vários sectores económicos (conglomerados). Seja como for, em termos de cadeia do livro, a tendência é reduzir custos e concentrar num mesmo grupo, para além da edição, as atividades de distribuição e comercialização.

³⁷ Para uma visão mais pormenorizada sobre o fenómeno da concentração no sector da edição consultar os seguintes autores Rouet (1992), Dubini (2001), Guillou e Maruani (1991), Pimentel (2007), Clark (2001), Furtado (2000) e Guedes (2001).

A integração vertical nos grandes conglomerados é considerada um requisito indispensável para responder aos desafios de um mercado global, onde a competitividade é a palavra-chave e que passa impreterivelmente pela redução de custos e maximização dos recursos existentes (Herman e McChesney, 2001 [2000]).

O crescimento registado no sector da edição tem levado à entrada no capital das empresas editoras de empresas provenientes de outros sectores da indústria, mesmo financeiro (fundos de investimento), levando à também possível substituição dos responsáveis dessas mesmas empresas por gestores procedentes de outras atividades. O aspeto que aqui predomina prende-se com o retorno e rentabilização do capital investido aquando de um processo de aquisição ou fusão.

Quanto ao espaço de influência, a estratégia dos grupos passará por atuar quer exclusivamente a nível do seu país de origem, quer a nível internacional, sendo que aqui poderá ter como critério o fator região (atuar no continente europeu) ou o fator linguístico (língua inglesa, espanhola, portuguesa, etc.), quer ainda a um nível de implantação mundial. Refira-se ainda, quanto a este aspeto que, com as constantes movimentações no sector, o espaço de influência de um grupo rapidamente se alarga ou reduz bastando que compre ou venda uma empresa.

De um ponto de vista diacrónico saliente-se que desde a década 80 do século passado que o fenómeno da concentração vem acontecendo, sendo que é no final dos anos 90 que se intensifica. Neste sentido, 1998 constitui mesmo o ano em que se registaram as maiores movimentações ao nível das concentrações e da internacionalização no sector da edição. A título de exemplo veja-se os casos do grupo Bertelsmann, conglomerado multinacional alemão que adquire o grupo editorial norte-americano Random House (depois de este ter realizado nos anos anteriores um elevado número de outras aquisições) e passou a controlar metade do capital da livraria on-line Barnes & Noble (posição que voltaria a vender a esta empresa em 2002); do grupo editorial francês Hachette Livre (grupo Lagardère) que adquiriu uma posição maioritária da Orion Publishing Group e a totalidade da editora Cassell & Co, ambas sediadas no Reino Unido; do também francês grupo Havas (então pertença da Vivendi) que adquire o grupo espanhol Anaya; ou da compra por parte do grupo inglês Pearson das unidades educativa, profissional e de referência da Simon and Schuster (do grupo Viacom), que através da fusão com o grupo Addison-Wesley Longman (já em seu poder) cria o grupo editorial Pearson Education.

Desde então, os primeiros anos do novo século continuam a ser marcados pelas constantes mudanças no sector da edição, seja pelo elevado nível de concentração no sector verificado nos vários países, pelas frequentes transações de compra/venda de grupos, casas ou divisões editoriais, quer ainda pelo facto de se verificar uma cada vez maior presença desses grupos ou casas editoriais inseridos em conglomerados multinacionais ou grupos de comunicação e multimédia.

Neste quadro, refira-se que os grandes grupos editoriais continuam a exercer a sua enorme influência no sector e a expandir a sua atividade à escala internacional, complexificando deste modo as teias e relações existentes. Tome-se como exemplo alguns desses casos:

– Grupo Bertelsmann que, através da sua divisão Random House, se junta ao grupo italiano Mondadori e criam em 2001 uma *joint-venture* com o objetivo de entrarem no mercado de língua espanhola (não só em Espanha mas também na América Latina), surgindo assim o grupo editorial Random House Mondadori. A juntar à influência da Random House, saliente-se também outra das divisões daquele grupo alemão – Direct Group – com o importante segmento dos clubes do livro (estando em processo de venda alguns dos clubes, como o inglês ou o holandês), mas também nas áreas da edição e da comercialização, entre outras.

– Grupo Lagardère que, através da sua subsidiária Hachette Livre, reforça a sua posição interna adquirindo em 2003, 40% dos ativos do grupo Editis, ficando deste modo com um conjunto de editoras, tais como Larousse, Armand Colin, Dunod e o grupo espanhol Anaya. Reforça-se também no mercado inglês com a compra da Octopus Publishing Group em 2001 e Hodder Headline em 2004. A entrada no mercado norte-americano faz-se através da aquisição em 2006 à Time Warner da sua divisão Time Warner Book Group que é renomeada de Hachette Book Group.

– Grupo Pearson, de que fazem parte o já referido grupo Pearson Education, que detém uma importante quota no mercado dos géneros da educação, universitário, técnico e profissional, tem expandido a sua atividade quer através de aquisições, alianças ou crescimento orgânico, bem como do grupo Penguin, onde passaram a estar inseridas a Dorling Kindersley, adquirida em 2000, e a Rough Guides (viagens e música) em 2002. Em 2001 lança a ePenguin e entra na publicação de ebooks.

– Grupo Planeta, grupo de média espanhol, que para além da consolidação no mercado do seu país, com a compra de algumas editoras como a Ediciones Minotauro (ficção científica e fantástico) e a Timun Mas Narrativa (literatura juvenil) em 2001 e 2002, respetivamente, tem empreendido uma estratégia de expansão nos países da América Latina, adquirindo empresas/grupos, como são os casos da compra em 2001 da Emecé Editores (Argentina) e da participação maioritária no grupo de média colombiano Casa Editorial El Tiempo (em 2007). Mas a aposta forte é a entrada no mercado francês em 2004 com a aquisição da totalidade do capital do grupo Editis que se encontrava na posse do fundo de investimento francês Wendel Investissement, incorporando deste modo, cerca de 20 editoras e 40 marcas editoriais.

– Grupo RCS MediaGroup, grupo editorial multimédia italiano, através da sua divisão RCS Libri, é detentor de um conjunto alargado de editoras italianas, como a Rizzoli e a Fabbri e, em 2000, entrou no mercado francês com a compra do grupo editorial Flammarion (edição, distribuição e comercialização) e adquiriu em 2007 a maioria do capital do grupo de média espanhol Unidad Editorial (edição e comercialização).

Grupos editoriais em Portugal

No plano nacional a concentração no sector editorial é relativamente recente, com uma maior movimentação do mercado a partir dos primeiros anos deste século, mas a atingir o seu ponto máximo no ano de 2007.

Acrescente-se também que se o fenómeno que agora se verifica no mercado nacional se encontra, por um lado, distante da tendência registada em outros países da Europa e nos EUA desde, pelo menos, a década de 90, por outro lado, ele vem alterar substancialmente de uma forma muito rápida e num curto espaço de tempo o panorama nacional da edição.

Também aqui, e à semelhança do que aconteceu nos mercados internacionais, a estratégia adotada para a concentração foi a aquisição de algumas das principais casas editoriais, procurando assim constituir um grupo com dimensão relevante para atuar e controlar o mercado de um género ou produto editorial. Por outro lado, e ao contrário do que sucedeu a nível internacional, em que as editoras começaram por procurar unir-se ou fundir-se em grupos para atingir uma maior grandeza e capacidade económica no mercado, em Portugal, verifica-se recentemente (embora existam exceções) que são os grupos de outros sectores de atividade ou mesmo empresas de fundos de investimento ou holdings que entram no sector com o objetivo de adquirir as empresas editoras.

Neste sentido, procura-se fazer uma breve descrição de algumas das alterações verificadas no sector tendo por base os seguintes pontos: compras por grupos nacionais; compras por grupos estrangeiros, filiais de grupos estrangeiros; integração vertical e internacionalização.

Quanto às compras por grupos nacionais, são esporádicas as movimentações de concentração (horizontal) verificadas antes de 2000, sendo apenas de registar o caso da aquisição da Editora Ulisseia (criada em 1948) pelo Editorial Verbo em 1972. Depois desse ano, a atividade de compra de casas editoriais passou a ser cada vez mais frequente, dando-se agora conta de alguns desses casos: o do grupo Porto Editora que adquire as editoras escolares Areal Editores (2001) e a Lisboa Editora (2002); a Oficina do Livro, criada em 1999, pertence desde 2000 ao Grupo Lusomundo Media. Aquela editora e a Editorial Notícias (pertencente ao grupo) passam em 2005 para o controlo da sociedade JRP-SGPS (empresa de capital financeiro com atividade nas áreas do cinema, audiovisual e multimédia), o que possibilitou a constituição de um grupo editorial e livreiro, através da compra da totalidade da Editorial Noticias (que passa a Casa das Letras) e da participação que aquele grupo de média tinha na Oficina do Livro. No fim de 2006 o grupo editorial é adquirido pela empresa de fundo de investimento Explorer Investments (que passa a deter a maioria do seu capital). Já sobre a égide desta empresa o grupo editorial junta em 2007 mais duas editoras através da aquisição da Sebenta (apoio escolar) e da Editorial Teorema; o grupo editorial LEYA, holding criada em 2008 por Miguel Pais do Amaral e Nicolas Berggruen,

começou a aquisição das empresas do sector no ano de 2007 com a compra do Grupo Texto Editores, a que se seguiram a Asa Editores, a Editorial Caminho (com as suas duas editoras em Moçambique e Angola), as Edições Gailivro, as Edições Nova Gaia e as Publicações Dom Quixote, (comprada ao grupo espanhol Planeta). Em 2008, procede à compra do grupo Oficina do Livro ao fundo Explorer Investments. Com a integração de todas as editoras no grupo (incluindo as várias chancelas existentes em cada uma delas) estas passam a ser consideradas como chancelas autónomas do grupo.

Mas também se podem destacar ainda as seguintes situações: o grupo Almedina, que depois da criação das Edições Almedina em 2005, adquire neste mesmo ano as Edições 70 e em 2008 a Actual Editora, para além da sua cadeia de livrarias; da compra por parte da sociedade PTP-SGPS, detida por Paulo Teixeira Pinto, da Guimarães Editores e da Editorial Nova Ática ambas em 2008; da constituição da Fundação Agostinho Fernandes, novo grupo editorial e livreiro criado em 2008 que integra as editoras Portugália Editora e Edições João Sá da Costa, e as livrarias Sá da Costa e Buchholz num único grupo; o Grupo Editorial Plátano que agrupa desde 2003 as editoras Plátano Editora e Didáctica Editora; a Medialivros, editora pertença do Grupo Inapa, empresa da distribuição de papel, que para além da sua própria editora – Edições Inapa –, incorporou, através de fusão realizada em 2008, as editoras Difel e Gótica (esta já com uma participação maioritária por parte da primeira).

No que diz respeito às compras por grupos estrangeiros, refira-se que a mais importante foi a realizada pelo grupo multinacional alemão Bertelsmann, que pela sua divisão Direct Group, já presente em Portugal através do Circulo de Leitores e da editora Temas e Debates, reforça a sua posição com a aquisição em 2006 do grupo Bertrand (edição, distribuição e cadeia de livrarias e a chancela Quetzal Editores), passando a controlar assim a maior rede de livrarias em Portugal. Em 2008 comprou o conjunto de editoras do Grupo Pergaminho.

Podem observar-se outros exemplos como são os casos: do grupo espanhol Planeta que adquiriu em 1999 as Publicações Dom Quixote, tendo-as vendido em meados de 2007 ao grupo LEYA; da participação conjunta da Dorling Kindersley (atualmente pertença do grupo inglês Penguin/Pearson) e da Civilização Editores na editora Dorling Kindersley – Civilização; ou ainda da joint-venture entre a editora espanhola Salvat (pertença do grupo francês Hachette Livre) e as Publicações Europa América para as Publicações Alfa.

Em termos de integração vertical salientem-se os processos de concentração que se verificam em algumas das empresas ou grupos do sector da edição, passando assim a controlar outras fases da cadeia do livro, como a distribuição e a comercialização. Neste caso, para além de alguns exemplos já referidos de grupos existentes no mercado cuja estratégia passa pela incorporação de uma ou várias fases da cadeia (Oficina do livro, Almedina, Fundação Agostinho Fernandes, etc.) refira-se os casos da entrada no sector de atividade comercial por parte dos grupos Civilização Editores (através da holding LMB – Lmares Moura Bessa) com a integração,

em 2005, da cadeia de livrarias Bulhosa (8 lojas), e em 2007 a Leitura (4 lojas); Porto Editora que junta às empresas adquiridas Livraria Arnado e Empresa Literária Fluminense (mais na área da distribuição) a criação no seio da sua estrutura da primeira livraria (Wook) em 2008, em Matosinhos; Bertelsmann/Direct Group com a compra da empresa de distribuição e da maior rede de livrarias existente em Portugal, Bertrand (56 lojas); e a LEYA que com a compra do Grupo Oficina do Livro passa a incluir mais uma rede de distribuição e uma cadeia de livrarias (4 lojas) não escolares que se juntam às quatro que o grupo já detém.

Quanto à presença de empresas ou filiais estrangeiras no mercado do livro português, destaca-se a forte presença das empresas espanholas e de alguns outros países europeus.

Provenientes de Espanha podem referir-se a Girassol Edições (Susaeta Ediciones), a Everest Editora (Grupo Editorial Everest), a Constância Editores (Grupo Santillana), a Kalandraka Editora Portugal (Kalandraka Editora), o Ediclube (Grupo SAPE), e as empresas Placresa e Planeta Editora de Agostini (Grupo Planeta). Também dependente de empresas espanholas, mas com capitais franceses e italianos encontram-se a Salvat Editores (Salvat/Hachette Livre) e A Esfera dos Livros (La Esfera de los Libros/RCS Libri).

Provenientes de outros países europeus estão as inglesas Addison Wesley Longman (Grupo Pearson) e a Oxford University Press Portugal (Oxford University Press), a holandesa Wolters Kluwer Portugal (Wolters Kluwer) ou o Clube do livro Circulo de Leitores e a Temas e Debates (grupo alemão Bertelsmann).

Com sede fora da Europa podem referir-se as norte-americanas McGraw-Hill Portugal (The McGraw-Hill Companies) e as Selecções do Reader's Digest (The Reader's Digest Association Inc.) e do Brasil, a Editora Vozes.

Por último, em termos de internacionalização do ponto de vista da presença de empresas nacionais em países estrangeiros, refira-se que este processo passa pelo estratégico estabelecimento nesses países de filiais, representações permanentes, delegações ou parcerias de forma a permitir um contacto mais direto com a realidade local e facilitar a sua implementação no mercado. Por uma questão de língua, a aposta das empresas editoras nacionais tem sido a de criar pontos de referência nos mercados lusófonos, sobretudo Angola e Moçambique, em África, e o Brasil. Mas a estratégica tem passado também pela expansão para outros países europeus.

Deste modo, saliente-se, mais uma vez, alguns exemplos: a Editorial Verbo encontra-se estabelecida no Brasil através da Editora Verbo de São Paulo (criada em 1966), em Angola com uma participação societária na Livraria Mensagem (desde 2001) e em Moçambique com a criação em 2007 da Verbo Moçambique; da Porto Editora através das suas empresas Plural Editores Angola e Plural Editores Moçambique em 2005; da Texto Editores, cuja incursão a nível internacional teve início em 1990 em São Tomé e Príncipe, mas só a partir de 2001 a presença se

efetiva com a aposta em outros países de língua oficial portuguesa através da criação de empresas com participação maioritária na Texto Editores Moçambique em 1996 (90%), Cabo Verde em 2001 (60%) e Angola em 2002 (55%) e, em 2006, implanta-se no Brasil; da Editorial Caminho que constituiu em 1995 em Moçambique a Editorial Ndjira e em 1999 a Editorial N'zila, nas quais mantém uma participação maioritária. Acrescente-se também as colaborações em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; do Grupo Almedina estabelecido no Brasil desde 2005 (aproveitando a já existente ligação das Edições 70) e das parcerias firmadas com os mercados de Angola e Moçambique.

Ao nível da Europa, refira-se a expansão para o mercado espanhol da Texto Editores com a constituição da Texto Editores SL em 2005; o alargamento àquele mercado da rede de livrarias com a marca Bertrand que, beneficiando da integração no grupo Bertelsmann, abre a sua primeira livraria em 2007, atingindo em 2009 as 9 lojas; e a internacionalização da Cavallo de Ferro em Itália (Cavallo di Ferro) em 2005.

No sector editorial português destacam-se os grupos Porto Editora, LEYA e Bertelsmann/Direct Group, nos quais se concentra parte substancial do mercado³⁸.

3.5. MARCAS/CHANCELAS DE EDIÇÃO DE LIVROS

De forma muito geral, pode dizer-se que *a marca de uma editora como empresa cultural é muito mais que um nome. É afirmar um lugar num espaço de relações e marcar diferenças e distâncias comparativamente a outras marcas. É a síntese de um modo específico de classificar livros, autores e leitores* (Sorá, 1997: 151). Num espaço concorrencial como o do sector do livro, essa capacidade de estabelecer distâncias e medir o novo em relação ao já existente tem pois na *marca* (que, como se verá, pode ou não ser registada) a *modalidade de propriedade industrial para a protecção dos sinais utilizados para distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos de outras empresas* (INPI, 2003: 5).

As considerações que se seguem, sendo de carácter geral e decorrentes do material empírico trabalhado a partir da base de dados atualizada fornecida, em julho de 2007, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), procuram justamente dar a conhecer, para o caso português, os procedimentos, incidências e diferentes perfis ligados ao registo de marcas na área do livro, na tentativa de assim obter uma caracterização mais completa deste sector.

³⁸ Esta concentração surge uma dezena de anos depois da concentração que se verificou no sector da comercialização de livros, encontrando-se o mercado hoje polarizado nos grupos de grande distribuição (hipermercados Continente, Feira Nova e Auchan), na cadeia FNAC e na rede de livrarias Bertrand e Bulhosa/Leitura.

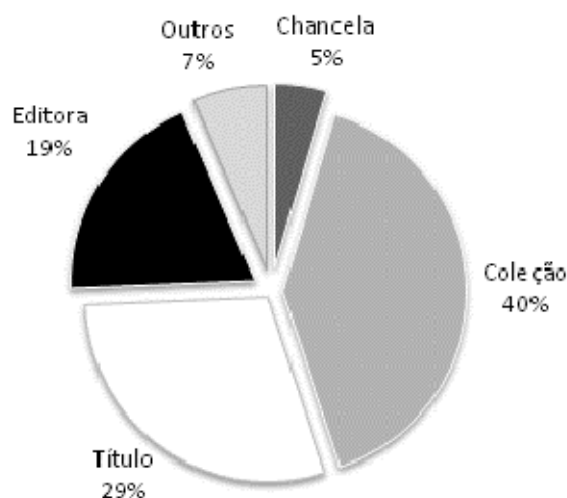
Ora, em termos da base de dados propriamente dita, convirá informar que dos 8.822 casos listados na classe 16 (*papel, cartão e produtos nestas matérias, não compreendidos noutras classes; produtos de impressão* – de acordo com o INPI, aqui se incluem também as marcas conotadas com o produto livro) só 569, precisamente os relacionados com o produto livro, foram contemplados para efeitos de análise. Pela sua recorrência, da pesquisa realizada caso a caso resultaram então quatro tipos de marcas registadas: *Título* (em que a marca se refere ao título de um determinado livro ou série de livros, enciclopédia, dicionário); *Coleção* (referente a um conjunto de títulos sob a mesma temática); *Chancela* (a marca reporta-se a uma chancela autónoma criada por uma dada editora); *Editora* (a marca é a designação conhecida da própria editora); sem esquecer ainda a categoria *Outros* que engloba vários outros tipos de marcas relativas a iniciativas de promoção da leitura, a autores, a prémios, etc.

Uma vez que os registos não são obrigatórios, e que não existe da parte do INPI qualquer espécie de fiscalização, cabe aos próprios agentes do sector procederem à vigilância do mercado caso surjam marcas que entrem em conflito com a sua. A este respeito é deveras elucidativa a situação em que se viram recentemente envolvidas as editoras Porto Editora e Sudoeste. Tendo aquela uma coleção com o mesmo nome, viu-se a Sudoeste obrigada, após contactada pela editora do Porto, a modificar a sua designação para Sextante. É portanto de enfatizar a exclusividade que o registo da marca necessariamente confere já que, caso haja qualquer *risco de confundibilidade* suscitado por registo de nova marca, esta simplesmente não é atribuída.

De salientar agora que, em termos formais, ao identificar os produtos ou serviços para que a marca será eleita, o requerente deve especificá-los e ordená-los em consonância com a Classificação Internacional de Nice (neste particular, trata-se, para a área do livro, da tal classe 16 a que atrás se fez alusão). Logo que aceite, o registo da marca tem automaticamente uma validade de 10 anos, desde a data da respetiva concessão, podendo ser indefinidamente renovado por iguais períodos. Todavia, *de 5 em 5 anos, deve ser apresentada no INPI uma Declaração de Intenção de Uso da marca (DIU). Se esta declaração não for entregue, o INPI pode declarar a caducidade do registo da marca, a pedido de qualquer interessado ou quando se verifique prejuízo de direitos de terceiros aquando da concessão de outros registos* (INPI, 2003: 20-21).

Passando à análise dos dados obtidos pelo OAC para o período 1938-2007 (é dentro deste intervalo temporal que estão compreendidas as marcas registadas no quadro do sector português do livro), uma das primeiras conclusões a retirar prende-se com o facto da maior percentagem de registos, 40%, dizer respeito a coleções, ficando as marcas ligadas a chancelas editoriais com a parcela de registos mais pequena, cerca de 5% (gráfico nº 1).

Gráfico nº 1
Tipos de marcas registadas no sector português do livro (1938/2007)
 (percentagem)
 n = 569



Fonte: OAC, a partir da base de dados de marcas fornecida pelo INPI (julho 2007).

Contudo, a nível substantivo, outros aspetos merecem um particular reparo quando se procede a uma análise mais fina, por ano, desses mesmos dados (quadro nº 11).

O que parece ressaltar de uma leitura diacrónica por tipo de marca é o acréscimo de chancelas nos dois últimos anos, com 10 dos registos até então verificados, isto apesar do reduzido número de casos em questão, somente 26. Tirando esses anos, 1992 e 2001, com respetivamente 5 e 3 registos (foram também 3 em 2006), surgem como os outros anos em que se verifica maior registo de chancelas, algo só ocorrido a partir de 1992. O facto do registo da marca não ser um procedimento obrigatório impede que se conclua que a tendência para a criação de chancelas não é uma realidade no sector português do livro.

Quanto às coleções, também 2007 é o ano que apresenta maior número de ocorrências, 32. Apesar da distribuição ser repleta de oscilações, com registos contabilizados só a partir de 1986 (2 casos), pode-se todavia falar de uma tendência para o aumento do número de coleções que as editoras registam.

Se se atender a um outro tipo, em que a marca se refere ao título de um determinado livro ou série de livros, enciclopédia, dicionário, interessará referir que é a partir de 1991 que os registos começam a suceder com maior frequência e regularidade, atingindo um valor máximo de registos em 1996 (20). Desde então a distribuição vem oscilando, com particular destaque para os últimos quatro anos.

Nem todas as empresas de edição que atuam no sector do livro registaram a designação por que normalmente são publicamente conhecidas. Aliás, essa é uma tendência que só se começa a

manifestar com maior incidência na primeira metade da década de 90, ainda que seja 1999 o ano com maior número de registos (12), e, logo atrás, todos com 10 registos, os anos de 1993, 2005 e 2007.

Quadro nº 11
Tipo de marcas registadas no sector português do livro por Ano (1938/2007)
(número de casos)

Ano	Tipo de marca					Total
	Título	Coleção	Chancela	Editora	Outros	
1938	-	-	-	1	-	1
1944	-	-	-	1	-	1
1947	1	-	-	-	-	1
1967	1	-	-	1	-	2
1977	-	-	-	1	-	1
1979	-	-	-	1	-	1
1981	-	-	-	1	-	1
1985	-	-	-	-	1	1
1986	1	2	-	-	-	3
1987	2	2	-	1	-	5
1988	2	5	-	-	-	7
1989	-	3	-	3	-	6
1990	3	1	-	-	-	4
1991	9	13	-	2	1	25
1992	8	7	5	1	3	24
1993	12	5	1	10	-	28
1994	2	8	-	4	-	14
1995	6	17	-	7	4	34
1996	20	16	1	4	2	43
1997	8	18	1	5	1	33
1998	5	20	-	6	-	31
1999	5	11	-	12	-	28
2000	5	3	-	1	-	9
2001	16	9	3	3	3	34
2002	2	21	1	4	3	31
2003	7	7	2	7	1	24
2004	12	7	1	8	4	32
2005	16	11	1	10	5	43
2006	13	12	3	5	7	40
2007	11	32	7	10	2	62
Total	167	230	26	109	37	569

Fonte: OAC, a partir da base de dados de marcas fornecida pelo INPI (julho 2007).

Face ao total, o quadro nº 11 permite concluir que cerca de metade dos registos de marcas no âmbito do sector português do livro (mais precisamente 269) ocorreu entre 1991 e 2001. De 2001 a 2007 ocorreram os outros 266 registos, já que os restantes 34 marcam o período mais recuado que vai de 1938 a 1990.

3.6. A EDIÇÃO ACADÉMICA

Delimitar a edição dita académica do ponto de vista das editoras e não das obras constitui o presente objetivo de análise³⁹. Vale a pena referir que para tal tentativa se procedeu à pesquisa e cruzamento de diversas fontes, pese embora convenha já sublinhar que a preocupação é ilustrar esta realidade – que não pode ser ignorada – e não recensá-la exaustivamente, tarefa que não cabe nos objetivos do presente *Inquérito*.

Tendo presente que se trata de um levantamento ilustrativo, ele assenta, ainda assim, na consulta e cruzamento de informação proveniente de cinco fontes, a saber:

- *Internet*. Com o intuito de explorar ou confirmar a existência de editoras e/ou serviços de edição nas instituições de ensino superior; a consulta das páginas que essas instituições e seus departamentos ou faculdades disponibilizam on-line revelou-se uma ferramenta central no levantamento efetuado;
- O *Programa do 2º Encontro do Livro Universitário de Coimbra 2007* (ELUC) que permitiu identificar 19 editoras “universitárias”;
- *Listagem ISBN* (outubro 2007) – no sentido de identificar as entidades aderentes que correspondessem a editoras académicas ou universitárias;
- *Base de dados das tipografias* (doravante designada por TIP)⁴⁰ – no sentido de detetar o registo das editoras e/ou serviços de edição como depositantes no Depósito Legal (na BNP);
- *Base de dados INPI* – verificando se as editoras e/ou serviços de edição considerados se encontram registadas enquanto marcas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

A recolha e progressiva formação do *corpus* empírico sobre o qual se trabalhou decorreu, simultaneamente, do estudo das várias fontes elencadas.

³⁹ Editoras claramente ligadas às instituições de ensino superior e não as editoras vocacionadas para a edição técnica/científica.

⁴⁰ Esta base de dados foi facultada ao OAC pela BNP e reporta-se ao período 2000-2005. Filtrando a informação pelo campo *universidade* detetam-se 81 casos supostamente registados enquanto depositantes no Depósito Legal. O que não significa que exista uma contradição entre esse número e o número de casos encontrado para traçar o perfil da edição académica em Portugal (46). Na dita base parecem encontrar-se registos referentes a depósitos de teses, apresentando-se os depositantes como instituições de ensino superior e não como editoras, esse o nosso ponto de partida.

Mas o que entender então por edição académica? À partida são três os critérios que parecem concorrer para orientar uma definição: aquela edição que emana de instituições de ensino superior (universidades, politécnicos, etc.), de obras ligadas às áreas científicas aí ministradas e, por fim, embora não exclusivamente, visando dar voz ou visibilidade pública quer aos trabalhos produzidos no quadro das instituições em causa quer aos seus autores, por regra universitários.

De facto, a revisão bibliográfica forneceu outros termos comparáveis acerca da realidade a tratar. Apesar da terminologia *scholarly publishing* ser, no caso norte-americano, utilizada por diferentes autores de maneira desagregada, *grosso modo* dividida em *university presses and commercial academic presses* (Coser, Kadushin e Powell, 1982; Greco, Rodríguez e Wharton, 2007: 59), e não obstante se utilizar também a expressão *academic publishing*, o enfoque aqui assumido aconselha que se retenha um conceito agregado.

Todavia, importa adiantar que, independentemente do país em causa, se trata de *uma tradição universitária, que os séculos têm consolidado, esta de as universidades terem as suas próprias casas editoras, ou imprensas, como antigamente mais frequentemente se designavam* (Guedes, 2001: 269). Fernando Guedes refere-o no âmbito da iniciativa que, por volta de 1998, associou a Universidade Católica Portuguesa e a Editorial Verbo. É porém necessário frisar que esse tipo de articulação (nomeadamente, em regime de coedição) entre quem fornece os conteúdos e os profissionais da edição não será escalpelizado neste contexto.

O produto principal da atividade editorial (e comercial, embora as entidades em causa sejam, geralmente, não lucrativas) centra-se no livro técnico-científico e pedagógico (Clark, 2001: 32). Em novembro de 2007 foi constituída através de escritura pública a Associação Portuguesa de Editoras de Ensino Superior⁴¹, sendo que a sua congénere espanhola foi criada em 1987⁴² (AEUE, 2006).

A tentativa de caracterização da edição académica em Portugal materializou-se numa base de dados de 47 registos, possibilitando arrumar diversas características.

Comece-se por reter um aspeto que, sem a necessária advertência, poderia confundir a interpretação dos dados a seguir feita. Se se contabilizar a presença dos vários registos encontrados de acordo com as fontes (quadro nº 12), logo se constata a não coincidência entre o número de designações – nome por que são conhecidas as editoras e/ou serviços de edição – e respetivas pertenças institucionais⁴³.

⁴¹ Esta associação terá nascido do impulso de quatro editoras universitárias, a saber, a Imprensa da Universidade de Coimbra, a Editora da Universidade do Porto, a Universidade Lusíada Editora e as Edições Universidade Fernando Pessoa.

⁴² A *Unión de Editoriales Universitarias Españolas* conta presentemente com 58 universidades associadas.

⁴³ Não se conseguiu obter duas *designações* relativamente às Universidades dos Açores e da Madeira (mesmo através da pesquisa on-line), apesar das universidades em questão constarem na base de dados do ISBN.

Quadro nº 12

Referências da edição académica em Portugal por Fonte

Fonte	Número
Internet	42
ELUC	19
ISBN	43
TIP	29
INPI	5
<i>Total de referências</i>	<i>47</i>

Fonte: OAC.

Mas importa fixar outros aspetos. Das 19 editoras universitárias que assim se apresentaram no ELUC, 3 delas não constam na base de dados do ISBN (Edições da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Edições da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Sector Editorial da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Tendo sido detetado na Internet, para a generalidade dos casos, algum tipo de informação relativamente à editora ou ao serviço editorial em questão, já a pesquisa da fonte INPI pôs a descoberto uma geral despreocupação no registo da marca especificamente para efeitos de edição⁴⁴. De destacar também que só a Editora UP (Universidade do Porto) integra as diversas fontes consultadas, estando inclusivamente registada como depositante no Depósito Legal, algo que apenas sucede em pouco mais de metade dos casos.

No quadro nº 13 inclui-se uma listagem das várias editoras e/ou serviços de edição identificados de acordo com a Designação e a Pertença institucional. Mais concretamente, estando a falar-se de 35 instituições de ensino superior com editoras e/ou serviços de edição, não é raro encontrar-se para a mesma pertença institucional várias editoras/designações, sendo por exemplo de assinalar para a Universidade do Porto 7 casos.

⁴⁴ Nos casos da Universidade do Minho e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) a designação da marca registada corresponde simplesmente à designação institucional das respetivas universidades (aliás, as únicas duas que, tendo participado no ELUC 2007, têm registo de marca).

Quadro nº 13

Editoras académicas por Designação e por Pertença institucional

Designação	Pertença institucional	
	Desconcentrada	Concentrada
-	Universidade dos Açores	Universidade dos Açores
-	Universidade da Madeira	Universidade da Madeira
Edições da Universidade do Algarve	Universidade do Algarve	Universidade do Algarve
Publicações Universidade de Évora	Universidade de Évora	Universidade de Évora
Gabinete Editorial	Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	Universidade de Lisboa
Imprensa de Ciências Sociais	Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa)	
Edinova	Universidade Nova de Lisboa	Universidade Nova de Lisboa
Centro Editorial	Faculdade de Arquitectura da UTL	Universidade Técnica de Lisboa
Serviço de Edições	Faculdade de Motricidade Humana da UTL	
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL)	
IST PRESS	Instituto Superior Técnico	
Serviços Gráficos da Univ da Beira Interior	Universidade da Beira Interior	Universidade da Beira Interior
Imprensa da Universidade de Coimbra	Universidade de Coimbra	Universidade de Coimbra
EDARQ	Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra	
Universidade de Aveiro Edições	Universidade de Aveiro	Universidade de Aveiro
Editora UP	Universidade do Porto	Universidade do Porto
Edições da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	
Edições da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto	Faculdade de Desporto da Universidade do Porto	
Edições da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	
Edições da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Univ. do Porto	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto	
FAUP Publicações	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	
FEUP Edições	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	
Sector Editorial da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Edições Universidade do Minho	Universidade do Minho	Universidade do Minho
Edições Universidade Aberta	Universidade Aberta	Universidade Aberta
Ediual	Universidade Autónoma de Lisboa	Universidade Autónoma de Lisboa
Universidade Católica Editora	Universidade Católica Portuguesa	Universidade Católica Portuguesa
Edições UFP	Universidade Fernando Pessoa	Universidade Fernando Pessoa
Universidade Lusíada Editora	Universidade Lusíada	Universidade Lusíada
Edições Universitárias Lusófonas	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Universidade Lusófona
Universidade Portucalense	Universidade Portucalense	Universidade Portucalense
Universidade Moderna	Universidade Moderna	Universidade Moderna
Egas Moniz Publicações	Escola Superior de Saúde Egas Moniz (Almada)	Escola Superior de Saúde Egas Moniz

Designação	Pertença institucional	
	Desconcentrada	Concentrada
Centro Editorial do IADE (CEIADE)	Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing	Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing
Editorial Piaget	Instituto Piaget	Instituto Piaget
Serviços Editoriais e de Publicações	Instituto Politécnico de Castelo Branco	Instituto Politécnico de Castelo Branco
Publicações*	Instituto Politécnico de Leiria	Instituto Politécnico de Leiria
Edições IPP	Instituto Politécnico do Porto	Instituto Politécnico do Porto
Centro Gráfico	Instituto Politécnico de Setúbal	Instituto Politécnico de Setúbal
Gabinete de Publicações	Instituto Politécnico de Tomar	Instituto Politécnico de Tomar
Edições ISPGaya	Instituto Superior Politécnico Gaya	Instituto Superior Politécnico Gaya
Centro de Edições	Instituto Superior de Psicologia Aplicada	Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Edições IPAM	Instituto Português de Administração de Marketing	Instituto Português de Administração e Marketing
Publicações*	Instituto Superior de Gestão Bancária	Instituto Superior de Gestão Bancária
ISEL PRESS	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
Departamento de Publicações / Edições ISMAI	Instituto Superior da Maia	Instituto Superior da Maia
Publicações*	Instituto Superior das Novas Profissões	Instituto Superior das Novas Profissões

Fonte: OAC.

Notas: (i) A pertença institucional *desconcentrada* refere-se a universidades com várias editoras (por exemplo uma por faculdade), ao passo que a *concentrada* pretende significar que a universidade no seu conjunto optou por uma única entidade editora; (ii) *Os casos com a designação *Publicações* devem-se ao facto de ter sido essa a referência que, nos sites das respetivas instituições de ensino superior, permitiu inferir a vertente de edição de livros.

A tal inexistência de normalização acima apontada passa também pelo seguinte: é possível que numa pesquisa via ISBN se encontre a «Edinova» (ligada à Universidade Nova de Lisboa), o mesmo já não sucedendo no caso da «EDARQ», sugerida antes pelo campo «Departamento Autónomo de Arquitectura. Universidade do Minho». Quanto ao «Instituto Piaget», a designação institucional prevalece sobre o termo «Editorial Piaget», não constando este último na base de dados do ISBN. O facto de cada curso, departamento, universidade se poder autointitular enquanto editora não só dá conta da complexidade de pertenças institucionais aqui subjacentes como da maior ou menor centralização/autonomia da edição em cada instituição de ensino superior (Guedes, 2001: 271).

Metodologicamente é também de salientar como uma pesquisa (na base de dados de ISBN) tomando por palavra-chave «Universidade do Algarve», rapidamente se pode chegar ao seguinte grau de desagregação: «Universidade Algarve»; «Universidade Algarve, Centro Estudos Património»; «Universidade Algarve, Escola Superior Tecnologia»; «Universidade Algarve, Unidade de Ciências Económicas Empresariais», secções que, aquando da pesquisa na Internet, não foi possível identificar como estando autonomamente ligadas à edição.

Algo que remete uma vez mais para a necessidade de relativizar os dados apresentados em tabela, fruto de eventuais limitações das fontes. Porém, tal cautela não põe em causa algumas conclusões mais gerais que os dados carreados sustentam, designadamente: a de que são vários os estabelecimentos de ensino superior que possuem serviços de edição; que as soluções adotadas variam significativamente entre eles, tanto internamente (identificaram-se duas grandes opções, concentrada e desconcentrada) como externamente (inscrição no ISBN, registo da marca) e que é necessária mais evidência empírica para (recensar e) caracterizar este importante segmento da edição. Finalmente importa ter em conta que não se procuraram identificar eventuais relações preferenciais ou de maior proximidade entre empresas editoras e esta ou aquela universidade, mas sim aquelas entidades editoras assumidas pelas escolas superiores.

3.7. SÍNTESE

O sector da edição de livros, tal como a generalidade dos sectores culturais, é um sector com uma grande dinâmica que se traduz pelo elevado número e grande diversidade de estatutos jurídicos, atividades, e também pelo número de entidades que editam. A ausência de uma definição institucional de “editora” (tal atividade não se encontra regulada) e, conseqüentemente a inexistência de uma única base de sondagem válida determinou, de forma acrescida, que se procedesse no âmbito do *Inquérito ao Sector do Livro*, à construção de um conceito operativo, empírico, que tivesse em conta as diversas noções em uso no sector, no sentido de delimitar o que se iria inquirir identificando, simultaneamente, o que ficaria de fora. Essa construção exigiu portanto o cruzamento dos registos de diversas fontes. Diferentes fontes, diferentes critérios, diferentes objetivos, logo, diferentes bases numéricas.

Este cruzamento permitiu, num primeiro momento, controlar a fonte mais fiável, o INE e, num segundo momento, identificar a necessidade de, mantendo a característica de se tratar de empresas sediadas em Portugal, em atividade, acrescentar um subuniverso ao universo do INE – constituído pelas empresas cuja atividade principal é a edição de livros –, subuniverso constituído por empresas editoras com outra atividade principal que não a edição de livros.

Acessoriamente, a pesquisa permitiu verificar a relevância de outras fontes, em particular o ISBN, avaliando-se, enquanto levantamento e identificação de editores, as suas virtualidades e limitações, sendo que estas são, na fase atual, claramente, e por diversos motivos, as prevalentes. O que não significa que não se tire pelo menos uma conclusão substantivamente importante: a edição de livros, no que toca às entidades envolvidas, está muito para além das

empresas. Não se revelou possível, contudo, aprofundar adequadamente esta consabida conclusão.

Outras abordagens, como a dos grupos empresariais, permitiu evidenciar a necessidade da sua identificação com vista a uma mais eficiente caracterização do sector – uma vez que prevalecem, como é normal, empresas isoladas e empresas integradas em grupos horizontais e verticais, realidade que importa ter em conta.

Ainda quanto ao panorama editorial a abordagem do registo das marcas se revelou significativa do grau de formalização que (não) existe para muitas delas. E, finalmente, a abordagem, ainda que exploratória, da edição académica, permitiu evidenciar a sua relevância do ponto de vista das entidades envolvidas, deixando no ar o mesmo tipo de questões suscitado pelos dados do ISBN: qual será o impacto de tal segmento da edição no mercado nacional e internacional?

4. A COMERCIALIZAÇÃO

Este capítulo trata da comercialização de livros. Sintetizam-se inicialmente dados sobre as livrarias recolhidos a partir de três fontes (tutela do sector, INE e a APEL) e faz-se uma pequena referência ao Inquérito Harmonizado às Empresas (INE). Tratam-se seguidamente as grandes superfícies, sempre do ponto de vista do livro, e outros canais de venda – os canais emergentes. Finaliza-se com uma breve referência ao comércio eletrónico do livro nos planos nacional e internacional.

4.1. LIVRARIAS

Na cadeia do livro uma outra fase de grande importância é a da comercialização. Para além da edição, também esta é objeto do presente *Inquérito*, na qual se destaca claramente o livreiro, cuja atividade se centra, regra geral, na comercialização ou venda a retalho de livros. De acordo com os três estudos sociológicos sobre a leitura realizados em Portugal (Freitas e Santos, 1992; Freitas, Casanova e Alves, 1997: 40; Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 142) as livrarias foram e continuam a ser o principal local para a aquisição de livros. A opção por dar uma particular atenção às livrarias encontra sustentação nos resultados dos estudos sobre a leitura e a procura de livros. Mas ao nível da comercialização deram-se evoluções relevantes nas últimas décadas. O relatório do *Estudo dos Aspectos Económicos da Edição em Portugal*, já anteriormente citado, se por um lado parece pôr em causa o significado das livrarias (que teriam sido ultrapassadas, por volta de 1984, pela via postal ou direta, nomeadamente através de clubes do livro, no volume de vendas dos maiores editores), por outro lado permite destacar a relevância desses canais de comercialização (o que o estudo sobre a leitura de 1992 parcialmente confirma, colocando-os imediatamente abaixo das livrarias nos locais de compra preferidos) por outro lugar – e este é talvez o ponto mais significativo – evidencia claramente as alterações entretanto verificadas nos canais de comercialização (Varela e Ramos, 1984: 21). Ou seja, perderam importância a venda postal ou direta, incluindo os clubes do livro, ganharam peso outras como os super e hipermercados. E sobretudo assistiu-se a uma enorme pulverização dos locais de venda de livros,

incluindo quiosques, postos de abastecimento de combustíveis, lojas indiferenciadas, sem esquecer, claro, as tradicionais livrarias-papelarias.

Assim, embora as livrarias sejam o canal de comercialização objeto do presente *Inquérito*, procurou-se também não descurar outros canais, incluindo um outro característico dos tempos atuais – o comércio eletrónico.

Em termos metodológicos, tal como com para os editores, também no que diz respeito às livrarias se procurou obter informação que permitisse a quantificação desse tipo de estabelecimentos. Deste modo, constatou-se a existência de várias fontes, mas, mais uma vez, a inexistência de estatísticas nacionais que permitissem a sua caracterização e a análise da atividade de venda a retalho de livros.

Quanto às fontes inventariadas importa fazer menção, por um lado, tanto às estatísticas provenientes do Cadastro Comercial de empresas (boletim e base de dados on-line), da responsabilidade da Direcção-Geral das Actividades Económicas (antiga Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência⁴⁵), como do relatório *Observar o Comércio em Portugal*, produzido pelo Observatório do Comércio (2001)⁴⁶ e, por outro lado, os dados sobre entidades do comércio de venda de livros disponíveis na Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), no Instituto Nacional de Estatística (INE) e na Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL).

Importa ter desde já em conta que as várias fontes diferem quanto à definição de livraria adotada e à unidade com que operam – a empresa ou o estabelecimento – aspeto relevante uma vez que uma empresa pode ter dois ou mais estabelecimentos.

⁴⁵ O boletim das *Estatísticas do Cadastro Comercial 2000* da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência possibilita o apuramento de informação relativa ao sector do comércio tendo por base o estabelecimento e o pessoal ao serviço. Tendo em conta os indicadores estatísticos, é possível apurar o número de estabelecimentos, pessoal ao serviço e número médio de pessoal ao serviço, estatuto jurídico, distribuição por distrito e concelho, distribuição segundo a atividade económica, e escalão de superfície de exposição e venda. Os dados são obtidos a partir de um ficheiro de natureza administrativa, com informação sobre os Estabelecimentos Comerciais e que é carregado com base nos pedidos de inscrição dos titulares de estabelecimentos comerciais. Este ficheiro foi constituído em setembro de 1986 e tem uma atualização anual. São de ter em conta algumas limitações quer ao nível das variáveis utilizadas para recolher a informação, quer ao nível da atualização dos dados, quer ainda ao nível da maior desagregação da informação por atividade.

⁴⁶ Relativamente a este relatório sobre o panorama do comércio em Portugal, interessa dar conta da investigação realizada a um dos ramos do comércio retalhista não alimentado analisado, o das Livrarias e Papelarias. Este estudo, realizado pelo Observatório do Comércio, o CISEP-ISEG e a AC Nielsen, em setembro de 2000, passou pela aplicação de um inquérito aos estabelecimentos do comércio retalhista de artigos de livraria e papelaria. O seu principal objetivo era o de possibilitar o conhecimento e a caracterização dos estabelecimentos existentes. O universo era constituído pelos estabelecimentos comerciais em atividade e localizados no Continente. Estes foram classificados em dois tipos: livrarias e papelarias, sendo que era considerada livraria o estabelecimento que na sua faturação total tivesse pelo menos 40% de volume de vendas de livros (critério também adotado pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas).

São de ter em conta certas limitações quanto ao objeto de inquirição. O próprio estudo adverte para o facto de se ter verificado a existência de estabelecimentos que já tinham cessado a sua atividade; outros que se encontravam em atividade mas que não faziam parte do universo; caso de estabelecimentos que tinham mudado de atividade; ou de estabelecimentos que comercializavam produtos de outros sectores, o que dificultava a sua posterior classificação.

Tendo por base os dados do boletim da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, até dezembro de 2000 (último ano disponível), encontravam-se registados no Continente um total de 169 mil estabelecimentos de comércio a retalho, com 429 mil pessoas ao serviço⁴⁷. Para a análise dos dados relativos aos estabelecimentos com atividade económica de venda de livros e artigos de papelaria teve-se apenas em conta as entidades que se encontravam classificadas de acordo com a classe 5247 da CAE Rev.2.

Assim, considerando apenas as entidades classificados na CAE Rev.2, o número total a ter em conta é de 93 mil estabelecimentos com 262 mil pessoas ao serviço (DGCC, 2001: 113 e 193). Neste sentido, quanto ao número de estabelecimentos com a atividade de venda de livros e artigos de papelaria (classe 5247) verifica-se a existência de 2.300 registos (correspondentes a 3% do total dos estabelecimentos), com um total de 4.844 pessoas ao serviço (2% do total), o que dá uma média de 2,1 pessoas ao serviço por estabelecimento. No que toca à distribuição de entidades por distrito, é Lisboa que apresenta a maior percentagem tanto em número de estabelecimentos (20%) como em pessoal ao serviço (28%) (DGCC, 2001: 113 e 193). Quanto à disponibilização de dados mais recentes (posteriores a 2000), da consulta à base de dados do registo de estabelecimentos do cadastro comercial⁴⁸ é possível apurar para o período 2001-2007 o registo de (mais) 615 estabelecimentos, tendo ao serviço 1.537 pessoas. Ambos os casos representam 3% do total tanto de estabelecimentos registados como de pessoas ao serviço naquele período. A média de pessoas ao serviço por estabelecimento situa-se agora em 2,5.

Quanto aos dados apresentados no relatório do Observatório do Comércio (2001: 174-177), em termos gerais, no ano 2000, contabilizam-se no sector das livrarias e papelarias 8.274 estabelecimentos, a que corresponde um volume de vendas na ordem dos €843,6 mil. Em termos particulares, no que diz respeito ao subsector livrarias, regista-se a existência de 1.877 estabelecimentos (23% do total de estabelecimentos) com um volume de vendas de €346,9 mil (41% do total de vendas), o que representa um volume médio de vendas por estabelecimento de €184,8 mil.

Tendo agora por base o total de livrarias constata-se que os estabelecimentos estão localizados predominantemente na região de Lisboa e Vale do Tejo (39%), o que representa 48% do volume de vendas. Quanto à data de abertura, são os estabelecimentos que abriram ao público antes de 1980 os que predominam (41%). No que toca ao escalão de superfície são os estabelecimentos com área entre os 20 a 59 m² os predominantes (49% dos estabelecimentos). Em relação ao tipo de produtos vendidos, o livro é, como não podia deixar de ser, o principal produto comercializado com 68% das vendas (os livros escolares correspondem a cerca de 25% destas), seguido, de longe, pelos produtos de papelaria/brindes com 12%.

⁴⁷ Refira-se que, deste total, 45% dos estabelecimentos ainda se encontravam classificados de acordo com CAE Rev.1. e 33% já de acordo com a CAE Rev.2.

⁴⁸ Disponível na página da Direcção-Geral das Actividades Económicas <<http://www.dgcc.pt/cadastro0.htm>>, acedida em 10 de julho de 2008, tendo com fonte o Cadastro Comercial para os anos de 2001 a 2007.

Quanto aos dados provenientes das outras 3 fontes mencionadas anteriormente (DGLB, INE e APEL), salientam-se os procedimentos usados na obtenção da informação e a quantificação dos casos em cada uma delas.

Na DGLB a base de dados livrarias era composta, em maio de 2007, por 579 referências. A unidade principal de registo é o estabelecimento, quer isto significar que são contabilizados todos os estabelecimentos pertencentes a uma mesma empresa (por exemplo cada loja de uma cadeia de livrarias é contabilizada como uma unidade)⁴⁹, o que está de acordo com o objetivo central da fonte que é permitir a identificação dos pontos de venda de livros em Portugal.

A constituição desta ferramenta foi concretizada a partir do levantamento realizado pelo organismo, desde 2000, junto das duas principais fontes: as câmaras municipais e as juntas de freguesia do Continente e das Regiões Autónomas. O procedimento adotado passou, numa primeira fase, pela consulta direta às câmaras municipais e juntas de freguesia do Continente com o objetivo de identificarem e fornecerem os dados de localização dos diversos pontos de venda de livros existentes na respetiva área. Os dados das Regiões Autónomas foram obtidos através de outras fontes complementares (páginas amarelas, sócios da APEL, entre outras). Estas também serviram para completar dados em falta nos estabelecimentos do Continente. Numa segunda fase, a informação foi recolhida através da aplicação de um inquérito às livrarias e pontos de venda de livros, realizado entre 2000 e 2001, o que permitiu acrescentar mais informação e sistematizar os dados já existentes.

Com base nos resultados desse inquérito aplicado aos estabelecimentos entretanto inventariados, foi construída uma tipologia de estabelecimento com quatro tipos: livraria; livraria especializada; livraria alfarrabista e papelaria/livraria⁵⁰. A atualização da base de dados é feita através dos contactos mantidos entre o organismo e os diversos estabelecimentos ou através das informações que estes vão enviando para a DGLB para divulgar as suas atividades. Com a aplicação no ano de 2006 de um novo inquérito aos estabelecimentos foi possível atualizar e sistematizar a informação existente na base de dados. Quanto ao acesso aos dados

⁴⁹ Deste modo, se a unidade base fosse a empresa então o número total de referências seria de 437 e não os referidos 579 estabelecimentos.

⁵⁰ A tipologia dos estabelecimentos com atividade de venda a retalho de livros foi estabelecida pela DGLB a partir das respostas obtidas ao inquérito e com base nas noções previamente definidas no Regime dos financiamentos a conceder pelo Fundo de Fomento Cultural às Empresas do Sector do Livro. Desse modo, Livraria é todo o estabelecimento, de pessoa singular ou coletiva, que apresente em termos de venda de livros uma área de exposição de venda superior a metade da área do estabelecimento e um volume de negócios de pelo menos 40% (do livro não escolar); Papelaria/livraria corresponde ao inverso do referido anteriormente. Existem ainda mais dois tipos: Livraria especializada, que assim é definida se o seu catálogo for constituído por mais de 60% de livros de uma única temática; e Livraria Alfarrabista, que se dedica mais à comercialização de livros antigos ou usados.

estes estão disponíveis para consulta através da página Direcção-Geral, onde é possível fazer a pesquisa através dos campos de identificação, localização e tipologia⁵¹.

Quanto ao INE, a informação provém do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), aliás o mesmo do qual foram extraídos os dados relativos aos editores. Como se viu no capítulo anterior, este Ficheiro caracteriza-se por ser uma base de dados dinâmica com atualização diária⁵². O conjunto de entidades retiradas da referida Base é composto por todas as pessoas coletivas (sociedades), em atividade, com sede no território nacional e que desempenham como atividade económica principal o Comércio a retalho de livros (subclasse 52471 da CAE Rev. 2.1.). No FUE é possível ter acesso a dados referentes a variáveis físicas (nome; morada; contacto; distrito, concelho e freguesia da sede da empresa) e económicas (escalões de pessoas ao serviço e volume de negócios) das empresas.

Neste caso particular, a extração da informação do referido ficheiro em outubro de 2007, permitiu verificar que, com base nos dados físicos, estavam em atividade em Portugal 414 sociedades (pessoas coletivas)⁵³ de comércio a retalho de livros. Por razões que serão explicitadas na Parte II, esta foi a base utilizada pelo OAC na constituição do universo do Inquérito às livrarias. Nesta fonte a unidade é a empresa e não o estabelecimento.

Uma pequena nota para referir que, em termos de informação estatística sobre empresas do Comércio a retalho de livros, os dados são recolhidos pelo INE através do Inquérito às Empresas Harmonizado, mas não são disponibilizados devido às limitações encontradas quer ao nível da desagregação da informação (segredo estatístico), quer à utilização da empresa como unidade de inquirição e não o estabelecimento, quer ainda à falta de qualidade da informação.

Deste modo, apenas estão disponíveis dados mais agregados, ou seja, apenas é possível obter dados referentes ao total de empresas cuja atividade principal corresponde à classe 5247 (Comércio a retalho de livros, jornais e artigos de papelaria), o que obviamente inviabiliza uma abordagem específica das empresas do comércio a retalho de livros.

⁵¹ Saliente-se que dos dados recolhidos no referido inquérito apenas se encontram disponíveis para consulta os dados de identificação e localização do estabelecimento.

⁵² Acrescente-se o facto de esta funcionalidade da base de dados apenas beneficiar a gestão dos dados das sociedades (pessoas coletivas), uma vez que a informação dos empresários em nome individual possui um tratamento diferente, com atualização esporádica.

⁵³ O total de empresas que desempenhavam uma atividade de comércio a retalho a livros, em outubro de 2007, era sem dúvida superior, se ao número de sociedades (pessoas coletivas) referidas se acrescentasse o número de empresas detidas por empresários em nome individual (pessoas singulares), que àquela data eram 471, o que totalizava 885 empresas nesta atividade.

A partir de uma nova extração de dados do referido ficheiro FUE do INE, contabiliza-se em maio de 2008, um total de 410 sociedades de comércio a retalho de livros. Deste modo, constata-se um ligeiro decréscimo no número total de sociedades em atividade (1%), tendo-se verificado a saída de 24 sociedades e a entrada de 22 novas.

Quanto à APEL, tem-se em conta as entidades do comércio livreiro membros da associação. Em dezembro de 2007⁵⁴ contabilizavam-se apenas 96 entidades, correspondendo a 32% do total de associados. Para além destes, mas em número mais reduzido, encontram-se também os distribuidores e os alfarrabistas, que representam cada um 4% dos membros àquela data.

Em termos de análise do número de registos a partir do confronto dos dados existentes nestas 3 últimas fontes, é possível verificar que, também aqui, à semelhança do que sucedeu com os editores, se encontram algumas diferenças entre elas, determinadas, acima de tudo pelos objetivos e finalidades próprias de cada uma⁵⁵.

Deste modo, das várias particularidades encontradas destaca-se: a unidade de registo que pode ser a empresa ou o estabelecimento; o nome da empresa, uma vez que numa das fontes pode surgir com a sua denominação social e noutra com a marca pela qual é conhecida, impossibilitando uma rápida identificação da empresa; o facto de poder ser considerada como livraria uma empresa que venda livros independentemente se é o produto mais vendido ou uma empresa que tem como atividade principal a venda a retalho de livros; ou ainda outras situações em que a venda de livros constitui a sua atividade principal mas pertence a uma outra atividade económica, logo podem não ser consideradas num possível universo de inquirição.

4.2. GRANDES SUPERFÍCIES

Com o objetivo de reunir informação sobre as grandes superfícies comerciais e de caracterizar o seu perfil, no que diz respeito a dados físicos e económicos, o INE realiza desde 1993 o Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais⁵⁶. Inicialmente centrado nas Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares, o conceito foi sendo alterado e adaptado ao longo dos anos seguintes, o que possibilitou a inclusão no universo de mais unidades. Com as alterações regulamentares impostas em 1997, passa a ser adotado, a partir de 2000, um novo conceito, o de Unidade Comercial de Dimensão Relevante (UCDR)⁵⁷. No entanto, o inquérito foi suspenso no ano seguinte, tendo sido retomado no ano de 2005 com base nos dados do ano de 2004.

⁵⁴ Destaque-se que a obtenção dos dados dos associados da APEL foi feita a partir da consulta da página do organismo, em <www.apel.pt>, acedida em dezembro de 2007.

⁵⁵ Este assunto é objeto de um maior desenvolvimento na Parte II (Neves, Santos e Vaz, 2012).

⁵⁶ O inquérito aplicado em 1993 vem na sequência de um outro realizado em 1991 e 1992 mas aplicado apenas aos estabelecimentos do Comércio a Retalho, pelo que os dados recolhidos no inquérito de 1993 não permitem comparações com os dois anos anteriores devido ao alargamento do universo em causa.

⁵⁷ As Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares são, fundamentalmente, a partir de 1993 e até ao ano de referência de 1999, as principais unidades objeto de inquirição. A condição é serem estabelecimentos que apresentem uma área de venda igual ou superior a 2.000 m² (Decreto-Lei n.º 258/92 de 20 novembro). Esta definição foi aplicada em 1993 e 1994. No ano seguinte, são introduzidas as primeiras alterações à sua definição, mais precisamente com o Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de abril, em que se estabelece que se passa a

As informações a recolher pretendem dar conta das várias características dos estabelecimentos tais como a sua localização, área, horário de abertura, pessoal ao serviço e remunerações, bem como o volume de negócios ou o volume de vendas por produto, etc.

Este instrumento de periodicidade anual tem por base um inquérito exaustivo aplicado diretamente a todos os estabelecimentos comerciais (UCDR) situados no Continente, por via postal ou eletrónica. São utilizados como suportes de recolha da informação dois questionários: um ao comércio a retalho e outro ao comércio por grosso⁵⁸.

O universo de inquirição é composto pelos estabelecimentos UCDR cuja atividade corresponde ao comércio a retalho (CAE grupos 521, 522, 523 e 524) e ao comércio por grosso (CAE divisão 51).

Quanto aos produtos vendidos, é utilizada uma classificação adaptada da Classificação dos Produtos por Atividade (CPA versão 2002) como base de enquadramento das categorias de produtos vendidos. No caso particular deste estudo, interessa destacar a classificação existente para a classe do livro (quadro nº 14).

incluir também os estabelecimentos com área de venda igual ou superior a 1.000 m², desde que localizados em concelhos com menos de 30 mil habitantes. A partir de 1997, com as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 218/97, de 20 de agosto no que toca ao novo regime de licenciamento de estabelecimentos, passa-se agora a ter em conta não só a área individual de um estabelecimento mas também a área total do conjunto de estabelecimentos de uma mesma empresa ou grupo económico. Para além disso, acrescenta também aos já inquiridos estabelecimentos do comércio a retalho alimentar, os de retalho não alimentar e os do comércio por grosso. Na sequência destas mudanças, passa a ser aplicado a UCDR, que é adotada como unidade de inquirição a partir de 2000.

Deste modo, a UCDR passa a ser entendida como um “estabelecimento, considerado individualmente ou no quadro de um conjunto pertencente a uma mesma empresa ou grupo, em que se exerce a atividade comercial e relativamente ao qual se verificam uma das seguintes condições. Assim, passam a ser considerados não só os estabelecimentos de comércio a retalho alimentar ou misto, de comércio a retalho não alimentar e de comércio por grosso com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m², 4.000 m² e 5.000 m² respetivamente, mas também os estabelecimentos pertencentes àqueles 3 sectores, que não atingindo as dimensões referidas, façam parte de uma empresa ou grupo económico que possua, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 15.000 m², 25.000 m² e 30.000 m² respetivamente” (Decreto-Lei nº 218/97, de 20 de agosto, Alínea a) do artigo 3.º e nº1 do artigo 4.º).

⁵⁸ No período de 1993-1999 apenas foi aplicado o inquérito aos estabelecimentos do comércio a retalho. A partir de 2000 e até 2004, refira-se que a aplicação do inquérito teve por base a utilização de três suportes de informação, correspondendo cada um deles a um modelo específico: comércio a retalho alimentar e misto (modelo A), comércio a retalho especializado não alimentar (modelo B) e comércio por grosso (modelo C). A partir de 2005, os anteriores inquéritos modelo A e B são substituídos por um inquérito comum aplicado a todo o comércio a retalho.

Quadro nº 14
Nomenclatura da Classificação do produto Livro

Tipo	Código	Designação
Secção	D	Produtos das Industrias Transformadoras
Subsecção	DE	Pasta, papel e cartão e seus artigos; Suportes de informação gravados; Serviços de edição
Divisão	22	Material impresso, suportes gravados e trabalhos de impressão
Grupo	22.1	Livros, jornais e outro material impresso e suportes gravados
Classe	22.11	Livros

Fonte: CE, Regulamento nº 204/2002, de 19 de dezembro de 2001.

No que diz respeito à forma como são obtidos os dados sobre as vendas da classe livro nos suportes de recolha de informação, saliente-se que se apresenta desagregado no grupo de produtos Livros, Jornais e Artigos de Papelaria nos inquéritos ao comércio a retalho alimentar, desde 1993, e no comércio a retalho especializado não alimentar, desde 2000. Ao invés, o mesmo não acontece no inquérito ao comércio por grosso, uma vez que apenas está mencionado o respetivo grupo de produtos. No inquérito ao comércio a retalho, aplicado em 2005, constata-se que a classe livro se encontra inserida num novo grupo de produtos: Cultura, Desporto e Lazer.

Com as alterações metodológicas ocorridas no inquérito aos estabelecimentos comerciais, que levaram à consequente alteração da sua base de inquirição a partir de 2000, a análise a realizar aos dados sobre o comércio de livros nestes estabelecimentos vai ter em conta, precisamente, dois períodos: o das Grandes Superfícies Comerciais (1994-1999) e o das Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (2000-2006).

O livro nas Grandes Superfícies Comerciais

No que diz respeito à comercialização do livro nos estabelecimentos comerciais de venda a retalho, refira-se que este assunto já foi objeto de análise no estudo do OAC sobre a aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro (Santos e Gomes, 2000: 43-45) e aqui retomado por forma a atualizar a série então publicada.

Neste sentido, salienta-se o crescimento verificado no período de 1994 a 1999 tanto no número de estabelecimentos como no volume de vendas de livros, com taxas de variação de 50% e 22%, respetivamente (quadro nº 15). No entanto, a tendência de crescimento no volume de vendas de livros apresenta uma quebra em 1999, depois de ter atingido o seu valor mais elevado no ano

anterior (com €2.942 milhões). Quanto ao peso relativo da venda de livros no total de vendas a retalho, constata-se que aquele apresenta pequenas oscilações, variando entre 0,8% e 1,0%.

Quadro nº 15

Estabelecimentos, volume de vendas e peso relativo do Livro no total de vendas a retalho nas grandes superfícies por Ano (1994-1999)
(número, mil euros e percentagem)

Ano	Estabelecimentos	Volume de vendas de livros	Peso do livro no total de vendas a retalho
1994	46	2.247	1,0
1995	75	2.583	1,0
1996	81	2.694	0,8
1997	88	2.806	1,0
1998	88	2.942	0,9
1999	92	2.865	nd

Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Grandes Superfícies Comerciais 1994 a 1999.

Notas: Os valores apresentados referem-se às superfícies localizadas no Continente;
nd – Não disponível.

Quando comparado o peso relativo da venda de livros com a área de exposição e venda das grandes superfícies, evidencia-se, de uma forma geral, o facto de esse peso ser mais significativo nos escalões mais elevados na maioria dos anos do período em causa, sendo a exceção o ano de 1998, em que o valor mais elevado se situa no segundo escalão de área de venda (quadro nº 16).

Quadro nº 16

Peso relativo do Livro no total de vendas a retalho nas grandes superfícies por Escalão de Superfície de Exposição e Venda e por Ano (1994-1999)
(percentagem)

Ano	Escalões de Superfície de Exposição e Venda				
	1.000 a 1.999 m ²	2.000 a 2.499 m ²	2.500 a 3.999 m ²	4.000 a 7.999 m ²	8.000 m ² e mais
1994	–	0,0	0,0	1,0	1,0
1995	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0
1996	0,0	0,7	0,6	1,0	0,9
1997	0,1	0,8	0,8	0,7	1,2
1998	0,1	1,1	0,9	0,9	1,0
1999	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Grandes Superfícies Comerciais 1994 a 1999.

Notas: Os valores apresentados referem-se às superfícies localizadas no Continente.
nd – Não disponível.

O livro nas Unidades Comerciais de Dimensão Relevante

A análise sobre a comercialização de livros nas grandes superfícies comerciais, agora denominadas Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR), requer uma chamada de atenção para os seguintes aspetos: i) a recolha de informação foi interrompida nos anos de 2002 e 2003 e retomada em 2004; ii) a partir de 2000, já não é possível obter informação estatística desagregada para a classe Livro, mas apenas para o grupo Livros, jornais e artigos de papelaria; iii) os dados para os anos de 2000 e 2001 sobre o volume de vendas e o peso relativo deste no total de vendas a retalho daquele grupo de produtos não estão disponíveis para divulgação, uma vez que se encontram abrangidos pelo segredo estatístico ou apresentam uma menor qualidade na informação mais detalhada obtida, devido sobretudo à dificuldade por parte dos informantes em enquadrar algumas respostas nas classes de produtos utilizadas no instrumento de recolha; iv) os apuramentos dizem respeito aos estabelecimentos do comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar (doravante denominados comércio a retalho alimentar) e do comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar (denominados de comércio a retalho não alimentar), uma vez que o do comércio por grosso não discrimina aquela classe.

Nos dados disponíveis constata-se que no conjunto dos seis anos considerados o número total de estabelecimentos de comércio a retalho no Continente teve um crescimento de 46%, atingindo o valor máximo em 2007 com 2.309 (quadro nº 17). Verifica-se igualmente um crescimento no volume de vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria até 2005, invertendo em 2006 com uma quebra de 3% e voltando a crescer em 2007, ano em que se regista o valor mais elevado (€188,8 milhões). Por outro lado, verifica-se a contínua quebra no peso das vendas dos produtos daquele grupo no total das vendas dos estabelecimentos de comércio a retalho, passando, naquele período, de 1,8% para 1,4% respetivamente, apesar de em 2007 o valor se ter mantido idêntico ao do ano anterior.

Um aspeto interessante de observar é o facto de, no ano de 2007, ao número mais elevado de estabelecimentos de comércio a retalho não corresponder um aumento do peso relativo dos Livros, jornais e artigos de papelaria em relação ao total de vendas a retalho, isto apesar do forte aumento do volume de vendas verificado para aquele grupo de produtos naquele ano.

Na análise do peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas das UCDR de comércio a retalho alimentar e do retalho não alimentar por Região (Continente), apenas se terá em conta o período 2004-2007, utilizando para tal a nova nomenclatura das regiões.

Quadro nº 17

Estabelecimentos, volume de vendas e peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR por Ano (2000-2001 e 2004-2007)
(número, mil euros e percentagem)

Ano	Estabelecimentos	Volume de vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria	Peso dos Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho
2000	1.253	nd	nd
2001	1.340	nd	nd
2004	1.561	170.551	1,8
2005	1.929	179.184	1,6
2006	2.112	174.753	1,4
2007	2.309	188.774	1,4

Fonte: INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2000, 2001, 2004-2007.

Nota: Os dados referem-se às unidades do comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar e do comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar localizadas no Continente. Excluem-se as unidades do comércio por grosso.

nd – Não disponível.

Observado sob o ponto de vista das vendas nos estabelecimentos de comércio a retalho não alimentar, constata-se que o peso relativo das vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria apresenta um decréscimo de 2% de 2004 para 2007. Em termos absolutos, passa-se de um volume de vendas de €73,7 milhões em 2004 para €66,6 milhões em 2007 (quadro nº 18).

O cruzamento das vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria por Região e por Ano mostra que o peso das vendas é mais elevado nas regiões Norte e Lisboa, sendo que as percentagens mais significativas se registam no ano de 2004, com 5% e 4%, respetivamente. Estas são também as regiões com uma tendência constante de quebra no peso relativo das vendas naquele grupo de produtos. Os valores mais baixos registam-se na região Alentejo.

Quadro nº 18

Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho não alimentar por Região e por Ano (2004-2007)
(percentagem)

Ano	Região					Total
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2004	5,0	2,0	4,4	0,6	1,1	3,9
2005	2,9	1,2	3,0	1,6	1,8	2,6
2006	1,9	0,5	2,4	0,3	1,3	1,9
2007	1,8	0,7	2,2	0,3	1,7	1,8

Fonte: INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2004-2007.

Nota: Os dados referem-se apenas às UCDR localizadas no Continente.

No que diz respeito às vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria nos estabelecimentos de comércio a retalho alimentar, verifica-se que o seu peso relativo se mantém inalterado ao longo do período 2004-2007, com 1%. Em valores absolutos verifica-se, porém, um aumento no volume de vendas que passa de €96,9 milhões em 2004 para €122,1 milhões em 2007 (quadro nº 19).

Quadro nº 19

Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho alimentar por Região e por Ano (2004-2007)
(percentagem)

Ano	Região					Total
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2004	1,1	1,3	1,4	0,9	1,2	1,3
2005	1,3	1,3	1,5	1,0	1,2	1,3
2006	1,2	1,2	1,4	1,0	1,2	1,3
2007	1,2	1,2	1,4	1,0	1,2	1,3

Fonte: INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2004-2007.

Nota: Os dados referem-se apenas às UCDR localizadas no Continente.

Tendo em conta o cruzamento das vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria por Região e por Ano, constata-se que as percentagens apresentam poucas oscilações, variando entre 1% e 2% no período em análise. Mesmo assim, é possível observar que é nos equipamentos localizados na região de Lisboa que se registam as percentagens mais elevadas e nos da região do Alentejo as mais baixas.

Procurando agora analisar o peso relativo das vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria segundo os Escalões de área de exposição e venda por Ano, verifica-se que é nos estabelecimentos de comércio a retalho não alimentar com a área de 1.000 a 1.999 m² que as vendas se apresentam mais elevadas, variando entre 4% e 5%, independentemente do ano em causa. A única exceção é o ano de 2004 em que as vendas nos estabelecimentos com área igual ou superior a 2.000 m² chega aos 7% (quadro nº 20).

Quadro nº 20

Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR do comércio a retalho não alimentar por Escalão de Área de Exposição e Venda e por Ano (2004-2007)
(percentagem)

Ano	Escalões de Área de Exposição e Venda				Total
	Até 399 m ²	De 400 a 999 m ²	De 1.000 a 1.999 m ²	De 2.000 m ² e mais *	
2004	0,2	0,2	4,7	6,7	3,9
2005	0,5	1,4	4,8	1,0	2,6
2006	0,2	0,2	4,0	0,8	1,9
2007	0,0	0,2	4,0	0,8	1,9

Fonte: INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2004-2007.

Nota: * Este escalão agrega os dados referentes a 4 escalões de área de exposição e venda (De 2.000 a 2.499 m²; De 2.500 a 3.999 m²; De 4.000 a 7.999 m²; e De 8.000 m² e mais) por causa do segredo estatístico.

Nota: Os dados referem-se apenas às UCDR localizadas no Continente.

Quanto ao peso relativo das vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria nos estabelecimentos de comércio a retalho alimentar, confirma-se o facto de que quanto maior a área de exposição e venda maior o peso relativo das vendas do grupo de produtos em questão. Por escalão, é nos estabelecimentos com 8.000 m² e mais que as vendas são mais elevadas (quadro nº 21).

Quadro nº 21

Peso relativo de Livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR do comércio a retalho alimentar por Escalão de Área de Exposição e Venda e por Ano (2004-2007)
(percentagem)

Ano	Escalão de Área de Exposição e Venda							Total Continente
	Até 399 m ²	De 400 a 999 m ²	De 1.000 a 1.999 m ²	De 2.000 a 2.499 m ²	De 2.500 a 3.999 m ²	De 4.000 a 7.999 m ²	De 8.000 m ² e mais	
2004	0,1	0,2	0,8	1,8	2,1	1,7	2,5	1,3
2005	0,3	0,3	0,9	2,1	2,0	2,0	2,6	1,3
2006	0,3	0,3	0,8	2,2	1,8	2,0	2,5	1,3
2007	0,2	0,4	1,0	1,0	1,5	1,9	2,4	1,3

Fonte: INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2004-2007.

Em síntese, em termos de método, a informação disponível, desagregada para o produto livro, sofreu um retrocesso desde 2000. Apenas está disponível informação para Livros, jornais e artigos de papelaria.

A leitura dos dados mobilizados sugere que:

- o número de estabelecimentos de comércio a retalho tem vindo a crescer no Continente, registando em 2007 o seu valor mais elevado;
- o valor de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria tem apresentado um crescimento constante de 2003 a 2007, com exceção de 2006;
- por tipo de estabelecimento, os de comércio a retalho não alimentar registam valores médios de volume de vendas mais baixos para aquela categoria de produtos – €68 milhões – ao passo que os do comércio a retalho alimentar apresentam valores na ordem dos €110,3 milhões;
- a região de Lisboa é a que tem o mais elevado peso na categoria Livros, jornais e artigos de papelaria, logo seguida região Norte;
- por área de exposição e venda, os estabelecimentos em que se verifica maior volume de vendas são os que têm áreas de 1.000 m² a 1.999 m² no comércio a retalho não alimentar e nos de retalho alimentar quanto maior a área de exposição e venda, maior o peso relativo do volume de vendas, sendo que os principais são mesmo os estabelecimentos com 8.000 m² e mais.

4.3. OS MÉDIA E A COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS: ILUSTRAÇÕES

Neste ponto procura-se fazer uma breve abordagem sobre o comércio de livros através dos média, nomeadamente jornais e revistas.

Uma das adaptações do produto livro ao mercado, possivelmente enquanto estratégia de marketing, embora não seja um fenómeno generalizado internacionalmente, surge da associação do livro enquanto produto aos média, neste caso a imprensa escrita. Refira-se também que, para além do livro, outros produtos culturais têm sido associados como sejam os CD-Áudio, os DVD (filmes e musicais) ou os jogos de computador.

O projeto de criação de um produto livro passa pelo necessário estabelecimento de uma parceria entre o grupo/órgão de média e a entidade que o produzirá – que poderá corresponder a uma editora⁵⁹, uma agência ou empresa intermediária –, nacional ou internacional⁶⁰. A

⁵⁹ Refira-se, a título de exemplo, as editoras Cavalo de Ferro, Quasi Edições ou a QuidNovi (QN – Edição e Conteúdos) que apresentam já um conjunto bastante alargado de projetos desenvolvidos em parceria com os jornais e revistas, e que fazem dessa linha de trabalho uma das suas principais estratégias.

proposta para a realização de um projeto poderá partir de qualquer das partes, ou seja, através da solicitação de uma nova iniciativa ou através da apresentação por parte da editora de um produto seu, pré-existente ou não.

De entre os vários aspetos a ter em conta na concretização do projeto destacam-se, por exemplo, o da identificação da marca que deverá constar no livro: nome do jornal/revista, da editora ou sem marca (coleção) e que pode ter implicações tanto ao nível da propriedade intelectual como da impressão (uma nova edição ou reimpressão); do modo de aquisição do livro – grátis ou pago –, e de venda em conjunto ou em separado com o jornal ou revista, o que passa por uma estratégia de posicionamento do grupo/órgão de média no mercado – crescimento ou reforço da sua imagem; ou o da periodicidade da distribuição do livro (diário, semanal, mensal).

Em termos de propriedade intelectual refira-se que usualmente se compram os direitos de reprodução ou tradução de um texto, podendo ainda em alguns casos pagar-se aos autores para escrever um texto novo. Neste caso, os direitos poderiam ser pagos tendo em conta uma estimativa da percentagem de venda ao público (*fee*). Em mercados mais familiarizados com o fenómeno, a própria negociação dos direitos de autor já é feita tendo em conta a possibilidade do livro poder ser negociado num outro canal de comercialização como sejam, por exemplo, os quiosques.

Deste modo, as iniciativas de venda dos livros associadas à imprensa escrita apresentam certas características, ou seja, certas vantagens, como sejam o baixo preço de venda ao público, uma tiragem média superior àquela que habitualmente é realizada para venda em livraria, a possibilidade de distribuir o livro com o jornal/revista junto de um maior número de pontos de venda, bem diversificados e dispersos pelo país (quiosques, tabacarias, papelarias, estações de serviço, etc.), bem como de poder beneficiar de um forte apoio ao nível da promoção do produto.

Em Portugal⁶¹ a incursão do jornal Público com a Colecção Mil Folhas⁶² nesta estratégia de vendas ajuda a explicar como esta ideia se implantou e é agora prática generalizada. O sucesso

⁶⁰ Acrescente-se ainda em relação a este aspeto que o desenvolvimento da criação de um produto passa, muitas vezes, pela gestão internacional do processo, uma vez que se a compra dos direitos por parte da agência ou empresa e a sua posterior distribuição num determinado canal é feita a nível nacional, já a coordenação, gestão e conceção do projeto e até mesmo a sua impressão poderá passar por um país exterior.

⁶¹ Uma das primeiras iniciativas deste género (se bem que não teve circulação com a imprensa escrita) foi a iniciativa Colecção Biblioteca Básica Verbo - Livros RTP, resultante da parceria entre a RTP e a Editorial Verbo que colocou no mercado, entre 1970-1972, um conjunto de 100 títulos com uma tiragem média de perto de 100 mil exemplares (sendo que os 2 primeiros títulos foram objeto de reimpressão). Teve como novidade a colocação no mercado de um produto de pequenas dimensões, em grande quantidade, a preços reduzidos, com uma forte campanha de promoção e com uma colocação, não só nas livrarias, mas em outros locais, até aí nunca explorados, como as tabacarias ou os quiosques.

⁶² A Colecção Mil Folhas era composta por um total de 101 títulos e teve distribuição com o Jornal Público entre 2002 e 2004.

da medida prende-se principalmente com as características do local de venda. À data da comunicação feita por João Porto no II Congresso de Editores realizado em 2006, o alcance da distribuição destas obras através dos quiosques chegava aos 7.000 pontos de venda no país (Porto, 2006).

Estas são características que até certo ponto as livrarias não podem comportar – a enorme dispersão geográfica e o preço de venda ao público dos produtos. As bases negociais também se transformam, dadas as consignações e a comissão por produto vendido e um maior impacto da compra por impulso. Por outro lado, permite ao grupo/órgão de média que promove a iniciativa o reforço da sua imagem, o aumento ou pelo menos a manutenção do nível de vendas, bem como a possibilidade de aumentar as suas receitas.

Pimentel (2007) considera que há a necessidade de estudar aquele que designa como um *dos principais acontecimentos editoriais* – a distribuição de livros com jornais – pela relevância que esta estratégia tem vindo a assumir e que aumenta a tiragem e a fonte de receita da imprensa.

O sucesso da fórmula implica uma maior complementaridade de esforços entre os média e/ou as agências intermediárias com as editoras enquanto entidades que detêm os direitos de autor dos livros que são vendidos através daquela associação.

4.4. CANAIS EMERGENTES

Desde finais dos anos 90 que se assiste à diversificação dos pontos de venda de livros embora sem colocar em causa o espaço da livraria (já se tinha alargado às grandes superfícies em meados dos anos 80). Os livros passaram a estar também disponíveis num conjunto mais alargado de canais que desenvolvem uma atividade económica diferente.

Neste sentido, procura-se aqui dar conta, de uma forma sucinta, dos principais elementos de alguns dos canais emergentes de venda de livros. Estes caracterizam-se quer pela diversificação do tipo de canal, quer pela quantidade de pontos de venda, quer ainda pela dispersão por todo o território nacional. Esta é uma realidade já conhecida e reconhecida pelos intervenientes do sector livreiro em Portugal.

A informação recolhida provém, por um lado, de fontes primárias em resultado do desenvolvimento de contactos telefónicos e eletrónicos e, por outro lado, de fontes secundárias como relatórios e apresentações, consultadas com o objetivo de complementar os dados recolhidos.

Deste modo, apresenta-se como ilustração os seguintes canais de venda de livros: CTT – Correios de Portugal, quiosques e gasolineiras.

CTT – Correios de Portugal

Os CTT constituem um importante canal de contacto com o público uma vez que a empresa é composta por uma extensa e descentralizada rede que totalizava, em 2007, 903 estações de correio, incluindo estações móveis e balcões exteriores de correio⁶³:

A partir de 1998 o livro começou a ser comercializado, enquanto produto de terceiros, num número reduzido de estações de serviço. Desde então, e com maior incidência a partir de 2002/2003 a empresa tem vindo a modernizar a sua rede de pontos de venda promovendo quer a remodelação de muitas das suas estações, quer a reorganização de outras, permitindo desta forma a adaptação do espaço à comercialização de novos produtos e serviços. É decorrente deste processo que se verifica o alargamento e a diversificação da oferta de produtos, sendo o livro um desses casos particulares.

Perante tal facto, e tendo por base o ano 2007, refira-se que a disponibilização de livros para venda é uma realidade em todas as 903 estações de correio, sendo o aspeto diferenciador entre elas a disposição e apresentação ao público, uma vez que esta depende da dimensão da área de exposição existente em cada estação. A oferta editorial é diversificada em termos de editoras e géneros literários.

Para além da comercialização de livros nas suas estações a empresa tem produção editorial própria. Em 2008 estabeleceu uma parceria com o Plano Nacional de Leitura (PNL) para a concretização de um programa de dinamização da leitura e da escrita das crianças⁶⁴.

Quiosques

Como se viu na associação entre a imprensa escrita e os livros, os quiosques são um dos principais elementos. Estes apresentam-se como pontos de venda locais, distribuídos em número considerável um pouco por todo o território nacional, de dimensões normalmente pequenas, que se destinam à venda em exclusivo de determinado tipo de produtos ou de forma partilhada com outras atividades.

⁶³ A empresa possui ainda, para além dos referidos estabelecimentos, 1.929 postos de correios e 2.772 postos de venda de selos, se bem que estes funcionam sob a responsabilidade de terceiros (empresas comerciais e juntas de freguesia) por intermédio de um contrato de prestação de serviços estabelecido com os CTT.

⁶⁴ De que é exemplo a iniciativa intitulada “Onde te leva a imaginação?”, decorrente do protocolo com o PNL, que consiste num programa de incentivo à escrita e desenvolvimento de hábitos da leitura das crianças dos 4 aos 12 anos através das escolas.

De forma sucinta pode dizer-se que os quiosques são considerados um elemento de mobiliário urbano, de propriedade, principalmente, pública (autarquia ou junta de freguesia), localizados preferencialmente na via pública, que se destinam, fundamentalmente, à venda de jornais, revistas, tabaco e lotarias, mas também à venda de plantas e flores, artigos de artesanato e prestação de serviços de reparação de calçado, entre outros. Enquanto mobiliário urbano, o processo de adjudicação é feito por hasta pública e o prazo de exploração é normalmente atribuído por 15 anos. Podem candidatar-se as pessoas singulares e em algumas situações as pessoas coletivas de interesse público.

Refira-se que também aqui se tem vindo a assistir, ao longo dos últimos anos, a um processo de modernização e reorganização deste tipo de equipamento por parte das entidades suas proprietárias.

A importância dos quiosques enquanto canal de venda foi já aqui evidenciada através da intervenção de João Porto no II Congresso dos Editores Portugueses (Porto, 2006: 47). Perante este facto, compreende-se o interesse que este equipamento pode ter enquanto canal complementar para a venda do livro. Regra geral, em termos de oferta de títulos, nos quiosques são escoados para além dos colecionáveis – publicações em série – (por exemplo, bibliotecas de autor ou grandes clássicos) e dos fascículos, os livros enquanto produto associado à imprensa⁶⁵. Os livros constituem assim um elemento na estratégia de marketing de venda realizada pelas empresas de média, que deste modo colocam no mercado um conjunto alargado de títulos de géneros bastante diferentes.

Por outro lado, acrescenta-se ainda que a oferta de títulos neste tipo de equipamento é limitada, uma vez que, para além do reduzido espaço de exposição do produto, aquele tem ainda de concorrer com outros produtos associados, como os filmes e os CD musicais, entre outros.

Gasolineiras

No que diz respeito às empresas cuja atividade principal é a distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e derivados em Portugal, será relevante tentar perceber de que forma a sua rede de pontos de venda se relaciona com a venda de produtos de outras atividades, como sejam os livros.

⁶⁵ Estes produtos associados em que o livro se inclui permitem margens de lucro de venda para o vendedor que podem variar, consoante o produto e o preço, entre os 5% e os 10%.

O apuramento da informação foi feito tendo em conta as principais empresas do sector a operar em Portugal: GALP Energia, REPSOL Portuguesa; BP Portugal, e CEPSA Portuguesa Petróleos⁶⁶. Qualquer uma das empresas apresenta uma rede de estações de serviço que se caracterizam pelo grande número de pontos de venda e pela sua distribuição por todo o território nacional, totalizando em conjunto perto de 2 mil estações de serviço.

A comercialização do produto livro através deste canal começou a ser feita em finais dos anos noventa. Este é um aspeto comum à generalidade das empresas analisadas. Quanto à sua colocação, o livro encontra-se disponível para venda apenas nas estações de serviço com a funcionalidade de loja de conveniência. A tipologia de loja de conveniência difere consoante a empresa, mas de forma geral estas caracterizam-se pelo nome e imagem personalizada, dimensão variada e pela oferta diversificada de serviços e produtos.

Por norma, o livro encontra-se localizado em espaço próprio ou junto de outros produtos semelhantes, designadamente jornais e revistas. A oferta de títulos está limitada ao espaço disponível (varia de loja para loja e de empresa para empresa), mas apresenta-se na maioria dos casos diversificada em termos de géneros e editoras, com a exceção de um ou outro caso em que a oferta se restringe aos títulos de uma ou, no máximo, duas editoras.

A título de exemplo, e a partir da informação recebida por parte da GALP Energia, refira-se que o produto livro encontrava-se à venda em ambas as lojas de conveniência daquele grupo – M24 e Tangerina.

Observando por tipo de loja, nas M24 os livros começaram a ser vendidos no ano de 2000. Tendo em conta a data de recolha de informação (setembro de 2008), eram cerca de 80 as lojas em que era possível comprar o produto livro, ou seja, todas as lojas que apresentam uma área acima dos 90 m², onde existia em média um espaço de 5 metros lineares (5 prateleiras). Nestas, a oferta de títulos é diversificada tanto ao nível dos géneros como das editoras. Por outro lado, a venda de livros nas lojas Tangerina teve início no ano 2003. Num total de cerca de 50 lojas, as de maior dimensão (70 e 90 m²) vendiam livros de várias editoras, enquanto nas de 50 m² existia um expositor com livros de uma ou duas editoras. No entanto, desde meados do ano de 2007, aquando da reestruturação deste tipo de lojas, que a venda permanente de livros foi suspensa devido ao seu fraco volume de vendas. Apesar deste facto, foi referido também que sempre que exista uma iniciativa especial está prevista a possibilidade de colocação do título em causa num expositor de balcão desenvolvido para esse efeito.

⁶⁶ O apuramento decorreu em duas fases: a primeira consistiu na pesquisa dos dados pretendidos através da consulta das páginas de internet das quatro empresas em questão; a segunda fase teve por base um pedido de informação específico sobre a venda de livros. Este foi realizado entre agosto e setembro de 2008. Das empresas contactadas apenas a Galp Energia deu resposta.

Uma nota final para salientar que desde 2008 que a gestão do espaço destinado aos livros nas lojas de conveniência da GALP é feita pela empresa Bertrand, fruto da parceria estabelecida entre aquelas duas empresas.

4.5. COMÉRCIO ELETRÓNICO

Procura-se no presente ponto dar conta de alguns aspetos que permitam situar a emergência, relevância e características do comércio eletrónico do livro em Portugal. Sobre esta temática refira-se os contributos de autores como Giles Clark (2001), Manuel Pimentel (2007), José Furtado (1998; 2000; 2004) ou os relatórios do PIRA (Pira International, 2002a; 2002b).

Num plano mais geral, saliente-se que o comércio eletrónico do livro começou a evidenciar-se no fim da década de 90 do século XX nos EUA e no Canadá, países que registaram em 1997 o maior volume de vendas provenientes do comércio eletrónico (Martins, 2001). Rui Velasco Martins faz referência ao surgimento da primeira livraria a funcionar pela Internet em 1993, no entanto, afirma que a revolução na venda de livros em linha tornou-se uma realidade com a criação da Amazon, em 1995, ao procurar aproveitar as potencialidades da plataforma digital para incrementar o comércio de livros. Mais tarde, surgiram, no universo digital, outros sítios de venda como a Barnes & Noble e a Borders e as livrarias BOL (Bertelsmann On Line).

O sector do livro moldou-se facilmente ao novo formato de comércio e, para tal, concorreram dois fatores: i) o facto de os primeiros utilizadores das plataformas digitais serem, na sua maioria, licenciados, característica associada aos consumidores regulares de livros, e as próprias características do produto, nomeadamente, a *reduzida dimensão, facilidade de aquisição através de catálogo e baixo custo* (Martins, 2001: 76); ii) a emergência do comércio eletrónico do livro constituiu uma ferramenta relevante no que concerne à oferta de um vasto catálogo gratuito ao consumidor que pode fazer as suas consultas e efetuar as suas compras pela Internet sem perder tempo em deslocações.

A plataforma digital constitui também uma ferramenta importante para dar maior escoamento aos fundos de catálogo das editoras, que não veem vedado, desta forma, o acesso ao mercado das suas obras devido ao sistema tradicional de distribuição (Clark, 2001; Pimentel, 2007). Para Manuel Pimentel, uma das vantagens da utilização da Internet na exposição dos seus catálogos é não implicar a participação de intermediários e outra é ser uma plataforma que ajuda a vender “coleções muito específicas” que, de outra forma, não seriam colocadas nas livrarias. Assim, *en todo caso, internet alargará la vida útil del libro, siempre que le compense al editor el mantenerlo vivo en catálogo a pesar de su baja rotación* (Pimentel, 2007: 238).

No que toca ao conhecimento da realidade do comércio eletrónico do livro em Portugal, a informação existente é escassa. Os poucos estudos mostram que, se por um lado ainda se encontra num estágio inicial de desenvolvimento e implementação, também está, por outro lado, a revelar uma certa dinâmica.

A este propósito uma primeira referência é o estudo de avaliação realizado em 2000 pelo Observatório do Comércio/Instituto Pedro Nunes intitulado as *Empresas que em Portugal operam no Domínio do Comércio Electrónico*. Nele faz-se uma análise da oferta em Portugal a partir de uma amostra de 70 lojas virtuais de empresas selecionadas. O trabalho desenvolveu-se em torno da aplicação de um conjunto de critérios que avaliaram os sites em termos da informação sobre a presença e a oferta existente na internet. No que ao livro diz respeito, foram analisados 13 sites (19% do total) correspondendo a 4 editoras e 3 livrarias com presença na internet e 5 livrarias virtuais.

Os dados do 5º Relatório sobre As Lojas Electrónicas Portuguesas (Vector21, 2003), que analisa do lado da oferta os sites que se encontram inscritos como páginas de correio eletrónico nos motores de busca Sapo e Aeiou, revelavam a existência em 2003 de 28 lojas relacionadas com o comércio livreiro⁶⁷ (4% do total de sites comerciais inscritos). Um outro estudo realizado pelas mesmas entidades, agora do lado da procura, sobre *Os Portugueses e as Compras na Internet* (Vector21, 2005), visa acompanhar o consumo on-line de uma amostra de consumidores portugueses e assinala que em 2004 o produto que os consumidores referiram mais ter adquirido on-line foi o Livro (37%).

De acordo com o inquérito realizado no âmbito dos estudos sociológicos do PNL, *A Leitura em Portugal* (Santos, Neves, Lima e Carvalho, 2007: 144), em princípios de 2007 apenas 5,1% compravam livros em sites portugueses e 3,6% em sites estrangeiros.

Um outro estudo, já citado, realizado por Rui Velasco Martins (2001) tinha como objetivo a análise e a caracterização do comércio eletrónico no sector livreiro em Portugal. Este teve por base a aplicação de um inquérito às livrarias com presença na Internet, bem como a análise do conteúdo dos seus sites. Deste modo, constatou que, em 1999, eram 28 as livrarias que usavam a plataforma digital para vender livros em Portugal e que esse número subiu para 32 em 2000. A estas livrarias o autor passou a denominá-las de “e-livrarias”. Em termos de localização, Lisboa era, naquele último ano, o concelho onde se encontrava localizado o maior número de casos (12), seguido do concelho do Porto (4). O autor justifica esta concentração no concelho de Lisboa devido, por um lado, ao facto de a maioria dos grandes editores e distribuidores nacionais desenvolver na capital a sua atividade profissional e, por outro lado, à existência de um elevado número de recursos humanos com competências ao nível das tecnologias. Acrescenta que estas caracterizam-se por terem um catálogo próprio com mais de 20 títulos e tinham registado um acréscimo de 22% nas vendas entre 1999 e 2000. Como exemplo aponta algumas estimativas

⁶⁷ Corresponde às lojas que apresentavam produtos integrados na categoria Livros, Editoras e Publicações.

relativas ao número de encomendas, sendo que a MediaBooks tinha processado mais de 5 mil encomendas em 2000 (com prevalência para as que compreendiam mais de um livro), que a Livraria Buchholz se fixou em 3.250, ou que a Kingpin of Comics se situava em mil. Nesse mesmo ano, o maior volume de vendas de comércio eletrónico do livro tendeu a registar-se⁶⁸ – no caso destas e-livrarias – maioritariamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, muito embora se tenha verificado um aumento de consumo eletrónico do livro no interior do país.

Num outro plano, com o objetivo de verificar de que forma as empresas do sector do livro com site utilizam a internet enquanto canal de comercialização e que funcionalidades possuem em termos de comércio eletrónico, analisou-se um conjunto dessas empresas no âmbito do presente *Inquérito*. Esta análise passou pela consulta dos sites das referidas empresas.

Uma pequena nota para referir que, apesar de se tratar de uma atividade relacionada com o comércio ou a venda, esta não constitui uma característica exclusiva das livrarias, sendo também aproveitada por outros intervenientes do sector – como editoras ou distribuidoras – quer para dar a conhecer e fazer escoar o seu produto por este canal quer como meio para comunicar com os seus clientes. Neste sentido, os aspetos que aqui importa destacar situam-se mais ao nível da estrutura da empresa, da atividade desenvolvida, do canal de comunicação (físico/virtual ou só virtual), ou em termos das funcionalidades que disponibiliza on-line e que permita, para além da consulta, efetuar encomendas e possibilitar o seu pagamento.

Deste modo, apresentam-se de forma ilustrativa alguns exemplos de empresas com presença na Internet segundo o tipo de atividade e o tipo de funcionalidade existente⁶⁹.

O quadro nº 22 permite dar conta de duas situações distintas, ou seja, independentemente da atividade da empresa, estas dividem-se entre aquelas que na sua página apenas permitem efetuar a encomenda on-line do livro, sendo o pagamento feito posteriormente por intermédio de outros meios (por norma as instruções são enviadas por e-mail); e aquelas que para além da possibilidade da encomenda permitem também a realização o pagamento on-line do produto.

⁶⁸ O autor admite não ter dados quantitativos que possibilitem comparações pelo que apenas sugere tendências.

⁶⁹ Por encomenda entende-se a funcionalidade que possibilita quer a seleção automática do título que se pretende adquirir, quer a introdução dos dados de identificação do título num formulário on-line. O processo de encomenda pode ser feito através do método de colocação do(s) pedido(s) sucessivamente no cesto ou saco de compras, que vai mostrando o evoluir do valor a pagar, ou através da escolha de produto a produto. Por pagamento compreende-se a funcionalidade que permite concluir o processo de compra através a transação de um valor monetário. A modalidade de pagamento habitualmente utilizada on-line é o cartão de crédito, mas poderá estar também disponível o pagamento pelo sistema PayPal. Outras modalidades aceites são as transferências bancárias, o envio à cobrança e o cheque.

Quadro nº 22

Empresas com presença na internet por Tipo de atividade e por Tipo de funcionalidade: alguns exemplos

Tipo de funcionalidade	Tipo de atividade	
	Editora	Livraria
Encomenda	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edições Tinta-da-China ▪ Editorial Verbo ▪ Livros de Areia Editores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Livraria Letra Livre ▪ Livraria Portugal
Encomenda e pagamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Porto Editora ▪ Editorial Caminho ▪ Cavalo de Ferro Editores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Livraria Almedina ▪ Livraria Bertrand ▪ Bulhosa Books & Living

Fonte: OAC a partir das entrevistas realizadas no âmbito do presente *Inquérito*.

Nota: Por encomenda entende-se a funcionalidade que possibilita quer a seleção automática do título que se pretende adquirir, quer a introdução dos dados de identificação do título num formulário on-line. Por pagamento compreende-se a funcionalidade que permite concluir o processo de compra através a transação de um valor monetário.

Por outro lado, o quadro nº 23 inclui alguns exemplos de empresas exclusivamente dedicadas ao comércio eletrónico.

Quadro nº 23

Livrarias virtuais por Tipo de estrutura e por Tipo de funcionalidade: alguns exemplos

Tipo de funcionalidade	Tipo de estrutura	
	Integrada	Independente
Encomenda	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Netlivros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PortugalLivros
Pagamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Webboom/Wook ▪ MediaBooks 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marka ▪ Arco-Íris, Livraria Virtual

Fonte: OAC a partir das páginas de Internet das respetivas livrarias virtuais.

Nota: i) dados referenciados a junho de 2008. ii) Por encomenda entende-se a funcionalidade que possibilita quer a seleção automática do título que se pretende adquirir, quer a introdução dos dados de identificação do título num formulário on-line. Por pagamento compreende-se a funcionalidade que permite concluir o processo de compra através a transação de um valor monetário.

Distinguem-se aqui as empresas que, para além de disponibilizarem na sua página as funcionalidades de encomenda ou encomenda/venda, apresentam como característica principal, umas, o facto de pertencerem ou estarem integradas noutra empresa ou grupo do sector do livro, como a Webboom (entre 1999 e 2007)/Wook (a partir de 2008) pertencente à Porto Editora e a MediaBooks à Texto Editores, outras que atuam autónoma ou independentemente (PortugalLivros, Marka e Arco-Íris, Livraria Virtual).

Venda eletrónica de livros: algumas limitações

Em 2000, o comércio eletrónico do livro em Portugal era pouco significativo e tal devia-se, segundo Rui Velasco Martins (2001) ao elevado receio dos consumidores em adquirir livros através da Internet. Esta realidade espelha-se, de acordo com os profissionais do sector *na enorme diferença entre o número de visitantes dos seus sites e o ainda reduzido volume de vendas* (Martins, 2001: 116).

O mesmo sentimento de desconfiança face à compra de livros pela Internet apresentava-se em 2000 numa amostra de consumidores de um estudo realizado no Quebec (SOM – Recherches Et Sondages, 2000). O receio neste tipo de compra devia-se, fundamentalmente, ao facto de questionarem a segurança da transação e de não ser possível a visualização e o contacto com os produtos, muito embora os autores do estudo admitissem que, num período de três anos, o consumo de livros pela Internet poderia ter um acréscimo substancial. Os livros ocupavam, no Quebec, o segundo lugar no total de produtos mais vendidos pela Internet no ano que procedeu o estudo realizado.

Por sua vez, Rui Velasco Martins considera que não tem havido um aproveitamento das funcionalidades do e-comércio pelos profissionais do sector livreiro português e faz alusão ao reduzido número de projetos de qualidade nesta área e que estão sob a alçada de livrarias e editoras tradicionais com forte implantação no mercado, como sejam por exemplo a Apollo70, a Bertrand ou a Buchholz, às quais se juntam a Webboom e a MediaBooks, que apesar de associadas às editoras Porto Editora e Texto Editores, respetivamente, apresentam uma oferta generalista de livros para venda (Martins, 2001).

A utilização da plataforma digital pelos editores surge como complementar, não se sobrepondo, aos serviços tradicionais do negócio. Deste modo, *it is true that a majority of publishers has engaged in some digital activity (e.g. on-line publishing of parts of the content), but traditional services have remained the core business for most book, magazine and newspaper publishers* (Empirica GmbH, 2005: 17).

Venda de livros eletrónicos: ameaças e oportunidades

O relatório *Interactive Content and Convergence: Implications for the Information Society* (Screen Digest Ltd, CMS Hasche Sigle, Goldmedia GmbH e Rightscom Ltd, 2006) dá conta que os editores de livros receiam a concorrência dos programas de digitalização do Google e estão, igualmente, preocupados com a salvaguarda dos direitos de autor. Por sua vez, o Google sugeriu aos editores

que vendessem os conteúdos dos seus livros através do Book Search Service⁷⁰, no entanto, não existe consenso naquela classe profissional quanto às oportunidades e/ou ameaças subjacentes à colocação dos seus livros no Book Search do Google. Os autores citam o exemplo de algumas editoras como a Blackwell's e a HarperCollins que afirmaram ter tido vendas pequenas, porém expressivas, aquando da sua participação no Google Book Search.

Também Pimentel (2007) faz referência ao papel inovador que o motor de busca de livros Google pode vir a ter fazendo a ponte entre editoras e consumidores de livros, aproximando-os, através da melhoria da busca de livros, por palavras-chave e da disponibilização de algum conteúdo dos livros. Estas possibilidades parecem prometer um aumento nas vendas pela Internet e lucros para as editoras que estabelecem acordos com o Google, nomeadamente, decorrentes de receitas publicitárias.

Relativamente aos e-books, eles apresentam, devido aos seus baixos custos de produção, um perfil que pode ser uma opção viável em nichos de mercado, com pouca tiragem e cuja impressão é dispendiosa, como são os casos dos mercados dos livros académicos e educacionais, refere o PMW Book Publishing Report (citado em Empirica GmbH, 2005: 19). No entanto, não se pode falar ainda num mercado dinâmico de e-books, excetuando a venda substancial de livros académicos a instituições de ensino superior, na Internet, apesar de os editores acreditarem e desejarem apostar neste sector no futuro (Screen Digest Ltd, CMS Hasche Sigle, Goldmedia GmbH e Rightscom Ltd, 2006). Verifica-se ainda a existência de outros segmentos mais consolidados como são os recursos especializados para o ensino secundário, e o das revistas, papers ou relatórios científicos (Furtado, 2004: 15) passíveis de serem acedidos através da Internet.

Segundo o relatório acima mencionado (Screen Digest Ltd, CMS Hasche Sigle, Goldmedia GmbH e Rightscom Ltd, 2006), não são conhecidas estatísticas relativas às vendas de e-books na Europa.

⁷⁰ Este motor de busca de livros caracteriza-se pela disponibilidade de um serviço de pesquisa de livros na Internet; o acesso é condicionado à pesquisa e consulta dos títulos; por norma não é possível a consulta de todo o conteúdo de um livro, mas apenas de partes, por questões de direito de autor ou autorização da editora, mas se o livro já estiver no domínio público pode ser descarregado; existência de ligações a sites de venda do livro, que varia de acordo com o país; e o produto não está física nem eletronicamente presente, mas pode ser indexado a uma biblioteca pessoal para posterior consulta.

4.6. SÍNTESE

Relativamente às livrarias verifica-se a ausência de informação quantitativa disponível especificamente para o comércio de livros. Das fontes consultadas constatam-se diferenças em relação tanto ao número de registos como à unidade de contagem (empresa/estabelecimento).

No que toca às grandes superfícies comerciais importa referir que a alteração metodológica introduzida no inquérito do INE em 2000 veio aumentar consideravelmente o número de casos inquiridos, o que permite recolher informação mais precisa sobre os sectores do comércio a retalho. Por outro lado, a partir de 2004, verifica-se uma perda na qualidade da informação recolhida sobre a classe livro o que levou a serem apenas disponibilizados dados mais agregados através do grupo de produtos Livros, jornais e artigos de papelaria. Seria, portanto, importante melhorar a informação de modo a ser possível uma análise específica da classe livro.

No período 1993-1999, apesar do aumento do número de estabelecimentos e do volume de vendas de livros, o peso que esta classe tem no total de vendas a retalho corresponde a sensivelmente 1%. Tendo em conta a área de exposição e venda, a proporção tende a ser maior nos escalões mais elevados na maioria dos anos do período em causa.

Nos períodos de análise seguintes 2000-2002 e 2004-2007, nas UCDR, é de referir que ao crescimento do número de estabelecimentos de comércio a retalho (alimentar e não alimentar), não corresponde um aumento do volume de vendas de Livros, jornais e artigos de papelaria, uma vez que em 2006 e 2007 ele apresenta mesmo um decréscimo. Entre 2004 e 2007 o peso das vendas dos produtos daquele grupo no total das vendas dos estabelecimentos de comércio a retalho, passa de 1,8 para 1,4. Quanto à região, é na de Lisboa que o peso das vendas daquele grupo no total de vendas é mais elevado, mais acentuado nos estabelecimentos de comércio alimentar do que nos não alimentares, em que o Norte possui percentagens próximas.

Em relação à comparação com área de exposição e venda, confirma-se o facto de que no comércio a retalho alimentar quanto maior a área maior o peso relativo das vendas do grupo de produtos em questão (2 mil ou superior), ao invés verifica-se que é nos de comércio a retalho não alimentar com uma área de 1.000 m² a 1.999 m² que as vendas são mais elevadas.

No que se refere aos três canais emergentes de venda de livros (postos dos CTT, quiosques e lojas das gasolinhas) evidencia-se a existência de uma vastíssima rede de pontos de venda espalhados por todo o território nacional, e constituindo portanto importantes locais de exposição e venda, embora com um peso relativamente pequeno em termos de vendas por canal.

O comércio eletrónico inclui a venda de livros através da Internet e a venda de livros em formato eletrónico. A primeira é a mais antiga e relevante, a segunda está a dar os primeiros passos de uma caminhada que se adivinha imparável.

São várias as constatações neste plano. Desde logo a autonomização do canal de venda on-line em relação à editora/livraria. Por outro lado, que o comércio eletrónico está a redefinir o mercado, eliminando constrangimentos existentes relativos a espaço e tempo. Nota-se ainda uma relativa desconfiança com este tipo de comércio no que toca à segurança nas transações. Mas, especificamente quanto a Portugal, encontram-se já sites bem estruturados. Finalmente verifica-se ainda que é premente informatizar as empresas nacionais, criar acessos, dominar a linguagem e apostar na criação de conteúdos digitais.

5. A PRODUÇÃO DE LIVROS

Neste capítulo trata-se a produção de livros em Portugal, quais as suas características e qual a evolução verificada nos últimos anos. São duas as perspectivas adotadas: os títulos e os exemplares. Quanto aos títulos utiliza-se a fonte Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) no que respeita aos depósitos realizados ao abrigo do Depósito Legal. Relativamente aos exemplares utiliza-se as Estatísticas da Produção Industrial (INE). Neste *Inquérito* tem-se em conta que parte dos exemplares vendidos no País será produzida no estrangeiro, designadamente em Espanha, dimensão que será abordada no Capítulo 10.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Serviço do Depósito Legal da BNP caracterizam-se ainda, com algum detalhe, as entidades depositantes que incluem o parque tipográfico existente em Portugal uma vez que é, em geral, às tipografias que cabe depositar os livros na BNP. Assim, relaciona-se os títulos com as entidades depositantes, em grande parte constituídas por tipografias.

5.1. TÍTULOS PRODUZIDOS/EDITADOS EM PORTUGAL (2000-2005)

O Depósito Legal (DL) é regulado pelo Decreto-Lei nº 74/82 de 3 de março⁷¹ e administrado pelo Serviço de Depósito Legal da BNP (SDL/BNP)⁷². O DL é, como se sabe, obrigatório. Assim, tomou-se como fonte primária os títulos depositados ou, melhor dizendo, das Notas de Encomenda do sistema *Horizon* do SDL/BNP. Estes dados contemplam monografias, primeiros números de publicações periódicas (excluindo-se portanto os números em continuação dessas mesmas publicações) e teses.

A base de dados utilizada apresenta como campos de registo o nome do depositante e o número de títulos. Os dados disponíveis abarcam somente o período 2000-2005 visto existirem apenas em suporte papel, e só a partir de 2005 ter passado a ser feito um tratamento sistemático,

⁷¹ Revisto pelo Decreto-Lei nº 362/86 de 28 de Outubro que determina a obrigatoriedade de depósito de teses de mestrado, doutoramento e demais provas de aptidão científica e pedagógica e pelo Despacho Normativo de 30 de abril de 2003, que retifica o número de exemplares a depositar.

⁷² Especificamente sobre o DL ver adiante Capítulo 6 (Mercado Interno).

informatizado. Por essa mesma razão, o processamento dos dados é feito com algum atraso, o que determina que apenas se apresentem dados até 2005. No entanto, o trabalho já realizado pelo SDL oferece a possibilidade de construir uma série estatística de 6 anos, o que é já bastante positivo.

Refira-se ainda que a análise deste instrumento de recolha de informação, assim como os procedimentos de tratamento e carregamento de dados evidenciam a existência de problemas decorridos na própria fase de solicitação de atribuição de números de DL, que se devem em parte ao facto de os registos existirem apenas em suporte papel, como já foi referido. Os formulários são preenchidos manualmente e não existe nenhum tipo de controlo sobre os campos a preencher, levando a que muitas vezes os formulários não estejam totalmente preenchidos, limitando, desta forma, o nível de informação passível de recolher para construir indicadores (como por exemplo local e ano de edição: informação só pedida no formulário 'monografia').

Assim, em termos de indicadores apenas é possível saber o total de entidades que depositaram pelo menos um título (monografia ou publicação periódica) até ao ano de 2005, pelas razões já enunciadas⁷³.

O tratamento da informação contida na base de dados fornecida pelo SDL foi, nesta fase, muito sumário consistindo essencialmente em três procedimentos:

- 1) Codificação, através de intervalos, do número de títulos depositados anualmente. Criaram-se 6 categorias que a nível de produção permitiu, em termos genéricos, esboçar um padrão do tecido tipográfico português e, em termos mais minuciosos, avaliar a dimensão das tipografias registadas no SDL. É importante frisar que a utilização do termo 'tipografia' não se refere, em sentido estrito, a uma oficina de impressão de texto, mas sim a qualquer entidade que tenha meios próprios para fazer essa impressão. O termo é aqui utilizado em função do enquadramento legal já referido, o qual determina que cabe às tipografias efetuar o DL.
- 2) Criação da variável "sector de atividade", contemplando os sectores público, privado, terceiro sector e ainda a categoria 'não determinado' para aqueles casos que não foi possível identificar de imediato o sector de atividade em que se enquadram. Codificação das tipografias registadas segundo o tipo de entidade, considerando-se sete tipos como por exemplo associação, autarquia, universidade. Também foi contemplada a categoria 'não determinado' em função do elevado número de situações que não foi possível codificar de imediato.

⁷³ Utilizou-se ainda como fonte secundária complementar a listagem de tipografias sócias da APIGRAF (Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas de Comunicação Visual e Transformadoras do Papel), mas esta informação foi apenas complementar. No entanto, a utilização deste recurso permitiu localizar algumas tipografias que não constam nos dados fornecidos pelo SDL (talvez por não terem produzido monografias e/ou publicações periódicas entre 2000 e 2005, não estando por isso registadas no referido Serviço).

Teria sido relevante, do ponto de vista analítico, criar duas variáveis de localização (Região e Concelho) que enriqueceriam a análise ao evidenciar a distribuição pelo território da localização das tipografias ativas. No entanto, a construção desta variável não foi possível por não existir informação disponível para tal classificação.

Assim, e face a alguns problemas detetados no tratamento da informação existente, seria recomendável a adoção de algumas medidas, maioritariamente processuais – como a criação de novos campos de informação, como sede, sector e área de atividade – que beneficiariam os processos de recolha e sistematização de informação, possibilitando, simultaneamente, uma caracterização mais fina do panorama nacional no que toca à produção de livros.

Segue-se a análise dos dados relacionados com as tipografias, justamente com o intuito de poder avançar com dados que permitam caracterizar este segmento assim como compreender a sua evolução.

O universo aqui em causa reporta-se, como já foi frisado, às tipografias que constam nos registos da BNP como tendo depositado pelo menos um título no período 2000-2005. Partindo de uma perspetiva mais abrangente, tomou-se em consideração a evolução do número do número de tipografias ativas e de títulos depositados.

Quanto às tipografias, refira-se que, no conjunto dos anos considerados, foram inventariadas 1.078 tipografias *ativas*, ou seja, que depositaram pelo menos um título num dos anos em análise.

Quanto à distribuição por Ano, verifica-se então, como o quadro nº 24 demonstra, que no corte temporal analisado, 2001 foi o ano em que se registou um maior número de tipografias ativas (575), sendo a média anual de 507. Em 2005 registaram-se menos 103 depositantes relativamente a 2001.

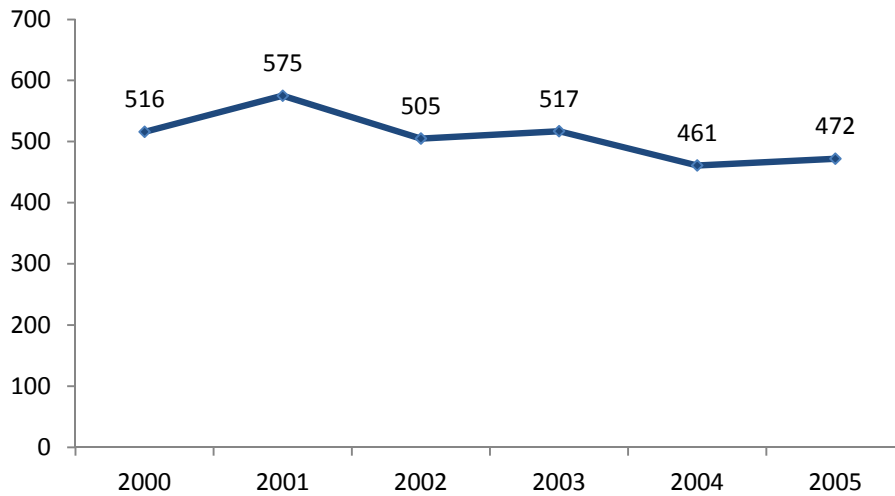
Quadro nº 24
Tipografias ativas e Títulos depositados (2000-2005)
(número)

	Ano					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tipografias ativas	516	575	505	517	461	472
Títulos depositados	13.147	15.376	14.272	15.662	14.867	16.830
<i>Média de títulos por tipografia</i>	25	27	28	30	32	36

Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

O gráfico nº 2 permite constatar que apesar das oscilações anuais, é visível uma tendência de decréscimo do número de tipografias.

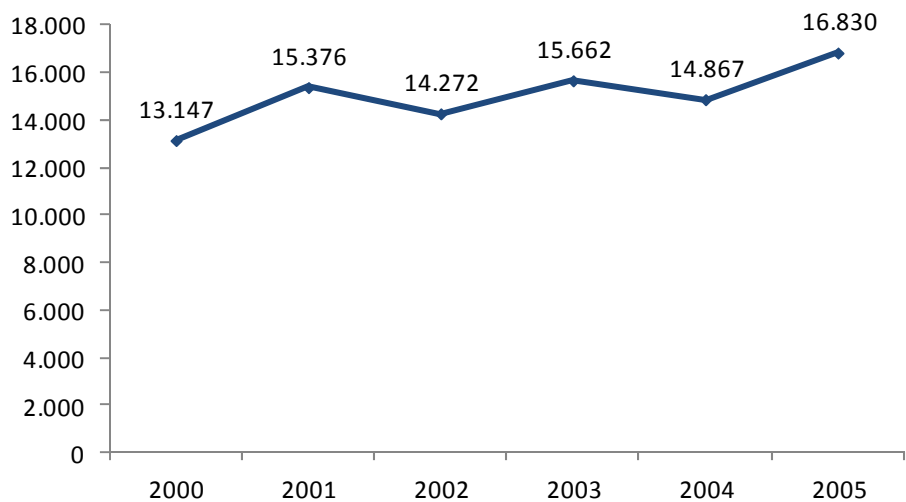
Gráfico nº 2
Tipografias ativas por Ano (2000-2005)
(número)



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

No que toca ao número de títulos depositados, o ano em que se assinala mais registos é o de 2005, com 16.830 títulos depositados (média anual de 15.025 títulos), o que representa um aumento de 3.683 registos relativamente ao ano 2000 (gráfico nº 3). No período considerado foram depositados, no total, 90.154 títulos, o que significa, grosso modo, uma média de 40 títulos por dia.

Gráfico nº 3
Títulos depositados por Ano (2000-2005)
(número)



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

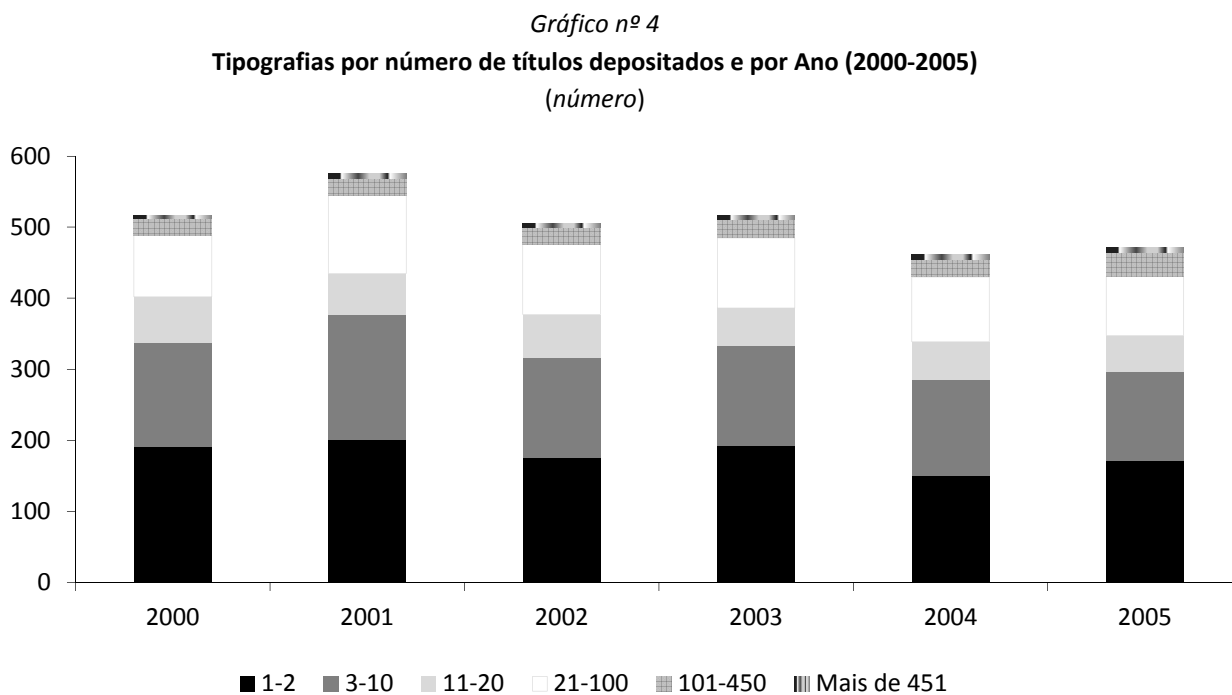
Não obstante a evolução oscilante em ambos os casos, pode verificar-se a existência de um padrão, que se revela decrescente quanto ao número de tipografias ativas, mas ascendente relativamente aos títulos depositados.

Um padrão ascendente é visível no quadro acima (quadro nº 24), em que foi calculada a média, referente ao número de títulos depositados por tipografia ativa e por ano. De acordo com os resultados obtidos parece verificar-se uma tendência de concentração da produção: ao passo que, em 2000 a média de livros depositado por tipografia ativa é 25, em 2005 esse valor é já 36.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DAS TIPOGRAFIAS ATIVAS

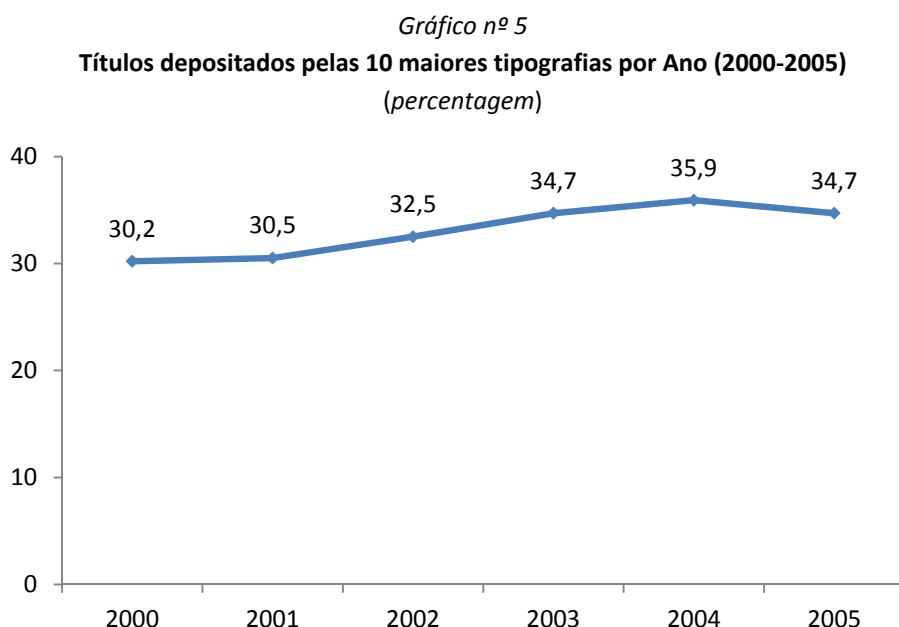
A informação recolhida permite delinear também uma caracterização do próprio tecido tipográfico nacional, tendo-se para esse efeito considerado os seguintes fatores: (i) dimensão da tipografia em função do número de depósitos anuais; (ii) sector em que operam; (iii) tipo de entidade.

O gráfico nº 4 permite observar detalhadamente o comportamento das tipografias ativas segundo o escalão do número de títulos depositados anualmente. Consta-se, assim, por um lado, que as muito pequenas (1-2 títulos depositados por ano) e as pequenas tipografias (3-10 títulos) são claramente maioritárias no arco temporal considerado.



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

Qual o peso, em termos de títulos depositados, por parte das muito grandes tipografias? O gráfico nº 5 mostra que a percentagem correspondente às 10 maiores tipografias em cada ano⁷⁴ varia entre 30% em 2000 e 36% em 2004. Apesar do ligeiro decréscimo verificado em 2005, é visível o reforço da concentração da produção de títulos.



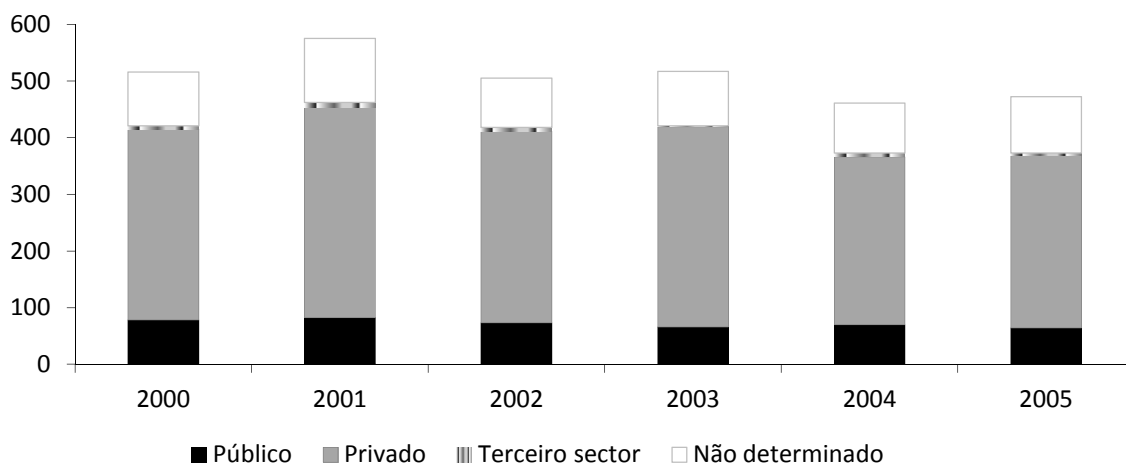
Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

Passando agora a outro indicador, o Sector de atividade, é notório que a dominante recai sobre o sector Privado, sendo o Público muito menos representativo, e o Terceiro sector residual (gráfico nº 6).

Especificando, as tipografias ativas do sector Privado correspondem, em média, a 66%. Relativamente ao peso do sector Público, este representa em média 14%, ao passo que a contribuição do Terceiro sector para o total de depósitos efetuados tem um peso médio anual de 1,2%.

⁷⁴ Estas 10 maiores não são necessariamente constantes de ano para ano. Por '10 maiores tipografias' entendem-se aquelas que, a cada ano, depositaram o maior número de títulos.

Gráfico nº 6
Tipografias por Sector e por Ano (2000-2005)
 (número)



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

Contudo, é fundamental mencionar o elevado número de registos (média anual de 19%) que não foi possível classificar devido à falta de informação da fonte. Esta falta de informação revela-se de grande importância na medida em que é a categoria com as percentagens mais elevadas, a seguir ao sector Privado, pelo que o esclarecimento do seu estatuto é suscetível de alterar substancialmente as posições relativas de cada sector e, logo, a análise realizada.

Resta ainda, no que toca às tipografias, fazer uma breve caracterização em função do Tipo de entidade depositante (quadro nº 25).

Quadro nº 25
Entidades depositantes por Tipo e por Ano (2000-2005)
 (percentagem em coluna)

Tipo de entidade	Ano					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Associação	0,8	1,4	1,0	0,4	0,4	0,2
Autarquia	0,6	0,9	0,4	0,4	0,7	1,5
Universidade	10,3	8,9	10,3	9,9	11,3	9,5
Editora	5,4	5,2	5,7	4,8	6,1	7,4
Tipografia/gráfica	58,1	57,2	60,6	61,3	57,9	54,9
Administração central/desconcentrada	5,0	5,0	5,0	3,5	4,3	3,2
Imprensa	1,4	1,2	1,4	1,9	2,2	1,9
Outros	2,7	2,4	2,4	1,7	2,2	3,6
Não determinado	15,7	17,7	13,3	16,1	15,0	17,8
<i>Base</i>	<i>516</i>	<i>575</i>	<i>505</i>	<i>517</i>	<i>461</i>	<i>472</i>

Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

Deste ponto de vista, verifica-se que o maior peso cabe às entidades registadas como Tipografia/gráfica que representam em média 58% do total. A leitura evolutiva desta categoria evidencia um aumento de 3% entre os anos 2000 e 2003, embora o cenário se inverta nos anos seguintes, com um decréscimo anual da mesma ordem; ou seja, apesar do elevado peso no conjunto dos depositantes, em 2004 e 2005 regista-se uma redução de seis pontos percentuais nesse peso.

O grupo de maior relevância imediatamente a seguir a Tipografia/Gráficas é Universidade, correspondendo a 10% do total, representatividade essa que se deve não só ao facto de muitas universidades terem edições próprias, mas também por estarem legalmente obrigadas a depositar todas as teses de mestrado e doutoramento e demais provas de aptidão científica e pedagógica.

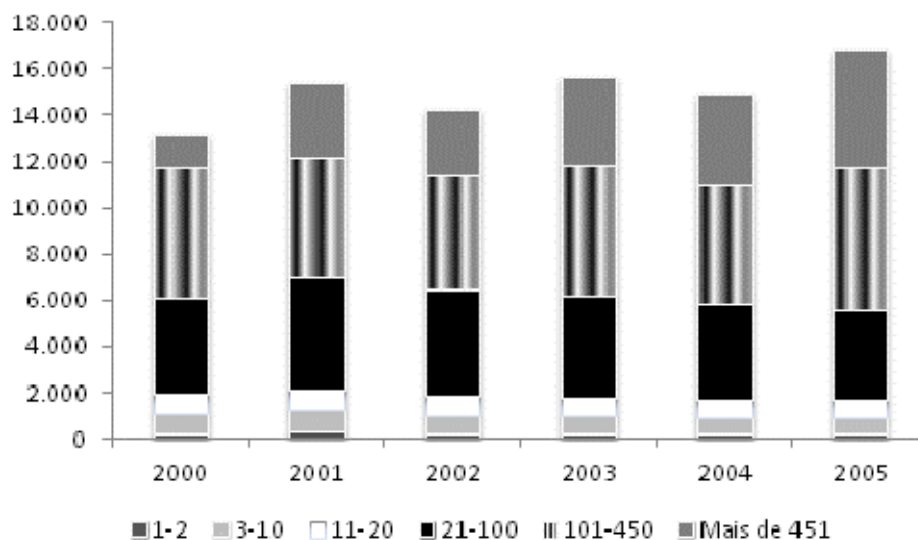
Segue-se a categoria Editora com um peso médio de 6%. O seu padrão evolutivo tem-se mantido estável, registando uma pequena quebra em 2003, mas recuperando nos anos seguintes, sendo 2005 o ano em que se registou uma maior participação de editoras (7% do total).

Com níveis de participação bem menos significativos está Administração central/descentralizada que atingiu o seu auge em 2001, vindo a diminuir desde então. Também com fracos níveis de participação, enquanto depositantes, mas ainda assim presentes, estão Imprensa, Autarquia e Associação com pesos médios anuais de 1,7%, 1,5% e 0,2%, respetivamente.

Como se pode observar no quadro apresentado, mais uma vez há que salientar as limitações da informação necessária para a construção deste indicador, em que se verifica uma média anual na ordem dos 16% de registos cuja ausência de informação impossibilitou a sua classificação. Mas, por outro lado, a informação disponível é suficiente para mostrar que os depositantes nem sempre correspondem a tipografias, antes apresentam uma grande variedade de tipos.

Voltando ao total de registos e relativamente à análise dos títulos depositados, verifica-se que a maior fatia dos depósitos realizados cabe às tipografias que depositam anualmente entre 101 a 450 títulos, com uma média anual de 36% dos depósitos (gráfico nº 7).

Gráfico nº 7
Títulos depositados por Ano (2000-2005)
(número)



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

Seguem-se, em termos de relevância, as categorias 21-100 depósitos e Mais de 451 depósitos, ainda que com trajetórias bastante distintas. A primeira (21-100 depósitos anuais) apresenta uma trajetória visivelmente descendente: tendo alcançado o seu auge em 2001, contribuindo com 31% do total de depósitos efetuados (4.128 títulos), a partir deste ano a sua participação tem sido gradualmente menor, contribuindo apenas com 24% da totalidade de títulos depositados em 2005.

Quanto à categoria Mais de 451 títulos depositados, verifica-se ter uma trajetória totalmente oposta à categoria anterior. Com efeito, embora seja possível assinalar uma quebra em 2002, toda a evolução assume uma trajetória crescente, atingindo o auge em 2005 ao assegurar 30% do total dos depósitos efetuados nesse ano.

Basta, de resto, recordar os resultados obtidos acima, com a taxa de concentração a evidenciar que as 10 maiores tipografias em cada ano são responsáveis pelo depósito de 30% da totalidade de monografias, publicações periódicas e teses.

As restantes categorias da variável revelam, naturalmente, um menor contributo para a totalidade de depósitos mas revelam também um padrão de estabilidade, exceto na categoria 3-10 depósitos, em que a tendência verificada é também decrescente.

Por sua vez, no que toca ao número de títulos depositados por sector de atividade é possível aferir que o maior peso recai sobre o sector Privado, responsável pelo depósito de 64% da totalidade de títulos registados. Evidencia-se uma quebra em 2002 e outra mais acentuada em

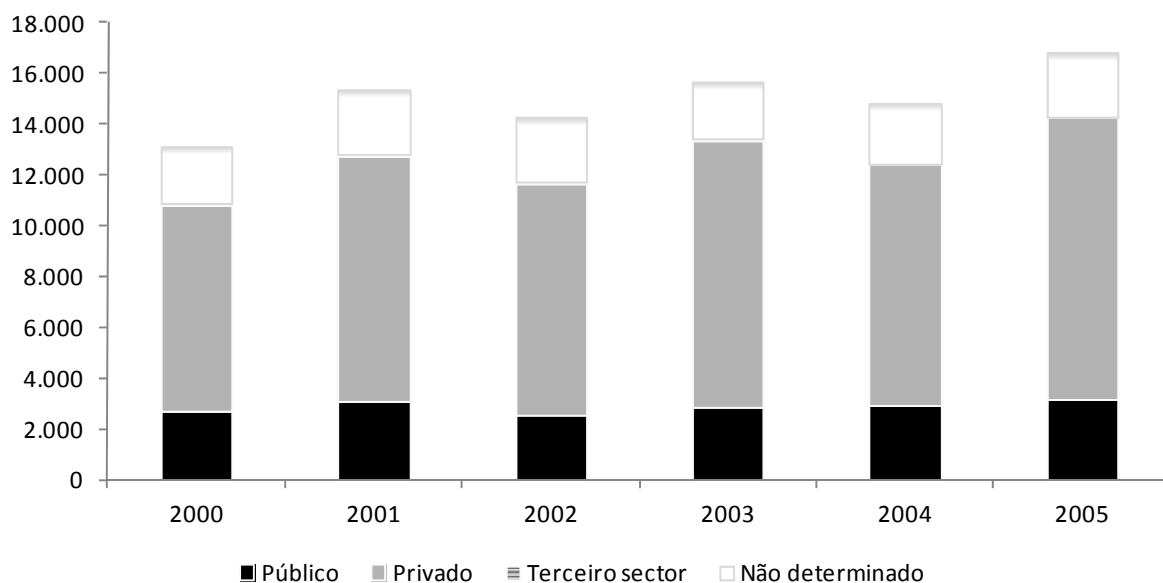
2004, mas há uma tendência positiva, em que o último ano da série, 2005, representa o maior número de títulos depositados pelo sector privado: 66% dos depósitos efetuados nesse ano.

Segue-se o sector Público, que representa em média 19% dos títulos depositados anualmente. Também aqui se registou uma quebra em 2002, mas a partir deste ano tem-se verificado um aumento gradual do número de obras depositadas por este sector, que também registou o seu máximo em 2005, com 3.165 depósitos (19% do total).

Tal como já se tinha verificado no caso dos depositantes, também no que toca a títulos depositados o Terceiro sector tem uma participação muito incipiente, sempre inferior a 1% do total, sendo que em 2005 as entidades deste sector depositaram apenas 6 títulos (gráfico nº 8).

Em 16% dos casos não foi possível aferir, por falta de informação da fonte primária, qual o sector em que se enquadravam.

Gráfico nº 8
Títulos depositados por Sector e por Ano (2000-2005)
(número)



Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

A concluir esta análise importa referir ainda a distribuição dos títulos pelo Tipo de entidade depositante, em que se salientam (como já se tinha verificado anteriormente) as Tipografias/gráficas, as Universidades e as Editoras, por ordem decrescente (quadro nº 26).

Quadro nº 26
Títulos depositados por Tipo de entidade e por Ano (2000-2005)
(percentagem em coluna)

Tipo de entidade	Ano					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Associação	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
Autarquia	0,4	0,4	0,3	0,1	0,3	0,5
Universidade	20,9	19,0	18,0	19,3	20,6	20,9
Editora	8,4	8,1	8,0	7,1	9,1	9,3
Tipografia/gráfica	54,0	54,7	60,4	59,6	55,9	54,6
Administração central/desconcentrada	0,9	2,1	0,8	0,9	1,1	0,6
Imprensa	0,8	0,8	1,3	0,9	1,2	1,4
Outros	1,3	1,6	1,1	0,9	0,6	1,8
Não determinado	13,2	13,1	10,1	11,3	11,1	11,0
<i>Base</i>	<i>13.147</i>	<i>15.376</i>	<i>14.272</i>	<i>15.662</i>	<i>14.867</i>	<i>16.830</i>

Fonte: OAC a partir de BNP/SDL.

As Tipografias/gráficas são, então, responsáveis por uma média de 57% dos títulos depositados anualmente. É, no entanto, curioso verificar que, embora em termos absolutos o número de títulos registe um aumento (apenas com uma quebra em 2004), em termos percentuais esse valor tem diminuído.

Por seu lado, as Universidades representam 20% do total de depósitos, valor esse que também tem vindo a aumentar, em consonância com a tendência de aumento da produção académica, também aqui com o registo de uma descontinuidade em 2002, o que é de resto transversal a todas as categorias, exceto Tipografias/gráficas e Imprensa.

As Editoras são a terceira categoria de maior relevância, a quem cabe em média 8% do total. Em termos de evolução ao longo dos anos a sua trajetória tem sido homogénea, não se registando quebras ou aumentos acentuados no número de depósitos feitos anualmente. Também nesta categoria, 2005 foi o ano em que se depositaram mais títulos (9% do total).

Com uma contribuição mais fraca para os depósitos anuais encontram-se a Imprensa, as Autarquias e Associações, sendo que estas últimas têm vindo a reduzir cada vez mais o seu papel enquanto depositantes.

5.3. O LIVRO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Feita uma breve caracterização da produção do ponto de vista dos títulos e do tecido tipográfico português, com base nos registos do DL, passa-se agora a uma outra abordagem, a da produção de livros medida em número de exemplares. A fonte é agora o Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI) do INE. Esta fonte permite abordar a produção de livros em Portugal de um outro ângulo, na medida em que inclui não só dados relativos à produção mas também à comercialização e às receitas com livros.

O IAPI tem por objetivo caracterizar a produção industrial portuguesa, através da recolha e divulgação de dados referentes aos produtos produzidos e vendidos, incluindo os livros (a já referida subclasse 22110 Edição de Livros da CAE – REV. 2.1.).

Contextualizando, o IAPI começou a ser aplicado em 1992⁷⁵ em função do Regulamento (CE) nº 3924/91, de 19 de dezembro (Regulamento PRODCOM), o qual determina que *os Estados-membros realizarão um inquérito estatístico comunitário sobre a produção industrial, com o objetivo de obter informações completas, recentes e fiáveis sobre a produção das indústrias comunitárias*. Ainda de acordo com o Regulamento, este inquérito abrange *as atividades enumeradas na Nomenclatura das Atividades Económicas nas Comunidades Europeias, secções C, D e E, a seguir denominada NACE (Rev. 1)*.

A aplicação do IAPI está a cargo do INE, que ajustou ao caso português os parâmetros e as nomenclaturas estabelecidos pelo Regulamento. Os dados obtidos nesse Inquérito, aliados a outros instrumentos de análise nele abordados, permitem verificar qual a tendência comportamental deste segmento das indústrias transformadoras relativamente à edição de livros através de informação sobre o volume de produção e de vendas anuais.

No inquérito do INE, entre os anos de 2000 e 2006, participaram as empresas com sede social em Portugal, cuja atividade principal ou secundária estivesse relacionada, pelo menos, com uma atividade económica inserida nas secções C – Indústrias Extrativas, D – Indústrias Transformadoras ou E – Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (CAE – REV.2.1).

A empresa constituiu a unidade estatística inquirida e a unidade observada foi a Unidade de Atividade Económica (UAE)⁷⁶.

A amostra foi constituída pelas empresas que em cada ramo representam 90% do volume de negócios nesse mesmo ramo, sendo portanto variável o número de empresas selecionadas a

⁷⁵ Nos anos anteriores, esta informação (ou parte dela) era recolhida no Inquérito Anual à Indústria Transformadora.

⁷⁶ Esta é, segundo a nota explicativa das Estatísticas da Produção Industrial do INE, uma unidade de observação estatística que reúne dentro de uma empresa o conjunto de partes que concorrem para o exercício de uma atividade da CAE - Rev.2.1. Trata-se de uma unidade que corresponde a uma ou várias subdivisões operacionais da empresa, independentemente do local onde é exercida a atividade económica.

cada ano (em 2005 foram 17.275). Contudo, em ramos com um número reduzido de empresas, garante-se que, se esse número for igual ou inferior a 5 empresas, todas elas serão inquiridas correspondendo nestes casos a 100% do volume de negócios. O método de recolha de informação foi o questionário eletrónico e por via postal.

O suporte de recolha de informação agrega 280 instrumentos de notação diferentes, correspondentes às diversas atividades industriais. Varia conforme a UAE inquirida.

Os produtos que integram a lista comunitária PRODCOM (quadro nº 27), por atividade, são analisados à luz de cinco variáveis: as quantidades produzidas; quantidades vendidas; valor das vendas, para a produção comercializada; valor total das vendas, ventilado por mercados; e valor total dos serviços industriais prestados (INE, 2007a).

Quadro nº 27

Lista PRODCOM dos produtos industriais da Edição de livros (2003)

Código	Designação
22.11	Edição de livros
22.11.10.00	Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas
22.11.21.10	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros escolares
22.11.21.20	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros para crianças
22.11.21.30	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: literatura
22.11.21.40	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências sociais e humanidades
22.11.21.50	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências naturais e tecnologia
22.11.21.60	Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: outros
22.11.21.63	<i>Listas nacionais, regionais e locais; listas telefónicas, de telex e de fax</i>
22.11.21.65	<i>Publicações destinadas a consulta</i>
22.11.21.67	<i>Repertórios de exportação profissionais, internacionais</i>
22.11.21.69	<i>Livros, brochuras e impressos semelhantes, álbuns e livros para crianças</i>
22.11.21.80	Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir, para crianças
22.11.22.00	Livros, brochuras e impressos semelhantes; em suporte eletrónico
22.11.31.00	Dicionários e enciclopédias, mesmo em fascículos
22.11.32.50	Dicionários e enciclopédias mesmo em fascículos; em suporte eletrónico
22.11.41.00	Obras cartográficas de qualquer espécie, incluídas as cartas murais e as plantas topográficas, impressas sob a forma de livros ou brochuras
22.11.42.00	Atlas e outras obras cartográficas impressas, sob a forma de livros ou brochuras; em suporte eletrónico
22.11.51.00	Globos e outras obras cartográficas de qualquer espécie, impressas, exceto sob a forma de livros ou brochuras
22.11.52.00	Globos, mapas e outras obras cartográficas, exceto em forma de livros; em suporte eletrónico

Fonte: UE, Regulamento nº 347/2003, de 30 de dezembro de 2002.

Nota: Realizada com base na NACE, a classificação estatística das atividades económicas da Comunidade Europeia.

Refira-se novamente que a lista de produtos apresentada e as respetivas unidades de referência correspondem à versão portuguesa – ajustada – da lista PRODCOM anexa ao Regulamento Comunitário nº 3924/91. É também importante salientar que esta lista de produtos é atualizada anualmente, havendo portanto codificações que vão sendo excluídas de um ano para o outro. Atualmente a lista de produtos é menos extensiva, visto terem sido excluídos géneros como Ciências sociais e humanidades e Ciências naturais e tecnologia, entre outras, perdendo-se portanto algum detalhe relativamente ao género de livros produzidos.

Neste sentido, dos produtos que se têm mantido na lista PRODCOM e, por conseguinte, para os quais é possível construir a série 2000-2006, os de maior interesse para o presente estudo são: Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas, mesmo dobradas; Livros escolares; e Literatura. Para os restantes géneros referenciados, em alguns casos, apenas existem dados até 2004, altura em que foram excluídos da lista PRODCOM. Contudo, trata-se de uma informação muito relevante para o presente estudo, tendo-se optado por manter todos géneros, mesmo os não disponíveis a partir daquele ano.

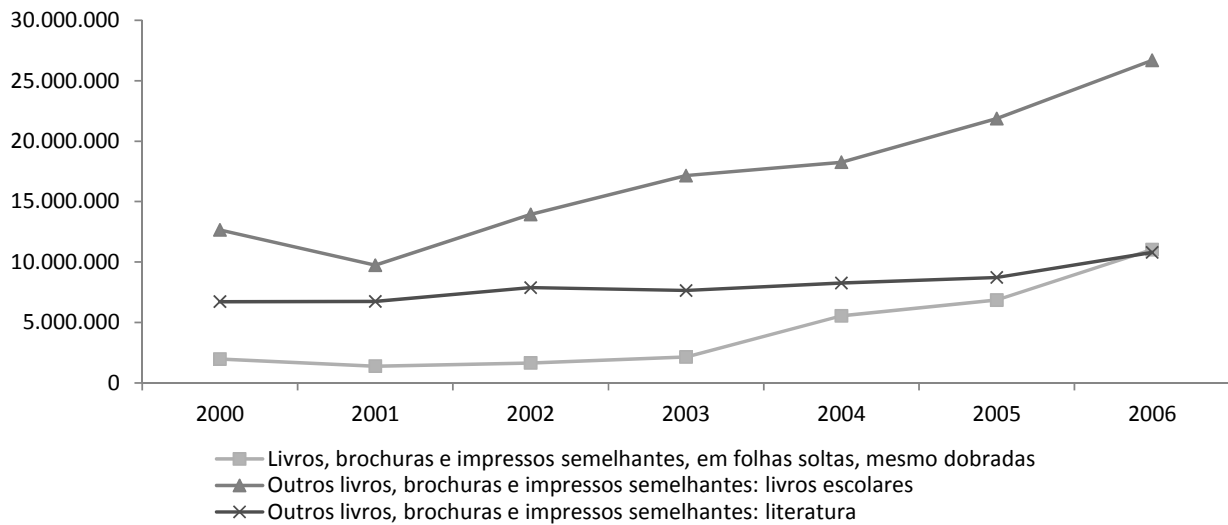
Como já foi referido anteriormente, a análise da informação obtida por via do IAPI está orientada no sentido de perceber o número de exemplares produzidos e vendidos e as receitas geradas. Assim sendo, a generalidade da informação disponível nas Estatísticas da Produção Industrial reporta-se a:

- Valor de vendas por subclasse CAE, segmentado por Unidade de Atividade Económica, tipo de mercado (nacional, UE, países terceiros) e serviços prestados, até ao ano de 2006.
- Valor, em número, dos principais produtos tendo em conta os exemplares produzidos e vendidos e valor, em euros, do volume de vendas anual.

Analisando os dados obtidos quanto à produção de livros, a tendência observada é de aumento dessa produção, apesar das oscilações registadas em alguns anos, o que é, de resto, congruente com os dados referentes às tipografias anteriormente apresentados.

Com efeito, e para o período compreendido entre 2000 e 2006, repare-se que os livros escolares são um bom exemplo de produtividade nesta subclasse, tendo registado uma variação positiva de 53%. A sua produção, assim como as suas vendas, destacam-se da tendência verificada nos géneros Literatura e Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas, mesmo dobradas, cuja evolução tem ocorrido no sentido da manutenção dos valores registados em anos anteriores, ainda que este último género demonstre um comportamento mais instável ao longo dos anos considerados (gráfico nº 9).

Gráfico nº 9
Exemplares produzidos por Género e por Ano (2000-2006)
 (número)



Fonte: INE – Portugal, Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006.

Nota: Consideraram-se, no gráfico, apenas os principais produtos que integram a lista PRODCOM no período em análise.

O quadro nº 28 apresenta os dados relativos a exemplares produzidos e vendidos (em percentagem dos produzidos) para todos os géneros que em 2004 integravam a já referida lista PRODCOM, mesmo aqueles que foram posteriormente excluídos. Funcionando, de certa forma, de modo ilustrativo, este quadro permite obter uma noção do peso que outros géneros, como Ciências sociais e humanidades, ou Livros para crianças, por exemplo, têm na globalidade da indústria livreira.

Note-se que a apresentação das vendas em percentagem dos exemplares produzidos no ano em causa permite dar uma noção imediata sobre se aquelas foram superiores (percentagens superiores a 100%) ou inferiores às vendidas (percentagens inferiores a 100%).

Quadro nº 28

Exemplares produzidos e vendidos (subclasse 22110) por Género e por Ano (2000-2006)

Género	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas, mesmo dobradas							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	1.972.312	1.385.677	1.650.386	2.140.416	5.544.572	6.887.125	10.048.150
vendidos (%)	76,8	116,9	98,6	92,6	74,3	59,7	79,2
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros escolares							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	12.659.550	9.733.687	13.938.743	17.151.604	18.262.321	21.872.086	26.696.501
vendidos (%)	78,4	78,6	82,4	81,4	72,5	82,4	84,8
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros para crianças							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	1.815.314	2.451.440	2.597.692	2.786.625	1.702.657	nd	nd
vendidos (%)	101,9	101,7	98,9	96,0	99,1	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: literatura							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	6.727.252	6.741.407	7.880.703	7.641.061	8.263.021	8.725.747	10.798.943
vendidos (%)	79,9	83,5	85,3	86,9	79,2	81,5	89,2
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências sociais e humanidades							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	483.300	504.932	576.884	532.515	493.543	nd	nd
vendidos (%)	90,5	107,5	67,9	72,9	84,2	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências naturais e tecnologia							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	1.682.423	302.239	358.096	394.097	217.096	nd	nd
vendidos (%)	40,3	93,8	93,0	82,7	104,0	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: publicações destinadas a consulta							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	846.538	2.079.687	1.941.734	921.570	918.541	nd	nd
vendidos (%)	74,4	74,8	85,0	79,9	88,9	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros, brochuras e impressos semelhantes, álbuns e livros para crianças							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	1.341.940	2.131.168	2.085.256	2.639.126	1.523.827	nd	nd
vendidos (%)	87,7	68,7	77,8	75,2	90,1	nd	nd
Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir para crianças							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	1.049.233	520.708	376.986	214.137	407.606	598.855	1.839.708
vendidos (%)	48,1	92,9	102,1	149,4	75,8	95,5	86,8
Dicionários e enciclopédias, mesmo em fascículos							
Exemplares produzidos (<i>número</i>)	727.885	652.612	720.192	509.572	513.051	546.208	470.486
vendidos (%)	90,6	83,8	89,0	102,2	90,9	83,0	77,4

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006.

Nota: Não foram consideradas as categorias cujos dados se encontram sob segredo estatístico ou não foram incluídas no respetivo ano e que são: Listas nacionais, regionais e locais; Listas telefónicas, de telex e de telefax; Obras cartográficas de qualquer espécie, incluídas as cartas murais e as plantas topográficas, impressas sob a forma de livros ou brochuras; Música manuscrita ou impressa, ilustrada ou não, mesmo encadernada; Outros produtos, n.e. e outras categorias em suporte eletrónico.

nd – Não disponível.

A análise dos dados permite verificar também que, para além do aumento de exemplares produzidos registou-se um aumento para quase o dobro (de 36 para 62) do número de unidades (produtoras) que operam na subclasse 22110 e que constituem a base de amostragem dos dados, sendo a taxa de variação entre 2000 e 2006 de 42%, conforme indica o quadro nº 29.

Quadro nº 29

Unidades, Valor das vendas e Serviços prestados das empresas de Edição de livros por Ano (2000-2006)
(número, mil euros e percentagem em coluna)

Edição de Livros	Ano							Taxa de variação 2000-2006
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Número de unidades	36	35	56	56	58	58	62	41,9
Total de Vendas	185.615	174.433	211.6777	207.322	214.506	225.916	272.946	32,0
<i>dos quais...</i>								
<i> Mercado Nacional</i>	97,2	97,6	96,7	95,8	97,8	96,1	96,3	31,3
<i> União Europeia</i>	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,4	0,5	72,9
<i> Países Terceiros</i>	2,5	2,2	3,1	3,9	1,9	3,5	3,2	45,1
Serviços Prestados	12.185	12.314	14.844	16.350	13.579	12.184	9.923	-22,8

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006.

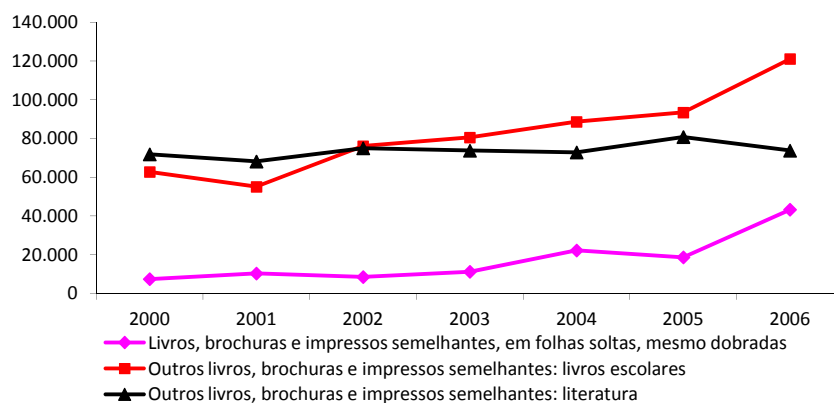
O total de vendas também segue a mesma tendência de acréscimo, tendo registado entre os referidos anos uma variação positiva de 32%. Do total das receitas, a maior fatia pertence ao mercado nacional que registou o seu valor máximo em 2004, com 98% das vendas, tendo, no entanto decrescido ligeiramente nos anos seguintes.

É também possível verificar que a categoria Países Terceiros assume, relativamente ao total de vendas, um peso em média 3 vezes superior ao da União Europeia; ainda que as vendas na União Europeia tenham vindo a aumentar nos últimos anos, esse aumento é ainda muito ténue.

No que concerne aos serviços prestados pelas empresas de Edição de Livros, a leitura do mesmo quadro nº 29 remete para dois momentos: um de aumento compreendido entre os anos de 2000 a 2003 (inclusive), e outro de diminuição nos anos subsequentes. O ano de 2003 foi o que registou a maior receita com serviços prestados (€16.350 mil) e o de 2006 o que evidenciou a menor, €9.923, sendo visível portanto uma tendência de evolução decrescente a este nível.

Tendo por base novamente as três principais categorias, regista-se, no que se refere ao valor de vendas, a tendência claramente positiva, especialmente no que toca ao género Livros escolares (gráfico nº 10), com trajetória ascendente desde 2001. O mesmo já não se pode dizer em relação aos géneros Literatura e Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas, mesmo dobradas, que apresentam várias oscilações ao longo do período, com destaque para a Literatura cujo valor de vendas diminuiu em 2006.

Gráfico nº 10
Valor das vendas por Género e por Ano (2000-2006)
(mil euros)



Fonte: INE – Portugal, Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006.

Nota: Consideraram-se, no gráfico, apenas os principais produtos que integram a lista PRODCOM no período em análise.

Tal como no caso dos exemplares produzidos, apresenta-se seguidamente o quadro nº 30 com o valor de vendas e o preço médio do produto para todos os géneros elencados na PRODCOM no ano 2004, de modo a proporcionar uma aproximação ao valor, em termos de mercado, de alguns dos géneros já não considerados para efeitos estatísticos.

Quanto ao preço médio dos produtos, verifica-se que a tendência é de estabilidade.

Quadro nº 30

Valor das vendas e preço médio dos exemplares vendidos (subclasse 22110) por Género e por Ano (2000-2006)

Género	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Livros, brochuras e impressos semelhantes, em folhas soltas, mesmo dobradas							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	7.393	10.224	8.472	11.142	22.190	18.627	44.342
Preço médio dos exemplares vendidos	4,88	6,31	5,21	5,62	5,39	4,53	5,57
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros escolares							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	62.685	54.998	76.013	80.485	88.581	93.377	121.023
Preço médio dos exemplares vendidos	6,32	7,19	6,62	5,77	6,69	5,18	5,35
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros para crianças							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	6.952	11.015	10.193	8.912	6.953	nd	nd
Preço médio dos exemplares vendidos	3,76	4,42	3,97	3,33	4,12	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: literatura							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	71.792	68.106	74.948	73.686	72.799	80.747	73.689
Preço médio dos exemplares vendidos	13,35	12,09	11,15	11,09	11,13	11,36	7,65
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências sociais e humanidades							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	3.611	4.837	4.474	3.869	3.988	nd	nd
Preço médio dos exemplares vendidos	8,26	8,91	11,42	9,97	9,60	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: ciências naturais e tecnologia							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	3.032	1.927	3.972	3.702	2.363	nd	nd
Preço médio dos exemplares vendidos	4,47	6,79	11,93	11,36	10,46	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: publicações destinadas a consulta							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	3.779	9.203	7.838	4.927	3.340	nd	nd
Preço médio dos exemplares vendidos	6,00	5,91	4,75	6,69	4,09	nd	nd
Outros livros, brochuras e impressos semelhantes: livros, brochuras e impressos semelhantes, álbuns e livros para crianças							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	7.579	8.541	11.711	12.246	9.201	nd	nd
Preço médio dos exemplares vendidos	6,44	5,83	7,21	6,17	6,70	nd	nd
Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir para crianças							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	2.527	2.473	1.682	1.314	1.362	2.681	6.326
Preço médio dos exemplares vendidos	5,01	5,12	4,37	4,11	4,41	4,69	3,96
Dicionários e enciclopédias, mesmo em fascículos							
Valor das vendas (preços correntes em mil de euros)	4.134	4.024	4.516	4.014	3.368	3.369	3.708
Preço médio dos exemplares vendidos	6,27	7,36	7,04	7,71	7,22	7,43	10,19

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006.

Nota: Não foram consideradas as categorias cujos dados se encontram sob segredo estatístico ou que não foram incluídas no respetivo ano e que são: Listas nacionais, regionais e locais; Listas telefónicas, de telex e de telefax; Obras cartográficas de qualquer espécie, incluídas as cartas murais e as plantas topográficas, impressas sob a forma de livros ou brochuras; Música manuscrita ou impressa, ilustrada ou não, mesmo encadernada; Outros produtos, n.e. e outras categorias em suporte eletrónico.

nd – Não disponível.

5.4. SÍNTESE

Conclui-se, portanto, quer pela análise dos registos de títulos depositados na BNP, quer pelas Estatísticas da Produção Industrial do INE, e no período aqui considerado, que a indústria da produção de livros em Portugal tem vindo a crescer significativamente, registando-se um aumento do número de tipografias/unidades de produção ativas, com ênfase nas que têm uma atividade mais intensiva (recorde-se como os dados do DL demonstram que o número de tipografias de grande dimensão tem vindo a aumentar). Concomitantemente regista-se também um aumento nos níveis de produção, tanto em títulos como em exemplares, que se reflete positivamente no volume de vendas, ainda que o preço médio dos exemplares produzidos se mantenha tendencialmente estável ao longo do tempo.

Tanto a fonte SDL/BNP como a fonte IAPI/INE incluem dados de grande relevância para a análise da evolução do sector do livro em Portugal. Espera-se, por isso, que a primeira fonte venha a disponibilizar dados mais eficientemente e, quanto à segunda, que mantenha, senão mesmo alargue, o número de categorias relevantes para o sector do livro e disponibilize os respetivos dados.

6. O MERCADO INTERNO

Neste capítulo trata-se o mercado interno do livro, na perspetiva da oferta, em dois planos: títulos editados e volume de negócios.

No plano dos títulos editados retoma-se, numa perspetiva histórica, os inquéritos da APEL, uma das raras fontes, e seguramente a mais conhecida, sobre a edição em Portugal até 1999, ano em que foram interrompidos. Apresentam-se seguidamente os indicadores extraídos de duas fontes relativamente próximas quanto ao contributo para a caracterização do sector, embora uma seja gerida por uma entidade pública e constitua um procedimento obrigatório por lei – o Depósito Legal – e a outra seja gerida por uma entidade privada e não seja legalmente obrigatória – o ISBN.

Quanto ao plano do volume de negócios – que é, seguramente, o indicador mais procurado e com maior impacto público – retomam-se igualmente a fonte APEL até 1999, e sistematizam-se os dados que, sobre o livro, é possível extrair do Inquérito às Empresas Harmonizado (INE). Tratando-se de um inquérito harmonizado no âmbito da União Europeia, e sendo o sector do livro um dos poucos sectores culturais abrangidos pelas estatísticas das empresas faz-se também uma breve caracterização da situação de Portugal.

6.1. TÍTULOS EDITADOS

Indicadores das estatísticas da APEL e das estatísticas nacionais (INE)

Como foi referido anteriormente, até 1999 a APEL recolheu e difundiu dados sobre a edição de livros em Portugal, dados que o INE publicou até 1998 no volume *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (ECCR). O INE enquadrava o Livro no grupo dos Materiais Impressos e Literatura, e divulgava dados relativos aos seguintes indicadores⁷⁷: títulos publicados; títulos e

⁷⁷ O INE publicou ainda outra informação estatística em períodos diferenciados como por exemplo: sócios da APEL por categoria e por distribuição geográfica (entre 1992 e 1995); editores sócios e não sócios da APEL, por escalões de títulos editados (até 1991); editoras, por escalões, segundo autores editados; autores, por escalões

exemplares publicados por categorias e por ano (entre 1993 e 1998); títulos publicados por língua de origem e por ano; e o comércio internacional de livros, brochuras e impressos semelhantes por países (1994-1998)⁷⁸.

Estes são os últimos dados oficiais disponíveis, aos quais se alude dado o seu valor de enquadramento. Deste modo, faz-se apenas uma breve leitura, retomando aqui a série, agora completa, para o período 1986-1999, uma vez já terem merecido enfoque mais aprofundado (embora com uma série incompleta) noutras obras, designadamente as realizadas no âmbito do OAC (Freitas, 1998: 18; Santos, Antunes, Conde e Outros, 1998: 224-226; Santos e Gomes, 2000: 33-36).

Numa primeira leitura da série, ressalta o aumento progressivo do número de títulos entre 1986 e 1999, sendo que o valor quase quadruplicou nos 14 anos em observação, passando de 2.702 para 10.708. A taxa de variação é de 75% (quadro nº 31).

Em termos de novidades constata-se também um crescimento no período analisado, sendo este mais acentuado tanto nos primeiros como nos últimos anos. O valor mais elevado regista-se em 1999, com pouco mais de 7 mil títulos novos, o que representa uma taxa de variação de 80% em relação ao valor de 1986. Refira-se ainda que as novidades correspondem em média a 61% dos títulos publicados anualmente. A produção de títulos de língua original portuguesa no referido arco temporal regista igualmente um aumento significativo, contrastando os 1.564 de 1986 com os 7.095 de 1999. A média anual de títulos de língua original portuguesa é de 62%.

No que diz respeito à tiragem total, medida através do número de exemplares produzidos, apresenta uma certa estabilização, verificando-se um aumento de quase 2 milhões entre 1986 e 1998 (de 23 milhões para 25 milhões), o que representa uma taxa de variação de 8%. Por outro lado, o número mais elevado de exemplares produzidos regista-se no ano de 1994, 27 milhões.

de títulos, segundo o número de títulos editados (ambos até 1992); e hábitos de leitura, por número de livros, segundo as habilitações literárias e segundo grupos etários e sexo; e livros, por aquisição, segundo grupos etários e sexo (ambos apenas em 1992).

De salientar também que o INE publicou nas ECDR nos períodos 1986-1988 e 1993-1995 dados referentes tanto às obras depositadas (ao abrigo do Depósito Legal) segundo o género a partir da informação produzida pelo Instituto da Biblioteca e do Livro e depois pela Biblioteca Nacional, como às obras registadas segundo o género através da Conservatória do Registo de Propriedade Literária e Científica e depois através da Direcção-Geral dos Espectáculos.

⁷⁸ De 1999 em diante o INE adota como fonte dos dados divulgados o Inquérito às Empresas Harmonizado cujo universo e metodologia foram já referidos.

Quadro nº 31
Títulos e Exemplares publicados por Ano (1986-1999)
(números absoluto, média e taxa de variação)

Ano	Títulos publicados	<i>...dos quais Novidades</i>	<i>...dos quais a Língua de origem é o português</i>	Exemplares produzidos	<i>Número médio de exemplares</i>
1986	2.702	1.436	1.564	22.992.070	8.509
1987	3.942	2.187	2.604	23.938.109	6.073
1988	5.499	3.510	3.063	26.353.310	4.792
1989	6.527	4.245	4.241	26.264.491	4.024
1990	6.150	3.971	3.864	24.345.600	3.959
1991	6.430	3.700	3.906	24.927.079	3.877
1992	6.462	3.860	3.971	24.324.387	3.764
1993	6.341	4.099	3.967	24.455.250	3.857
1994	6.523	4.189	4.035	26.941.453	4.130
1995	6.933	3.884	4.171	26.431.960	3.812
1996	7.868	4.257	5.044	26.633.174	3.385
1997	8.331	4.441	5.212	25.049.908	3.007
1998	9.196	6.338	5.941	24.908.060	2.709
1999	10.708	7.235	7.095	nd	nd
Taxa de variação 1986/1999	74,8	80,2	78,0	7,7*	-214,2*

Fontes: APEL, A Edição de Livros em Portugal – Estatísticas 1986-1999; INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* 1986-1998.

Nota: * A taxa de variação aplicada aos Exemplares publicados e ao Número médio de exemplares é feita com base no intervalo de anos 1986-1998.

nd = Não disponível.

Quanto ao número médio de exemplares (obtido a partir dos exemplares produzidos sobre os títulos publicados) a informação é mais significativa. Ao contrário do que se verifica com os títulos e os exemplares produzidos, constata-se uma tendência de grande quebra no número médio de exemplares produzidos por título no período de 1986 a 1998 (variação negativa de 214%), registando neste ano o seu valor mais baixo, com 2.709 contra os 8.709 de 1986. Uma última nota para referir que no período em análise a redução para mais de metade do número médio de exemplares, se deve, porventura, às estratégias adotadas pelos editores no sentido de uma maior aproximação ao volume da procura.

Indicadores do Depósito Legal

O Depósito Legal (DL) vigora em Portugal desde 1805. Está regulamentado através do Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março⁷⁹ e do Decreto-Lei nº 362/86, de 28 de outubro. É uma incumbência da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Tem como objetivos a constituição, conservação, produção e divulgação de uma coleção bibliográfica nacional com todas as publicações editadas no país. A referida coleção inclui monografias, publicações periódicas, teses de mestrado e doutoramento e produtos semelhantes.

Sendo o presente estudo sobre o Sector do Livro em Portugal, é importante referir o papel do DL e qual a importância que desempenha. Assim, no que diz respeito aos procedimentos adotados para a atribuição do número de registo de DL, eles desenvolvem-se em 3 fases. Procura-se aqui apenas dar conta do processo utilizado para as monografias, também compreendidas como obras ou títulos.

Numa primeira fase, as entidades a quem cabe a responsabilidade de solicitar um número de DL para posterior depósito do título na BNP são: as tipografias, gráficas ou equivalentes e os editores com títulos impressos no estrangeiro, mas que tenham sede em Portugal. Para uma melhor sistematização, procede-se a um esboço das situações contempladas (ou não) na lei, em termos da produção e edição de títulos, nos planos nacional e estrangeiro (quadro nº 32).

Quadro nº 32

Cenários quanto à responsabilidade pela solicitação de número de DL e pelo depósito das obras

		Produção	
		Portugal	Estrangeiro
Edição	Portugal	DL (Tipografia)	DL (Editor)
	Estrangeiro	DL (Tipografia)*	Não contemplado

Nota: * A legislação não é explícita a este respeito.

⁷⁹ De referir que se encontra em revisão há já algum tempo, por proposta da BNP, o atual quadro normativo do DL, em que se prevê a reformulação de um conjunto de aspetos funcionais, com ênfase na concertação com os princípios internacionais elaborados para a UNESCO (Campos, 2005: 3), tais como o depositante (propondo que passe a ser o editor, e não a tipografia, de forma a transpor alguns trâmites processuais), os produtos a depositar ou o envio dos títulos (necessidade de criar uma regulação relativamente ao depósito de publicações on-line e eletrónicas), bem como de aspetos orgânicos como reequilíbrio dos recursos financeiros, humanos e logísticos.

O DL abarca, como foi referido anteriormente, todas as obras impressas que sejam produzidas e editadas em Portugal, estando o depósito a cargo da tipografia responsável pela produção da mesma. O mesmo se aplicará, em princípio, a obras produzidas em Portugal mas editadas – ou com editor – no estrangeiro, ainda que a legislação não seja clara neste ponto, uma vez que refere que devem ser depositadas todas as obras impressas ou publicadas em qualquer ponto do País. A lei abrange também obras produzidas no estrangeiro desde que o editor esteja domiciliado em Portugal, sendo o depósito da responsabilidade deste. O que, de facto, não está contemplado na atual legislação é a obrigatoriedade ou isenção de depósito das obras que são produzidas e editadas no estrangeiro em língua portuguesa, mas que circulam também em Portugal.

Para que tal seja possível, as entidades que se enquadram neste último cenário devem, numa primeira fase, inscrever-se no Serviço de Depósito Legal (SDL)⁸⁰ através do preenchimento de formulário próprio, dando conta dos seus dados de identificação e do início da sua atividade⁸¹. Este formulário pode ser descarregado através da página da BNP ou pedido via e-mail, telefone ou fax.

Numa segunda fase, as entidades devem, com a devida antecipação, pedir a atribuição de número de registo de DL para a respetiva quantidade de títulos a produzir. Este pedido é feito mediante o preenchimento de um formulário específico. O formulário permite fazer em simultâneo o pedido de números de registo para 4 títulos. Naquele, para além de se identificarem as várias características do título (nome, autor, número de edição, ano de edição, editora e local), são também solicitados dados de identificação e localização do proponente. A terceira fase é composta, num primeiro momento, pelo envio para o SDL pelas tipografias ou editores dos títulos produzidos, em número de 11 exemplares. O envio dos títulos deverá ser acompanhado por guias de remessa específicas, fornecidas pelo Serviço, uma vez que é através destas que é efetuado um primeiro controlo dos títulos enviados e da respetiva tiragem. Num segundo momento, na sequência do depósito dos exemplares, 2 ficam na BNP e os outros 9 são distribuídos pelas bibliotecas beneficiárias. Os que permanecem no organismo entram em processo de catalogação na base de dados de bibliografia geral de modo a ficarem acessíveis para consulta.

Da análise dos instrumentos de recolha de informação e dos procedimentos adotados no tratamento e carregamento da informação é possível verificar a existência de alguns problemas no decorrer das fases anteriormente referidas:

⁸⁰ De acordo com a reestruturação orgânica de 2007, o SDL é uma competência da Área do Depósito Legal (ADL) que se insere na Divisão de Agência Bibliográfica Nacional e Aquisições (DABNA) da Direcção de Serviços Bibliográficos Nacionais (DSBN).

⁸¹ Sempre que uma tipografia ou gráfica não tiver tido produção no ano anterior deverá enviar para o SDL uma declaração que comprove essa situação, sob pena de poder incorrer numa penalização.

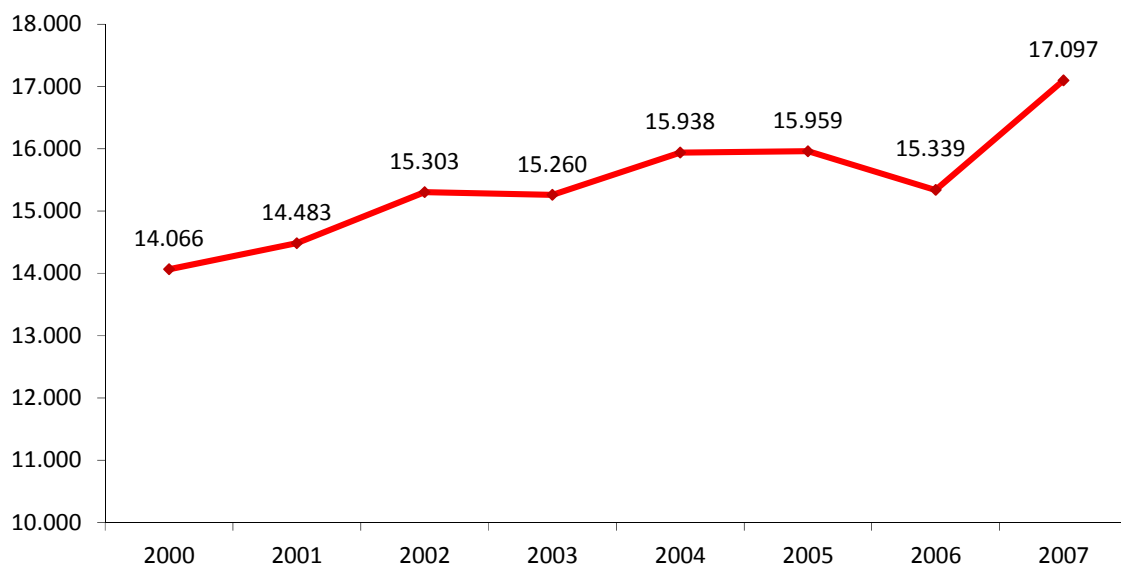
– Os dados provenientes do formulário de inscrição da tipografia/editora não são passíveis de tratamento e aproveitamento, uma vez que não são informatizados. No que toca a indicadores apenas foi possível saber o número de entidades que depositam pelo menos um título (monografia e publicação periódica) até ao ano de 2007;

– O preenchimento do formulário de atribuição de número de registo de DL é parcial e apresenta algumas falhas, destacando-se a ausência de resposta a campos como o ano de edição do título, a editora e o local. Quanto ao tratamento da informação decorrente dos números de DL atribuídos, só passou a ser sistemático a partir do ano de 2005 com a sua informatização. Antes, a informação está em suporte papel, ou seja, quando há necessidade de consultar um processo de determinada entidade recorre-se ao dossiê do respetivo ano. Até aquele ano, a atribuição de números era feita para um conjunto de títulos e tudo era escrito à mão em papel. Portanto, é mais difícil fazer a correspondência tanto entre os números atribuídos e os títulos, como entre estes e as gráficas. Este controlo era feito *a posteriori*, aquando da receção do título. Em termos dos indicadores extraídos a partir dos formulários, é possível saber os números atribuídos às monografias e publicações periódicas no período 2000-2004. O apuramento dos dados das monografias apenas é possível para 2005-2007 mas não são disponibilizados. Outros campos de informação como a editora ou o local também são pouco fiáveis, quer ao nível da normalização de nomes, quer ao nível do controlo das respostas (local);

– No que diz respeito ao processo de catalogação dos títulos depositados, a principal nota a dar é o facto de o carregamento da informação em base de dados se encontrar atrasado, decorrente que está da introdução dos dados em períodos diferentes, o que significa que o tempo que medeia entre a entrada do título na BNP e a sua disponibilização ao público é de cerca de 2 anos. Por outro lado, refira-se que todo este trabalho administrativo é executado pelos serviços internos da BNP, que ao promoverem a introdução de todas as características de um título, permitem assim uma melhor identificação e caracterização. Tendo em conta os títulos catalogados, é possível construir indicadores que dão conta do número de registos com DL por ano, grandes áreas da CDU, tipo de suporte, país de origem, língua portuguesa ou tradução, públicos-alvo, entre outros.

Feito este enquadramento dos procedimentos seguidos, das potencialidades e dos problemas da fonte DL, passa-se à análise dos indicadores que foi possível construir. Assim, da análise dos dados disponibilizados pela BNP sobre o número de registos de DL atribuídos a monografias e publicações periódicas no intervalo 2000 a 2007, constata-se uma tendência de crescimento no número de atribuições que passam de 14.066 em 2000 para 17.097 em 2007, o que representa uma variação positiva de 18% (gráfico nº 11).

Gráfico nº 11
Número de registos do Depósito Legal atribuídos por Ano (2000-2007)
(número)



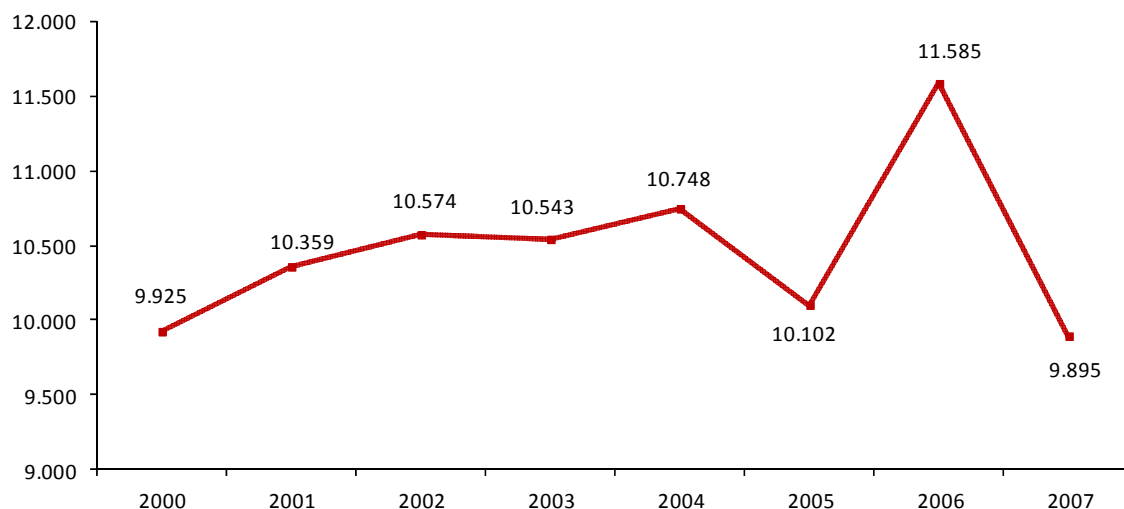
Fonte: BNP/DSBN, dados dos registos atribuídos a 31/12/2007.

Nota: Os dados reportam-se ao total anual de registos de DL atribuídos, incluindo monografias e publicações periódicas.

No entanto, essa tendência não é constante já que em 2006 se regista uma quebra (15.339), seguido de recuperação no ano seguinte para o valor mais elevado da série (17.097). O valor de 2007 representa uma média semanal de 329 atribuições contra as 295 de 2006.

Tendo agora como base as monografias catalogadas na BNP, refira-se que no período 2000-2007 foram impressos em Portugal, no total, 84 mil títulos. Em termos evolutivos, a um período de aumento entre 2000 e 2004 sucede uma ligeira quebra (646 unidades) de 2004 para 2005 e uma outra, mais acentuada (1.690), de 2006 para 2007 (gráfico nº 12). O valor mais elevado regista-se em 2006 com 11.585 títulos. O total de 9,9 mil títulos impressos em 2007 corresponde a uma média semanal de 190 títulos.

Gráfico nº 12
Títulos impressos em Portugal (2000-2007)
 (número)



Fonte: BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, dezembro de 2007.

Comparando o número de registos de DL atribuídos anualmente com o número de títulos impressos, verifica-se que aquele supera em cerca de 7 mil o dos títulos impressos. Uma das principais razões para este facto reside nos títulos impressos no estrangeiro, nomeadamente em outros países da Europa ou da Ásia.

Os dados do DL permitem também fazer uma segmentação dos títulos segundo a Língua original (portuguesa e traduzida), indicador que revela a preponderância da primeira relativamente à segunda. No quadro nº 33 é possível ainda observar que os títulos em língua portuguesa original têm uma evolução bastante estável entre 2001 e 2004, mas com descidas sensíveis em 2005 e 2007. O valor deste último ano significa uma variação negativa de 7% em relação a 2000. Os títulos traduzidos em língua portuguesa registam um percurso relativamente estável ao longo da série mas verifica-se um aumento razoável em 2007 (13%) comparativamente com 2000.

Quadro nº 33
Títulos em português por Língua original e por Ano (2000-2007)
 (número)

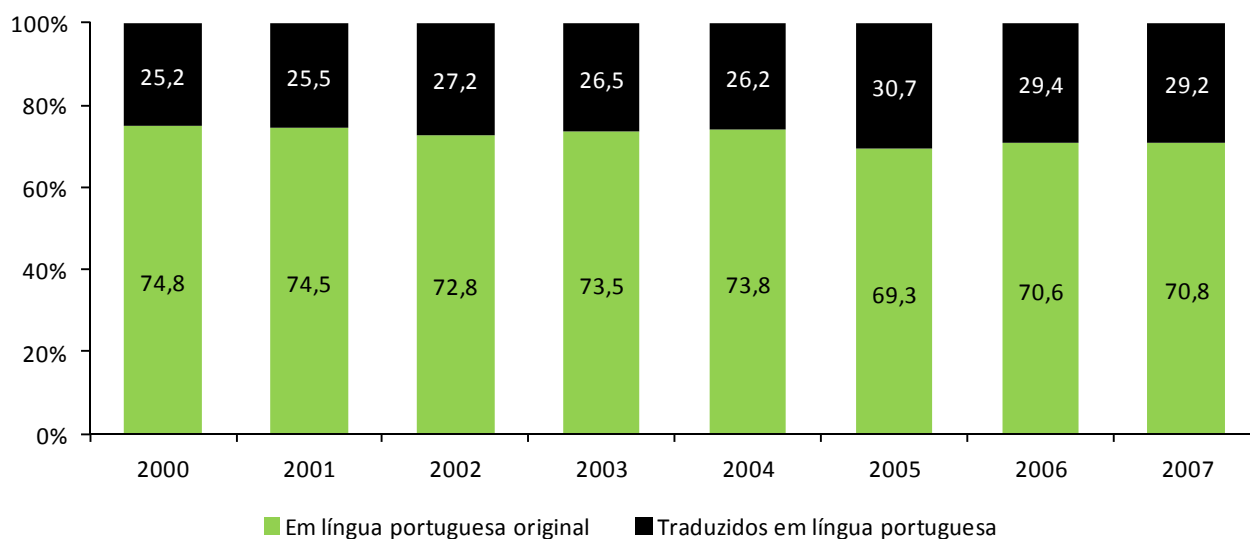
Língua portuguesa	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Original	7.187	7.464	7.456	7.495	7.587	6.768	7.814	6.712
Traduzida	2.421	2.561	2.789	2.704	2.687	3.002	3.249	2.772
Total	9.608	10.025	10.245	10.199	10.274	9.770	11.063	9.484

Fonte: BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, dezembro de 2007.

Nota: Repare-se que os totais não coincidem com os dos títulos impressos em Portugal.

Uma perspetiva complementar mostra que a percentagem correspondente aos títulos em língua portuguesa original, embora sempre largamente maioritários (como constatado pelos valores absolutos), tem vindo a diminuir (gráfico nº 13). Os valores oscilam entre 75% em 2000 e 69% em 2005.

Gráfico nº 13
Títulos em português por Língua original e por Ano (2000-2007)
(percentagem)



Fonte: OAC a partir de BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, dezembro de 2007.

Um outro indicador diz respeito ao número de títulos por Audiência⁸² (quadro nº 34). A categoria com maior peso é Adulto (geral) que regista valores acima dos 6,8 mil títulos. No período em questão, constata-se, por um lado, um aumento crescente de títulos (com exceção do ano 2007) para 'Idades 5-10 anos (primária)' (variação de 59%) e, por outro lado, uma quebra de títulos catalogados para 'Idades 14-20 anos (jovem adulto)', nomeadamente a partir de 2002 quando apresenta o valor mais elevado⁸³.

⁸² Trata-se de uma variável criada pelo SDL que diz respeito aos destinatários das publicações.

⁸³ A classificação utilizada apresenta, na fonte, uma sobreposição de duas categorias no que respeita aos intervalos das idades (5-10 e 9-14), que importaria corrigir. Mais genericamente, a classificação múltipla (caso das variáveis Audiência, Género literário e Tema) parece não ser completamente satisfatória.

Quadro nº 34
Títulos por Audiência e por Ano (2000-2007)
 (número)

Audiência	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Juvenil (geral)	194	576	203	248	416	380	263	124
Idades 0-5 anos (pré-primária)	52	65	57	105	122	272	287	249
Idades 5-10 anos (primária)	391	503	554	598	635	1.029	1.050	963
Idades 9-14 anos (infantil)	923	839	1.012	931	959	842	1.098	993
Idades 14-20 anos (jovem adulto)	1.283	1.816	2.339	2.215	1.236	926	1.052	945
Adulto (sério)	1.144	1.235	1.325	1.392	1.394	912	1.185	923
Adulto (geral)	7.254	7.981	7.811	7.418	7.272	6.878	7.800	6.844

Fonte: BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, outubro de 2007.

Nota: De acordo com a fonte trata-se de uma variável múltipla (cada título pode ser classificado em mais do que uma Audiência).

Quanto ao cruzamento dos dados referentes ao número de títulos por Género literário, verifica-se que o predominante é Texto não literário, variando entre o máximo de 9,8 mil títulos em 2002 e o mínimo de 7,3 mil em 2005 (quadro nº 35).

Quadro nº 35
Títulos por Género literário e por Ano (2000-2007)
 (número)

Género literário	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ficção	927	951	444	483	1.326	1.208	898	1.174
Drama	50	33	8	20	58	58	47	48
Ensaaios	34	16	19	22	59	33	82	35
Humor, sátira	17	22	1	7	33	25	24	33
Cartas	10	11	4	5	17	11	11	12
Contos	212	264	106	106	340	387	349	455
Poesia	471	404	171	238	585	485	546	510
Discursos, oratória	10	12	0	0	3	1	2	3
Texto não literário	8.012	8.446	9.794	9.580	7.858	7.316	9.401	7.421
Formas múltiplas ou outras formas literárias	209	231	72	98	444	572	252	287

Fonte: BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, dezembro de 2007.

Nota: De acordo com a fonte trata-se de uma variável múltipla (cada título pode ser classificado em mais do que um Género literário).

Analisando agora a distribuição dos vários géneros, salienta-se o facto de ser nos anos intermédios de 2002-2003 que se registam as maiores quebras no número de títulos de todos os géneros literários, com exceção dos títulos enquadrados no género Texto não literário que, ao contrário dos restantes, apresenta os valores mais elevados.

Quanto à distribuição dos títulos por Tema (classificação utilizada pela BNP a partir da Classificação Decimal Universal), os dados mostram que a maior fatia se enquadra no tema Língua. Linguística. Literatura, sempre com valores acima dos 3,5 mil títulos e que atinge em 2006 o seu valor mais elevado (4,8 mil) (quadro nº 36). Segue-se o tema Ciências Sociais⁸⁴, cujo percurso tem sido ascendente, mas também com uma quebra em 2005 (8%), regista, de novo no ano seguinte, o seu valor mais alto (com 4 mil), voltando a cair em 2007. Refira-se que os anos de quebra são transversais a todos os temas, o que não é de estranhar, considerando que em 2005 e, mais acentuadamente, em 2007, houve uma redução no número de títulos face aos anos anteriores.

Quadro nº 36
Títulos por Tema e por Ano (2000-2007)
(número)

Tema	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Generalidades. Ciência e Conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações	1.843	1.790	1.881	1.896	2.065	1.908	2.400	1.924
Filosofia. Psicologia	606	722	821	719	695	571	784	635
Religião. Teologia	540	557	658	553	588	528	675	480
Ciências Sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração Pública. Forças Armadas. Assistência Social. Seguros. Educação. Etnologia	2.940	3.248	3.590	3.707	4.021	2.724	4.037	3.490
Matemática e Ciências Naturais	706	673	780	763	850	735	949	809
Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia	1.238	1.293	1.278	1.197	1.171	763	1.302	1.011
Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto	987	1.192	1.225	1.167	1.131	783	1.408	1.106
Língua. Linguística. Literatura	3.480	3.831	4.076	4.205	4.159	3.720	4.801	4.030
Geografia. Biografia. História	950	1.022	973	923	1.082	779	1.288	1.209

Fonte: BNP/DSBN, Obras catalogadas na BNP, dezembro de 2007.

Notas. De acordo com a fonte trata-se de uma variável múltipla (cada título pode ser classificado em mais do que um Tema).

No polo oposto verifica-se que os temas com menor relevo se referem, primeiro, a Religião. Teologia, sem alterações significativas ao longo dos oito anos (uma média de 572 títulos) e, em segundo, a Filosofia. Psicologia, cujo aumento é bastante significativo de 2000 para 2002 e de 2005 para 2006, mas com comportamento descendente em 2007 (valor mínimo), sendo que a média anual é de 694 títulos.

⁸⁴ Confrontando estes dados com os das “Obras depositadas na BNP segundo o Género”, em 1995 (INE, 1996: 82), constata-se que os dois Géneros/Temas dominantes permanecem os mesmos, sendo que, atualmente, o que inclui Literatura é o principal e mostra um volume de títulos significativamente superior ao do ano referido (2.315).

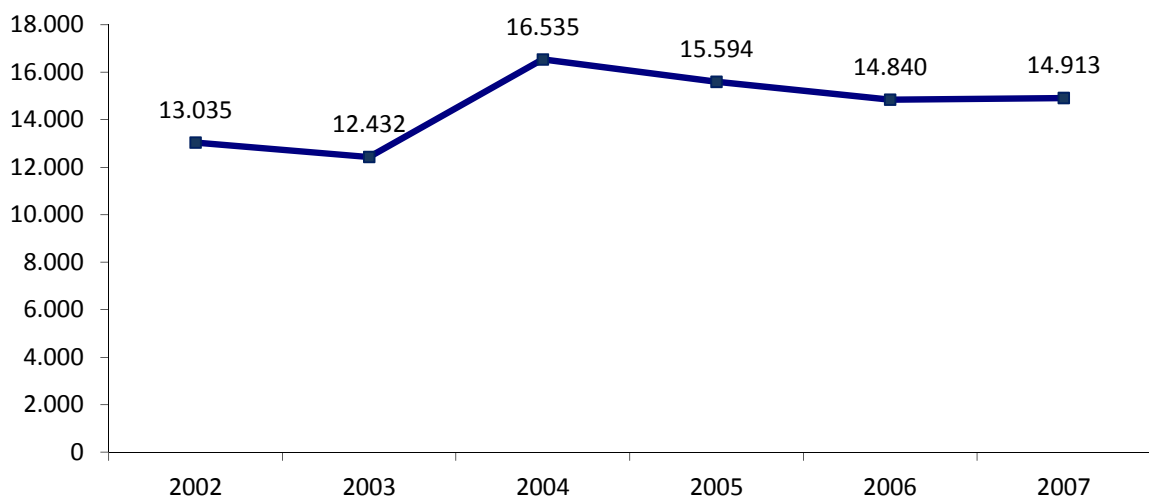
Indicadores ISBN

No que diz respeito aos títulos com ISBN⁸⁵ atribuído, a disponibilização de dados é feita anualmente na página da APEL (agência nacional do sistema) com valores por mês e por ano.

Em termos de procedimentos, a informação recolhida por intermédio das fichas de pedido de atribuição de número de ISBN é posteriormente introduzida em base de dados. No entanto, apenas são preenchidos os campos necessários à administração do sistema, como sejam o nome do editor, prefixo, autores e título, deixando de fora outros dados solicitados na ficha como o tipo de suporte ou o tipo de edição que não têm um tratamento sistemático⁸⁶.

Os dados estatísticos apresentados no gráfico nº 14 dizem respeito ao número de ISBN atribuídos, no período de 2002 a 2007, a entidades localizadas em Portugal (e em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, embora, no conjunto, com um peso reduzido de acordo com a APEL), compreendendo todos os tipos de edição (novidades e reedições) e todos os tipos de suporte.

Gráfico nº 14
Número de ISBN atribuídos por Ano (2002-2007)
(número)



Fonte: APEL, <www.apel.pt>, acedido em 21/02/2008.

Nota: Os dados referentes aos títulos com ISBN atribuído provêm dos pedidos de entidades de Portugal mas também de outras sediadas em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

⁸⁵ Para um enfoque sobre as características e procedimentos do ISBN reveja-se o Capítulo 3.2.

⁸⁶ Devido a limitações existentes na base de dados com a qual é controlada a atribuição de números de ISBN, algumas das outras informações que não possuem tratamento sistemático são carregadas na sua totalidade num dos campos existentes, por norma do título da obra. Este procedimento é adotado com o objetivo de, aquando da passagem dos dados de uma obra para a base de dados da catalogação, poder aproveitar a informação já existente.

No período 2002 a 2007 verifica-se um aumento de 13% no número de ISBN atribuídos. No entanto, esta tendência não é contínua. O valor máximo regista-se em 2004 com 16,5 mil e o valor mínimo em 2003 com 12,4 mil. Tendo por base o valor registado em 2007, aos 14,9 mil números de ISBN atribuídos corresponde uma média semanal de 287.

Em termos de evolução mensal, não é possível identificar um mês padrão na atribuição máxima de números uma vez que variam acentuadamente ao longo dos anos em apreço, mas os meses que mais frequentemente registam menores percentagens de números atribuídos são agosto (com percentagens mínimas entre 4% e 6%) e dezembro (entre 5% e 6%) (quadro nº 37).

Quadro nº 37
Número de ISBN atribuídos a títulos por Mês e por Ano (2002-2007)
(percentagem em coluna)

Mês	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Janeiro	7,9	11,9	7,3	7,4	9,5	8,9
Fevereiro	8,5	6,5	7,8	10,7	7,1	8,9
Março	7,9	10,3	11,8	8,3	8,9	10,5
Abril	7,4	8,0	8,7	7,8	9,1	7,8
Mai	8,7	8,3	9,4	8,8	9,4	9,1
Junho	6,9	6,6	11,9	7,6	6,6	8,6
Julho	10,5	11,1	9,7	8,0	6,7	7,2
Agosto	5,6	5,6	4,4	10,4	10,3	6,0
Setembro	11,6	6,3	8,8	8,5	8,2	8,1
Outubro	7,8	9,1	6,1	8,9	10,8	10,2
Novembro	6,4	10,9	8,2	8,4	8,0	8,3
Dezembro	10,7	5,5	6,0	5,3	5,4	6,3
<i>Total</i>	<i>13.035</i>	<i>12.432</i>	<i>16.535</i>	<i>15.594</i>	<i>14.840</i>	<i>14.913</i>

Fonte: APEL, <www.apel.pt> acedido em 21/02/2008.

Nota: Os dados anuais referentes aos títulos com ISBN atribuído proveem dos pedidos de entidades de Portugal mas também das sedeadas em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Para além destes indicadores, a obtenção de outros dados como por exemplo o tipo de suporte, tipo de edição, género ou língua portuguesa original/tradução só é possível a partir das informações recolhidas no formulário, mais exaustivo e pormenorizado, de caracterização geral da obra e que serve para atualizar a base de dados do Centro de Documentação da APEL, mas que não estão disponíveis⁸⁷.

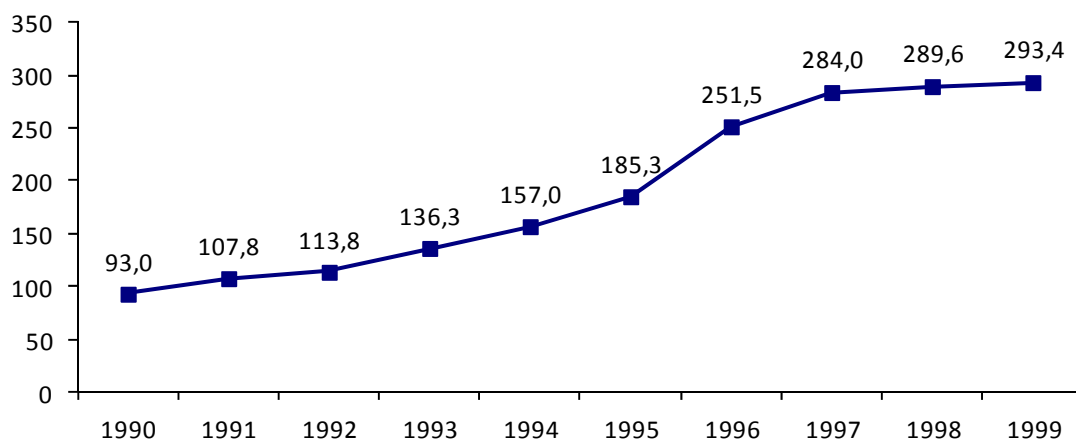
⁸⁷ Se se tiver em conta o exemplo espanhol, pode concluir-se que esta fonte tem potencialidades inegáveis para a caracterização do sector do livro, designadamente do ponto de vista da edição. Recorde-se que, em Espanha, o ISBN é uma das fontes utilizadas nas estatísticas nacionais para caracterizar o sector do livro. Para além deste facto, constitui também uma importante base para a realização de estudos sobre o comércio do livro. O controlo metodológico de que os dados são objeto permite obter um conjunto muito significativo de indicadores, designadamente, livros inscritos, tiragens, tipo de edição, géneros, língua de publicação/tradução,

6.2. VOLUME DE NEGÓCIOS

Um dos principais indicadores de evolução do mercado é o volume de negócios. Até há bem pouco tempo, falar de volume de negócios no sector do livro era falar dos dados recolhidos pela APEL. Este assunto foi já abordado de forma sucinta no estudo sobre as *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro* (Santos e Gomes, 2000: 36-37). E, uma vez que a Associação deixou de proceder à sua recolha e apuramento, era também falar na inexistência de dados válidos. Acrescente-se ainda que a série de dados da APEL constituía mesmo a única conhecida até ao presente *Inquérito*.

Tendo por base os dados das estatísticas de livros da APEL e tomando como indicador o montante de vendas das editoras que responderam ao respetivo inquérito, constata-se, no período 1990-1999, um crescimento continuado, com particular destaque a partir de 1995, registando no final do período o montante mais elevado, €293,4 milhões (gráfico nº 15).

Gráfico nº1 5
Montante de vendas por Ano (1990-1999)
(milhões de euros)



Fonte: OAC a partir de APEL, A Edição de Livros em Portugal – Estatísticas 1986-1999.

preço, suportes, editores com produção, regime jurídico, região, entre outros. Apesar dos vários esforços da equipa do OAC junto da APEL no sentido de se poder obter um leque de indicadores próximo do disponível em Espanha tal não foi possível. Recorde-se que, ao contrário de muitos outros países (incluindo Portugal), em Espanha o ISBN é obrigatório por lei.

Outra fonte, esta mais atual, é o INE. A partir de 1999 a informação relativa ao Livro divulgada no volume *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* baseia-se nos dados das empresas cuja atividade económica é a Edição de livros recolhida no Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH⁸⁸). Para o período 1996-1998 os dados proveem do Inquérito Anual às Empresas (IAE).

Antes de passar à análise de alguns indicadores sobre o volume de negócios, destaque-se o facto de, no período que vai de 1996 a 1999, coexistirem duas fontes com informação sobre o volume de vendas de empresas da edição de livros: APEL e INE/IAE. Na observação dos dados existentes em ambas as fontes é possível constatar que aqueles não coincidem – o que é normal, tratando-se de fontes diferentes – sendo que em termos comparativos, no mesmo período, se por um lado os valores do IAE são sempre superiores, por outro lado, em termos evolutivos, verifica-se que nesta fonte os valores registam uma tendência de decréscimo, ao passo que, nos dados da APEL, pelo contrário, a tendência é de crescimento.

Entre 1996 e 2007⁸⁹, regista-se um decréscimo no volume de negócios⁹⁰ das empresas de edição de livros (gráfico nº 16), com um valor máximo de €412,5 milhões em 1996 e com um mínimo de €332,7 milhões em 2001. Em 2007 o volume de negócios é de €402,6 milhões.

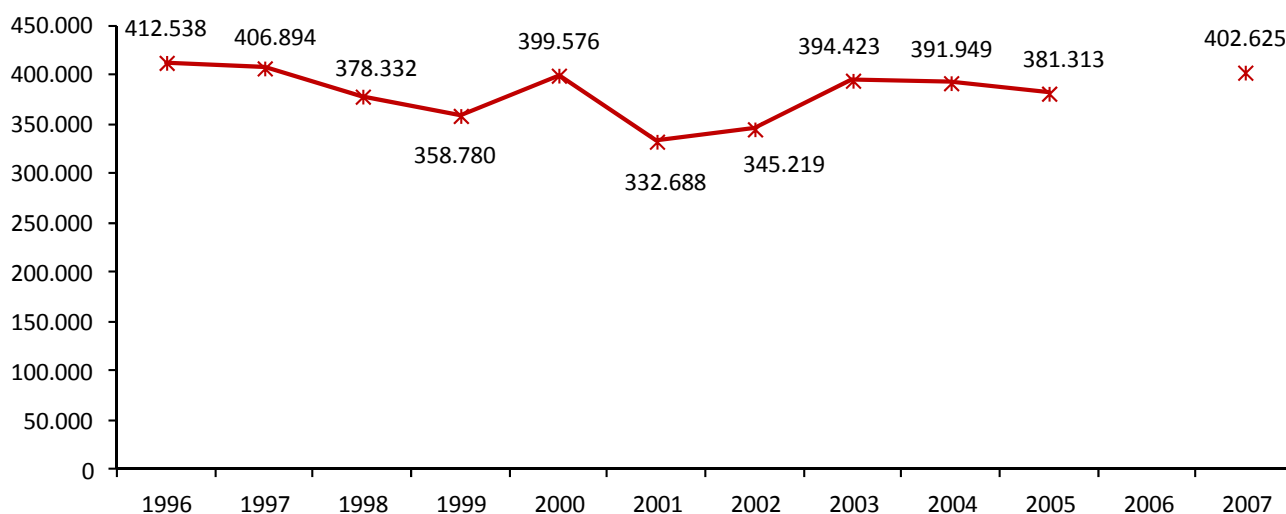
No cruzamento do volume de negócios com o escalão de pessoal, entre 2000 e 2002, as empresas de edição de livros que registaram o maior volume de negócios foram as do escalão 20 e mais pessoas ao serviço, com um máximo de 86% em 2002 e com um mínimo de 68% em 2000, dados que sugerem uma tendência de evolução positiva do volume de negócios das empresas de edição deste escalão. Segue-se, a longa distância, as empresas do escalão Até 9 pessoas ao serviço com um máximo de 23% em 2000 e um mínimo de 8% em 2002. As empresas do escalão 10-19 foram as que obtiveram o menor volume de negócios entre 2000 e 2002, com um valor máximo de 9% em 2000 e um valor mínimo de 6% em 2002 (quadro nº 38).

⁸⁸ Ver metodologia do IEH no Capítulo 3.1.

⁸⁹ Como se verá nos vários indicadores seguidamente apresentados, o valor total para 2006 não está disponível na fonte (INE/ECDR), apesar de estarem disponíveis, para alguns indicadores, valores parciais, o que é justificado com o segredo estatístico. Tal justificação, se se entende para um ou outro valor parcial, parece ser dificilmente sustentável *para o valor total*. Seja como for, o certo é que assim se interrompe uma série, para mais num indicador de vital importância. Refira-se que, de acordo um estudo da empresa DBK, sediada em Espanha, em 2006, o valor do mercado interno português era €530 milhões. Este valor resulta da análise das 28 principais empresas do sector (DBK, 2007).

⁹⁰ O volume de negócios é apurado tendo em conta os dados das vendas e das prestações de serviços. Exclui-se assim os outros proveitos e ganhos, seguindo-se a opção do Eurostat.

Gráfico nº 16
Volume de negócios das empresas de edição de livros por Ano (1996-2007)
 (mil euros)



Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito Anual às Empresas, 1996-1999 e Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2000-2007.

Nota: 2006 valor não disponível.

Considerando o período 2003-2007, refira-se o facto da análise do volume de negócios das empresas por escalão de pessoal ser limitada, devido, por um lado, à existência de segredo estatístico para alguns dos anos e, por outro lado, à redefinição dos escalões de pessoal a partir do ano de 2005. No período 2005-2007 constata-se que mais de metade do volume de negócios se regista nas empresas do escalão de 50-249 pessoas.

Quadro nº 38
Volume de negócios das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)
 (percentagem em coluna)

Escalão de pessoal	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	**2005	**2006	**2007
Até 9	23,3	11,9	8,3	13,4	*	*	*	*
10-19	8,9	6,3	5,5	*	9,6			
20 e mais	67,8	81,8	86,2	*	*			
10-49						16,1	*	16,7
50-249						50,1	*	52,2
250 ou mais						*	*	*
<i>Total (mil euros)</i>	<i>399.576</i>	<i>332.688</i>	<i>345.219</i>	<i>394.423</i>	<i>391.949</i>	<i>381.313</i>	<i>***</i>	<i>402.625</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2000-2007.

Notas: * Valor em segredo estatístico. ** Nestes anos apenas é possível estabelecer comparação com um dos escalões (Até 9), uma vez que foram objeto de redefinição, passando agora a ser 4: Até 9, 10-49; 50-200; 250 ou mais; *** O valor total não está disponível para 2006.

Apesar dos constrangimentos anteriormente referidos no que toca à análise dos dados em termos evolutivos, é possível proceder a uma comparação do volume médio de negócios por escalão de pessoal para o período compreendido entre 2000 e 2007 (quadro nº 39).

Quadro nº 39
Volume médio de negócios das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano
(2000-2007)
(mil euros)

Escalão de pessoal	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	**2005	**2006	**2007
Até 9	364,3	160,4	109,2	286,4	*	*	120,9	*
10-19	1.613,1	1.171,7	1.005,3	*	1.572,1			
20 e mais	12.310,3	15.118,8	10.629,2	*	*			
10-49						1.612,0	1.825,6	1.814,9
50-249						11.936,0	13.835,2	16.167,1
250 ou mais						*	*	*
<i>Total</i>	<i>1.331,9</i>	<i>1.179,7</i>	<i>1.120,8</i>	<i>1.657,2</i>	<i>1.328,6</i>	<i>912,2</i>	<i>***</i>	<i>837,1</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2000-2005.

Notas: * valor em segredo estatístico. ** Nestes anos apenas é possível estabelecer comparação com um dos escalões (Até 9), uma vez que foram objeto de redefinição, passando agora a ser 4: Até 9, 10-49; 50-200; 250 ou mais; *** O valor total não está disponível para 2006.

Neste sentido, para o período em questão, as empresas de edição de livros do escalão 20 e mais pessoas ao serviço foram as que registaram o maior volume médio de negócios, atingindo o máximo de €15,1 milhões em 2001 e um valor mínimo de €10,6 milhões em 2002. As empresas do escalão Até 9 funcionários foram as que registaram um menor volume médio de negócios, atingindo o seu máximo em 2000 (€364 mil) e o seu mínimo em 2002 (€109 mil). A partir de 2005, constata-se que são as empresas do escalão 50-249 pessoas ao serviço que apresentam os mais elevados volumes médios de negócios, em particular em 2007 (€16,1 milhões).

No que diz respeito à distribuição do volume de negócios por Região, Lisboa representa entre 71% (2002) e 67% (nos outros dois anos) (quadro nº 40). Contrariamente, as empresas localizadas nas regiões Norte e Centro aumentaram nesse período o seu volume de negócios.

Quadro nº 40

Volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)
(percentagem em coluna)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	27,3	31,3	31,0	*	*	*
Centro	1,2	1,2	1,2	1,9	*	2,2
Lisboa	71,2	67,2	67,3	*	*	*
Alentejo	0,1	0,1	0,2	0,2	*	0,3
Algarve	*	*	*	0,1	*	*
Açores	0,1	*	*	0,2	*	*
Madeira	*	*	0,0	0,1	*	*
<i>Total (mil euros)</i>	<i>345.219</i>	<i>394.423</i>	<i>391.949</i>	<i>381.313</i>	<i>*</i>	<i>402.625</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2005.

Notas: * Valor em segredo estatístico.

A partir de 2005, devido à nova metodologia, não é possível uma leitura dos valores relativos às regiões com maior peso. Note-se que as percentagens divulgadas pelo INE para 2005 e 2007 somam 2,5% do total. O que se pode dizer com segurança é que as regiões Norte e Lisboa juntas representam uma elevada percentagem: 97,5%, embora ligeiramente menos do que nos anos anteriores (quadro nº 41).

Quadro nº 41

Volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)
(percentagem em coluna)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte e Lisboa	98,5	98,5	98,3	97,5	*	*
Outras	1,5	1,5	1,7	2,5	*	*
<i>Total (mil euros)</i>	<i>345.219</i>	<i>394.423</i>	<i>391.949</i>	<i>381.313</i>	<i>*</i>	<i>402.625</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2005.

Notas: * Valor em segredo estatístico.

Quanto à média do volume de negócios das empresas de edição de livros salienta-se que são as localizadas no Norte as que apresentam um volume médio mais elevado (superior a €2 milhões) (quadro nº 42).

Quadro nº 42

**Média do volume de negócios das empresas de edição de livros por Região e por Ano
(2002-2007)**
(mil euros)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	1.962,3	2.686,1	2.586,4	*	*	*
Centro	263,6	294,8	256,5	243,3	246,4	275,3
Lisboa	1.055,0	1.656,2	1.268,7	*	874,4	*
Alentejo	123,8	152,0	145,9	61,9	94,3	100,8
Algarve	*	*	*	28,4	24,8	*
Açores	141,3	*	*	181,6	*	*
Madeira	*	*	3,2	52,3	49,0	*
<i>Total</i>	<i>1.120,8</i>	<i>1.657,2</i>	<i>1.328,6</i>	<i>912,2</i>	<i>*</i>	<i>837,1</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2005.

Nota: * valor em segredo estatístico.

Por outro lado, verifica-se em termos de evolução anual uma tendência irregular de crescimento, sendo que são nas regiões Norte e Lisboa que se registaram os maiores acréscimos no volume médio de negócios, sobretudo de 2002 para 2003.

Volume de negócios da Edição de livros no contexto da União Europeia

No que diz respeito à comparação a nível europeu, refira-se que a informação estatística sobre a atividade das empresas obtida pelo IEH⁹¹ é possível uma vez que os dados se encontram harmonizados à escala europeia, ou seja, permitem a comparação entre os 27 países da UE.

Acrescente-se ainda o facto do sector da edição ser um dos poucos sectores da área cultural abrangido pelas estatísticas económicas do Eurostat. Este sector é composto pelos subsectores da edição de livros, de jornais e de revistas e de outras publicações. Os dados são disponibilizados anualmente por aquela instituição a partir das *Structural Business Statistics*.

Tendo em conta o quadro nº 43, refira-se, em termos gerais, que o volume de negócios das empresas do subsector de edição de livros dos 27 países da UE totalizou em 2004 €32,5 mil

⁹¹ Enquadramento realizado no Capítulo 3.

milhões. Isto corresponde a 0,5% do valor registado pelas empresas do sector da indústria transformadora nesse ano⁹².

Quadro nº 43

Volume de negócios das empresas do subsector da Edição de livros e sua proporção na Indústria transformadora por País (2004)
(milhões de euros e percentagem)

País	Subsector Livro	% Edição de livros na Indústria transformadora
EU-27	32.548,0	0,5
Bélgica	857,6	0,4
Bulgária	*	*
República Checa	375,0	0,4
Dinamarca	637,3	0,8
Alemanha	6.432,5	0,4
Estónia	26,5	0,5
Irlanda	177,1	0,2
Grécia	*	*
Espanha	3.064,6	0,7
França	5.174,9	0,6
Itália	4.269,9	0,5
Chipre	*	*
Letónia	23,1	0,5
Lituânia	39,5	0,4
Luxemburgo	*	*
Hungria	309,6	0,4
Malta	*	*
Holanda	1.668,5	0,7
Áustria	349,4	0,3
Polónia	833,1	0,6
Portugal	391,9	0,5
Roménia	102,1	0,3
Eslovénia	*	*
Eslováquia	90,6	0,3
Finlândia	379,4	0,3
Suécia	839,4	0,5
Reino Unido	5.942,6	0,9

Fonte: (Beck-Domzalska, 2007) a partir de Structural Business Statistics, 2004.

* Dados confidenciais ou não disponíveis.

Nota da fonte: O total da EU-27 é estimado.

Nota metodológica da fonte: O sector da edição é um dos poucos sectores culturais coberto pelas estatísticas económicas. Estes dados harmonizados estão anualmente disponíveis no Eurostat (Structural Business Statistics).

⁹² As empresas do sector da edição dos 27 países da UE totalizaram em 2004 um volume de negócios de €118,4 mil milhões, o que corresponde a 2% do valor das empresas do sector da indústria transformadora. O Reino Unido é o país que apresenta a maior percentagem de volume de negócios da edição no total da indústria transformadora (4%), acima dos 2% de média europeia, sendo este valor idêntico em Portugal.

Na comparação por país observa-se que, em 2004, são a Alemanha e o Reino Unido os países com o volume de negócios mais elevado, com €6,4 e €5,9 mil milhões, respetivamente. No que diz respeito ao valor registado pelas empresas nacionais neste subsector, situa-se nos €392 milhões, valor este muito distante do registado em Espanha (€3,1 mil milhões) mas bem acima do da Letónia (€23 milhões), que é o país com o valor mais baixo da UE no ano em causa⁹³.

Em termos de peso percentual do subsector da edição de livros na indústria transformadora, constata-se que o valor de Portugal, à semelhança do de outros 4 países (Estónia, Letónia, Itália e Suécia), se situa na média europeia (0,5%), ao passo que a Alemanha se encontra ligeiramente abaixo (0,4%). O Reino Unido (0,9%), a Dinamarca (0,8%), a Espanha e a Holanda (ambas com 0,7%) são os países que apresentam os valores acima da média. Ao contrário, a Irlanda apresenta o peso percentual mais baixo, com 0,2%.

6.3. SÍNTESE

Neste capítulo abordou-se o sector do livro do ponto de vista da oferta. Mobilizaram-se, para tal, várias fontes, parte delas de carácter administrativo, as quais constituem importantes contributos para a caracterização do sector.

Durante muitos anos a APEL (então a única associação profissional do sector) produziu e difundiu dados sobre a edição apurados anualmente através do seu inquérito. Até 1998, parte desses dados eram difundidos pelo INE. Desde 1999 (ano em que a APEL suspendeu o inquérito) que é geralmente reconhecido que o País não dispõe de informação estatística sobre o sector do livro. As três fontes aqui descritas (Depósito Legal, ISBN e IEH) mostram que não será exatamente assim.

De facto, os indicadores construídos a partir das referidas fontes mostram que elas são válidas, têm potencialidades e permitem abordagens anuais ao sector de diversos pontos de vista. O que não quer dizer que não revelem também várias limitações, parte delas decorrentes do seu carácter de fontes administrativas e de não terem, na sua origem, por objetivo a descrição do sector aqui em causa. De todo o modo, espera-se ter deixado patentes tanto umas como outras com vista ao trabalho a realizar paralelamente ao indispensável processo de atualização das séries.

⁹³ Refira-se que Espanha, Itália, Portugal e Bélgica são os países com maior peso de volume de negócios do subsector Livros no total do sector Edição (40%, 35%, 31%, 31% respetivamente), acima da média europeia (27%).

Dois dos indicadores que aqui se discutiram são particularmente relevantes para duas dimensões analíticas: um do ponto de vista dos indicadores físicos, da produção editorial (número de títulos editados); e o do outro do ponto de vista dos indicadores financeiros (volume de negócios). Assim as respetivas fontes libertem os dados e será possível dispor de dados válidos e fiáveis para estas duas dimensões fundamentais.

Em substância, quanto ao panorama editorial (títulos/monografias impressos em Portugal) no arco temporal aqui analisado (2000 a 2007), os números variam entre 9.925 (2000) e 11.585 (2006), mas com decréscimos significativos para 10.102 (em 2005) e 9.895 (em 2007), este último, o valor mais baixo da série. Em 2007 a média semanal é de 190 títulos. No mesmo ano, essa mesma média, mas agora quanto ao número de Deposito Legal (DL) atribuídos, é de 329. Note-se, entretanto, que a diferença entre títulos impressos e números de DL atribuídos (com saldo positivo para estes em cerca de 7.000) pode ser explicado pelos títulos produzidos no estrangeiro e editados em Portugal, uma outra dimensão que também importará acompanhar. De resto, a maioria dos títulos são de língua portuguesa original (os valores relativos variam entre 75% em 2000 e 69% em 2005) mas em percentagem tem vindo a baixar gradualmente. Por Audiência, a grande maioria reporta-se a Adulto (geral), mas, sobretudo em 2005, a categoria designada 'Idades 5-10 anos (primária)' vem ganhando um peso crescente. Quanto ao Género literário o que mais se destaca é Ficção. E, por Tema, os mais volumosos são: Língua. Linguística. Literatura; Ciências Sociais e Generalidades.

Quanto ao número de ISBN atribuídos no período 2002-2007 oscila entre 12.432 (2003) e 16.535 (2005). Em 2007 o número médio por semana é de 287, em 2005 de 300. Repare-se na proximidade com o número de DL atribuídos nesse mesmo ano (307).

Quanto ao volume de negócios (série do IEH, 1996-2007, sendo que para 2006 o valor total não está disponível) varia entre €412.538 mil (1996) e €332.688 (2001). Embora se notem algumas oscilações de sinal contrário ao longo da série, o que parece ressaltar da sua análise é que o volume de negócios tem vindo a cair. De facto, os valores recentes estão algo distantes dos registados nos anos de 1997 e, sobretudo, de 1996. Tendência que parece inverter-se com a melhoria evidenciada no ano 2007.

Importa também situar as principais potencialidades e limitações das várias fontes, sendo certo, em todo o caso, que todas elas deverão ser objeto de trabalho técnico específico no sentido de potenciar as primeiras e limitar as segundas.

Muito brevemente, quanto ao Depósito Legal, permite obter informação sobre o panorama editorial e sua evolução, incluindo segmentações por Língua original, Audiência, Género literário e Tema. Contudo os processos de tratamento seguidos necessitam de atualização, designadamente no que toca ao tratamento informatizado dos dados, o que, entre outros aspetos, dificulta a obtenção de informações atualizadas. Ou seja, trata-se de uma fonte que decorre da atividade de um serviço público da maior importância e que importará modernizar de

modo a tornar mais eficiente e eficaz – tendo em conta a caracterização do sector do livro – a informação que recolhe no âmbito dos procedimentos administrativos.

Quanto ao ISBN, cuja agência nacional é a APEL, é uma fonte que, pelas dimensões que permite abordar, se aproxima do DL. De facto, embora não totalmente coincidentes, estas duas fontes estão muito próximas. Contudo, em termos reais a informação disponibilizada é mais incipiente do que a do DL, com a agravante de que o sistema não é obrigatório e é gerido por uma associação privada, portanto não sujeita a uma lógica de serviço público, como é o caso do DL.

E relativamente ao Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH), do INE (e Eurostat), as potencialidades são enormes. Esta é a fonte mais adequada para (entre outros indicadores abordados noutros capítulos) dar conta da evolução do volume de negócios das empresas da edição de livros. A principal limitação remete para os problemas inerentes ao segredo estatístico, em particular quando implica o valor total em causa, como o que se verifica para o ano de 2006.

Finalmente importa não perder de vista que, se DL e ISBN podem ser consideradas fontes alternativas, já no tocante ao DL (ou o ISBN) e o IEH são complementares, ou seja, cada uma delas permite obter um conjunto específico de indicadores sobre a edição. Devem, portanto, integrar um sistema de informação sobre o sector.

7. O CONSUMO: PREÇOS, PRODUÇÃO, CONSUMO PRIVADO E CONSUMO PÚBLICO

Neste capítulo analisa-se o sector do livro do ponto de vista do consumo, privado e público, fazendo recurso de um conjunto de indicadores construídos a partir da fonte INE (para o consumo privado e despesas dos municípios) e da fonte DGO (para o consumo da administração central).

Nesse sentido, foram considerados os seguintes instrumentos que serão adiante explorados: Índice de Preços no Consumidor; Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho; Inquérito às Despesas das Famílias (para o consumo privado); Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais (INE) e as despesas da administração central com Livros e documentação técnica (para o consumo público).

7.1. ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) visa medir a evolução temporal dos preços de um grupo de bens e serviços cujo perfil pretende ser representativo do tipo de consumo da população residente em Portugal de vários estratos socioeconómicos. É composto por doze classes de produtos. O IPC não é um índice do nível de preços registado entre períodos diferentes mas antes a sua variação. Tem por base o Inquérito aos Orçamentos Familiares⁹⁴ do INE, através do qual foi possível aferir os bens e serviços nele considerados.

A análise do IPC reveste-se de especial importância no âmbito do *Inquérito ao Sector do Livro* por permitir, em certa medida, traçar a evolução temporal da variação do preço dos bens culturais, em geral, e do livro, em particular.

Na análise da evolução do índice o INE utiliza três taxas de variação que são as seguintes: taxa de variação mensal, taxa de variação homóloga e taxa de variação média dos últimos doze meses. No âmbito do *Inquérito* recorre-se apenas à taxa de variação mensal. Utilizam-se quatro níveis de análise – Geral; Lazer, recreação e cultura; Jornais, livros, e artigos de papelaria; e Livros –

⁹⁴ Trata-se de um inquérito quinquenal e, desde 2005, designa-se Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF). Este Inquérito realiza-se à escala da UE.

para permitir uma leitura comparada da evolução dos preços respetivos (quadro nº 44). A análise abrange o período 2002-2007.

Quadro nº 44
Níveis de análise do Índice de Preços no Consumidor (IPC)

Tipo	Código	Designação
Geral	-	-
Classe	09	Lazer, recreação e cultura
Grupo	09.5	Jornais, livros e artigos de papelaria
Subgrupo	09.5.1	Livros

No que diz respeito ao ano de referência da série do IPC, refira-se que até dezembro de 2001 esta tinha como base o ano de 1997. Mas, a partir de janeiro de 2002, devido a alterações metodológicas realizadas, o índice passa a ter por base o ano de 2002, iniciando assim uma nova série⁹⁵.

Embora aqui se tome por referência a série 2002-2007, visto ser a mais atual, importa também referir o padrão evolutivo da série anterior. Não se considerou necessário compatibilizar as duas séries. Nesse sentido, veja-se o quadro com os respetivos valores para esse período, no qual se pode constatar que os valores do subgrupo Livro são os que, em 2000 e 2001, mais se aproximam do IPC Geral, embora permaneça abaixo dele (quadro nº 45).

Quadro nº 45
Índice de Preços no Consumidor por Ano (1997-2001)
(números índice 1997=100)

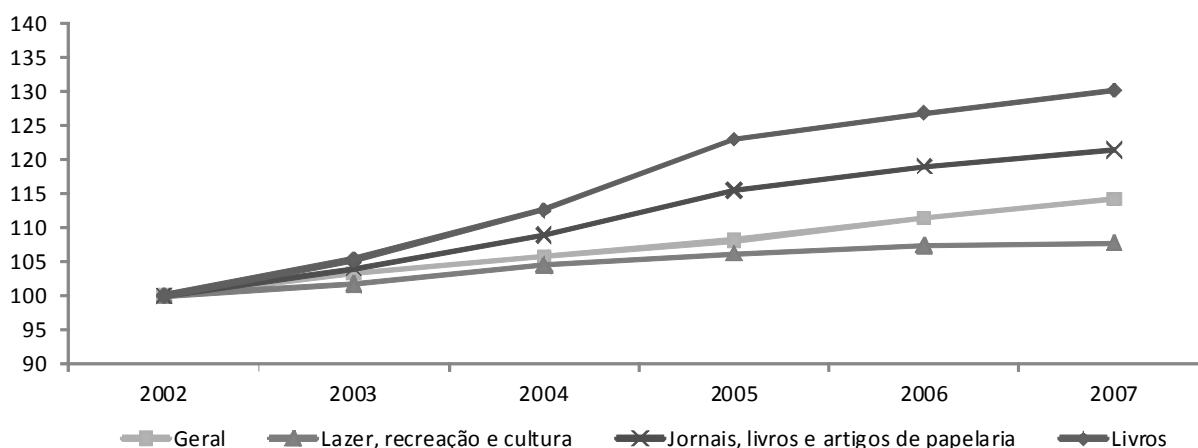
Designação	Ano				
	1997	1998	1999	2000	2001
Geral	100,0	102,8	104,9	108,2	112,9
Lazer, recreação e cultura	100,0	99,7	100,5	101,2	103,4
Jornais, livros e artigos de papelaria	100,0	98,8	99,8	102,1	106,9
Livros	100,0	97,7	99,0	102,8	109,4

Fonte: OAC, a partir de INE, Boletins mensais de IPC, de janeiro de 1997 a dezembro de 2001, <www.ine.pt>.

⁹⁵ Sobre a edição de livros e o IPC ver (Van Rees e Vipond, 2003: 152).

De acordo com o gráfico nº 17 comprova-se o significativo aumento do índice do subgrupo Livros, tornando-se o seu afastamento dos restantes níveis aqui considerados mais evidente à medida que se progride na série, observando-se um aumento de 30% no período em análise. Em contrapartida, o nível cuja evolução tem sido menos significativa é a relativa a Lazer, recreação e cultura, cujo aumento no período considerado é de apenas 8%.

Gráfico nº 17
Índice de Preços no Consumidor por Ano (2002-2007)
 (números índice 2002 = 100)



Fonte: OAC, a partir de INE, Boletins mensais de IPC, de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, <www.ine.pt>.

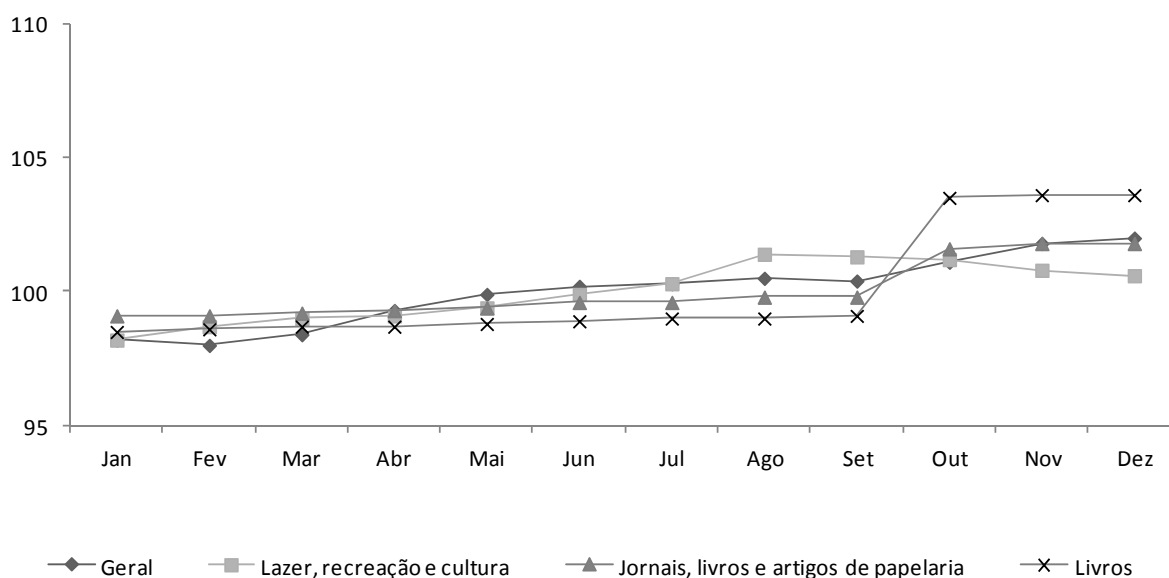
Não será aqui efetuada uma análise minuciosa, mensal, da evolução do IPC em todos os anos da série por se considerar que tal seria demasiado exaustivo e redundante, uma vez que, em alguns dos anos, o padrão de evolução mensal é similar. Assim, analisam-se os anos considerados como pontos-chave desta mesma evolução: 2002 por constituir o início da série; 2004 por assinalar a emergência de uma nova tendência; e 2007 por marcar o final da série em análise.

Assim, e considerando agora o gráfico nº 18 relativo ao ano de 2002, é possível verificar que todos os níveis do IPC consideradas apresentam um comportamento muito aproximado: o IPC Geral e a classe Lazer, recreação e cultura revelam uma trajetória ligeiramente ascendente, e o grupo Jornais, livros e artigos de papelaria e o subgrupo Livros demonstram um percurso de estabilidade até ao mês de outubro, mês a partir do qual este último regista o crescimento mais notório, passando o índice de 99, em janeiro, para 104, em outubro, possivelmente como reflexo do início do ano escolar⁹⁶. Crescimento que, aliás, é uma característica presente em todos os demais anos analisados, com uma diferença: a partir de 2003 o salto dá-se mais cedo, na transição de agosto para setembro. O início do ano escolar e a consequente procura de manuais

⁹⁶ Na UE27 (2000-2006), o IPC Livro segue ligeiramente abaixo do IPC Total (Beck-Domzalska, 2007: 129).

escolares pode justificar o acréscimo registado no IPC dos livros, como aliás nota o INE: *a um nível mais desagregado, salienta-se a contribuição positiva apresentada pelo subgrupo dos livros, associada ao início do ano escolar* (INE, 2004b: 9).

Gráfico nº 18
Índice de Preços no Consumidor por Mês (2002)
 (números índice 2002 = 100)



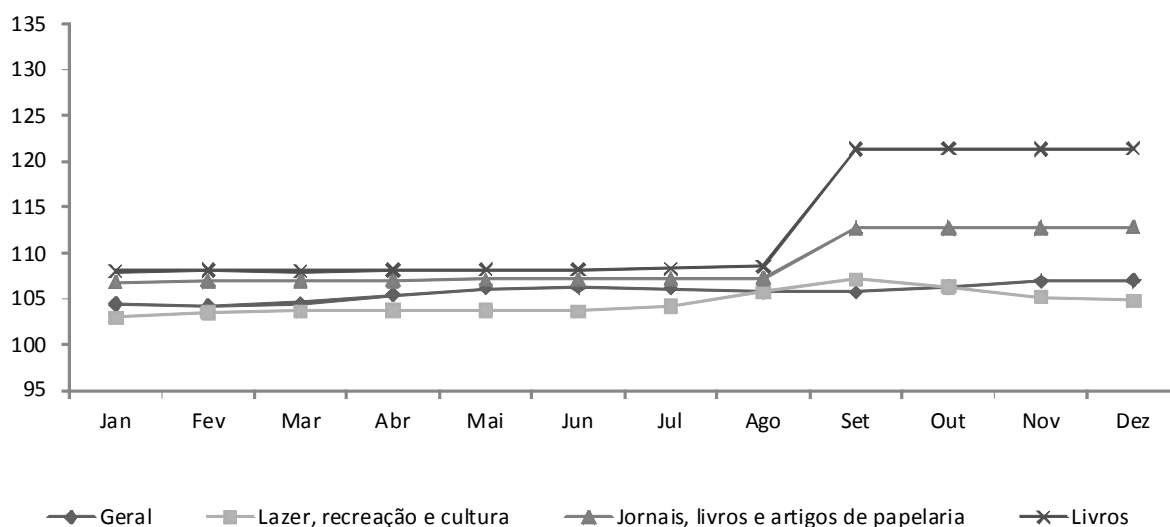
Fonte: OAC, a partir de INE, Boletins mensais de IPC, de janeiro de 2002 a dezembro de 2002, <www.ine.pt>.

Repare-se que a subida registada em outubro se mantém nos dois meses subsequentes. No entanto, e embora os dados do IPC para o ano de 2002 revelem já o aparecimento de uma tendência de afirmação do subgrupo Livros enquanto dominante das quatro categorias do IPC⁹⁷ aqui comparadas, é em 2004 que esta tendência é mais visível com um aumento de 109 para 121, ganhando também uma nova configuração a partir de 2005, tendo em conta que a partir deste ano o grupo e o subgrupo em análise se distanciam amplamente do IPC Geral e Lazer, recreação e cultura, configuração esta que se manterá inalterável até 2007 (gráfico nº 19).

Ainda em relação a 2004, há a assinalar não só a ligeira subida do IPC Lazer recreação e cultura entre julho e setembro que é, de resto, consonante em todos os anos analisados mas, principalmente, a pequena descida do IPC Geral ocorrida entre agosto e setembro.

⁹⁷ Note-se que, a partir de 2003, este pico passa a ocorrer na transição de agosto para setembro.

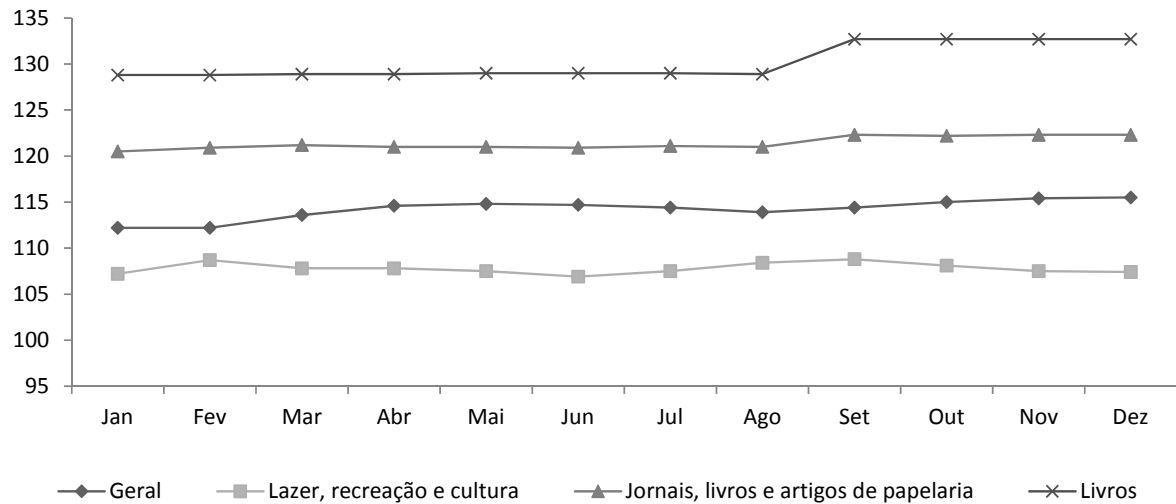
Gráfico nº 19
Índice de Preços no Consumidor por Mês (2004)
 (números índice 2002 = 100)



Fonte: OAC, a partir de INE, Boletins mensais de IPC, de janeiro de 2004 a dezembro de 2004, <www.ine.pt>.

No período compreendido entre 2005 e 2007 não há efetivamente alterações significativas a assinalar: o quadro geral aponta para um panorama de estabilidade, em que as principais notas a dar continuam a ser o aumento da variação de preços relativamente a Livros, sendo possível constatar uma subida do índice de 121 (em janeiro de 2005) para 133 (em dezembro de 2007), e também o afastamento progressivo do Índice Geral e do Índice de Lazer, recreação e cultura os quais, em 2005 no decurso dos anos seguintes, em função da tendência de crescimento mais acentuada do IPC Geral face ao IPC relativo a Lazer, recreação e cultura (gráfico nº 20).

Gráfico nº 20
Índice de Preços no Consumidor por Mês (2007)
 (números índice 2002 = 100)



Fonte: OAC, a partir de INE, Boletins mensais de IPC, de janeiro de 2007 a dezembro de 2007, <www.ine.pt>.

Excetuando o período compreendido entre janeiro de 2002 e setembro do mesmo ano, a leitura dos dados aponta para uma tendência de subida do IPC Livros, com preços no consumidor relativamente mais elevados e com um crescimento mais forte comparativamente com os outros três níveis. Esta evolução opõe-se à verificada entre janeiro de 1997 e setembro de 1999, cuja leitura remete para uma estabilidade em baixa da subclasse Livro (Santos e Gomes, 2000: 55-57).

7.2. ÍNDICE DE VOLUME DE NEGÓCIOS NO COMÉRCIO A RETALHO

Outro índice considerado neste estudo é o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR), cuja fonte é, de novo, o INE.

Tem como principal objetivo aferir a evolução, igualmente numa base mensal, da atividade de vendas (bens e serviços) no comércio a retalho, constituindo, deste modo, uma importante fonte de informação sobre o consumo privado, podendo, portanto, ser lido em complementaridade com o IPC.

O IVNCR é apurado pelo INE desde janeiro de 1995⁹⁸ e é composto por onze séries: o índice total e mais dez séries correspondentes às desagregações por atividade económica do Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco e do Comércio a retalho de produtos não alimentares.

No caso particular deste estudo, interessa analisar a evolução da série que diz respeito a Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos em estabelecimentos especializados, aquela que permite auscultar, com a aproximação possível, o comportamento do consumo privado no que toca ao produto livro. De facto, não estão disponíveis dados detalhados para cada um dos produtos que compõem esta série devido à falta de qualidade da informação⁹⁹.

Os dados para a construção do índice são obtidos através do Inquérito Mensal ao Comércio – Volume de Negócios e Emprego, recolhidos mensalmente por via postal ou correio eletrónico, junto de 2.347 unidades estatísticas (INE, 2007b) apuradas a partir das empresas com sede no território nacional e cuja atividade principal esteja relacionada com o comércio a retalho, sendo as unidades selecionadas por amostragem. Os resultados são apresentados em 3 séries: índice bruto, deflacionado e corrigido aos dias úteis e sazonalidade. A atual base é o ano 2000.

Os resultados que serão aqui analisados reportam-se ao índice bruto por ser aquele que melhor dá conta do comportamento do volume de negócios do comércio a retalho, na medida em que não introduz qualquer fator de correção que possa criar um certo nivelamento do mesmo. O período em análise está compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2007, através da evolução comparada do índice Total e Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos em estabelecimentos especializados (designada doravante por Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos).

Não obstante o arco temporal que esta série abarca, e à semelhança da análise do IPC, não será aqui desenvolvida uma análise exaustiva, na medida em que existem configurações anuais semelhantes entre si. Assim, o enfoque centrar-se-á nos anos 2000, 2003 e 2007, não só por assinalarem o início, meio e término da série, mas por serem também os anos que assinalam alterações relevantes na sua configuração.

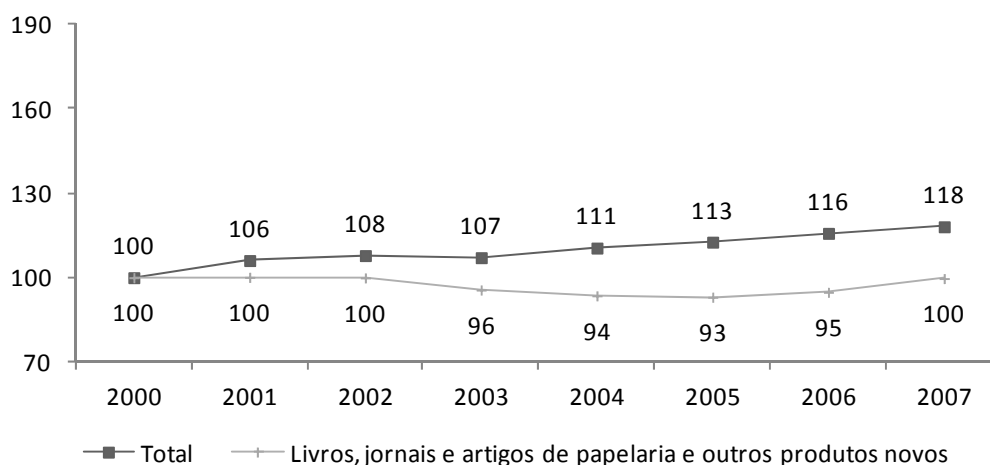
Uma das principais tendências a evidenciar é que, à medida que se progride na série, vai-se notando um maior afastamento entre o índice Total e o índice Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos, o qual se justifica pelo efeito conjugado do aumento do

⁹⁸ Este indicador veio substituir o Índice de Vendas no Comércio a Retalho, apurado entre janeiro de 1991 e dezembro de 1997.

⁹⁹ Os formulários do inquérito – nos modelos geral, A (alimentar e misto) e B (especializado não alimentar) – questionam o volume de negócios com “livros, jornais, revistas, artigos de papelaria” e, dentro desse valor, qual o volume de negócios referente apenas a livros. Ou seja, a informação recolhida é detalhada relativamente ao volume de negócios com livros, mas agrupada na difusão dos dados, perdendo-se assim o detalhe que importaria obter.

índice Total e da diminuição do relativo ao volume de negócios com Livros, jornais e artigos de papelaria (gráfico nº 21).

Gráfico nº 21
Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Ano (2000-2007)
(números índice 2000 = 100)

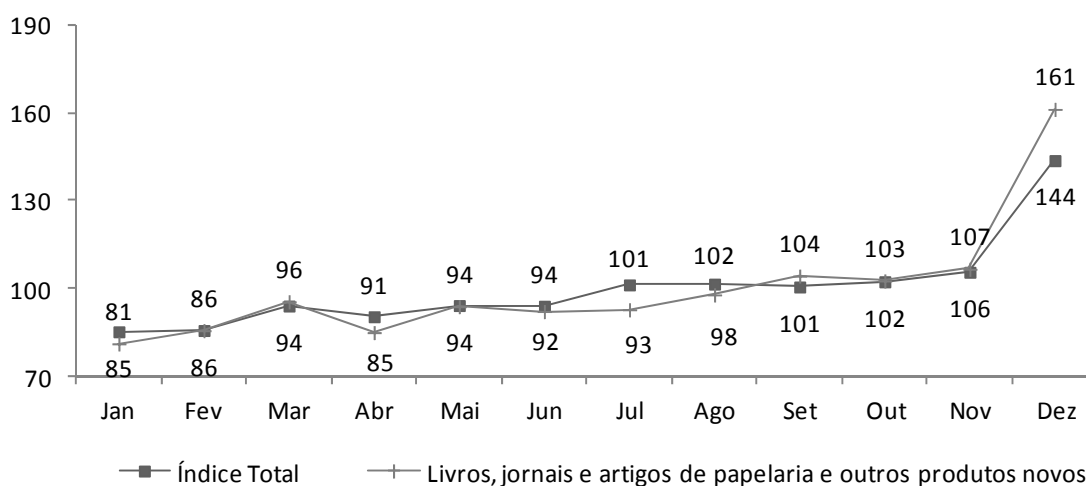


Fonte: OAC, a partir de INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho, de janeiro de 2000 a dezembro de 2007, <www.ine.pt>.

Verifica-se também que na primeira metade da série (2000-2003) existem mais oscilações em ambos os níveis, tendo eles comportamentos muito aproximados, à exceção do mês de setembro, em que, não obstante o aumento do volume de negócios com Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos este não influencia o aumento do Total.

Ainda em relação ao período 2000-2003, salienta-se a ocorrência de um aumento do volume de negócios com Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos nos meses de março, maio, julho e dezembro, sendo que no ano 2000 este chega a ser superior ao Total. No entanto, e não obstante estes aumentos assinaláveis no volume de negócios com livros, este continua a ter um peso pouco significativo no conjunto do comércio a retalho, como se pode verificar pela trajetória do Índice Total, que não reflete o aumento do volume de negócios com livros ocorrido em setembro e dezembro (gráfico nº 22).

Gráfico nº 22
Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por Mês (2000)
 (números índice 2000 = 100)



Fonte: OAC, a partir de INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho, de janeiro de 2000 a dezembro de 2000, <www.ine.pt>.

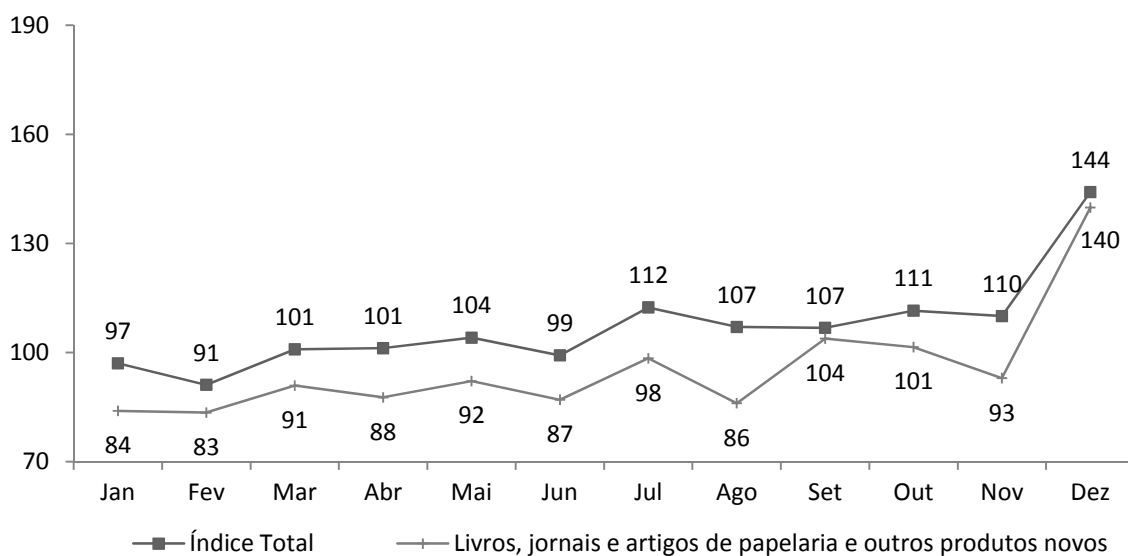
Quanto a 2001 não se verificaram alterações muito significativas relativamente ao comportamento do Índice, mantendo as oscilações já assinaladas em 2000, principalmente em relação ao volume de negócios com Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos começando no entanto a denotar-se um afastamento entre os níveis em análise.

Relativamente a 2002, pode dizer-se que é o ano que acentua esse distanciamento entre o índice Total e o índice de Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos, traçando, no entanto, um percurso semelhante, visto que as oscilações ocorridas neste último acompanham as ocorridas naquele.

Por seu lado, 2003 marca o surgimento de uma nova tendência no comportamento do IVNCR, na medida em que começa a verificar-se um atenuar dos picos anteriormente existentes (gráfico nº 23).

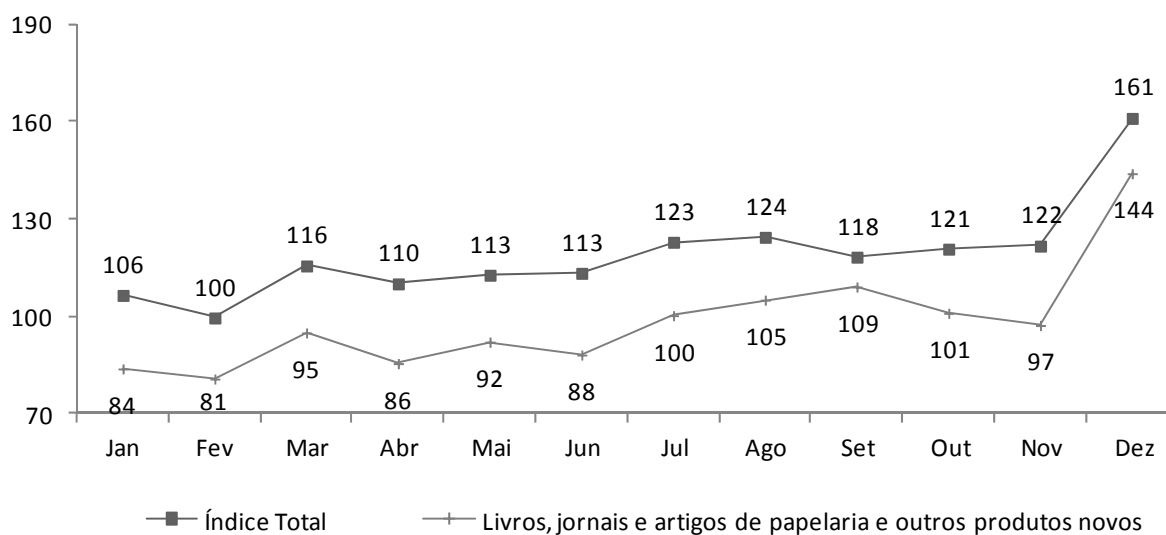
Em relação à segunda metade da série (2004-2007) há uma consolidação do comportamento do índice: o Total sofre poucas alterações entre cada ano, sendo as suas principais características a ligeira descida que ocorre no mês de fevereiro, a subida a partir de junho e o grande aumento no mês de dezembro (gráfico nº 24).

Gráfico nº 23
Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por mês (2003)
 (números índice 2000 = 100)



Fonte: INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho, de janeiro de 2003 a dezembro de 2003, <www.ine.pt>.

Gráfico nº 24
Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por mês (2007)
 (números índice 2000 = 100)



Fonte: INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho, de janeiro de 2007 a dezembro de 2007, <www.ine.pt>.

Quanto ao índice do volume de negócios com Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos verifica-se que, também este, tem um comportamento padronizado nos anos de referência, e cujas principais características são o aumento do volume de negócios ocorrido no mês de março e, posteriormente, entre agosto e outubro. Tal como no índice Total, há um significativo aumento no volume de negócios com Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos durante o mês de dezembro.

Em termos gerais, constata-se que os dois índices têm comportamentos aproximados (como já vinha a verificar-se desde 2002) e que, pese embora os períodos de substancial aumento do volume de negócios com livros, este continua ainda a ser um nicho na globalidade do comércio a retalho, de tal forma que mesmo nos momentos em que o índice relativo a Livros tem valores mais elevados continua a não ter expressão no Índice Total, como de resto já se tinha verificado para o período 2000-2003.

Quanto à sazonalidade dos picos observados no volume de negócios com Livros, jornais, artigos de papelaria e outros produtos novos, localizados nos meses de março, setembro e dezembro pode talvez dizer-se que o primeiro reflete as férias escolares da Páscoa. Quanto aos aumentos verificados em setembro e dezembro estes são reflexo do início do ano escolar no primeiro caso, e da época natalícia, no segundo, o que explica também o facto de haver uma enorme subida do Índice Total em dezembro.

7.3. INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

Passa-se a uma outra dimensão de análise: despesas das famílias com livros. Para tal recorre-se aos dados recolhidos pelo INE através do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF)¹⁰⁰. Este inquérito realiza-se desde os anos 60, com uma periodicidade quinquenal, e pretende apurar dados sobre a distribuição do rendimento e o nível e estrutura das despesas dos agregados familiares residentes em Portugal. Após a comparação possível com os inquéritos de 1995 e 2000, abordar-se-ão seguidamente, com mais detalhe, os dados relativos a 2005/2006.

Como se pode ver pelo quadro nº 46 as despesas com Livros, jornais e outros impressos representa 1% da despesa total anual tanto em 2000 como em 2005/2006. Mas, em números absolutos, a variação é positiva e significativa uma vez que passa de €137 para €168.

¹⁰⁰ Anteriormente, Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). Inquérito harmonizado à escala da UE.

Quadro nº 46

**Despesa total anual média por agregado familiar (Portugal) por Classe de despesa e por Ano
(1995, 2000 e 2005-06)
(euros e percentagem)**

Classe de despesa	Unidade	Ano		
		1995	2000	2005-06
Lazer, distração e cultura	euros	461	663	997
	percentagem	3,5	4,8	5,7
Livros, jornais e outros impressos	euros	nd	137	168
	percentagem	nd	1,0	1,0
<i>Despesa total anual</i>	euros	13.247	13.828	17.607

Fontes: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares 1995 e 2000; Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06.

Nota: nd – Não disponível.

Passando ao inquérito mais recente, o IDEF estrutura-se em 4 módulos: o primeiro diz respeito à caracterização da habitação, agregado familiar e indivíduos, sendo os dados recolhidos através de entrevista. O segundo e terceiro módulos referem-se ao diário de consumo do agregado e diário de consumo dos indivíduos membros do agregado, respetivamente; os dados são recolhidos através de autopreenchimento durante quinze dias. O quarto módulo diz respeito à recolha retrospectiva de consumos até 12 meses antes da quinzena de entrevista, sendo os dados recolhidos por entrevista.

De acordo com a nota metodológica do INE, *a amostra do IDEF 2005/2006 foi seleccionada a partir de uma base de amostragem, constituída por um ficheiro de alojamentos familiares de residência principal (...) que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e da Habitação de 2001 (Censos 2001), designando-se por AM-2001* (INE, 2008a: 86).

Refira-se ainda que a recolha dos dados desenvolve-se durante um ano completo, assegurando uma relativa dispersão temporal de modo a minimizar os efeitos de sazonalidade.

Este inquérito apresenta, entre outros, dados relativos às despesas médias anuais das famílias com níveis de desagregação adequados ao presente estudo: Lazer, distração e cultura; Livros, jornais e outros impressos, Livros; e Jornais, revistas e outros periódicos. O IDEF utiliza ainda diversas variáveis independentes como, por exemplo, Tipo de agregado e (tendo em conta o indivíduo de referência), o Grupo etário, o Nível de escolaridade e a Condição socioeconómica.

Como já foi mencionado, os dados aqui elencados reportam-se, ao nível da classe de despesa Livros, ao inquérito realizado em 2005/2006. Neste caso específico não será elaborada uma série estatística para análise comparativa e evolutiva, visto existirem diferenças entre as categorias consideradas em 2000 e em 2005¹⁰¹, esgotando-se essa comparação no indicador atrás referido.

¹⁰¹ Essas diferenças traduzem-se em diferentes níveis de agregação da informação disponível.

Não é, portanto, possível observar como evoluíram as despesas com Livros, mas apenas com Lazer, distração e cultura.

Passando à análise dos indicadores extraídos do IDEF constata-se que a despesa com Livros representa, em média, €89, o que corresponde a 0,5% da despesa total anual média por agregado (quadro nº 47). Analisando as despesas médias com Livros por Tipo de agregado, constata-se que os agregados Com crianças/jovens dependentes apresentam gastos muito superiores relativamente aos agregados Sem crianças/jovens dependentes, tanto em valor (€160 contra €37) como em percentagem (0,7% contra 0,3%).

Quadro nº 47
Despesa média por Classe de despesa e por Tipo de agregado familiar
(euros e percentagem da despesa total)

Classe de despesa COICOP		Total	Tipo de agregado	
			Sem crianças / jovens dependentes	Com crianças / jovens dependentes
Lazer, distração e cultura	<i>euros</i>	997	741	1.352
	percentagem	5,7	5,1	6,2
Livros, jornais e outros impressos	<i>euros</i>	168	93	273
	percentagem	1,0	0,6	1,3
Livros	<i>euros</i>	89	37	160
	percentagem	0,5	0,3	0,7
Jornais, revistas e outros periódicos	<i>euros</i>	54	47	65
	percentagem	0,3	0,3	0,3
Impressos diversos	<i>euros</i>	1	<i>nd</i>	<i>nd</i>
	percentagem	0,0	<i>nd</i>	<i>nd</i>
<i>Despesa total anual média por agregado (€)</i>		17.607	14.551	21.829

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Nota: nd – Não disponível

Ainda em relação aos agregados familiares Com crianças/jovens dependentes, adiante-se que o que despense uma quantia mais elevada, em termos absolutos, na aquisição de livros é o agregado composto por dois ou mais adultos com duas ou mais crianças, sendo a sua despesa anual média com Livros de €199 (0,9% do orçamento). No entanto, em termos percentuais, é o tipo com apenas um adulto que disponibiliza uma maior parte do seu orçamento (1,1%) para adquirir livros (a que corresponde uma média anual de €188).

Relativamente à distribuição das despesas médias com Livros por Grupo etário do indivíduo de referência verifica-se que, tanto em euros como em percentagem, as despesas mais elevadas se situam no escalão 30-44 anos (€131 e 0,7%) (quadro nº 48). Pelo contrário, as mais baixas registam-se no grupo 65 e mais anos, em valor (€17), sendo que a percentagem deste grupo

etário é similar ao grupo Até 29 anos (em ambos as despesas representam 0,2% da despesa total anual média por agregado).

Quadro nº 48

Despesa média por Classe de despesa e por Grupo etário do indivíduo de referência
(euros e percentagem da despesa total)

Classe de despesa COICOP	Grupo etário			
	Até 29 anos	30 - 44 anos	45 - 64 anos	65 e mais anos
Lazer, distração e cultura (%)	4,5	6,1	6,2	3,8
Livros, jornais e outros impressos (%)	0,4	1,1	1,1	0,5
Livros (€)	37	131	115	17
Livros (%)	0,2	0,7	0,6	0,2
Jornais, revistas e outros periódicos (%)	0,1	0,3	0,4	0,3
Impressos diversos (%)	nd	nd	nd	nd
<i>Despesa total anual média por agregado (€)</i>	<i>17.454</i>	<i>20.037</i>	<i>20.490</i>	<i>10.968</i>

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Nota: nd – Não disponível

Quanto à despesa média por Nível de escolaridade do indivíduo de referência do agregado familiar, é notória a relação existente: quanto mais elevado é o referido nível, maior é o valor correspondente às despesas efetuadas (quadro nº 49). As diferenças são muito nítidas e variam entre €13 (Nenhum nível de escolaridade completo) e €262 (Superior). Isto apesar do ligeiro decréscimo que se regista entre o Básico 2º ciclo (€91) e o Básico 3º ciclo (€85). Em percentagem as referidas despesas significam entre 0,2% (Nenhum) e 0,8% (Superior) da despesa total anual média por agregado.

Quadro nº 49

Despesa média por Classe de despesa e por Nível de escolaridade completado do indivíduo de referência
(euros e percentagem da despesa total)

Classe de despesa COICOP	Nível de escolaridade					
	Nenhum	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário (e pós-secundário)	Superior
Lazer, distração e cultura (%)	2,2	4,0	4,9	5,6	6,7	8,5
Livros, jornais e outros impressos (%)	0,3	0,6	0,9	0,9	1,1	1,5
Livros (€)	13	46	91	85	122	262
Livros (%)	0,2	0,3	0,5	0,4	0,5	0,8
Jornais, revistas e outros periódicos (%)	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5
Impressos diversos (%)	nd	nd	nd	nd	nd	nd
<i>Despesa total anual média por agregado (€)</i>	<i>7.666</i>	<i>14.090</i>	<i>17.487</i>	<i>18.942</i>	<i>22.688</i>	<i>32.381</i>

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006.

Nota: nd – Não disponível

Ainda uma nota relativamente às despesas por Condição socioeconómica do indivíduo de referência¹⁰² para referir que as despesas com livros registam o valor máximo entre os Trabalhadores por conta de outrem, tanto em euros (€121) como em percentagem da despesa total anual média por agregado (0,6%).

7.4. DESPESAS DOS MUNICÍPIOS COM EDIÇÃO E AQUISIÇÃO DE LIVROS

Este ponto centra-se na análise das despesas das autarquias com livros no período 1995 a 2007. A título inicial, importa localizar estes bens na classificação utilizada no Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais (INE), o qual foi utilizado enquanto fonte primordial. Este inquérito anual remonta a 1986, englobando dez¹⁰³ domínios, entre os quais o domínio Publicações e Literatura, que, por sua vez, se desdobra em quatro subdomínios, incluindo o que aqui mais interessa, Edição e aquisição de livros (quadro nº 50).

Quadro nº 50

Domínio Publicações e Literatura por subdomínio

Tipo	Código	Nota explicativa
Domínio	2. Publicações e Literatura	
Subdomínio	2.1. Edição de jornais e outras publicações periódicas	Inclui-se nesta rubrica a edição própria das Câmaras Municipais e o apoio às publicações de outras entidades ou instituições. Estão incluídos os custos de produção, impressão, apoio à compra de papel ou outros especificamente consignados à edição de publicações periódicas.
	2.2. Edição e aquisição de livros	Compreende os apoios à edição de documentos vários, e, também, à aquisição de livros para outras entidades ou instituições. As compras feitas diretamente pelas bibliotecas, que disponham de orçamento próprio, devem entrar na rubrica seguinte.
	2.3. Bibliotecas	Consideram-se os financiamentos a todas as bibliotecas, independentemente da entidade administradora, beneficiárias de apoios sistemáticos ou pontuais das Câmaras Municipais.
	2.9. Outras atividades	Atividades residuais relacionadas com as publicações e literatura não enquadráveis nos pontos anteriores.

¹⁰² Esta variável inclui as seguintes categorias: Trabalhador por conta de outrem; Trabalhador por conta própria; Desempregado; Reformado; Outros inativos.

¹⁰³ O Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais engloba dez domínios, incluindo o domínio Jogos e Desportos. Segue-se aqui o método adotado pelo OAC de considerar apenas os domínios culturais (9 domínios) (ver, entre outros, Neves, 2000b).

Do ponto de vista do presente estudo, o referido inquérito traduz-se numa ferramenta importante para a análise da evolução das despesas dos municípios com Publicações e Literatura e, em particular, com Edição e aquisição de livros e com Bibliotecas.

Passando à análise, é possível constatar que houve, ao longo dos anos, um gradual aumento das despesas municipais com Cultura, tendo estas aumentado de €144 milhões, em 1995, para €488 milhões em 2007 (quadro nº 51). A única exceção nesta tendência são os anos 2003, 2006 e 2007, registando-se nos três casos uma redução das despesas face ao ano precedente.

Quadro nº 51

Despesa dos municípios com Cultura, Publicações e Literatura, Edição e aquisição de livros, Bibliotecas e Outras atividades por Ano (1995-2007)

(Mil euros a valores correntes e percentagem em linha)

Ano	Total Cultura	Publicações e Literatura			
		Total	Bibliotecas	Edição e aquisição de livros	Outras atividades
1995	143.880	17,0	12,5	1,8	0,7
1996	169.436	20,1	15,4	2,1	0,5
1997	220.192	17,2	13,2	1,8	0,5
1998	220.701	17,3	13,2	1,9	0,6
1999	301.927	14,0	10,2	1,6	0,6
2000	339.878	13,5	9,8	1,5	0,8
2001	402.115	14,0	10,1	1,3	0,6
2002	406.606	14,0	10,1	1,2	1,2
2003	395.884	16,8	11,0	1,3	0,7
2004	461.477	17,2	13,8	1,0	0,6
2005	526.706	13,7	10,1	1,0	0,7
2006	504.004	15,3	12,7	0,8	0,4
2007	488.052	16,7	13,5	1,0	0,5

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais.

Nota: O domínio Publicações e Literatura inclui ainda uma outra categoria (Edição de jornais e outras publicações periódicas) aqui não considerada.

No que toca à distribuição do total das despesas municipais pelos vários domínios culturais, destaca-se que, em média, 16% são gastas com Publicações e Literatura, correspondendo 1996 ao ano em que maior percentagem das despesas foi canalizada para este domínio, 20% (cerca de €34 milhões). Ainda que, num primeiro olhar, o valor em percentagem das despesas com Publicações e Literatura pareça ter vindo a diminuir, há que considerar o aumento do total das despesas. Assim, note-se que apesar de em 2007 apenas 17% das despesas com cultura ter sido

gasta com Publicações e Literatura, esses 17% traduzem-se em cerca de €81 milhões da totalidade das despesas municipais com Cultura.

Como já foi referido anteriormente, o domínio Publicações e Literatura divide-se em quatro subdomínios, dos quais importa aqui referir os relativos a Bibliotecas e Edição e Aquisição de Livros, visto serem, justamente, aqueles que têm maior peso em termos de gastos efetuados.

Assim, verifica-se que as despesas efetuadas com Bibliotecas representam, em média, 12% do total das despesas dos municípios com Cultura, tendo sido também 1996 o ano em que, em termos percentuais, se efetuou um maior gasto com este subdomínio (15% da despesa total). No ano de 2007, as despesas com Bibliotecas representaram 14% (€66 milhões) da despesa total.

Com um peso bem menos significativo nas despesas municipais encontra-se o subdomínio Edição e aquisição de livros que representa, em média, 1% do total da despesa com Cultura.

Considerando agora a despesa com Edição e aquisição de livros numa leitura por Concelho, verifica-se que em 2007 são 223 (72%) os concelhos com este tipo de despesa (mapa nº 1). É notória a disparidade de situações existentes, visível através da amplitude dos valores registados naquele ano os quais variam entre o mínimo de €100 e o máximo de €256 mil. Como se pode observar, o nível de despesa mais generalizado situa-se Entre os €10 e €49,9 mil (25% dos concelhos), seguindo o escalão de Até €4,9 mil (com 22%). Constata-se ainda, por um lado, que no escalão com despesa acima de €100 mil se situam 6 concelhos e, por outro, que no escalão €50 a €99,9 mil se encontram 20 concelhos, com maior peso nas regiões Norte e Centro. Um elemento comum nestes dois escalões é o facto de os concelhos se localizarem todos em Portugal Continental. Nas Regiões Autónomas o nível de despesa máximo encontra-se no escalão intermédio - Entre €10 e €49,9 mil - registado por 4 concelhos dos Açores e 3 da Madeira.

O gráfico nº 25 mostra que todas as categorias consideradas aumentaram as despesas relativas no período em causa, sendo que o mais moderado se refere a Edição e aquisição de livros, subdomínio em que se destaca o ano de 2001. O domínio Publicações e Literatura regista o valor máximo em 2004; com a Cultura, em termos gerais, o pico regista-se em 2005.

Mapa n.º 1 - Despesas dos municípios com Edição e aquisição de livros por Concelho (2007)

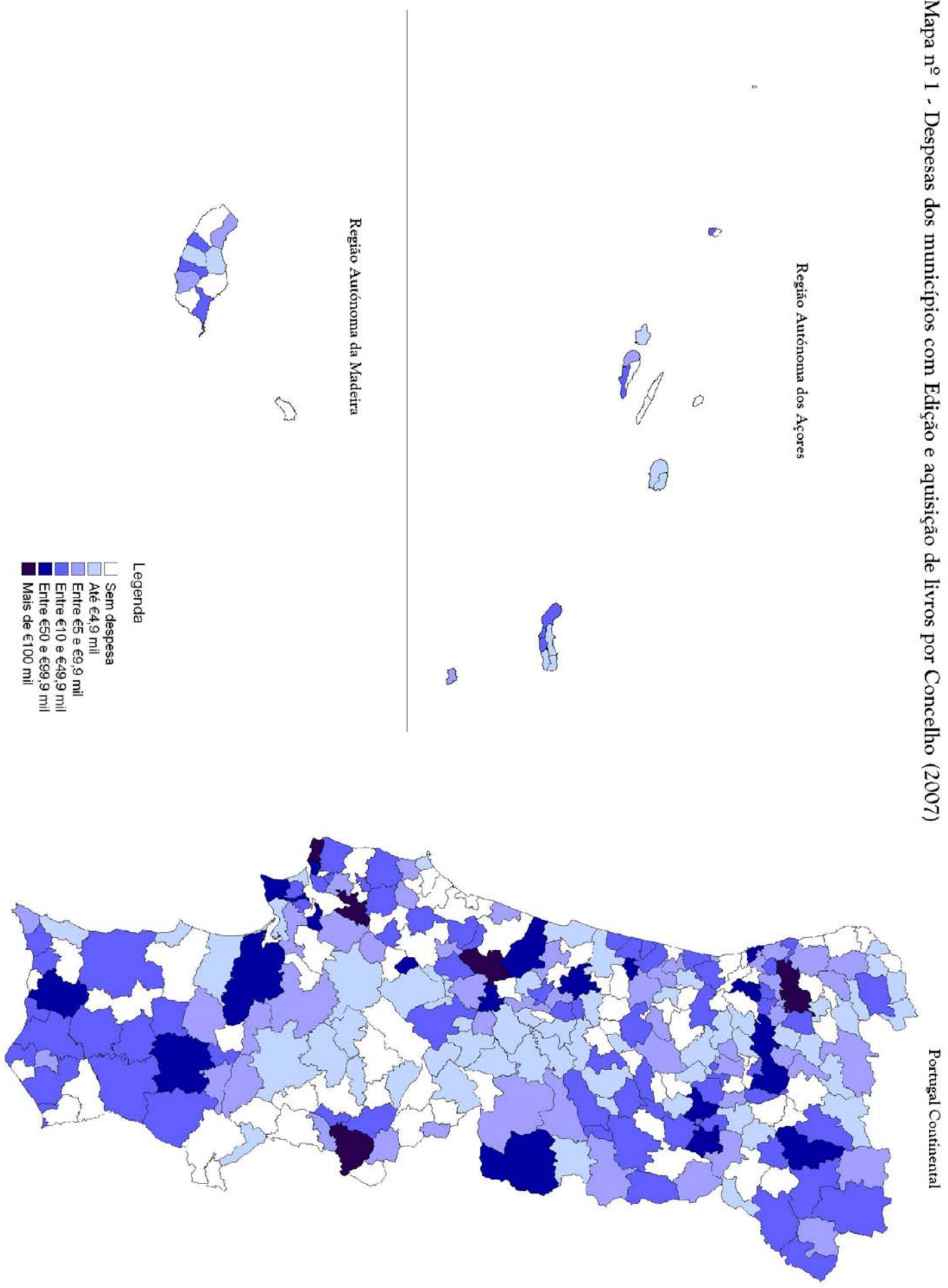
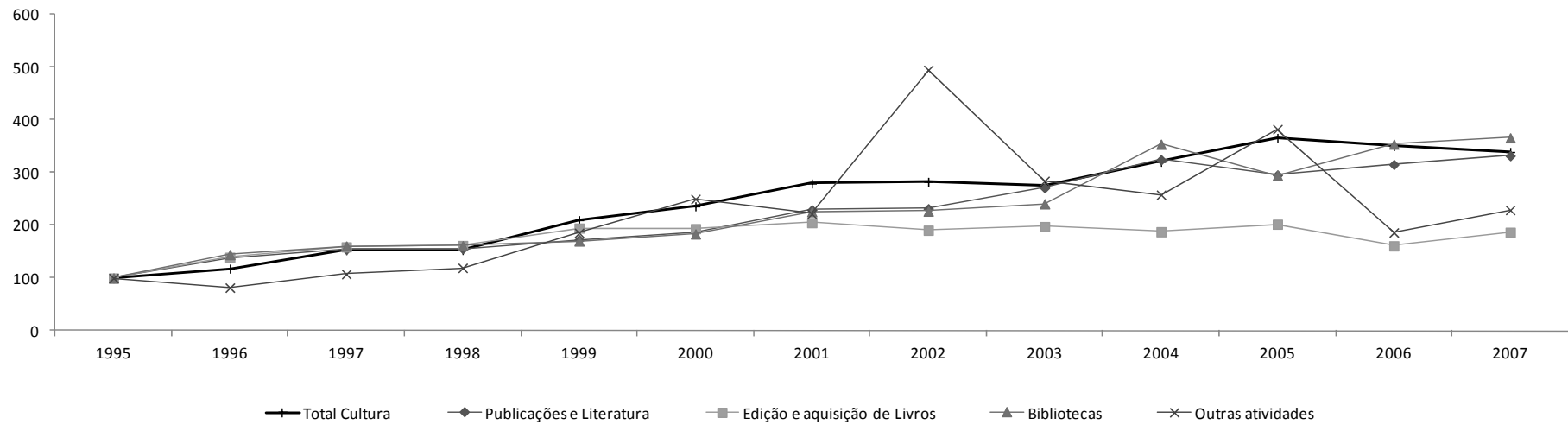


Gráfico nº 25

Despesa dos municípios com Cultura, Publicações e Literatura, Edição e aquisição de livros, Bibliotecas e Outras atividades por Ano (1995-2007)
(índice base 100 = 1995)



Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais.

É possível observar também que as despesas com Bibliotecas têm vindo a aumentar gradualmente, com particular incidência nos anos de 2004 e 2006, assim como as despesas com Outras atividades, cuja evolução é mais irregular, e que sofreram incrementos bastante elevados em 2002 e também em 2005.

7.5. DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A fonte disponível para a análise das despesas da administração central com livros é a Direcção-Geral do Orçamento (DGO). A utilização do código de despesa Livros e documentação técnica permite obter uma *aproximação* ao montante despendido por esse nível administrativo a partir de 2003, ano a partir do qual a classificação económica das despesas correntes da Administração Central inclui a referida rubrica (com o código 02.01.18)¹⁰⁴, rubrica essa instituída pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro¹⁰⁵. Na nota explicativa sobre o conteúdo da rubrica refere que esta inclui *as despesas com aquisição de livros técnicos e documentação técnica, desde que relacionados com a atividade de forma direta ou indireta. São ainda classificados na presente rubrica os números do Diário da República, quando inventariáveis para serem integrados na coleção patrimonial dos serviços*¹⁰⁶.

A referida rubrica reporta-se a despesas correntes. No quadro nº 52 apresenta-se a localização da rubrica que aqui interessa na classificação económica.

Quadro nº 52

Classificação económica das despesas correntes da Administração Central

Tipo	Código	Descrição
Agrupamento	02	Aquisição de bens e serviços
Subagrupamento	02.01	Aquisição de bens
Rubrica	02.01.18	Livros e documentação técnica

¹⁰⁴ Equacionou-se a hipótese das despesas públicas com o livro integrarem a rubrica Prémios, condecorações e ofertas, o que não se veio a confirmar, de acordo com os contactos estabelecidos com a Delegação de Cultura e Educação da Direcção-Geral do Orçamento.

¹⁰⁵ Foi ainda consultada a seguinte legislação relativa à classificação económica das despesas: Decreto-Lei nº 737/76, de 16 de Outubro, o qual institui a rubrica Educação, cultura e recreio (código 20.03); Decreto-Lei nº 112/88, de 2 de abril, que adiciona as rubricas BD - Material de cultura (código 02.01.04), BND - Outros bens não duradouros (código 02.02.08) e AS - Outros serviços (código 02.03.10).

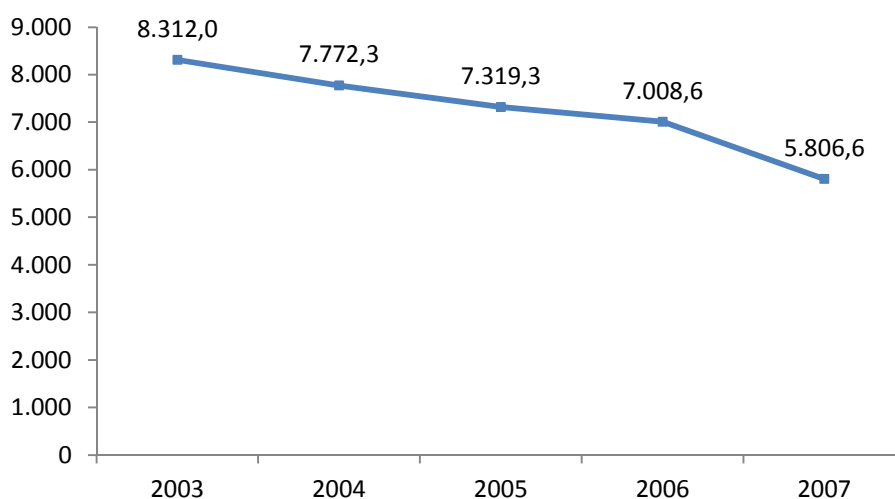
¹⁰⁶ Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, Anexo III - Notas explicativas ao classificador económico, 02.01.18 - «Livros e documentação técnica».

Como se pode depreender, o apuramento das despesas da administração central com livros reveste-se de grande importância no âmbito do *Inquérito ao Sector do Livro*. Os dados que a seguir se referem constituem a aproximação possível a tal despesa, sendo que eles resultam do apuramento informático tendo em consideração a divisão entre serviços integrados e serviços e fundos autónomos, os quais foram disponibilizados pela Direcção dos Serviços de Conta (DSC) da Direcção-Geral do Orçamento por solicitação da equipa do OAC.

Como se pode depreender da leitura da nota explicativa, não é seguro que esta rubrica inclua outras despesas com livros, designadamente apoios à edição (por exemplo compra de exemplares), edições próprias ou coedições. É, contudo, a rubrica que mais se aproxima do objetivo em causa¹⁰⁷ pelo que será tomada como indicador da evolução da despesa da administração central com livros.

A análise dos dados evidencia que a despesa da Administração Central com aquisição de Livros e documentação técnica tem vindo a diminuir ao longo do período considerado eventualmente refletindo o impacto dos documentos eletrónicos. De facto, o valor mais elevado é o de 2003, com €8,3 milhões (gráfico nº 26). Nos anos subsequentes o valor da despesa diminui consideravelmente, mantendo-se no entanto na ordem dos €7 milhões, excerto em 2007, ano em que regista o seu valor mais baixo (€5,8 milhões).

Gráfico nº26
Despesa da Administração Central com Livros e documentação técnica por Ano (2003-2007)
(mil euros)



Fonte: DGO/DSC.

¹⁰⁷ O que foi confirmado através dos contactos estabelecidos pelo OAC com a DGO/DSC.

A análise por Ministério mostra fortes oscilações anuais, bem como uma redução da despesa com a referida rubrica, entre os anos de 2003 e 2007, em vários dos Ministérios (quadro nº 53). O ministério que mais contribui para a quebra na despesa total acima referida é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que regista, no período considerado, um decréscimo de mais de 10 pontos percentuais. Este Ministério e o da Saúde são responsáveis por uma fatia substancial de despesa, que oscila entre 50% em 2003 e 41% em 2007, sendo que a despesa do primeiro oscila entre 34% em 2003 e 24% em 2005 e a do segundo entre 20% em 2004 e 16%, em 2003.

Quadro nº 53

Despesa da Administração Central com Livros e documentação técnica por Ministério e por Ano (2003-2007)
(percentagem em coluna)

Ministério	Ano				
	2003	2004	2005	2006	2007
Encargos Gerais do Estado	1,8	2,8	2,8	3,9	3,7
Ministério da Administração Interna	1,8	1,8	2,1	1,5	1,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0,8	0,9	3,7	1,4	4,6
Ministério das Finanças e da Administração Pública	6,2	3,7	3,9	8,2	6,3
Ministério da Defesa Nacional	6,5	9,8	10,2	10,5	12,4
Ministério da Justiça	3,0	2,6	2,3	2,4	5,8
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	3,2	2,2	1,4	1,8	1,8
Ministério da Economia e da Inovação	11,7	12,9	11,6	10,4	5,9
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	5,1	5,0	4,0	3,1	1,9
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	2,6	6,7	6,3	5,2	7,9
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	6,2	0,2	7,7	5,0	5,5
Ministério da Saúde	15,5	19,5	18,2	18,9	16,6
Ministério da Educação	0,5	0,5	0,7	0,5	0,6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	34,1	30,7	24,2	26,1	24,5
Ministério da Cultura	0,8	0,8	1,0	1,1	0,8
<i>Total (mil euros)</i>	<i>8.312,0</i>	<i>7.772,3</i>	<i>7.319,3</i>	<i>7.008,6</i>	<i>5.806,6</i>

Fonte: DGO/DSC.

Num segundo patamar de despesa encontram-se: o Ministério da Economia e da Inovação, cuja despesa representa, em média, 11%, oscilando entre os 13% (2004) e 6% (2007); o Ministério da Defesa Nacional, com uma despesa média de 10%, oscilando entre os 12% (2007) e os 7% (2003); e o Ministério das Finanças e da Administração Pública, com uma despesa média de 6%, oscilando entre 8% (2006) e 4% em 2004.

Num terceiro patamar de despesa (aquele que agrega os ministérios com as despesas menos volumosas), incluem-se o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com uma

despesa média de 6%, que oscila entre os 8% em 2007 e os 3%, em 2003 e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com uma despesa média de 5%, que oscila entre os 8% (2005) e os 0,2% (2004). O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação registam os valores mais baixos de despesa com, respetivamente, uma despesa média de 0,9% e de 0,5%. A despesa do Ministério da Cultura oscila entre 1% (2005 e 2006) e 0,8% e a do Ministério da Educação entre 0,7% (2005) e 0,5% (2003, 2004 e 2006).

Ressalva-se, no entanto, que alguns dos ministérios apresentam uma tendência de acréscimo na despesa com Livros e documentação técnica no período considerado, nomeadamente, o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, muito embora a mesma não possa inverter a tendência geral de quebra registada.

No que concerne à desagregação da despesa total por Tipo de serviço, observa-se que os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) representam sempre a parcela mais volumosa (66% em média) (quadro nº 54). O ano de 2004 é o que regista o valor mais elevado (70%) e o de 2005 o mais baixo (62%). Sublinha-se, assim, a tendência de decréscimo na despesa com a rubrica Livros e documentação técnica.

Quadro nº 54

Despesas com Livros e documentação técnica por Tipo de serviço e por Ano (2003-2007)
(percentagem em coluna)

Tipo de serviço	Ano				
	2003	2004	2005	2006	2007
Serviços integrados (SI)	32,2	30,3	37,7	31,6	37,1
Serviços e fundos autónomos (SFA)	67,8	69,7	62,3	68,4	62,9
<i>Total (mil euros)</i>	<i>8.312,0</i>	<i>7.772,3</i>	<i>7.319,3</i>	<i>7.008,6</i>	<i>5.806,6</i>

Fonte: DGO/DSC.

7.6. SÍNTESE

Reúnem-se neste capítulo um conjunto de indicadores que permitem abordar os consumos públicos e privados de livros. Esta abordagem é feita com diferentes graus de proximidade com o objeto em causa, o livro. Em todo o caso, sendo certo que tal não correspondendo ao desejável,

é igualmente certo que se trata da aproximação possível e que, apesar de tudo, fornecem informações relevantes que agora se sintetizam.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) mostra, no essencial, dois aspetos. Por um lado que o preço do livro tende a subir a níveis mais elevados do que os preços em geral, jornais livros e artigos de papelaria e lazer, recreação e cultura. É verdade que o livro integra todos estes níveis, mas, considerado autonomamente, mostra um comportamento como o descrito – em alta. Por outro lado este Índice mostra, com grande clareza, que outubro, até 2003, e setembro, desde 2003, marca um forte crescimento do IPC do livro, o qual se mantém em alta até ao fim do ano. Este é um padrão muito claro que parece ser despoletado pelo livro escolar.

Quanto ao Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR), o livro apenas pode ser abordado agregado no extenso grupo Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos em estabelecimentos especializados. São também dois os aspetos mais relevantes que, em síntese, este Índice sugere. Por um lado, numa análise anual, a evolução do grupo em causa situa-se abaixo do índice total, e no período que vai de 2001 a 2005, mostra mesmo valores abaixo dos de 2000, e em decréscimo. Os anos de 2006 e 2007 mostram alguma recuperação, mas ainda abaixo dos valores de 2000. Por outro lado, numa análise mensal, vêm-se destacando, para além do tradicional mês de dezembro, os meses de março e setembro, o primeiro (tal como dezembro) acompanhando o índice total, o de setembro em contra ciclo – viu-se já o impacto do início do ano escolar no mercado do livro.

No que toca às despesas das famílias, os indicadores disponíveis da classe de despesa livros reportam-se a 2005/2006 e têm por fonte o Inquérito às Despesas das Famílias. Neste caso, ao contrário do que é comum, a evolução deste inquérito deu-se no sentido da desagregação dessa classe relativamente à classe Livros, jornais e outros impressos. Não existem, portanto, indicadores longitudinais, mas, em contrapartida, existe a classe de despesa livros e a ventilação por um conjunto de variáveis permite esboçar o perfil da aquisição de livros pelas famílias. Alguns dados globais: a despesa total anual média por agregado é de €89. Este valor representa 0,5% da despesa total anual média por agregado. Note-se que a despesa com Lazer, distração e cultura significa 5,7% da referida despesa total. Adiante-se que a despesa com livros é mais elevada nas famílias com mais filhos crianças/jovens, quando o indivíduo de referência tem entre 30 e 44 anos, e é diretamente proporcional ao nível de escolaridade do indivíduo de referência – quanto mais elevado o nível de escolaridade mais elevado o valor da despesa e mais elevada a percentagem dessa despesa na despesa total.

Num outro plano, procuraram-se possíveis fontes para dar conta da despesa com livros das administrações públicas. Encontraram-se duas, uma para cada nível administrativo: o INE (Inquérito ao financiamento público das atividades culturais das câmaras municipais) e a Direcção-Geral do Orçamento (para a administração central).

Quanto às despesas municipais com Edição e aquisição de livros, o dado que mais se destaca é que essas despesas representam, no período que vai de 1995 a 2007, entre 2,1% (em 1996) e 0,8% (em 2006) da despesa total com cultura. Saliente-se que esta diminuição em percentagem não significa a diminuição em números absolutos (pelo menos considerados a preços correntes): a despesa em 1996 totaliza €3,6 milhões, ao passo que em 2007 chega aos €4,7 milhões.

Finalmente, quanto às despesas da administração central com Livros e documentação técnica, importa talvez referir, nesta breve síntese, a sua acentuada quebra entre 2003 e 2007: as referidas despesas passaram de €8,3 milhões para €5,8 milhões.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo centra-se nas políticas da administração central para o sector do livro, com natural ênfase para as políticas culturais. Incide no período posterior a 1998, sem descurar referências a aspetos de continuidade ou de rutura com políticas anteriormente definidas.

Procura-se obter resposta para diversas questões, tais como: Quais as áreas de intervenção e qual o enquadramento das políticas do sector do livro no quadro da UE? Quais as orientações programáticas, quais os objetivos das políticas definidas pelos diversos Governos Constitucionais para o sector em Portugal? Que medidas foram adotadas tanto ao nível do apoio direto como da regulação? Quais os programas, quais os instrumentos organizativos, quais os meios financeiros? Quais os ministérios envolvidos?

Trata-se, no fundo, de sintetizar as principais dimensões que caracterizam a intervenção pública no sector em Portugal, a qual não pode ser desligada do contexto internacional nesta matéria, em particular o da UE.

Isto significa alargar a análise do objeto (o livro) e a dimensão considerada (a da oferta) uma vez que, normalmente, as políticas para o sector do livro não se limitam à oferta, abrangendo também a procura. Designam-se normalmente por políticas do livro e da leitura. Pelo menos em Portugal excluem explicitamente o livro escolar pelo que será este o entendimento da noção de sector do livro considerado neste capítulo.

Estas políticas são parte das políticas culturais. Contudo, não se limitam à tutela da Cultura. Na análise do caso português abordam-se detalhadamente as políticas culturais para o sector e identificam-se as medidas de apoio do Ministério da Economia.

8.1. AS POLÍTICAS PARA O SECTOR DO LIVRO

De um modo geral constata-se que as políticas públicas para o livro conjugam-se com as políticas de promoção da leitura e com as bibliotecas públicas. O Ministério da Cultura intervém ao nível do apoio à criação e à circulação das obras nos planos nacional e internacional, em alguns casos

também da proteção do direito de autor e com medidas de regulação do sector, designadamente no sentido da defesa da manutenção do parque de livrarias. O apoio à indústria cultural do livro, ou seja, às empresas do sector, situa-se frequentemente no Ministério da Economia.

O apoio ao livro enquanto indústria cultural é relativamente recente em Portugal. Desde o início da década de 80 que vários governos europeus têm vindo a reconhecer a importância das indústrias culturais (e em particular a do livro) e a definir políticas específicas para tais indústrias (Sapiro, 2005: 10). Neste âmbito, a intervenção pública engloba a regulamentação e o apoio, sendo que as medidas diferenciam-se caso se considere a produção ou o consumo.

La réglementation en matière de production peut être illustrée par les mesures de censure et de limitation de la liberté d'expression, et par la législation sur le droit d'auteur, qui inclut la protection de droits patrimoniaux et du droit moral; en matière de consommation, par les mesures protectionnistes telles que les taxes à l'importation, les systèmes de quotas en faveur de la culture nationale ou encore la fixation d'un prix unique du livre (Sapiro, 2005: 10).

Em alguns países a regulação do sector do livro tem como principal meta a proteção dos pequenos editores independentes relativamente ao fenómeno da concentração. Os apoios públicos englobam o apoio às empresas de edição, à edição de obras, à promoção do livro no estrangeiro e no mercado interno e, igualmente, o apoio às livrarias e à promoção da leitura.

Les aides à la production englobent celles qui sont attribuées directement aux producteurs culturels et celles octroyées aux instances de production, ces dernières visant à soutenir aussi bien les entreprises nationales face à l'impérialisme économique que le petit commerce artisanal face aux concentrations. Les aides à la consommation regroupent le soutien aux bibliothèques, aux librairies, les subventions accordées aux festivals, etc. (Sapiro, 2005: 10).

Ainda do ponto de vista das políticas públicas para o sector é importante frisar que várias medidas empreendidas por países europeus têm em vista assegurar a diversidade e o pluralismo tanto ao nível da criação como ao nível da produção bem como assegurar o acesso aos bens culturais, em particular no caso da distribuição territorial da rede livreira (Richard, 2000). São também políticas que visam encorajar e proteger os autores, promover a escrita e a leitura, a defesa da distribuição territorialmente equilibrada da rede de livrarias ameaçada pela venda de livros nas grandes superfícies (através da Lei do Preço Fixo do Livro), a luta contra a iliteracia (entre as crianças e sobretudo entre a população adulta), a leitura pública e o direito de autor (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 42-49).

As estatísticas culturais mostram que o livro ocupa um lugar importantíssimo no mercado dos produtos culturais. Mas mais importante do que a dimensão económica, é a dimensão simbólica, o capital de conhecimentos e valores que o livro veicula, que o coloca no centro das preocupações dos governos. Daí que, segundo Giuseppe Vitiello (1995), as medidas de apoio à produção e à distribuição de livros estejam presentes nos programas culturais dos países europeus e da América do Norte, qualquer que seja a orientação política dos governos ou o patamar de desenvolvimento.

A análise de políticas nacionais do livro e da leitura em vários países europeus (de acordo com três critérios: (i) Definição de um quadro estrutural de intervenção; (ii) Utilização das bibliotecas como instrumento de uma política do livro; (iii) Recurso aos subsídios a favor das empresas) mostra que as bibliotecas são um parceiro fundamental de todas as políticas. As decisões tomadas pelos governantes no âmbito da leitura pública têm um impacto profundo e durável no comércio do livro e, portanto, na evolução da edição. Mas a realidade dos vários países europeus é diversificada.

Pode, assim, dizer-se que as políticas do livro e da leitura, estando presentes na generalidade dos países, podem incluir diferentes dimensões, medidas e objetivos.

8.2. AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O SECTOR DO LIVRO E DA LEITURA EM PORTUGAL

Quais as orientações das políticas culturais para o livro e a leitura em Portugal? Quais as prioridades? Uma primeira conclusão é que assentam na tríade leitura, livro e bibliotecas públicas. Num outro estudo do OAC conclui-se que a intervenção do Estado no sector da edição de livros se traduz em apoios indiretos que revestem a forma de aplicação de legislação reguladora (Preço Fixo do Livro e taxa de IVA), programas de sensibilização para a leitura e atribuição de alguns prémios e de subsídios à edição de géneros pouco difundidos (Gomes e Martinho, 2009: 73-74).

Objetivos

Importa, no quadro deste *Inquérito ao Sector do Livro* tratar os objetivos programáticos de política cultural, os meios financeiros e os meios organizativos.

Quanto aos objetivos programáticos analisam-se seguidamente três instrumentos dos governos do período 2000-2008 (do XIV ao XVII): i) Programa do Governo – retomando a síntese feita no projeto do OAC *As Políticas Culturais em Portugal* para o período 1985-1995 (Santos e outros, 1998: 215-216); ii) Grandes Opções do Plano; e iii) Relatório do Orçamento de Estado.

Programas do Governo

A leitura pública, consubstanciada nas bibliotecas públicas, constitui, seguramente, uma das prioridades governativas. O Programa Rede Nacional de Bibliotecas Pública – iniciado em 1987 no X Governo Constitucional com o objetivo de dotar cada município de uma biblioteca pública de acordo com um conjunto de requisitos internacionalmente reconhecidos – marca uma presença constante nos programas de Governo seguintes, incluindo os do período em análise (XIV ao XVII). Ainda a este propósito será de referir a ênfase posta na articulação entre bibliotecas públicas e escolares, no fundo envolvendo as áreas governativas da Cultura e da Educação.

O quadro nº 55 sintetiza as referências feitas nos vários programas de Governo ao livro e à leitura. Assim, no Programa do XIV Governo, a par da aposta na área do livro e da leitura, é dedicada especial atenção à internacionalização dos valores, das obras e dos criadores portugueses; ao reforço da rede bibliográfica da lusofonia; e ao apoio à distribuição e à criação de uma rede nacional de livrarias.

O Programa do XV Governo tem como particularidade expressa a necessidade de *redefinição de critérios mais coerentes com vista à edição e difusão das obras clássicas da literatura*.

O programa do XVI Governo refere duas medidas: a revisão dos regimes jurídicos do Depósito Legal e para a Promoção do Livro e da Leitura.

O programa do XVII Governo dá uma “atenção acrescida” à área do livro e da leitura tendo em conta a sua *importância decisiva na geração de competências e gostos culturais, na acessibilidade do património e da criação e no fomento de cadeias de valor económico em torno da cultura*. Para além de algumas medidas que revelam continuidade de políticas anteriormente definidas (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Programa Nacional de Promoção da Leitura), este Programa de Governo dá ainda prioridade à redefinição da política de edição dos organismos públicos, com referência expressa à Imprensa Nacional, à redefinição do programa

de edição das obras clássicas da literatura portuguesa, à criação de instrumentos de regulação do mercado editorial e livreiro, às estatísticas do livro, aos reportórios bibliográficos e ao combate ao abuso da cópia privada. No campo da política cultural externa uma das linhas orientadoras é *fomentar a tradução sistemática para inglês de obras de e sobre criadores culturais e científicos portugueses e assegurar a sua ampla divulgação* (Programa de XVII Governo Constitucional – Política Externa).

Quadro nº 55

Referências ao livro e à leitura nos Programas de Governo para a Cultura (XIV ao XVII)

Governo Constitucional	Referências ao livro e à leitura
XIV (1999-2002) (PS)	<p>O programa cultural na próxima legislatura traduz-se numa tripla estratégia: de consolidação, de aprofundamento e de inovação, acompanhada por um plano de renovação do enquadramento jurídico de várias atividades e sectores. De consolidação:</p> <p>No XIII Governo foram cinco as causas nucleares da política: (i) a do livro e da leitura; (ii) ...; a internacionalização dos valores, das obras e dos criadores portugueses.</p> <p>São causas a consolidar, não só através do reforço do seu financiamento, mas também promovendo medidas concretas que contribuam para o seu enraizamento, e de que se destacam:</p> <p>No domínio do livro e da leitura:</p> <p>Conclusão da cobertura nacional da rede de leitura pública, cumprindo-se o desígnio de dotar todas as autarquias de uma biblioteca; Reforço da rede bibliográfica da lusofonia; Apoio à distribuição e à criação de uma rede nacional de livrarias.</p>
XV (2002-2004) (PS)	<p>No âmbito da sua política cultural, o Governo:</p> <p>– Promoverá o livro, redimensionará e ampliará a Rede de Leitura Pública, em articulação com a rede de bibliotecas escolares; Promoverá, no que respeita à valorização dos grandes autores de língua portuguesa, a redefinição de critérios mais coerentes com vista à edição e fruição das obras clássicas da literatura.</p>
XVI (2004-2005) (PSD/CDS-PP)	<p>A promoção do livro, a ampliação da Rede de Leitura Pública, em articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares e a revisão do regime Jurídico do Depósito Legal, bem como do Regime Jurídico para a Promoção do Livro e da Leitura, serão objetivos do Governo no que respeita a esta área.</p>
XVII (2005-2009) (PS)	<p>4. Livro e leitura, audiovisual – duas áreas de particular relevância</p> <p>Sendo os objetivos de política pública transversais às várias áreas de expressão cultural, há contudo duas que requerem uma atenção acrescida: 1 – a área do livro e da leitura pela sua importância decisiva na geração de competências e gostos culturais, na acessibilidade do património e da criação e no fomento de cadeias de valor económico em torno da cultura.</p> <p>Prosseguir-se-á a cobertura territorial da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tendo em atenção as necessidades diferenciadas dos municípios, de acordo com a sua dimensão e mantendo os concursos anuais. O Programa Nacional de Promoção da Leitura será reforçado, beneficiando da cooperação entre bibliotecas públicas e bibliotecas escolares e chamando-o à agenda crucial da educação dos adultos. Na política da edição por organismos públicos, serão clarificadas a missão e as competências da Imprensa Nacional. O programa de apoio à edição de obras clássicas da literatura portuguesa será redefinido, acelerando-se o ritmo de execução e garantindo a difusão dessas obras por toda a rede de bibliotecas públicas e de bibliotecas escolares. Como os instrumentos essenciais de regulação do mercado editorial e livreiro são ainda hoje incipientes, procurarem qualificá-los: referimo-nos a pontos como as estatísticas do livro, os reportórios bibliográficos ou o combate ao abuso da cópia privada.</p>

Fonte: Programas dos Governos Constitucionais disponíveis em <www.portugal.gov.pt>.

Embora não conste do Programa de Governo para a Cultura é incontornável uma referência ao lançamento, em setembro de 2006, do Plano Nacional de Leitura (PNL) que constituiu uma resposta institucional, coordenada pelo Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, à preocupação quanto aos baixos níveis de literacia da população, em particular entre os jovens. Concretiza-se num conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar (Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de julho).

Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem uma outra fonte importante para analisar as políticas públicas para o sector. Elas fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social definida pelo Governo, e são apresentadas à Assembleia da República juntamente com a proposta de lei do Orçamento de Estado, no qual têm a sua tradução financeira.

A promoção da leitura, a Rede de Leitura Pública e a internacionalização das obras dos autores portugueses são os tópicos mais presentes nas GOP dos anos considerados. Muito embora também constem em mais do que um ano questões como a da regulamentação de apoios ao sector do livro (GOP 2003 e GOP 2004) e, no plano internacional, a intervenção na área do livro e da promoção da leitura nos PALP (GOP 2004 e GOP 2005-2009) (quadro nº 56). Mais especificamente, as GOP 2004 definem um conjunto de medidas tais como a *auscultação de agentes do sector* (com vista a uma nova regulamentação dos apoios ao sector do livro); a *caracterização de diversas vertentes do sector do livro através de levantamentos, estudos ou análises* (edição eletrónica; distribuição e comercialização do livro em Portugal; a inserção do livro português nos mercados internacionais de língua portuguesa) e a *formação de agentes do sector do livro*.

As principais linhas de Ação, as medidas de política e as prioridades de investimento para a legislatura de 2005-2009 estão formalizadas nas GOP para esse período e não, como as anteriores, para cada ano. Também no que diz respeito ao livro e à leitura existem referências nas GOP que traduzem as grandes prioridades definidas no Programa de Governo. É de salientar a aposta na divulgação do livro e do autor português no estrangeiro (através da participação nos principais certames internacionais e do incremento da política de tradução e edição) e a negociação de acordos com os Países da CPLP tendo em vista a criação de um Espaço da Cultura Lusófono, designadamente na área do livro.

Referências ao livro e à leitura nas Grandes Opções do Plano (2002-2009)

Ano	Referências
2002	De realçar, no âmbito da política de promoção e internacionalização do Livro e dos Autores Portugueses, que Portugal foi o País Tema no Salão do Livro de Genebra; Promoção do prestígio da criação literária lusófona, através da atribuição do Prémio Camões; Estimular a formação de públicos, proporcionando condições de aquisição de valores e competências culturais e de contacto prolongado com diferentes obras, concedendo atenção particular à formação de hábitos de leitura: articulação dos programas de formação de novos públicos, designadamente no quadro das redes nacionais de leitura pública, etc.
2003	Bibliotecas, Livros e Leitura Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Aprovação de regulamentação adequada aos apoios financeiros a conceder ao sector do livro e da leitura; Aprofundamento das medidas de apoio à promoção internacional do livro e dos autores portugueses; Continuação de alguns programas, nomeadamente, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e a Promoção do Livro.
2004	Bibliotecas, Livros e Leitura Instituto Português do Livro e das Bibliotecas Promoção do livro: Definição de um quadro regulamentar para todo o sistema de apoios no sector do livro; estabelecimento de um quadro de consulta aos agentes do sector do livro Apoio à criação literária: Reformulação do Programa de Bolsas de criação literária Apoio à Edição: Análise e levantamento da situação da edição eletrónica (offline, on-line); definição de um corpo canónico do património literário português Comercialização do livro: Elaboração de estudos que permitam compreender a efetiva situação da distribuição e comercialização do livro, em Portugal, em conjunto com a iniciativa particular e autárquica, as estruturas locais adequadas à comercialização livreira Divulgação do autor e do livro português no estrangeiro: Definição de um quadro institucional que agregue ou coordene o apoio à tradução e o apoio à edição do autor português no estrangeiro; Definição de um quadro político de coordenação da representação portuguesa nos grandes certames internacionais literários e de edição; Conceção e execução, em conjunto com outras entidades, de ações que permitam a divulgação do autor português no circuito de edição anglo-saxónico; Definição de um programa de iniciativas e apoios que permita a consolidação e a expansão de públicos internacionais interessados pelo autor português; Definição, em colaboração, de um quadro de análise que permita compreender quais as dificuldades de inserção do livro português nos mercados internacionais de língua portuguesa (Brasil, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor-Leste); Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa para o sector do livro: Desenvolvimento, em colaboração com outras entidades, de um programa de formação de agentes do sector do livro, bem como de estudos que permitam efetuar o levantamento da situação da edição, comercialização e divulgação do livro nos referidos países; Elaboração, em conjunto com os diversos governos nacionais, de um programa planificado de criação e apetrechamento de bibliotecas; Definição de um modelo de Feiras do Livro Português para Angola e Moçambique
2005-2009	Definir uma política para o livro, avaliando os programas atualmente existentes e dando especial ênfase ao projeto nacional de leitura, à promoção do livro e do autor através de programas de itinerância de exposições, encontros com autores e formação de animadores à leitura; rever a legislação relativa ao Registo de Obra Literária e Artística; Rede de Leitura Pública – 220 bibliotecas inauguradas até 2009 e cobertura total das Regiões Autónomas; continuar a executar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas IV Promoção e difusão internacional da Cultura Portuguesa 4. Promover a divulgação do livro e do autor no estrangeiro, quer pela participação nos principais certames internacionais quer pelo incremento da política de tradução e edição. Iniciativa legislativa: Negociação de acordos com os Países da CPLP tendo em vista a criação de um Espaço da Cultura Lusófono, designadamente nas áreas do Livro, do Património e do Audiovisual

Fonte: GOP disponíveis em <<http://www.dgo.pt>>.

Outra fonte relevante na abordagem das políticas públicas é o Relatório do Orçamento de Estado o qual inclui, com alguma frequência, menções aos montantes financeiros em causa. Também neste documento se referem recorrentemente as medidas para o livro e a leitura. O quadro nº 57 sintetiza as referências feitas no período 2000-2007.

Quadro nº 57
Referências ao livro e à leitura nos Relatório do Orçamento de Estado (2000-2007)

Ano	Referências
2000	Política de cultura contemplou medidas ligadas ao livro e à leitura [...] Reforço do papel da Biblioteca Nacional e do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, para salvaguardar o património literário e desenvolver a política do livro e da leitura, no país e no estrangeiro Despesa com a secção do livro e da leitura – 1,6 milhões de contos Crescimento do sector operacional do MC, Livro e Leitura em 200 mil contos, acréscimo de 14,3 % – BN e IPLB
2001	Divulgação do livro e da leitura Salvaguarda do património literário e o desenvolvimento da política do livro e da leitura no país e no estrangeiro, através de: Apoio à criação, à edição de obras e à criação e consolidação dos hábitos de leitura; divulgação dos autores portugueses no estrangeiro; cooperação com o programa da rede bibliográfica da Lusofonia; valorização do papel essencial do livro como instrumento de intercâmbio cultural e suporte básico da criação e do conhecimento; garantia à comunidade dos PALOP o acesso à informação científica, técnica e cultural veiculada em português, através da disponibilização de fundos bibliográficos, da recuperação de bibliotecas públicas e nacionais e arquivos históricos; e assegurar a prossecução do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em todo o país.
2002	Arquivos, Bibliotecas, Livro e Leitura: salvaguarda do património literário e o desenvolvimento da política do livro e da leitura no país e no estrangeiro visando uma maior descentralização cultural e a formação de públicos com o fomento de hábitos de leitura
2003	Prosseguir as políticas relativas à promoção do livro e da leitura, apoiar a criação literária e a edição.
2004	Investimento na promoção do livro e desenvolvimento das bibliotecas.
2005	No que respeita às Bibliotecas, Livro e Leitura, pretende-se dar continuidade à rede de bibliotecas públicas e prosseguir as políticas relativas à promoção do livro e da leitura e o apoio à criação literária e à edição.
2006	Instalação da Comissão de Mediação e Arbitragem dos Direitos de Autor; Apoio à construção e equipamento das Bibliotecas e Arquivos Municipais, no âmbito dos Programas da Rede de Leitura Pública e da Rede de Arquivos Municipais. Promoção do livro e das bibliotecas: – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas com projetos na ordem dos €2 milhões, cuja meta é apoiar a edição; a divulgação de autores portugueses no estrangeiro; o observatório do livro; a promoção da leitura; a atribuição de bolsas de criação literária e o Centro de Documentação Bibliográfica
2007	Expansão dos depósitos da Biblioteca Nacional de Portugal; Celebração de novos contratos – programa, no âmbito da “Rede de Leitura Pública”, que abrangerá até ao fim de 2007, 300 municípios; Investimento: a promoção do livro e da biblioteca (€3,6 milhões)

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado disponível em <www.dgo.pt>.

Assim, no seu conjunto, os documentos relativos ao período em causa enfatizam a intervenção pública nas áreas: da promoção do livro; da Rede de Leitura Pública; dos apoios à edição e criação literária; do desenvolvimento de uma política do livro direcionada para os mercados interno e externo (internacionalização dos autores portugueses); e do incentivo à formação de hábitos de leitura.

Meios financeiros

Entre os anos de 2000 e 2008, o orçamento do organismo da administração central que tutela o sector do livro¹⁰⁸ teve o valor absoluto mais elevado em 2002, com €12,2 milhões, e o mais baixo em 2007, com €8,3 milhões (quadro nº 58). No período considerado, o peso do orçamento deste organismo no orçamento do Ministério da Cultura sofreu um ligeiro decréscimo, tendo registado o valor percentual mais elevado no ano de 2000 (4,8%) e o mais baixo em 2008 (3,5%). Em média significou 4%.

Quadro nº 58
Evolução do orçamento do organismo que tutela o sector do livro (2000-2008)
(euros e percentagem)

Ano	Valor	Em % do MC
2000	11.841.462	4,8
2001	10.937.141	3,7
2002	12.160.907	4,1
2003	10.006.320	3,9
2004	11.121.320	4,0
2005	12.149.254	4,3
2006	11.255.272	4,3
2007	8.316.014	3,7
2008	8.737.204	3,5

Fontes: <www.min-cultura.pt>, acedida em agosto de 2007; SG/MC (2007 e 2008).

Nota: Orçamento da DGLB (2007 e 2008) inclui Biblioteca Pública de Évora.

¹⁰⁸ IPLB de 1997 a 2007 e DGLB a partir deste ano.

Importa, entretanto, não perder de vista que a parte correspondente ao Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas significa sempre mais de metade dos orçamentos do organismo da tutela. De acordo com os Relatórios de Atividades da DGLB de 2007 e 2008¹⁰⁹, o referido programa significou 67% e 56% do orçamento em 2007 e 2008, respetivamente.

Meios organizativos

A política pública para o sector do livro em Portugal ganha pela primeira vez uma nova dimensão em 1980 com a criação de um organismo ao nível de direção-geral, o Instituto Português do Livro (IPL), na dependência da então Secretaria de Estado da Cultura. O quadro nº 59 dá conta das diferentes designações que o organismo vocacionado teve desde então. Designações que refletem diferentes perspetivas sobre o enquadramento administrativo (instituto ou direção-geral, autónomos ou incluindo a Biblioteca Nacional) e sobre as prioridades e articulações de política cultural (sucessivamente livro – por norma não escolar –, livro e leitura, livro, leitura e bibliotecas).

Quadro nº 59

Organismos com a tutela do sector do Livro por Designação e por Lei orgânica (1980-2007)

Ano	Designação do organismo que tutela o sector	Lei orgânica
1980	Instituto Português do Livro (IPL)	Decreto Regulamentar nº 17/80, de 23 de maio
1987	Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL)	Decreto-Lei nº 71/87, de 11 de fevereiro
1992	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL)	Decreto-Lei nº 106-E/92 de 1 de junho
1997	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB)	Decreto-Lei nº 90/97, de 19 de abril
2007	Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB)	Decreto-Lei nº 92/2007, de 29 de março

A atuação do IPL abarcou o apoio à criação (atribuições de prémios aos autores e financiamento de projetos de investigação sobre o património literário), o apoio à edição (designadamente no que se refere a obras do património literário português não disponíveis, obras indispensáveis desse mesmo património a preços acessíveis ao grande público); o apoio à comercialização (nomeadamente no que se refere à participação em feiras do livro e ao estabelecimento de parcerias com outros organismos públicos no sentido de facilitar a penetração do livro Português nos seus mercados potenciais, designadamente os PALP); apoio à divulgação e à promoção da leitura (Furtado, 1984: 21-22).

¹⁰⁹ Disponíveis em <http://www.dglb.pt>.

A crescente percepção relativamente aos (fracos) hábitos de leitura da população portuguesa motivou a necessidade de instituir uma Rede Nacional de Leitura Pública (Furtado, 1984: 22).

É neste contexto que surge em 1987 o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) que procedeu à implementação do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Este Programa tem por objetivo dotar cada município do Continente¹¹⁰ de uma biblioteca pública que obedeça a um conjunto de requisitos definidos internacionalmente.

Ao IPLL sucedeu, em 1992, o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL), o qual tem subjacente uma opção institucional diferente, uma vez que integrava também a Biblioteca Nacional (até aí organismo próprio) e visava a articulação da componente patrimonial do livro com a componente da edição, promoção e difusão.

Em 1997, e no quadro do então recém-instituído Ministério da Cultura, o IBL deu lugar ao Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) – voltando a Biblioteca Nacional à anterior situação de organismo autónomo – tendo como objetivo, de acordo com a respetiva lei orgânica, *definir e assegurar, a nível nacional, a coordenação e execução de uma política integrada do livro não escolar e das bibliotecas.*

Refira-se que, ainda no plano das intenções e no quadro prévio à criação deste novo instituto é aprovado, em Conselho de Ministros (Resolução nº 133/96, de 27 de agosto), o Programa de Apoio ao Sector do Livro que contempla diversas medidas: umas de natureza económica e financeira que tinham como objetivos o desenvolvimento e o fortalecimento do tecido empresarial do sector do livro; outras na área da formação envolvendo a colaboração de diversas instituições (como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, a APEL e o IBL); outras ainda relacionadas com Bolsas de Criação Literária; e o desenvolvimento da Rede Bibliográfica da Lusofonia¹¹¹.

É ainda no quadro do IPLB que é aprovado, em 1997, o Programa de Apoio à Promoção da Leitura (PAPL) com o objetivo de criar e consolidar os hábitos de leitura dos portugueses, com especial atenção para o público infanto-juvenil, através de projetos e ações de difusão do livro e

¹¹⁰ Em 2002 o Programa foi alargado às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

¹¹¹ De acordo com a referida Resolução do Conselho de Ministros nº 133/96, de 27 de agosto, trata-se de um *Programa de intervenção na área do livro e da leitura nos cinco países de língua oficial portuguesa, constituindo uma versão alargada e atualizada do 1º Projeto do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, iniciado em 1988 com Moçambique. (...) Os objetivos da Rede Bibliográfica da Lusofonia são, por um lado, assegurar uma presença efetiva do livro, da literatura e da cultura portuguesas nestes países na perspetiva da preservação de um património linguístico comum, e, por outro lado, contribuir, através da reabilitação e expansão das estruturas públicas e privadas ligadas ao livro e à leitura, para o desenvolvimento económico e cultural dos países africanos de língua portuguesa. A rede bibliográfica da lusofonia desenvolver-se-á a partir dos seguintes eixos de ação: i) Recuperação e revitalização das bibliotecas nacionais e públicas e arquivos nacionais, incluindo apoio no domínio dos equipamentos e apetrechamentos bibliográficos; ii) Reativação dos parques gráficos e dos sistemas de distribuição e de comercialização livreiros: Apoio a novas editoras; Apoio à criação e modernização de livrarias; iii) Promoção da leitura, através da realização de feiras do livro, atribuição de prémios literários, apoio a associações de escritores e organização de semanas culturais.*

promoção da leitura, que cobrem todo o território nacional. Trata-se de um Programa cujo objetivo central é proporcionar, através de parcerias entre o Instituto e as bibliotecas, conteúdos vários de animação da biblioteca e de promoção da leitura, incluindo ações de formação de mediadores¹¹².

A partir de 2007, e no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o IPLB dá lugar à Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB). Tem também como missão *assegurar a coordenação e execução da política integrada do livro não escolar, das bibliotecas¹¹³ e da leitura* (Decreto-Lei nº 92/2007, de 29 de março).

A partir do enfoque cronológico definido para este capítulo valerá a pena frisar algumas diferenças ao nível das atribuições e competências destes dois organismos (IPLB e DGLB) no que diz respeito ao sector do livro em particular.

A estrutura orgânica do IPLB compreendia duas direcções de serviços (*Direcção de Serviços do Livro* e *Direcção de Serviços de Bibliotecas*), um Departamento de Estudos e Investigação e uma Repartição de Serviços Administrativos. A estrutura orgânica da DGLB compreende duas direcções de serviços (cuja designação se mantém) e um serviço dependente – A Biblioteca Pública de Évora, anteriormente um serviço dependente do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT).

Ao nível das atribuições e competências, as da DGLB são alargadas designadamente no que diz respeito à realização de ações de formação, à conceção de um quadro normativo do sector do livro fundamentado em estudos (sobre o mercado do livro, sobre os hábitos de leitura) e à obtenção de dados estatísticos relativos ao sector do livro, em geral em articulação com o recém-criado Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) do MC.

¹¹² Este Programa foi objeto de um outro estudo do OAC realizado no âmbito do Plano Nacional de Leitura, *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas* (Neves e Lima, 2009b).

¹¹³ Por *bibliotecas* deve entender-se (com algumas exceções, como a Biblioteca Pública de Évora, tutelada pela DGLB/MC) as *bibliotecas públicas municipais*. Com efeito, o Ministério da Cultura não tem qualquer interferência nem nas bibliotecas públicas tuteladas por outros níveis administrativos, nem por outros ministérios, de que são exemplos as bibliotecas escolares (Ministério da Educação) e as bibliotecas universitárias (Ministério da Ciência e do Ensino Superior).

8.3. APOIOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AO SECTOR DO LIVRO

Os apoios da administração central ao sector do livro inserem-se, em grande medida, nas políticas culturais e são executadas pelo organismo que tutela o sector. Mas os apoios estão presentes noutras políticas e noutros ministérios, como o Ministério da Economia, que intervém através de apoios direcionados para as empresas, nestas se incluindo as do sector aqui em causa (edição e comercialização). Estes serão os ministérios a seguir abordados com maior detalhe. Entretanto, importa deixar uma nota no sentido de salientar que muitos outros organismos (de administração direta do Estado, desconcentrados, etc.) de vários ministérios têm programas de apoio à edição de obras relacionadas com os domínios que constituem as respetivas missões. É o caso do Apoio à Edição de Publicações Não Periódicas de Natureza Científica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), do Programa de Apoio à Edição de Teses de Mestrado e Doutoramento sobre Imigração e Minorias Étnicas do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), do Programa de Apoio à Edição do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)¹¹⁴ e dos Programas de Apoio à Edição em Portugal e no Estrangeiro do Instituto Camões (IC)¹¹⁵. Também organismos desconcentrados da administração central, como é o caso das direções regionais de Cultura, apoiam a edição de obras impressas que contribuam para a preservação e divulgação da memória coletiva regional e/ou local¹¹⁶.

Programas de apoio do Ministério da Cultura

Voltando aos apoios da administração central ao sector do livro, detalha-se agora as medidas de apoio postas em prática pelo organismo de tutela do sector no período em análise, organismo que, como se viu já, foi entre 1996 e 2007 o IPLB e é, desde 2007, a DGLB.

¹¹⁴ Criado em 2005, este programa contempla três áreas: i) Temas de e sobre Cooperação e Ajuda Pública ao Desenvolvimento; ii) Estudos sobre a realidade dos PALP e Timor-Leste nos seus diversos campos; iii) Estudos sobre a sua História que visem contribuir para um maior conhecimento da história comum com Portugal, bem como para o seu conhecimento. Este programa destina-se a todas editoras e centros universitários do território de Portugal Continental com igual estatuto ou que se associem a editoras para a publicação de obras em regime de coedição. Este apoio abrange a comparticipação exclusiva dos custos da edição (percentagem compreendida entre 30 e 60%). O montante afeto a este programa em 2007 foi de €30.000.

¹¹⁵ Estes dois programas mantiveram-se até 2005. Com maior regularidade, e recentemente reformulado, o Apoio à Edição no Estrangeiro destina-se a editoras estrangeiras que pretendam editar obras de autores portugueses, obras autores de países de língua oficial portuguesa e estudos sobre a cultura portuguesa no estrangeiro ou ainda obras de interesse para a cultura portuguesa.

¹¹⁶ É o caso do Projecto Editorial do Alentejo – Apoio à edição de estudos, obras, revistas e partituras promovido em 2007 pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo (montante global €30.000); do Programa de Apoio aos Agentes Culturais – Apoio à edição da Direcção Regional de Cultura do Norte.

No período 2000-2008 foram desenvolvidos programas de apoio à criação, à edição, à tradução de obras de autores portugueses e à promoção do livro no mercado externo (feiras e outros eventos)¹¹⁷.

No quadro da DGLB, em 2008 são 10 os programas de apoio à edição e um prémio, cujo incentivo versa sobre as obras de autores portugueses, africanos e brasileiros, bem como sobre revistas culturais, dos quais 6 e o Prémio destinados a empresas editoras sedeadas e com atividade em Portugal continental¹¹⁸ (quadro nº 60).

Quadro nº 60
Programas de apoio à edição da DGLB

Programas de apoio	Destinatários	Periodicidade	Forma
Edição de Obras de Novos Autores Portugueses	Editoras nacionais	Anual	Subsídio
Edição de Obras de Dramaturgia Portuguesa Contemporânea	Editoras nacionais	Anual	Subsídio
Edição de Ensaio	Editoras nacionais	Anual	Subsídio
Edição de Obras de Literatura e Cultura Africana	Editoras nacionais	Anual	Subsídio
Revistas Culturais	Editoras nacionais	Anual	Subsídio
Edição de Clássicos da Literatura Portuguesa	Editoras nacionais	Plurianual	Subsídio
Prémio Nacional de Ilustração	Editoras nacionais/ Ilustradores portugueses ou residentes em Portugal	Anual	Prémio monetário

Fonte: OAC a partir dos instrumentos legais dos vários programas da DGLB.

Nota: Em 2008 apenas foi aberto o concurso para o Programa de Apoio a Revistas e para o Programa de Apoio à Edição de Obras de Ensaio.

Quanto ao Prémio Nacional de Ilustração, ele é anual e destina-se a incentivar e a reconhecer o trabalho de autores na área da ilustração para crianças e jovens em Portugal. O Prémio consiste na atribuição de um valor monetário e de uma participação específica para a participação na Feira Internacional do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha. Podem ser igualmente atribuídas duas menções especiais destinadas à participação nesta feira.

Em termos processuais, o acesso aos programas é feito por intermédio de uma candidatura. A periodicidade destes programas é, normalmente, anual, com exceção do programa de apoio à Edição de Clássicos da Literatura Portuguesa que é plurianual. Os apoios são geralmente

¹¹⁷ Outros programas relacionados com as bibliotecas públicas (RNBP) e com a promoção da Leitura (PAPL) desenvolvidos pelo IPLB/DGLB são analisados num outro estudo do OAC (Neves e Lima, 2009b).

¹¹⁸ Pelo que não se consideram os programas de apoio dirigidos a entidades estrangeiras que queiram desenvolver uma iniciativa no campo da edição e tradução de autores portugueses e/ou de autores dos PALP. São eles: Tradução de obras de autores portugueses e africanos de língua portuguesa; Edição no Brasil; Edição de obras de autores portugueses para a infância e juventude e banda desenhada; e a Divulgação de autores portugueses e africanos de língua portuguesa no estrangeiro.

concedidos sob a forma de aquisição de um determinado número de exemplares, tendo como preço de referência uma redução de 20% em relação ao preço de venda ao público.

Considerando os projetos e entidades apoiadas no âmbito dos referidos programas entre 2003 e 2006, verifica-se uma tendência de evolução decrescente tanto no número de projetos como de entidades apoiadas: o número de projetos apoiados passa de 115 em 2004 para 44 em 2006 e o número de entidades beneficiárias de 92 para 43 nos anos respetivos (quadro nº 61).

Quadro nº 61
Projetos e Entidades apoiados por Programa e por Ano (2003-2006)
(número)

Programa	Projetos				Entidades			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Edição de Obras de Novos Autores Portugueses	6	7	8	–	5	7	6	–
Edição de Obras de Dramaturgia Portuguesa Contemporânea	5	5	6	–	4	5	5	–
Edição de Ensaio	33	29	23	2	17	18	10	2
Edição de Obras de Literatura e Cultura Africanas	11	16	7	–	7	10	5	–
Revistas Culturais	54	51	48	38	48	47	45	37
Edição de Clássicos da Literatura Portuguesa	nd	7	4	4	nd	5	4	4
<i>Total</i>	<i>109</i>	<i>115</i>	<i>96</i>	<i>44</i>	<i>81</i>	<i>92</i>	<i>75</i>	<i>43</i>

Fonte: OAC a partir da consulta do site do IPLB, resultados dos concursos 2003-2006.

Nota: nd – dados não disponíveis.

Numa análise por programa, os que apresentam o maior número de projetos apoiados são os das Revistas Culturais (média anual de 46) e o da Edição de Ensaio (média anual de 18), registados no início do período. Constata-se também que quase todos os programas decrescem, tanto em número de projetos como de entidades, sendo que a maior quebra se verifica na Edição de Ensaio de 2005 para 2006 (de 25 para 3). Em 2006, 3 dos 6 programas não abriram candidaturas.

Internacionalização de autores lusófonos

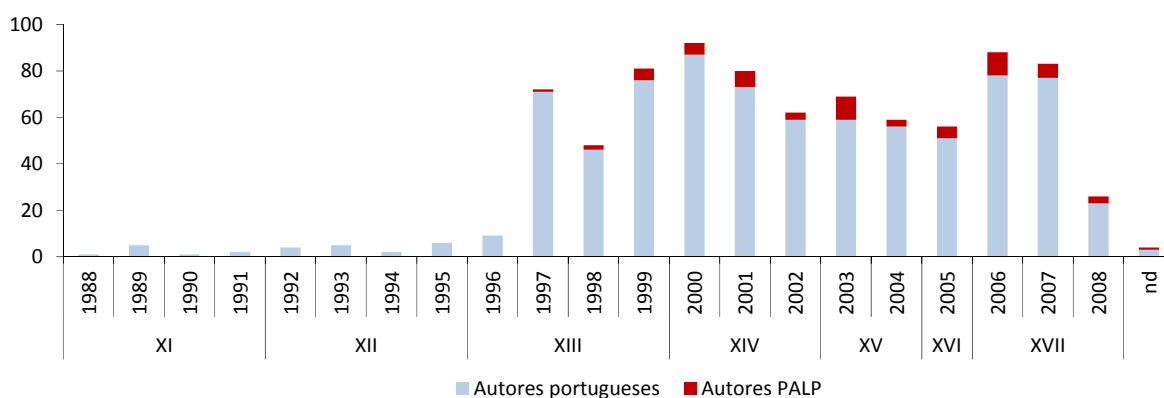
Para além dos programas de apoio à edição, a tutela apoia deslocações de autores e de editores aos mais importantes eventos internacionais do livro, e participa regulamente na feira de Frankfurt (compra e venda de direitos) e na feira de Bolonha, vocacionada para a literatura infantil e juvenil, nas quais alarga a rede de contactos e divulga os materiais de promoção que

produz, nomeadamente catálogos com apresentações de autores e traduções de capítulos de livros para inglês.

Desenvolve também um programa de apoio à tradução de obras de autores portugueses e lusófonos (PALP) direcionado para os editores estrangeiros. A análise realizada neste tópico tem por base as 854 obras identificadas como tendo tido o apoio da tutela da Cultura no âmbito do referido programa entre 1988 e 2008. O gráfico nº 27 mostra a distribuição das obras apoiadas por Ano de edição, por Governo Constitucional e por País de origem do autor¹¹⁹. Nele é possível constatar que, até ao XIII Governo Constitucional, os apoios tinham um carácter restrito, fragmentado e casuístico. Só com o XIII Governo Constitucional, com efeitos visíveis a partir de 1997, é notório um investimento consistente e continuado na política de internacionalização por via do apoio à tradução de obras de autores portugueses, o qual abrange, a partir de 1999, também autores dos PALP.

A legislatura seguinte consolida essa mesma política que se mantém (apesar de uma ligeira quebra no número de apoios concedidos) também no XV e no XVI Governos Constitucionais. No XVII regista-se novamente um forte acréscimo de edições de obras apoiadas.

Gráfico nº 27
Apoio à tradução: obras por Ano de edição, por Governo Constitucional e por Nacionalidade do autor (1988-2008)
 (número)
 n = 854



Fonte: OAC a partir de base de dados disponibilizada pela DGLB (julho 2008).

Notas: i) a data de referência corresponde ao ano da publicação da obra e não ao ano de concessão do apoio; ii) Para os anos que correspondem simultaneamente ao final de um mandato e ao início do mandato seguinte, e com vista a evitar duplas contagens, optou-se por atribuir as publicações editadas ao Governo Constitucional cujo mandato finda naquele ano; iii) tenha-se em conta que os dados apenas incluem parte da legislatura do XVII Governo Constitucional uma vez que remontam a julho de 2008; iv) nd = Não disponível.

¹¹⁹ Refira-se ainda que, de acordo com os dados recolhidos pela DGLB e disponibilizados ao OAC, foram traduzidas 2.236 obras de 371 autores portugueses e dos PALP para 39 línguas e editadas em 47 países no período em causa. Esta base de dados abrange as traduções de obras de autores portugueses ou de autores PALP apoiadas por este organismo, bem como todas aquelas que, por diversas formas, chegaram ao conhecimento da DGLB.

Considerando agora a língua para a qual foi realizada a tradução constata-se, antes de mais, uma grande diversidade: são 33 as línguas para as quais foram traduzidas obras de autores portugueses ou dos PAPL¹²⁰. Ao longo do período considerado são 6 as línguas para as quais foram traduzidas mais de 50 obras: Línguas espanholas (134), Búlgaro (111), Alemão (108), Francês (101), Italiano (91) e Inglês (59) (quadro nº 62).

Quadro nº 62

Apoio à tradução: obras apoiadas por Governo Constitucional e por Língua (1988-2008)
(número)

Língua	Governo Constitucional							nd	Total
	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII		
	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2002	2002-2004	2004-2005	2005-2009**		
Línguas espanholas*	-	-	23	28	28	8	47	-	134
Búlgaro	-	-	25	43	20	7	15	1	111
Alemão	7	14	45	19	8	5	10	-	108
Francês	1	-	28	38	11	3	20	-	101
Italiano	-	-	15	14	7	11	44	-	91
Inglês	-	2	13	16	6	4	18	-	59
Outras	1	1	61	76	48	18	43	2	250
<i>Total</i>	<i>9</i>	<i>17</i>	<i>210</i>	<i>234</i>	<i>128</i>	<i>56</i>	<i>197</i>	<i>3</i>	<i>854</i>

Fonte: OAC a partir de base de dados disponibilizada pela DGLB (julho 2008).

Notas i) a data de referência corresponde ao ano da publicação da obra e não ao ano de concessão do apoio; ii) Para os anos que correspondem simultaneamente a final de um mandato e início do mandato seguinte, e com vista a evitar duplas contagens, optou-se por atribuir as publicações editadas ao Governo Constitucional cujo mandato finda naquele ano; iii) * Inclui Castelhanos, Galego e Catalão; iv) ** tenha-se em conta que os dados apenas incluem parte da legislatura do XVII Governo Constitucional uma vez que remontam a julho de 2008; v) nd = Não disponível.

O apoio à tradução de obras para alemão é o único transversal a todas as legislaturas, com especial incidência na vigência do XIII Governo Constitucional¹²¹. Registam-se ainda apoios significativos a traduções para búlgaro e para francês durante o mandato do XIV Governo Constitucional.

Na vigência do XVII Governo Constitucional parece clara a aposta no apoio à tradução para as línguas espanholas, língua italiana e língua inglesa. A tradução para a língua inglesa parece ser uma aposta do XVII Governo Constitucional, dando seguimento às linhas traçadas no Programa

¹²⁰ São elas: Albanês, Alemão, Árabe, Bengali, Búlgaro, Catalão, Checo, Croata, Dinamarquês, Eslovaco, Esloveno, Espanhol, Estónio, Finlandês, Francês, Galego, Grego, Hebraico, Holandês, Húngaro, Indiano, Inglês, Italiano, Letão, Macedónio, Mandarim, Norueguês, Polaco, Romeno, Russo, Sérvio, Sueco e Tailandês.

¹²¹ Importará ter em conta a participação de Portugal na Feira do Livro de Frankfurt, de que foi país tema em 1997.

de Governo¹²², ainda assim com valores relativamente baixos à data de referência dos dados disponíveis (julho de 2008).

No total, são 212 os autores portugueses e dos PALP com pelo menos uma obra traduzida com o apoio do organismo público que tutela o sector. São 15 os autores com pelo menos 10 obras traduzidas e 4 os autores com mais de 32 obras traduzidas (quadro nº 63).

Quadro nº 63
Apoio à tradução: obras apoiadas por Governo Constitucional e por Autor (1988-2008)
(número)

Autor*	Governo Constitucional								Total
	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	nd	
	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2002	2002-2004	2004-2005	2005-2009*		
José Saramago	1	1	19	15	6	6	12	-	60
Fernando Pessoa	-	2	10	18	8	2	5	1	46
António Lobo Antunes	1	1	13	16	7	3	4	-	45
Eça de Queirós	-	-	1	15	5	6	5	-	32
Lídia Jorge	1	1	4	5	2	1	4	-	18
Eugénio de Andrade	-	-	4	4	6	-	3	-	17
Miguel Torga	2	4	3	5	-	-	-	-	14
Outros	4	8	156	156	94	38	164	2	622
<i>Total</i>	<i>9</i>	<i>17</i>	<i>210</i>	<i>234</i>	<i>128</i>	<i>56</i>	<i>197</i>	<i>3</i>	<i>854</i>

Fonte: OAC a partir de base de dados disponibilizada pela DGLB (julho 2008).

Notas: i) a data de referência corresponde ao ano da publicação da obra e não ao ano de concessão do apoio; ii) Para os anos que correspondem simultaneamente a final de um mandato e início do mandato seguinte, e com vista a evitar duplas contagens, optou-se por atribuir as publicações editadas ao Governo Constitucional cujo mandato finda naquele ano; iii) * tenha-se em conta que os dados apenas incluem parte da legislatura do XVII Governo Constitucional uma vez que remontam a julho de 2008.

* Consideram-se os autores com mais de 10 obras traduzidas no âmbito do Programa.

Refira-se ainda que, do conjunto das 854 obras cuja tradução foi apoiada pela tutela da cultura no período em causa, 70 são coletâneas de textos de vários autores.

¹²² Lembre-se que, como se referiu atrás, *fomentar a tradução sistemática para inglês de obras de e sobre criadores culturais e científicos portugueses e assegurar a sua ampla divulgação* é uma das linhas orientadoras da política cultural externa do XVII Governo Constitucional.

Programa de apoio do Ministério da Economia

Entre 2000 e 2006, o Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), inserido no III Quadro Comunitário de Apoio, e gerido pelo Ministério da Economia e da Inovação (MEI), disponibilizou às empresas dos sectores da Indústria, Energia, Construção, Transportes, Turismo, Comércio e Serviços um conjunto de instrumentos de política económica de médio prazo. O Programa decompõe-se nos Eixos e Medidas de que o quadro nº 64 dá conta.

Quadro nº 64
PRIME por Eixos e Medidas

Eixos	Medidas
Eixo 1 – Dinamização das Empresas	Medida 1 – Estimular a Modernização Empresarial Medida 2 – Apoiar o Investimento Empresarial Medida 3 – Melhorar as Estratégias Empresariais
Eixo 2 – Qualificação dos Recursos Humanos	Medida 4 – Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos
Eixo 3 – Dinamização do Envolvente Empresarial	Medida 5 – Incentivar a Consolidação de Infraestruturas Medida 6 – Apoiar as Parcerias Empresariais Medida 7 – Dinamizar Mecanismos de Inovação Financeira Empresarial Medida 8 – Internacionalizar a Economia

Em termos de mobilização de recursos, o PRIME tem associado um custo total (público e privado) superior a €8 mil milhões. Deste montante, cerca de metade (€4.151 milhões) corresponde ao somatório dos recursos públicos nacionais e dos fundos estruturais.

De entre os vários objetivos deste Programa destaca-se o incentivo à criação e desenvolvimento das empresas, a expansão da sua atividade, a modernização estrutural e organizacional das instalações e equipamentos, a introdução ou aperfeiçoamento das novas tecnologias da informação e comunicação, a cooperação e articulação empresarial, a internacionalização e a formação dos seus quadros, entre outros.

Deste modo, do vasto conjunto de sistemas de apoio às empresas possibilitado pelo PRIME, o quadro nº 65 apresenta apenas os que tiveram como destinatários as empresas da Edição de livros (subclasse 22110 da CAE Rev. 2.1.) e do Comércio a retalho de livros (subclasse 52471 da CAE Rev. 2.1.).

Quadro nº 65

Sistemas de apoio do PRIME às empresas da Edição de livros e do Comércio a retalho de livros

Sistemas de apoio	Eixo/ Medida	Edição de livros	Comércio a retalho de livros
Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME)	1.1	Sim	Sim
Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial – Desenvolvimento Internacional (SIME Internacional)	1.1	Sim	Sim
Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE)	1.2	Sim	Sim
Sistema de Incentivos à Economia Digital (SIED)	1.2	Sim	Sim
Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM)	1.2	Não	Sim
Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial (SIUPI)	1.3	Sim	Sim
Sistema de Incentivos à Cooperação Empresarial (SICE)	1.3	Sim	Sim
Formação Profissional – Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos	2.4	Sim	Sim

Fonte: OAC a partir dos instrumentos legais dos vários sistemas do PRIME.

Os dados disponíveis permitem dar conta do número de projetos candidatos e apoiados, do valor do investimento e do incentivo dado pelo PRIME às empresas da Edição de livros (22110) e Comércio a retalho de livros (52471).

Assim, e de acordo com os quadros nºs 66 e 67, constata-se uma reduzida adesão das empresas ligadas ao sector do livro aos sistemas de apoio do PRIME: são poucas as candidaturas e, conseqüentemente, escassos os projetos apoiados, quer entre as empresas da edição de livros quer entre as do comércio a retalho de livros. Ainda assim, os projetos apoiados totalizam um investimento superior a €9 milhões a que corresponde um incentivo no âmbito do Programa de mais de €3 milhões.

Quadro nº 66

Sistema de apoio das empresas de Edição de livros por Projeto e por Valor (2000-2006)

(número e valor em euros)

Sistema	Projeto		Valor	
	Com candidatura	Apoiados	Investimento (€)	Incentivo (€)
SIME	3	1	3.053.893	875.508
SIME Internacional	1	1	37.050	11.220
SIPIE	14	5	258.812	80.797
SIED	6	5	1.430.598	308.015
Formação Profissional	3	3	404.260	270.641
<i>Total</i>	<i>27</i>	<i>15</i>	<i>5.184.613</i>	<i>1.546.181</i>

Fonte: OAC a partir dos dados fornecidos pelo PRIME em julho de 2007.

Nota: Investimento refere-se aos projetos apoiados e representa o valor total do projeto que a empresa propõe realizar; Incentivo é a parte financiada pelo PRIME.

Relativamente à Edição de livros, e quanto às candidaturas, o SIPIE foi o que registou o maior número (14). Este e o SIED viram aprovados 5 projetos cada um. Quanto aos investimentos a realizar e aos incentivos atribuídos, o SIME e o SIED são os que registam os valores mais elevados. Registe-se ainda os valores destinados à Formação profissional. Sem qualquer candidatura ficaram dois sistemas o SIUPI e o SICE.

Quadro nº 67

Sistema de apoio das empresas do Comércio a retalho de livros por Projeto e por Valor (2000-2006)
(número e valor em euros)

Sistema de apoio	Projeto		Valor	
	Com candidatura	Apoiados	Investimento	Incentivo
SIME	1	1	667.042	255.580
SIPIE	38	11	839.447	307.384
SIED	2	1	26.384	9.402
URBCOM	33	25	2.215.631	1.193.879
<i>Total</i>	<i>74</i>	<i>38</i>	<i>3.748.505</i>	<i>1.766.244</i>

Fonte: OAC a partir dos dados fornecidos pelo PRIME em julho de 2007.

Nota: Investimento refere-se aos projetos apoiados e representa o valor total do projeto que a empresa propõe realizar; Incentivo é a parte financiada pelo PRIME.

No que toca ao Comércio a retalho de livros (quadro nº 67), e também quanto às candidaturas, o SIPIE e o URBCOM foram os que registaram os números mais elevados (38 e 33, respetivamente). Essa ordem inverte-se quando se passa aos projetos apoiados: 25 do URBCOM e 11 do SIPIE. Relativamente aos investimentos a realizar e aos incentivos atribuídos, o URBCOM é claramente o que mais se destaca. Sem candidaturas ficaram quatro sistemas: o SIME Internacional, o SIUPI, o SICE e Formação profissional.

No seu conjunto, e no que toca às empresas de edição e de comércio a retalho de livros, o PRIME apoiou sobretudo projetos de incentivo a pequenas iniciativas empresariais (SIPIE), de introdução ou aperfeiçoamento das novas tecnologias de informação (SIED) e de revitalização do comércio em centros das cidades e vilas (URBCOM) – este apenas acessível às empresas de comércio a retalho de livros.

8.4 O IVA DO LIVRO: UMA PERSPETIVA EUROPEIA

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto indireto que tem como objetivo tributar a comercialização de bens materiais e serviços.

Para bens e serviços culturais (e em particular para a comercialização de livros) é frequente entre os países da União Europeia a aplicação de uma taxa reduzida ou mesmo a isenção deste imposto. Aliás, a partir dos dados sistematizados no quadro nº 68 é possível constatar que, dos 27 países da União Europeia (UE), apenas a Bulgária e a Dinamarca não o fazem, aplicando à comercialização de livros o regime geral do IVA (20% e 25%, respetivamente). Nos restantes países da UE as taxas variam entre 0% (Isenção) e 10% (valor mais elevado da taxa reduzida). Desde 1992 que, em Portugal, é aplicada a taxa reduzida (atualmente fixada em 5%).

Porém, importa ainda ter em conta que vários países determinam exceções, mantendo o regime geral em algumas categorias de livros¹²³.

Também existem diferenças no regime do IVA nas várias fases da cadeia do livro. Em Portugal à comercialização de livros é aplicada a taxa reduzida mas à impressão é aplicada a taxa do regime geral.

A este propósito refira-se que vários estudos europeus argumentam que tais desfasamentos não contribuem para o desenvolvimento do sector estando inclusivamente em desacordo com o princípio geral deste imposto que se rege pela neutralidade e equidade dentro de cada indústria (Richard, 2000: 6). O problema agudiza-se se se tiver em conta as transações envolvendo produtos eletrónicos:

This means, for example, that a book, subject to a reduced VAT rate in its traditional form, when supplied through the digital medium, will be subject to a full VAT rate. Such a policy will lead to a discriminatory treatment of cultural products according to their medium and modes of delivery, and thus infringe the principles of neutrality and equity present in VAT taxation (Richard, 2000: 6).

Ainda uma nota relativamente a Estados não integrados na União Europeia. A título ilustrativo, refira-se a aplicação da taxa de 0% no Brasil e no México, de taxas na ordem dos 10% a 12% nos

¹²³ Tomando como exemplo o caso português, o Código do IVA considera como sujeitos à taxa reduzida *Livros, folhetos e outras publicações não periódicas de natureza cultural, educativa, recreativa e desportiva, brochados ou encadernados. Excetuam-se: a) Cadernetas destinadas a colecionar cromos, decalcomanias, estampas ou gravuras; b) Livros e folhetos de carácter pornográfico ou obsceno; c) Obras encadernadas em peles, tecidos de seda ou semelhante; d) Calendários, horários, agendas e cadernos de escrita; e) Folhetos ou cartazes promocionais ou publicitários, incluindo os turísticos, e roteiros ou mapas de estradas e de localidades; f) Postais ilustrados.* Lista I – Bens Serviços Sujeitos à Taxa Reduzida que consta do Decreto-Lei nº 102/2008, de 20 de junho.

países da Oceânia e das diferentes taxas aplicadas nos Estados Unidos da América, uma vez que variam de Estado para Estado (entre 1% e 7%).

Quadro nº 68
Percentagem de IVA e existência de Preço Fixo do Livro por País (UE, 2006)

Países UE	% IVA		Preço Fixo do Livro
	Para livros	Regime geral	
Alemanha	7	19	v
Áustria	10	20	v
Bélgica	6	21	x
Bulgária	20	20	v
Chipre	5	15	nd
Dinamarca	25	25	x
Eslováquia	10*	19	x
Eslovénia	8,5	20	v
Espanha	4	16	v
Estónia	5	18	x
Finlândia	8	22	x
França	5,5	19,6	v
Grécia	4,5	19	v
Hungria	5	20	x
Irlanda	0	21	x
Itália	4	20	x
Letónia	5	18	x
Lituânia	5	18	x
Luxemburgo	3	15	x
Malta	5	18	x
Países Baixos	6	19	v
Polónia	0	22	x
Portugal	5	21	v
Reino Unido	0	17,5	x
República Checa	5	19	x
Roménia	7	19	x
Suécia	6	25	x

Fonte: European Commission (2006: 4 e 6) para Chipre, Luxemburgo e República Checa; (ERICarts – European Institute for Comparative Cultural Research, 2008) para os restantes países.

Legenda: v = Sim; x = Não; nd – Não disponível.

Nota: * Desde 1 janeiro 2008 (anteriormente 19%).

8.5. PREÇO FIXO DO LIVRO

A Lei do Preço Fixo é um instrumento legal de regulação da oferta que atua sobre o mercado tendo por objeto uma particular indústria cultural, mas com implicações mais abrangentes (Mikkeli, 2004: 44). A sua aplicação ao sector do livro tem como objetivos assegurar a existência de uma rede de livrarias e a sustentabilidade de pequenas e médias editoras (Mikkeli, 2005: 116). Em França, a criação da FNAC em 1974 (que propunha descontos de 30%) e a venda por parte dos hipermercados e das grandes superfícies de livros com elevados descontos foram considerados um perigo para o futuro da rede de livrarias tradicionais e, conseqüentemente, para a oferta de proximidade e para a diversidade dos fundos disponíveis (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 45).

No essencial, a Lei do Preço Fixo determina uma percentagem máxima de desconto ao consumidor final que todos os pontos de venda devem respeitar, independentemente do seu tipo e da sua localização no território nacional, e durante um certo período após a edição.

Tal como noutros países – como por exemplo em França – também em Portugal a adoção da Lei do Preço Fixo do Livro em 1996 foi precedida de um longo debate público (com início nos anos 80). Tal discussão ganhou maior visibilidade no início dos anos 90 com a entrada das grandes superfícies no comércio do livro escolar (Santos e Gomes, 2000: 65-66)¹²⁴.

Portugal é um dos 9 países da União Europeia onde o preço de venda ao público é regulamentado por lei (ver atrás quadro nº 68). A legislação em causa (Decreto-Lei nº 176/96 de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro) determina que o preço de cada livro (novidades) seja fixado pelo editor ou importador exclusivo. A margem máxima de desconto é de 10%. Esta percentagem é o valor máximo de desconto permitido nos primeiros 18 meses de cada edição. Existem dois tipos de exceções previstas na lei: o primeiro refere-se à variação do desconto (até 20%) para as aquisições feitas por bibliotecas públicas e escolares, instituições de solidariedade social e em todas as ações de promoção do livro e do autor português no âmbito da cooperação externa do Estado. O segundo tipo de exceções prende-se com a isenção da obrigação de venda a preço fixo para: manuais escolares, livros auxiliares do ensino básico e secundário; livros usados e de bibliófilo; livros esgotados e descatalogados bem como as subscrições em fase de pré-catalogação.

O modelo adotado em 1996 por Portugal é muito semelhante ao que já então vigorava em França e em Espanha. Mas a Lei do Preço Fixo não é o único instrumento de regulação adotado em países da UE. Decorrente das tradições nacionais, em países como a Itália e a Dinamarca

¹²⁴ Referem-se aqui alguns dos principais argumentos então evocados: a influência que possa ter no sector tendo em conta que também afeta as margens de negociação e, em último caso, define a própria oferta e a diversidade não só dos (mas também nos) canais de comercialização e que terá de ser levada em conta.

vigoram acordos comerciais dentro da própria indústria (ou seja, entre associações de editores e associações de distribuidores).

Outros países (como a Bélgica, a Finlândia, a Irlanda, o Reino Unido e a Suécia) não optaram nem pela Lei do Preço Fixo nem por acordos comerciais (Richard, 2000: 7). Embora a adoção desta Lei seja recomendada pela UNESCO (Garzón, 2005: 35), em vários países não pertencentes à UE (com grande peso no mercado internacional do livro, como por exemplo a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos da América¹²⁵) não existe qualquer regulamentação sobre esta matéria.

Num contexto económico onde prevalecem as políticas de abertura de mercado, a proteção de um sector específico é matéria controversa e pode levar à sua modificação. Alguns autores chegam inclusivamente a argumentar que países sem Preço Fixo do Livro (como é o caso do Reino Unido e da Finlândia) aumentam o número de títulos publicados por milhão de habitantes. Segundo Tapani Mikkeli, *It is possible that fixed pricing may be protecting smaller enterprises and maintains diversity, but at the expense of growth in the book publishing industry as a whole* (Mikkeli, 2005: 125).

Porém, os seus efeitos são tidos como globalmente positivos. Num balanço do caso francês considera-se que, embora não tenha impedido o recuo das livrarias de proximidade e os movimentos de concentração de editoras, favoreceu a concorrência em termos económicos e em termos dos serviços prestados, permitindo aos livreiros mais ativos reestruturarem-se, adotarem modelos de gestão mais racionais e de se agruparem no sentido de minimizar os custos de funcionamento (Horellou-Lafarge e Segré, 2003: 45).

8.6. SÍNTESE

A análise dos vários instrumentos em que se formalizam os objetivos programáticos ao nível governativo mostra que as políticas culturais do sector objeto do *Inquérito* incluem três vertentes: o livro não escolar, a leitura, e as bibliotecas públicas. Estas são as vertentes (ou objetivos estratégicos) que estruturam as medidas e programas executados pela tutela do sector. A vertente do livro concretiza-se através do apoio à criação literária e à edição de determinadas obras (e revistas culturais). Isto no plano nacional. No plano internacional através de programas de divulgação de obras e autores portugueses no estrangeiro bem como, desde 1997, do apoio à tradução de obras de autores portugueses e dos PALP, países em que, tal como em Timor-Lorosaé, se procura também desenvolver o sector do livro. Privilegia-se, portanto, formas de apoio *indireto* ao sector do livro (apoio à edição, não às editoras). A vertente da

¹²⁵ Aliás, no caso dos Estados Unidos da América, a lei federal (*Robinson-Patman Act*) proíbe a aplicação por parte dos produtores de preços anti competitivos.

leitura concretiza-se através da sua promoção junto de vários públicos-alvo e em diversos contextos. Entre esses contextos o das bibliotecas públicas municipais ocupa um lugar central, reforçado desde 2007, após o lançamento do Plano Nacional de Leitura (que a tutela da Cultura integra) e o alargamento do Programa de Ações de Promoção da Leitura a todas as bibliotecas públicas municipais e não apenas as que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Rede cuja constituição é uma prioridade desde 1986 e que representa a parte substancial dos meios financeiros postos à disposição da tutela do sector aqui em causa, o qual registou diversas configurações desde a criação de um organismo autónomo em 1980.

De acordo com os dados recolhidos o que se constata é que os meios financeiros deste organismo têm vindo a registar uma diminuição sensível, particularmente acentuada nos anos de 2007 e 2008, tanto em números absolutos como em percentagem do Ministério da Cultura.

Neste capítulo tratou-se de forma mais detalhada o programa de apoio à tradução de obras de autores portugueses e dos PALP. Essa análise mostra que tal programa vem constituindo uma importante linha de atuação da tutela desde 1996 permitindo e facilitando a divulgação de mais de 800 obras de cerca de 212 autores em 33 línguas estrangeiras até meados de 2008.

A sustentação das políticas culturais centrais nas referidas três vertentes não é propriamente uma especificidade nacional, antes segue uma tendência verificada no plano internacional. A questão que se coloca, aliás, também nesse plano, é a do apoio público direto à indústria cultural do livro, apoio que não passa pela tutela da Cultura mas pela tutela da Economia. O que se verifica é que não existem programas especificamente dirigidos para esta indústria, embora alguns sistemas de apoio a incluam tanto relativamente à edição como à comercialização. Sistemas que, contudo, parecem ter um impacto reduzido no conjunto das empresas do sector.

Fez-se ainda referência à intervenção do Estado, numa perspetiva comparada a nível europeu, em duas medidas com importante impacto no sector do livro: o IVA, Imposto em que vigora em Portugal a taxa reduzida (ao nível da edição), e a regulação através do Preço Fixo do Livro, que Portugal adotou em 1996, depois de um processo marcado, tal como noutros países, aliás, por forte controvérsia pública.

Tendo-se identificado as linhas programáticas orientadoras e inventariado as medidas e programas postos em prática ao nível das políticas públicas para, ou com implicações diretas, no sector do livro, importará ter também uma noção do seu impacto e da sua avaliação por parte dos agentes do sector objeto deste *Inquérito*. Assim, a sistematização das linhas e medidas aqui realizada não se esgota nela, antes constitui mais um levantamento de tópicos a incluir na fase do inquérito por questionário à edição e comercialização.

9. EMPREGO E FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL

Neste capítulo aborda-se o emprego no sector do livro e a formação de nível superior direcionada para este sector. Recorre-se, quanto ao emprego, ao Inquérito ao Emprego e ao Inquérito às Empresas Harmonizado/Sistema de Contas Integradas das Empresas (INE), os quais permitem traçar um panorama da evolução do pessoal ao serviço das empresas da edição de livros em Portugal no período 1996-2007 (números totais), 2000-2007 (escalão de pessoal) e 2002-2007 (por região). Uma vez que se trata de fontes harmonizadas à escala da União Europeia (UE), procura-se também identificar o lugar de Portugal nesse âmbito tomando 2004 como ano de referência. Importa ter em conta que a informação proveniente dos Censos disponibilizada pelo INE apresenta níveis de agregação que não permitem uma análise por profissão válida para o presente *Inquérito ao Sector do Livro*.

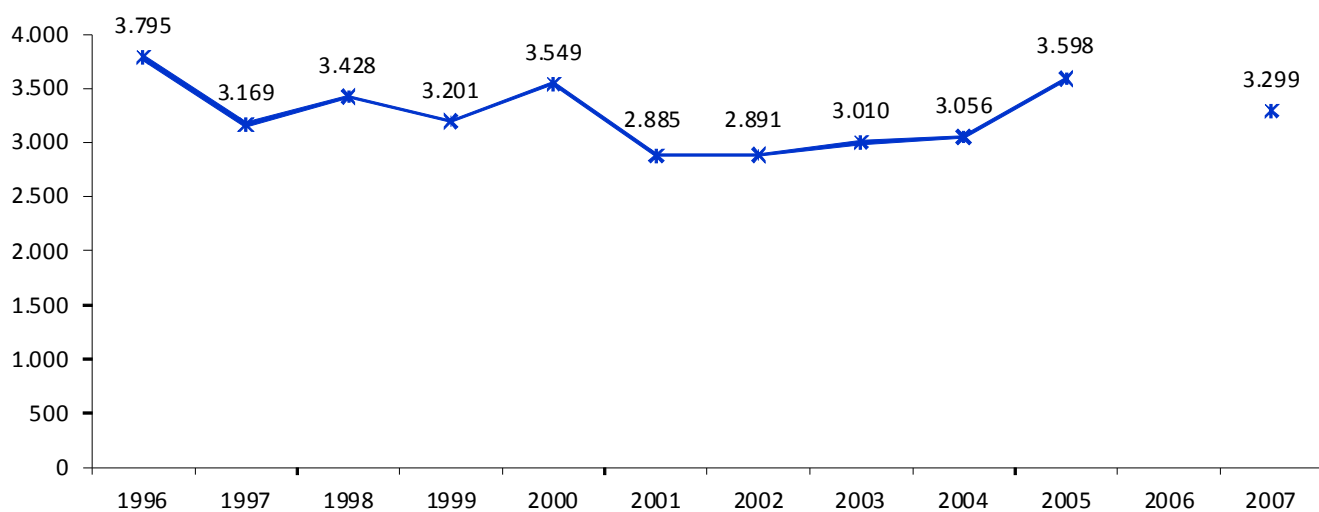
Quanto à formação académica, tendo em conta a importância desta dimensão, e a inexistência de informação sistematizada e atualizada, optou-se pela recolha junto das próprias instituições de ensino. É, assim, possível, estabelecer um esboço da situação encontrada no tocante à oferta de licenciaturas, pós-graduações e mestrados por parte das instituições de ensino superior portuguesas.

9.1. PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS DE EDIÇÃO DE LIVROS

No arco temporal em análise (1996-2007), o número mais elevado de pessoal ao serviço das empresas de edição de livros registou-se no ano de 1996 (3.795) e o mais baixo em 2001 (2.885) (gráfico nº 28). A média para o conjunto dos anos é 3.262.

Quanto à evolução anual verificam-se três momentos: um compreendido entre 1996 e 2001 em que se registam oscilações (aumentos e quebras), um outro compreendido entre 2001 e 2005, que evidencia uma tendência de crescimento, e um outro, tendo em conta o ano de 2007, novamente de quebra. Registe-se ainda a diminuição verificada entre os anos limites 1996 (3.795) e 2007 (3.299).

Gráfico nº 28
Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Ano (1996-2007)
 (número)



Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito Anual às Empresas, 1996-1999 e Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 2000-2007.

Nota: O valor total não está disponível para 2006.

Passa-se agora à análise por escalão de pessoal ao serviço nas empresas. Entre os anos de 2000 e 2002, as empresas de edição de livros que apresentaram um maior número de pessoal ao serviço foram as situadas no escalão 20 e Mais, com o valor máximo de 73%, em 2002, e o mínimo de 57%, em 2000, seguidas, a longa distância, das empresas com escalão de pessoal Até 9, com um valor máximo de 34% (2000) e mínimo de 18% em 2002 (quadro nº 69). As empresas de edição de livros do escalão 10-19 foram as que apresentaram um menor número de pessoas ao serviço, no período considerado, com o máximo de 10%, em 2002 e mínimo de 9% em 2000.

Quadro nº 69

Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)
(percentagem em coluna)

Escalão de pessoal	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005**	2006***	2007**
Até 9	34,3	27,0	17,5	21,3	*	*	*	*
10-19	9,0	9,4	9,9	*	10,6			
20 e mais	56,7	63,6	72,6	*	*			
10-49						18,6	*	22,4
50-249						41,6	*	39,8
250 ou mais						*	*	*
<i>Total</i>	<i>3.549</i>	<i>2.885</i>	<i>2.891</i>	<i>3.010</i>	<i>3.056</i>	<i>3.598</i>	<i>*</i>	<i>3.299</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2000-2007.

Notas: * valor em segredo estatístico. ** Nestes anos apenas é possível estabelecer comparação com um dos escalões (Até 9), uma vez que foram objeto de redefinição, passando agora a ser 4: Até 9, 10-49; 50-200; 250 ou mais.

Como resulta da consulta do quadro, não é possível proceder a uma análise detalhada e completa da evolução do pessoal ao serviço das empresas de edição de livros, por Escalão de pessoal e por Ano, entre os anos de 2003 e 2007, na medida em que, por um lado, vários dados encontram-se em segredo estatístico e, por outro lado, houve redefinições em alguns dos escalões. No entanto, é possível observar que em 2005 e 2007 são as empresas com o escalão de pessoal 50-249 as com maior peso percentual (mais de 40%). Em termos de evolução, se as empresas com este escalão apresentam uma ligeira quebra no período (2%), as do escalão 10-49 apresentam, por outro lado, uma ligeira subida (3%).

Passando a um outro indicador – a média de pessoas ao serviço das empresas por escalão – pode dizer-se que a média total oscila entre 13 em 2003 e 7 em 2007 (quadro nº 70).

Os vários escalões apresentam, com exceção de 10-19, oscilações anuais significativas. O escalão mais baixo (Até 9) oscila entre 2 e 5; o escalão 20 e mais varia entre 92 e 102; e o escalão 50-249 entre 93 e 110 pessoas ao serviço em média.

Quadro nº 70

Média de Pessoas ao serviço das empresas de edição de livros por Escalão de pessoal e por Ano (2000-2007)
(média)

Escalão de pessoal	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005**	2006**	2007**
Até 9	5	3	2	4	*	*	2	*
10-19	15	15	15	*	14			
20 e mais	92	102	75	*	*			
10-49						18	19	20
50-249						93	110	101
250 ou mais						*	*	*
<i>Total</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>9</i>	<i>13</i>	<i>10</i>	<i>9</i>	<i>*</i>	<i>7</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2007.

Notas: (i) * valor em segredo estatístico. (ii) ** neste ano apenas é possível estabelecer comparação com um dos escalões (Até 9), uma vez que foram objeto de redefinição, passando agora a ser 4: Até 9, 10-49; 50-200; 250 ou mais.

Passando à análise por Região, entre 2002 e 2007, Lisboa foi a que maior percentagem de pessoal ao serviço teve, entre 70% e 74%, seguida da região Norte, cuja percentagem oscilou entre 21% e 25% (quadro nº 71).

Quadro nº 71

Pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)
(percentagem em coluna)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	21,2	25,1	24,6	*	*	*
Centro	3,5	3,2	3,3	3,6	*	4,3
Lisboa	73,8	70,1	70,4	*	*	*
Alentejo	0,6	0,5	0,6	0,7	*	0,5
Algarve	*	0,2	*	0,3	*	*
Açores	0,7	*	*	0,6	*	*
Madeira	*	*	0,2	0,1	*	*
<i>Pessoal ao serviço</i>	<i>2.891</i>	<i>3.010</i>	<i>3.056</i>	<i>3.598</i>	<i>*</i>	<i>3.299</i>

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2007.

Notas: (i) * valor em segredo estatístico; (ii) Valores não disponíveis para 2006.

Quanto à média de pessoal ao serviço nas empresas de edição de livros, entre 2002 e 2007, a região Norte é aquela em que tal média é mais elevada (16 pessoas em 2003 e em 2004), seguida de Lisboa com o valor mais elevado em 2003, 13 (quadro nº 72).

Quadro nº 72

Média de pessoal ao serviço das empresas de edição de livros por Região e por Ano (2002-2007)
(média)

Região	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	13	16	16	*	*	*
Centro	6	6	5	4	5	4
Lisboa	9	13	10	*	8	*
Alentejo	5	5	4	2	2	2
Algarve	*	1	*	1	1	*
Açores	7	*	*	5	*	*
Madeira	*	*	1	1	2	*
Total	9	13	10	9	*	7

Fonte: OAC a partir de INE, Inquérito às Empresas Harmonizado e Sistema de Contas Integradas das Empresas em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 2002-2005.

Nota: * valor em segredo estatístico.

Portugal no contexto da União Europeia

Os dados até aqui referidos para o período 2002-2007 resultam do inquérito às atividades das empresas. Esse inquérito está harmonizado à escala da União Europeia (UE), sob a designação de *Structural Business Statistics*.

Como se tem vindo a referir, o sector da edição é um dos poucos sectores do domínio da Cultura coberto pelas estatísticas económicas da UE por via do referido inquérito. Mais especificamente trata-se de uma fonte válida uma vez que os dados existentes permitem dar conta de alguns indicadores relevantes para caracterizar as empresas da edição de livros (quanto ao volume de vendas e ao pessoal ao serviço) bem como do lugar que esse sector ocupa no conjunto da indústria transformadora, nos planos nacional e da UE. O volume de negócios foi já tratado no Capítulo 6. O quadro nº 73 dá conta do pessoal ao serviço. Os dados para o total dos 27 países da UE são estimados.

Tal como para Portugal, também para o conjunto dos países da UE se restringe a análise ao subsector da edição de livros.

Passando à análise dos dados (que se reportam a 2004), o dado que mais se destaca é que a percentagem do pessoal do sector da edição de livros no total do pessoal empregado na indústria transformadora em Portugal (0,4%) está apenas uma décima abaixo da média da UE (que é de 0,5%).

De resto, em números absolutos, o pessoal ao serviço no conjunto da UE ascende a 180.000, sendo que os maiores contribuintes para este número são a Alemanha (31.182) e o Reino Unido (30.293). Repare-se que, embora a larga distância, Espanha é o terceiro maior país em número de pessoal nas empresas de edição de livros (17.643). Lembre-se que em Portugal o sector da edição de livros empregava, em 2004, 3.056 pessoas. Em termos percentuais o valor mais elevado é 1%, registado pela Holanda. Dois outros países registam 0,9% – o Reino Unido e a Dinamarca.

Quadro nº 73

Pessoal ao serviço das empresas do subsector da Edição de livros e em percentagem da Indústria transformadora na União Europeia por País (2004)
(número e percentagem)

País	Edição de livros	Percentagem na Indústria transformadora
UE-27	180.000	0,5
Bélgica	3.324	0,5
Bulgária	*	*
República Checa	7.671	0,6
Dinamarca	3.781	0,9
Alemanha	31.182	0,4
Estónia	932	0,7
Irlanda	777	0,4
Grécia	*	*
Espanha	17.643	0,7
França	16.918	0,4
Itália	14.790	0,3
Chipre	*	*
Letónia	1.012	0,6
Lituânia	1.393	0,5
Luxemburgo	*	*
Hungria	4.264	0,5
Malta	*	*
Holanda	8.447	1,0
Áustria	2.382	0,4
Polónia	17.426	0,0
Portugal	3.056	0,4
Roménia	5.024	0,3
Eslovénia	*	*
Eslováquia	2.248	0,6
Finlândia	2.353	0,6
Suécia	5.086	0,6
Reino Unido	30.293	0,9

Fonte: (Beck-Domzalska, 2007) a partir de *Structural Business Statistics*, 2004.* dados confidenciais ou não disponíveis.

Nota da fonte: O total da UE-27 é estimado.

Nota metodológica da fonte: O sector da edição é um dos poucos sectores culturais coberto pelas estatísticas económicas. Estes dados harmonizados estão anualmente disponíveis no Eurostat (*Structural Business Statistics*).

9.2. A FORMAÇÃO ACADÉMICA NO SECTOR DO LIVRO EM PORTUGAL

Segundo Peterson e Anand os *normatively controlled fields* são padrões institucionais criados por forças sociais que estruturam as carreiras *from the top down* (Peterson e Anand, 2004: 317). Estes padrões podem fertilmente iniciar essa estruturação através da formação superior uma vez que existiria uma confluência de sinergias institucionais. Com a aposta no sector do livro enquanto estrutura de mercado, será crescente a procura de indivíduos com qualificações específicas para melhor responder às incertezas características do mercado do livro? Os autores acolhem uma resposta positiva argumentando com a importância da qualificação para o desempenho de funções.

Alguns indicadores foram apontados por Jorge Martins (2005b) balizando a importância da formação profissional no sector, sendo os mais importantes os relativos a: estatuto profissional; ao desempenho do poder e ao reconhecimento de competências. Assim o autor conclui que, relativamente ao estatuto profissional, parece consensualmente aceite que as novas habilitações académicas representam *'requisito mínimo formal' para garantir o 'domínio da técnica', para fundamentar decisões, para melhorar o 'desempenho' e para credenciar 'o tempo e o modo' de 'entrega à atividade* (Martins, 2005b: 301). Quanto ao desempenho do poder e ao reconhecimento de competências, a utilidade das habilitações, e apesar de serem ainda vistas como profissões com pouca notoriedade, estas encetaram uma fase de demarcação onde identificam a necessidade de um quadro regulamentador novo *para as profissões do livro e investindo já 'em formação' e 'em notoriedade'* (Martins, 2005b: 301).

O levantamento dos cursos académicos que conferem aptidões de desempenho na atividade editorial a nível superior torna-se pertinente como base de observação das possíveis transformações que podem traduzir a necessidade de profissionalizar e certificar a atividade.

Assim, a partir da consulta dos dados disponibilizados pela Direcção-Geral do Ensino Superior¹²⁶ teve-se acesso a uma lista dos cursos que conferem graus académicos (Licenciatura, Mestrados integrados, Mestrados e Doutoramentos) e que estavam à data autorizados a funcionar em Portugal em instituições públicas ou privadas de ensino universitário ou politécnico. Dessa listagem selecionaram-se aqueles cursos que se relacionam diretamente com o sector da edição (de livros)¹²⁷.

¹²⁶ Pesquisa feita através do site oficial da DGES <www.dges.mctes.pt> em março de 2008. Uma nota para o facto de os dados disponibilizados estarem em constante atualização à medida que são concedidas as autorizações de funcionamento dos diversos cursos de acordo com o processo de Bolonha.

¹²⁷ Excluíram-se os cursos nas áreas de Ilustração Gráfica e Línguas e Literaturas.

Uma outra pesquisa na Internet permitiu identificar os cursos de pós-graduação¹²⁸ nesta área e recolher informação mais detalhada, a qual alimentou uma base de dados construída com diversos campos previamente definidos. Complementarmente, a informação assim obtida foi confirmada e, em alguns casos, alargada através de contactos diretos, via telefone, com as instituições de ensino. A atualização da informação está referenciada a abril de 2009.

Nos quadros nºs 74 (para as licenciaturas e pós-graduações) e nº 75 (mestrados) sistematiza-se a informação recolhida a partir das fontes referidas, a qual, aliás, retoma e atualiza outra recolhida em anterior pesquisa realizada no âmbito do OAC (Gomes, Lourenço e Martinho, 2005).

Assim, contam-se entre os cursos ministrados em Portugal que conferem um grau académico na área da edição, dois cursos de primeiro ciclo (licenciatura), cinco de segundo ciclo (mestrado) e nenhum de doutoramento. Detetaram-se ainda quatro pós-graduações nesta mesma área (uma delas inativa à data referenciada). No conjunto abrangem diversas universidades e várias cidades de Norte a Sul do País. São relativamente recentes, em geral com início na primeira década do século XXI. O curso mais antigo remonta a 1994 – a Pós-Graduação em Especialização para Técnicos Editoriais da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹²⁸ Outros cursos que não conferem grau académico são os de formação. A título meramente exemplificativo refira-se a criação, em 2007, do Curso de Formação Avançada em Revisão e Edição de Texto da Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa. Este curso *destina-se a formar ou a complementar a formação de técnicos editoriais com funções no âmbito da preparação de original e da revisão de provas, de revisores e editores de texto, de copy-desks, de copy-editors ou de quaisquer profissionais que exerçam atividades ligadas à (re)escrita e/ou à sua padronização e normalização* (fonte: <www.ucp.pt>, acedido em 15 de abril de 2009).

Quadro nº 74

Cursos académicos na área da edição de livros (licenciatura e pós-graduação)

Nome do curso	Ciências Documentais e Editoriais	Línguas e Estudos Editoriais ⁱ	Especialização para Técnicos Editoriais	Revisão de Texto ⁱⁱ	Edição - Livros e Novos Suportes Digitais	Livro Infantil
Grau	Licenciatura ⁱⁱⁱ	Licenciatura	Pós-Graduação	Pós-Graduação	Pós-Graduação ^{iv}	Pós-Graduação
Instituição de ensino	Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas	Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras	Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas	Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas
Localização geográfica	Faro	Aveiro	Lisboa	Faro	Lisboa	Lisboa
Ano de início	2005	2004	1994	2004	2005	2008
Número de edições (agosto de 2007)	2	3	13	1	2	-
Número de vagas (agosto de 2007)	30	25	25	20	28	28
Duração	6 semestres	6 semestres	2 semestres	2 semestres + projeto ou estágio (240h)	2 semestres (36 semanas)	2 semestres
Número de formados do curso (agosto de 2007)	8	30	91 aprox. ^v	13	31 ^{vi}	0
Público-alvo	nd	Interessados em ingressar no mundo editorial, livreiro, ramos de comercialização de publicações e assessoria.	"...os profissionais do livro."	Licenciados em Línguas e Literaturas ou afins.	Recém-licenciados, profissionais do sector.	Licenciados e outros: bibliotecários, professores, educadores de infância, animadores culturais, editores, livreiros, ilustradores, etc.
Horário	Diurno	Diurno	Pós-Laboral	Pós-Laboral	Pós-Laboral	Pós-Laboral

Nome do curso	Ciências Documentais e Editoriais	Línguas e Estudos Editoriais	Especialização para Técnicos Editoriais	Revisão de texto	Edição – Livros e Novos Suportes Digitais	Livro Infantil
Objetivos	“Obtenção de conhecimentos básicos sobre a adaptação às novas formas de organização, gestão e divulgação da informação; Dominar os meios técnicos de produção e difusão de informação; Reconhecer a importância do campo das ciências humanas e sociais (...) permitindo, assim, uma consciência histórica e crítica do mundo atual; Adquirir instrumentos rigorosos de conhecimento explícito da Língua Portuguesa; Selecionar, analisar, indicar, resumir, armazenar, recuperar e difundir a informação registada, utilizando procedimentos tanto manuais como automáticos”	Preencher lacuna na oferta de formação na área. Prover bases para estudos subsequentes ao nível de 2º e 3º ciclo	"O curso é vocacionado para preparar técnica e culturalmente, os profissionais do livro"	“Lançar no mercado de trabalho profissionais bem preparados, proporcionando aos estudantes uma ferramenta valiosa na procura de saídas profissionais”	Formar segundo as necessidades sentidas no sector editorial (formação prática, técnica e teórica) atentando nas inovações tecnológicas e nas questões de gestão, marketing e estratégia	Pretende dar resposta a lacunas de formação específica sentidas por profissionais em relação ao livro infantil, através de um programa centrado no conhecimento dos livros infantis, abarcando áreas tão diversas como educação, edição, cultura, arte, crítica

ⁱ Antes do Processo de Bolonha a licenciatura Línguas e Estudos Editoriais tinha a designação de Línguas e Administração Editorial.

ⁱⁱ Segundo a coordenadora da pós-graduação, este curso está desativado desde 2005.

ⁱⁱⁱ A Licenciatura de Ciências Documentais e Editoriais viu o seu currículo reestruturado para adaptação ao processo de Bolonha. A duração passou de 4 para 3 anos. Designação mantém-se. Atualmente, esta licenciatura encontra-se encerrada, tendo aberto pela última vez no ano lectivo 2008/09, com 20 vagas e 11 alunos inscritos.

^{iv} O curso de pós-graduação da Universidade Católica Portuguesa permite frequência, sem obrigatoriedade de avaliação; diploma de pós-graduação, que implica aprovação em todas as disciplinas bem como no trabalho final de projeto.

^v O curso não funcionou no ano 2000-2001. Encontra-se desde 2007 em processo de reformulação. Segundo a coordenadora são formados aproximadamente 7 alunos por ano.

^{vi} Acrescente-se que em 2007-2008 foram 22 os formados e no ano seguinte 18.

Quadro nº 75
Cursos académicos na área da edição de livros (mestrado)

Nome do curso	Edição de Texto	Estudos Editoriais	Produção, Edição e Comunicação de Conteúdos	Tradução e Serviços Linguísticos	Mediação Cultural e Literária
Grau	Mestrado ^{vii}	Mestrado	Mestrado	Mestrado	Mestrado
Instituição de ensino	Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas	Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Universidade do Porto – Faculdade de Letras	Universidade do Minho – Instituto de Letras e Ciências Humanas
Localização geográfica	Lisboa	Aveiro	Faro	Porto	Braga
Ano de início	2007	2007	2007	2007	2008
Número de edições (agosto de 2007)	1	1	1	1	-
Número de vagas (agosto de 2007)	25	20	30 + 5 (supranumerárias)	Máximo: 20 por língua (Alemão, Francês e Inglês)	30 (máximo)
Duração	3 semestres	4 semestres	4 semestres	4 semestres	4 semestres
Número de formados do curso (agosto de 2007)	0	0	0	0	0
Público-alvo	“Licenciados preferencialmente, em História, Filosofia, Estudos Literários, Estudos da Comunicação, Estudos da Linguagem”	De qualquer área científica	“Licenciados em Tecnologias da Informação e da Comunicação, Design, Línguas (ou áreas afins)”	“Licenciados de qualquer área desde que tenham bons conhecimentos das línguas consideradas no programa”	“Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal; (...) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos”
Horário	Pós-Laboral	Diurno	Diurno e Pós-Laboral	Diurno e Pós-Laboral	Diurno

Nome do curso	Edição de Texto	Estudos Editoriais	Produção, Edição e Comunicação de Conteúdos	Tradução e Serviços Linguísticos	Medição Cultural e Literária
Objetivos	<p>“Conhecimentos e compreensão aprofundados das diversas competências e saberes associados à edição, nas suas vertentes histórica, teórica, tecnológica, de conceção e de execução; Competências científico-académicas para abordar os mecanismos da escrita, da receção e de preparação de textos para a leitura; Capacidade crítica de reflexão interdisciplinar e comparativa entre as teorias da literatura e da cibercultura e as práticas de edição de texto; Competências especializadas para o trabalho profissional no campo da edição”</p>	<p>“Compreensão da organização e dinâmica do mundo editorial para os profissionais ou para os iniciados, quer a nível nacional, quer internacional, através de formação prática e teórica”</p>	<p>“Formação especializada nas áreas de produção, edição e comunicação de conteúdos. Integração de competências em diferentes áreas: TIC, design, comunicativas em língua materna ou estrangeira, aprofundamento de técnicas de revisão de texto, enquadramento legal das atividades profissionais ligadas à área, marketing e empreendedorismo”</p>	nd	<p>“Reposicionar os estudos teóricos da literatura; questionar a literatura principalmente pelos estudos da cultura e pela teoria dos média; Combinar os estudos teóricos com a análise das práticas discursivas e culturais em que a produção e publicação de literatura está envolvida; Dar aos estudos literários e à sua dimensão cultural atual uma vertente profissionalizante”</p>

^{vii} No ano letivo de 2007/2008 o curso edição de texto na Universidade Nova de Lisboa passa para Mestrado, no ano anterior era apenas pós-graduação onde a parte curricular seria creditada para mestrado.

De facto, tendo em conta o ano de início dos cursos, constata-se que se está perante uma área que só recentemente viu surgir formação académica especializada: os cursos de licenciatura surgem em 2004, os mestrados em 2007. Porém, como se referiu já, ao nível de pós-graduação, o curso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa remonta a 1994. Só em 2004 surge a pós-graduação da Universidade do Algarve e em 2005 a da Universidade Católica Portuguesa.

Num estudo do OAC sobre feminização do mercado de trabalho na área de edição de livros foi enfatizada a questão da formação. Diziam os autores em 2005 em *Portugal não há conhecimento de nenhum curso superior dirigido particularmente à edição. Ou seja, não existe nenhuma habilitação específica proveniente do ensino formal que possa constituir um critério preferencial para o ingresso nos departamentos editoriais* (Gomes, Lourenço e Martinho, 2005: 18). Desde então a situação alterou-se substancialmente. Porém, serão efetivamente ainda poucos os formados por estes cursos, sobretudo naqueles que conferem grau académico: de acordo com os dados que foi possível obter, 38 nas duas licenciaturas, 125 nas quatro pós-graduações, dos quais aproximadamente 91 da Faculdade de Letras da Universidade de Letras. E não é certo que todos exerçam atividade na sua área de formação ou pós-graduação. Aliás, um balanço tanto dos formados como das atividades profissionais por eles exercidas constituiria seguramente uma informação relevante para se aferir do real impacto destes cursos no mercado de trabalho do sector do livro.

Voltando à informação sistematizada nos dois quadros constata-se que a formação académica nesta área conta com dois cursos de licenciatura (1º ciclo). Ambos são ministrados em universidades públicas, com uma estrutura curricular resultante do processo de Bolonha, mas nenhum deles é lecionado em Lisboa. As pós-graduações são ministradas em Lisboa (Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa) e na Universidade do Algarve.

Os cursos de mestrado estão descentralizados e distribuem-se por Lisboa (Universidade Nova de Lisboa), Aveiro (Universidade de Aveiro), Faro (Universidade do Algarve), Porto (Universidade do Porto) e, desde 2008, também Braga (Universidade do Minho). Tanto o da Universidade de Aveiro como o da Universidade do Algarve oferecem continuidade de estudos dos níveis de primeiro ciclo lecionados nas mesmas instituições – são os chamados mestrados integrados.

A duração dos cursos está em consonância com o nível em causa, não havendo desvios assinaláveis entre eles. Os cursos de licenciatura (1º ciclo) têm a duração de 6 semestres, os de pós-graduação 2 semestres e os de mestrado variam entre 3 e 4 semestres.

Todos os cursos, independentemente de serem do 1º ou do 2º ciclo, têm como principal objetivo preencher lacunas na oferta de formação no ramo editorial e dotar os formandos com as ferramentas que necessitam para o desempenho de funções dentro da área.

Quanto aos destinatários destes cursos, e segundo a informação recolhida junto das instituições de ensino¹²⁹, tanto são considerados os profissionais do sector que queiram certificar a profissão como os interessados em, num futuro próximo, vir a trabalhar no sector.

As condições de acesso aos cursos de pós-graduação ou de mestrado são diversas e implicam uma análise individual do currículo académico e profissional dos candidatos. Alguns cursos restringem o acesso apenas a candidatos com licenciaturas em áreas específicas – Licenciados em Tecnologias da Informação e da Comunicação, Design, Línguas (ou áreas afins) –, como é o caso da Universidade do Algarve.

Em resumo, em resposta às crescentes preocupações com a qualificação dos profissionais do sector, a formação académica de nível superior registou, na primeira década do século, um alargamento muito significativo ao nível da oferta de cursos de licenciatura e de mestrados, bem como de pós-graduações. Contudo, o levantamento ilustrativo realizado no âmbito do presente Inquérito, não permite outras conclusões, designadamente quanto aos impactos que tal oferta terá tido no mercado de emprego do sector.

9.3. SÍNTESE

Um dos indicadores mais relevantes obtidos a partir dos inquéritos do Instituto Nacional de Estatística refere-se ao pessoal ao serviço das empresas da edição de livros em Portugal. Ao longo da série construída (1996-2007) o seu número oscila entre 3.795 em 1996 e 2.885 em 2001 – o que significa uma variação de 910 pessoas, número muito significativo das oscilações verificadas – sendo que a média para o conjunto dos anos se situa nos 3.262. Nesse período identificam-se 3 anos com valores mais elevados e relativamente próximos – 1996, 2000 e 2005 – sendo este último ano o que apresenta o segundo valor mais elevado (o mais elevado é, como se referiu, o de 1996). Estando o valor de 2006 indisponível devido a segredo estatístico, confirma-se que em 2007 se verifica um novo decréscimo ao nível do emprego nas empresas deste sector. Os mesmos problemas derivados da aplicação do segredo estatístico limitam drasticamente outras leituras diacrónicas (por escalão de pessoal e por região). Limitações que, tal como se referiu anteriormente noutro capítulo a propósito do volume de negócios, é fundamental tentar ultrapassar de modo a não inviabilizar (por motivos administrativos) a utilização de uma fonte de grande importância.

¹²⁹ Designadamente através da informação disponibilizada nas páginas oficiais das faculdades, posteriormente confirmada através de contactos telefónicos com os respetivos serviços académicos ou diretamente com os professores coordenadores dos referidos cursos.

Observados os dados do pessoal ao serviço à escala da União Europeia em 2004 – ano relativamente ao qual o Eurostat faz referência na recente publicação sobre estatísticas do domínio da Cultura, apresentada em Lisboa em novembro de 2007¹³⁰ – verifica-se que o sector da edição de livros representa 0,5% da indústria transformadora, ao passo que em Portugal essa percentagem é ligeiramente mais baixa situando-se nos 0,4%.

Para além do pessoal ao serviço, a formação académica com incidência no sector do livro é a outra dimensão abordada neste capítulo. O levantamento e sistematização de informação realizados permitem concluir que se trata de uma área de formação relativamente recente, sobretudo ao nível de mestrado. Mas a oferta inclui já licenciaturas (duas), pós-graduações (quatro) para além dos cinco mestrados.

O panorama tem, portanto, vindo a alterar-se significativamente, embora ainda não seja possível aferir do seu impacto no mercado de emprego, aspeto que mereceria, só por si, uma abordagem específica que está, naturalmente, fora do âmbito do presente *Inquérito*, a não ser no que toca à caracterização das empresas quanto à formação do seu pessoal, tópico que é abordado nos *Inquéritos* por questionário às empresas da edição e comercialização (ver Parte II, Neves, Santos e Vaz, 2012).

¹³⁰ Seminário *O Sector Cultural e Criativo - A Agenda de Lisboa*, Lisboa, 31 de outubro e 1 de novembro de 2007, organização OAC/GPEARI-MC no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

10. O MERCADO EXTERNO: TROCAS COM O EXTERIOR

Este capítulo trata do mercado externo do livro português e das trocas com o exterior. Inclui as vertentes da exportação e da importação de livros. Aborda-se o comércio internacional de livros na perspectiva de Portugal e do espaço ibero-americano do livro. A propósito da edição e produção de livros em português no estrangeiro refere-se, com algum detalhe, o caso de Espanha. Trata-se ainda um outro plano: o das empresas portuguesas exportadoras.

10.1. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LIVROS

Harmonizadas à escala da UE, as Estatísticas do Comércio Internacional são, desde 1993, uma ferramenta que permite ao INE disponibilizar dados sobre as transações comerciais com o estrangeiro, incluindo informação relativa aos movimentos de mercadorias que cruzam a fronteira aduaneira nacional, sobre as entradas e saídas de/para os países comunitários e países terceiros (INE, 2004a: 3).

Por *país terceiro* o INE entende todo e qualquer país ou território que não faça parte da União Europeia. Por *entrada* entende a chegada/importação de mercadorias, expedidas/exportadas quer de um Estado-membro, quer de um país terceiro (já que a *importação*, ao contrário da *chegada* – para Estados-membros – se refere apenas à receção de mercadorias não comunitárias exportadas de um país terceiro), ao passo que por *saída* entende a expedição/exportação de mercadorias com destino quer a um Estado-membro, quer a um país terceiro (uma vez que o termo *exportação*, ao contrário da *expedição* – para Estados-membros –, só se aplica ao envio de mercadorias comunitárias com destino a um país terceiro).

Esta fonte é relevante para o *Inquérito ao Sector do Livro* já que permite medir e traçar a evolução do volume de negócios com Livros, brochuras e impressos semelhantes, mesmo em folhas soltas (código 4901 da Nomenclatura Combinada, NC¹³¹, incluído no capítulo 49, Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; Textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas), portanto com um nível de desagregação adequado.

¹³¹ Em inglês ComExt, Intra and extra-European trade.

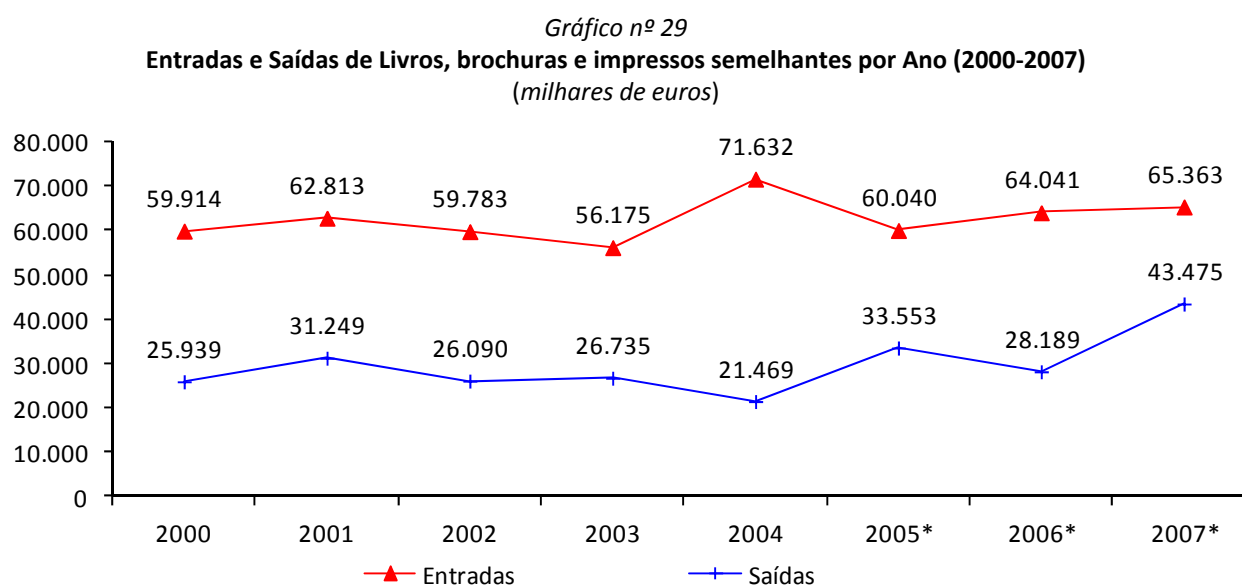
A metodologia e um resumo da informação disponível são publicados pelo INE no volume *Estatísticas do Comércio Internacional*, e os dados relativos a Livros, brochuras e impressos semelhantes no volume com as *estatísticas da cultura*.

Estão disponíveis dados totais das entradas e saídas de bens por país, sendo que alguns países são agregados por organizações, como é o caso da União Europeia (UE) e dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP). A série em análise abarca o período 2000-2007.

Passando à análise dos dados, apesar das oscilações, ora positivas, ora negativas, que se verificam anualmente, parece identificar-se uma tendência de crescimento tanto nas Entradas como nas Saídas (gráfico nº 29). Esta tendência é mais visível tomando como pontos de referência os anos limite do período em análise. E é sobretudo mais notório quanto às Saídas, o que parece ser positivo para a indústria em Portugal. Outro aspeto que se destaca é que o ano de 2004 mostra um comportamento inverso nas duas dimensões em apreço: do ponto de vista das Entradas, é o ano que regista o peso mais elevado (€71,6 milhões) e simultaneamente o mais baixo no que toca às Saídas (€21,5 milhões).

Mas especificamente quanto ao volume de negócios resultante da Entrada de *Livros, brochuras e impressos semelhantes* no período em apreço, o valor mínimo reporta-se a 2003, com €56,2 milhões. Em 2007 o valor é €65,4 milhões, o que significa um acréscimo de €5,5 milhões relativamente a 2000.

Relativamente às Saídas são mais notórios os movimentos cíclicos anuais. Em todo o caso, repare-se que o valor registado em 2007, €44 milhões, representa um acréscimo de €17,5 milhões relativamente ao valor de 2000, €26 milhões.



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR. Nota: * Dados provisórios.

Estes movimentos têm a sua tradução na diminuição do défice comercial – situação que caracteriza o Balanço ao longo de todo o período – que regista no último ano observado o valor menos desfavorável para Portugal (-€21,9 milhões) (quadro nº 76).

Quadro nº 76

Balanço do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por Ano (2000-2007)
(milhares de euros)

	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*	2007*
Entradas	59.914	62.813	59.783	56.175	71.632	60.040	64.041	65.363
Saídas	25.939	31.249	26.090	26.735	21.469	33.551	28.189	43.475
Balanço	-33.975	-31.564	-33.693	-29.440	-50.163	-26.489	-35.852	-21.888

Fonte: OAC a partir de INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR.

Nota: *Dados provisórios.

Numa análise mais fina, por País, nos valores decorrentes das Entradas destaca-se a União Europeia com o mínimo de €49 milhões em 2003 e o máximo de €64 milhões em 2004 (quadro nº 77). Aliás, em termos percentuais, a União Europeia representa sempre valores muito elevados, variando entre 84% (2001 e 2006) e 89% (2004 e 2007).

Quadro nº 77

Entradas do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)
(milhares de euros)

País	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*	2007*
União Europeia	50.703	52.801	51.785	48.731	63.685	50.810	55.083	56.821
Outros países europeus	521	468	396	1.021	709	27	3	8
PALP	38	9	25	2	0	2	0	4
Outros países africanos	12	9	18	19	0	8	3	21
Estados Unidos	2.301	2.446	1.860	1.288	1.200	1.442	1.682	1.579
Japão	232	61	70	45	51	29	55	45
Brasil	3.527	3.894	3.290	3.074	3.197	3.685	4.347	3.550
Outros países	2.580	3.125	2.339	1.995	2.790	4.036	2.867	3.334
Total entradas	59.914	62.813	59.783	56.175	71.632	60.040	64.041	65.363

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR.

Nota da fonte: Para assegurar a comparabilidade [face a 2007], no ano de 2005 e 2006 os valores dos novos Estados-Membros da UE (Bulgária e Roménia) foram deslocados dos "outros países europeus" para a União Europeia (INE, 2008b: 91).

Nota: *Dados provisórios.

Como se pode depreender pelas percentagens atrás referidas, os restantes países de língua portuguesa representam valores relativamente baixos. Ressalve-se, pelo particular interesse de que se reveste para Portugal, que os valores relativos ao Brasil oscilam entre €3,1 milhões em 2003 e €4,3 milhões em 2006.

Passando agora às Saídas, o quadro nº 78 mostra que os países pertencentes à União Europeia, com o valor mínimo de saídas de €8,3 milhões em 2002 e com o máximo de €12,2 milhões em 2007, perdem o lugar de principal destino a partir de 2001 para os PALP (€9,2 contra €14,9 milhões). Estes registam o valor mínimo de €8,6 milhões em 2000 e o máximo de €27,2 milhões em 2007, ficando apenas atrás da UE em 2004. Estes valores consubstanciam duas tendências de evolução distintas: tendência de acréscimo de saídas de *Livros, brochuras e impressos semelhantes* no caso dos PALP e de decréscimo nos países da União Europeia. Acrescente-se que os €27,2 milhões das saídas para os PALP em 2007 contribuem decisivamente para o total das saídas (o mais elevado da série) a que se chegou nesse ano.

Quadro nº 78

Saídas do comércio internacional de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)
(milhares de euros)

País	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*	2007*
União europeia	9.793	9.191	8.278	10.829	9.510	11.116	9.337	12.156
Outros países europeus	608	1.033	576	406	478	111	10	185
PALP	8.562	14.860	12.566	12.374	8.762	18.947	14.998	27.201
Outros países africanos	36	815	508	271	563	306	20	98
Estados Unidos	968	1.056	796	216	190	332	257	304
Japão	132	84	10	27	12	18	2	21
Brasil	3.675	3.258	3.006	2.256	1.563	2.112	2.909	2.567
Outros países	2.165	952	350	356	391	611	657	943
<i>Total saídas</i>	<i>25.939</i>	<i>31.249</i>	<i>26.090</i>	<i>26.735</i>	<i>21.469</i>	<i>33.551</i>	<i>28.189</i>	<i>43.475</i>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR.

Nota da fonte: Para assegurar a comparabilidade [face a 2007], no ano de 2005 e 2006 os valores dos novos Estados-Membros da UE (Bulgária e Roménia) foram deslocados dos "outros países europeus" para a União Europeia (INE, 2008: 91).

Nota: *Dados provisórios.

O indicador que relaciona as Saídas e as Entradas permite concluir que os PALP e Outros países africanos são os únicos cujo saldo é sempre favorável às Saídas durante todo o período em análise (quadro nº 79).

Quadro nº 79

Saldo Saídas-Entradas de Livros, brochuras e impressos semelhantes por País e por Ano (2000-2007)
(milhares de euros)

País	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*	2007*
União europeia	-40.910	-43.610	-43.507	-37.902	-54.175	-39.695	-45.745	-44.665
Outros países europeus	87	565	180	-615	-231	84	7	177
PALP	8.524	14.851	12.541	12.372	8.762	18.944	14.998	27.197
Outros países africanos	24	806	490	252	563	297	16	77
Estados Unidos	-1.333	-1.390	-1.064	-1.072	-1.010	-1.110	-1.425	-1.275
Japão	-100	23	-60	-18	-39	-12	-53	-24
Brasil	148	-636	-284	-818	-1.634	-1.573	-1.438	-983
Outros países	-415	-2.173	-1.989	-1.639	-2.399	-3.425	-2.211	-2.391

Fonte: OAC a partir de INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR.

Nota: * Dados provisórios.

De resto, a evolução do saldo com estes países, apesar das oscilações, vem registando valores positivos assinaláveis, com destaque para 2007, com um saldo positivo de €27,2 milhões. Ainda digno de registo é o facto de que em vários anos também o saldo com Outros países europeus é positivo.

10.2. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE LIVROS: O CASO DO ESTUDO EL ESPACIO IBEROAMERICANO DEL LIBRO

Feita a análise dos dados resultantes das Estatísticas do Comércio Internacional passa-se a uma síntese de um estudo que incide também no comércio internacional de livros mas especificamente dirigido ao espaço ibero-americano em que Portugal de insere.

Assim, a leitura que aqui se faz da realidade portuguesa do sector do livro do ponto de vista das trocas com o exterior baseia-se nos dados recolhidos no estudo *El espacio iberoamericano del libro* (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006), promovido conjuntamente pela Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas do Ministério da Cultura de Espanha, Federação de Grémios de Editores de Espanha, Grupo Iberoamericano de Editores e CERLALC¹³². Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de reunir e sistematizar a informação estatística considerada relevante sobre o livro no contexto do que se convencionou designar por *Iberoamérica*, espaço constituído por 19 países da América Latina e 2 europeus (Espanha e Portugal). Em termos

¹³² Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y Caribe.

metodológicos, se para Espanha e alguns países da América Latina parece privilegiar-se as informações provenientes das agências nacionais do ISBN, não é explicitada, no caso de Portugal, qual a fonte dos dados.

Define-se como editor qualquer agente que realize algum tipo de atividade editorial, quer no sector público quer no sector privado. E explicita-se que por comércio exterior de livros se entende as exportações realizadas tanto por editores como por empresas gráficas (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 163).

Todavia, quanto a Portugal, que informações do estudo interessa reter? Desde logo, importa dar conta da enorme discrepância verificada em matéria de volume de negócios entre os anos de 1998, com €290 milhões, e 2004, com €685 milhões (quadro nº 80). Dados que diferem bastante dos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, o que reforça a observação feita na abertura do estudo: *la generación de estadísticas de esta fuente obedece a procesos en construcción en los diferentes países* (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 23).

Quadro nº 80

Espaço ibero-americano do livro: Síntese de dados relativos a Portugal

(mil euros e percentagem)

Total do volume de negócios do sector em 2004	€684.555
Total do volume de negócios do sector em 1998	€290.319
% Faturação das empresas correspondente ao mercado nacional	71,2
% Faturação das empresas correspondente às exportações	28,8
% Exportações para Angola – 2004	22,2
% Exportações para Moçambique – 2004	15,3
% Exportações para Brasil – 2004	7,2
% De importações no total da Iberoamérica	7,2
% De variação da importação entre 2003 e 2004	33,2
% De importações provenientes de Espanha	51,0
% De importações provenientes de outros países da U.E.	38,4
Balança Comercial Relativa do sector do livro	-0,52

Fonte: OAC a partir (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 136-138, 173-174, 189, 192-193 e 203).

Nota: A balança comercial relativa mede a participação de um determinado sector no comércio desse sector ($IBCR = (Xi - Mi) / (Xi + Mi)$). O índice situa-se entre -1 e 1 e se o IBCR > 0 o produto considera-se competitivo. Segundo o valor português apresentado (-0,52) o produto livro não é competitivo.

Quanto aos €685 milhões registados em 2004 refira-se que 29% (cerca de €198 milhões) corresponde à faturação das empresas portuguesas decorrente de exportações. Sublinhe-se também que em matéria de exportações e importações se está a falar de mercadorias classificadas com o código 4901 da Nomenclatura Combinada (NC) *Livros, brochuras e impressos semelhantes*. Mas retomando a análise do quadro nº 80 importa assinalar que são Países de

Língua Oficial Portuguesa (Angola e Moçambique, com respetivamente 22% e 15%) os mercados para os quais Portugal maioritariamente exporta. As exportações de Portugal para o Brasil correspondem a 7% do total. Ao falar de exportação, um indicador que consegue revelar a força de determinado país no mercado mundial do livro consiste no número de países para os quais exporta. Assim, de acordo com o estudo, há que sublinhar que Portugal, não obstante apresentar valores baixos, exporta livros para 58 países, entre os quais 26 europeus, 10 asiáticos e 10 africanos.

Em termos de importações 51% provém de Espanha, correspondendo 38% a outros países da União Europeia. Os restantes 11% não são especificados.

Comparando as importações de livros com as importações totais, ou seja, medindo o peso relativo do livro no comércio externo de Portugal, obtém-se um dado adicional por via deste estudo (quadro nº 81).

Quadro nº 81
Exportações e Importações de livros em Portugal por Ano (2000-2004)
(valor e percentagem)

Ano	Exportações de livros realizadas por Portugal	Importações de livros realizadas por Portugal	Peso de livros nas importações	Importações de livros por habitante	Balança comercial do livro
	<i>(milhares de dólares)</i>	<i>(milhares de dólares)</i>	<i>(percentagem)</i>	<i>(dólares)</i>	<i>(milhares de dólares)</i>
2000	23.959	55.331	0,05	5,35	-31.372
2001	27.963	56.209	0,05	5,41	-28.246
2002	24.593	56.358	0,04	5,40	-31.765
2003	30.427	63.474	0,04	6,06	-33.047
2004	26.937	84.533	0,05	8,03	-57.595
<i>% Variação 2003/2004</i>	<i>-11</i>	<i>33,2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-43</i>

Fonte: OAC a partir de (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 168, 189, 194, 196 e 201).

O peso do livro nas importações em Portugal, que oscila entre 0,04% e 0,05%, é baixo quando comparado com outros países. Apenas o Uruguai regista valores mais baixos (entre os 0,01% e 0,02%). Em Espanha, por exemplo, oscila entre 0,10% e 0,12%.

O crescimento progressivo das importações de livros por Portugal (atingindo o mínimo de \$55 milhões em 2000 e o máximo de \$85 milhões em 2004, sendo de notar o acréscimo de 33% quando observados os últimos dois anos da série) contrasta com as flutuações verificadas em termos de exportações. Se é certo que comparando os valores extremos (\$24 milhões em 2000 face aos \$30 milhões de 2003) a diferença é assinalável, há que ter em conta que, entre 2003 e 2004, as exportações de livros realizadas por Portugal sofrem uma quebra a rondar os 11%.

Restam, então, duas considerações: o facto de, segundo este relatório, Portugal ter as importações de livros *per capita* mais altas do conjunto dos países analisados, \$8 por habitante – os espanhóis, com valores que rondam os \$6, *son los únicos cuyas importaciones per cápita han crecido constantemente en los últimos años* (Schroeder, Castellanos e Cano, 2006: 195) –, e de a balança comercial, permanecendo negativa desde 2001, se mostrar crescentemente deficitária no período em apreço (-\$28 milhões em 2001 contra -\$58 milhões em 2004).

10.3. A RELAÇÃO COM ESPANHA: UMA ILUSTRAÇÃO

Procura-se neste ponto alcançar uma visão mais aprofundada (e atualizada) do comércio de livros da vizinha Espanha para Portugal em termos de exportações (valor e peso relativo no total das exportações do sector do livro espanhol, distribuição por género e produto exportado) e das importações.

Toma-se como fonte a FEDECALI, Federação que agrupa as três *Cámaras del Libro* existentes em Espanha (Madrid, Catalunha e País Basco) e que desde há cerca de 15 anos produz as estatísticas do comércio exterior do livro. Trata-se de adotar um instrumento apto a uma melhor aproximação à realidade do sector português nas relações que este estabelece no plano internacional.

Tendo os dados a apresentar sido diretamente recolhidos do relatório *Comercio Exterior del Libro 2006* (FEDECALI, 2007), apenas se procedeu ao cálculo da percentagem de exportações do sector do livro de Espanha para Portugal com o intuito de melhor retratar a sua evolução. Tirando esse caso, os valores dos quadros reproduzem os que constam no relatório em causa. Dito isto, importa referir adicionalmente o facto de a FEDECALI fazer uma ressalva metodológica no sentido de esclarecer como contemplou, para além da informação tradicionalmente obtida a partir da documentação apresentada nas ditas Câmaras, pelas empresas suas associadas, dados provenientes da *Federación de Gremios de Editores de España* e da AGRAEL (*Asociación de Gráficos Exportadores y Productores de Libros*).

Por Produto, verifica-se que em 2006 as exportações de Livros correspondem a 32% (cerca de €7,4 milhões) do valor total, dado o maior peso, mais do dobro, que cabe à exportação de Fascículos, 68% correspondentes a quase €15,8 milhões (quadro nº 82). Isto pese embora Portugal ser o país da União Europeia com menor peso nas exportações espanholas. Quanto aos Exemplares, as percentagens correspondentes a Livros baixa de 21% em 2005 para 14% em 2006.

Quadro nº 82
Exportações de Livros de Espanha para Portugal por Produto (2005-2006)
(percentagem do total)

Produto	% Valor em Euros		% Exemplares	
	Ano		Ano	
	2005	2006	2005	2006
Livros	36,6	32,1	21,2	14,0
Fascículos	63,4	67,9	78,8	86,0
<i>Total (Euros)</i>	<i>nd</i>	<i>23.147.562</i>	<i>nd</i>	<i>4.369.325</i>

Fonte: (FEDECALI, 2007: 82).

Nota: Os valores absolutos para 2005 não se encontram disponíveis.

Ora, sendo de toda a utilidade entender não só quanto se exporta mas também os géneros exportados, convirá adiantar que variáveis como os *exemplares* ou os *géneros* só com este relatório ganham estatuto analítico, justificando a interpretação que se segue (quadro nº 83).

Quadro nº 83
Exportações de Espanha para Portugal por Género de livros (2005-2006)
(percentagem em coluna)

Género de livros	% Valor em euros		% Exemplares	
	Ano		Ano	
	2005	2006	2005	2006
Literatura	0,7	1,5	1,0	3,4
Infantil / Juvenil	5,6	3,0	9,7	9,2
Ensino não universitário	1,4	4,2	1,9	8,0
Científico / Técnico	26,7	26,2	15,7	9,6
Ciências Sociais	44,9	41,7	37,1	49,8
Divulgação	18,2	16,8	32,5	10,6
Livros práticos	0,5	0,7	0,6	1,2
Dicionários e enciclopédias	1,5	2,7	0,8	2,2
Banda desenhada	0,5	1,0	0,7	1,8
Outros	-	2,2	-	4,2
<i>Total</i>	<i>nd</i>	<i>23.147.562</i>	<i>nd</i>	<i>4.369.325</i>

Fonte: (FEDECALI, 2007: 82).

Nota: Os valores absolutos para 2005 não se encontram disponíveis.

Assim, quanto ao Género de livros, em valor, observa-se, em ambos os anos, que o género com maior peso é Ciências Sociais (45% em 2005 e 42% em 2006). O segundo género é Científico/Técnico (27% e 26%, respetivamente). Se aos dois referidos se somar o género Divulgação chega-se a percentagens de 90% e 85% em 2005 e 2006.

No que aos Exemplares diz respeito, de 2005 para 2006 é de sublinhar o decréscimo em dois dos géneros mais exportados: Científico/Técnico e Divulgação e, pelo contrário, a subida acentuada

do género Ensino não universitário. Importa notar que, na óptica dos Exemplares, os três géneros dominantes se mantêm, mas com um peso total menor e com um decréscimo de 2005 para 2006 mais acentuado do que aquele que se verifica na óptica por Valor: 85% contra 70%, que apesar de tudo não é maior por que o Género Ciências Sociais, ao contrário dos dois outros, regista uma subida significativa de quase 13 pontos percentuais.

Depois de interpretados alguns dados caracterizadores das exportações do sector do livro de Espanha para Portugal, por Produto e por Género, procura-se agora traçar, para a série temporal 1997-2006, um retrato evolutivo, de maior abrangência, das exportações que têm Portugal por país de destino (quadro nº 84). Quanto a esclarecimentos metodológicos, vários se impõem nesta fase. Ao aludir à *exportação do sector do livro* a FEDECALI refere-se ao que entende designar por sector de edição – conjunto da venda, no exterior, de livros e outras publicações relacionadas com o sector, editadas em Espanha, mais os encargos de impressão derivados de solicitações de empresas de outros países. Não é portanto considerada a venda de serviços. A exportação Editorial representa o valor de exportações de Livros e outras publicações espanholas realizadas por editores, distribuidores e livreiros. A categoria Livros reporta-se então à exportação editorial. No caso particular da exportação de produto Gráfico, o que está em causa são os encargos da impressão de livros e/ou de outras publicações efetuada por empresas estrangeiras nas indústrias gráficas espanholas.

Quadro nº 84
Exportação do Sector de Edição de Espanha para Portugal por Ano (1997-2006)
(milhares de euros)

Sector da edição		Ano									
		1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Livros e outras publicações	Editorial	20.705	15.710	21.745	22.490	18.743	17.416	28.562	24.420	24.219	27.631
	Gráfico	2.590	5.800	4.682	10.439	7.126	5.750	7.002	8.636	3.073	4.843
	<i>Total</i>	<i>23.295</i>	<i>21.510</i>	<i>26.427</i>	<i>32.929</i>	<i>25.869</i>	<i>23.166</i>	<i>35.564</i>	<i>33.056</i>	<i>27.292</i>	<i>32.474</i>
Livros	Editorial	11.239	11.642	18.175	18.391	15.553	13.477	22.230	20.806	20.803	24.540
	Gráfico	1.016	1.610	2.987	9.081	6.210	4.649	6.278	8.130	1.848	4.251
	<i>Total</i>	<i>12.255</i>	<i>13.252</i>	<i>21.162</i>	<i>27.472</i>	<i>21.763</i>	<i>18.126</i>	<i>28.598</i>	<i>28.936</i>	<i>22.651</i>	<i>28.791</i>

Fonte: (FEDECALI, 2007: 27-30).

É pois de destacar como, apesar das oscilações ao longo do período considerado (quer no segmento gráfico quer no editorial), parece constatar-se uma tendência de crescimento dos valores da exportação de Espanha para Portugal, com um máximo de €35,6 milhões em 2003 e um mínimo de €21,5 milhões em 1998. Entre 2003 e 2006, só o ano de 2005 fica abaixo dos €32 milhões. Decorre, em todo o caso, da leitura deste quadro que os valores da exportação de

Livros e outras publicações para Portugal são, para toda a série, claramente superiores aos relativos à exportação de produtos gráficos. Aliás, o facto de tanto 1998 (com €15,7 milhões) como 2003 (com €28,5 milhões) serem respetivamente os anos de menor e maior valor para a exportação de Livros e outras publicações para o território nacional mostra como é esse o segmento que acaba por melhor acompanhar e traduzir a variação das exportações do sector espanhol de edição latamente considerado.

De acordo com o mesmo quadro nº 84, se se olhar em exclusivo para o sector Livros, logo se percebe o seu enorme peso no total das exportações do sector para Portugal. E a tendência de crescimento em termos de valor mantém-se, oscilando entre um mínimo de €12,3 milhões em 1997 e um máximo de €28,9 milhões em 2004, mais do dobro. Embora a exportação de livros editados em Espanha seja sempre muito maior, em termos de valor, do que as encomendas internacionais na fase de impressão, de produção física desses mesmos livros, verifica-se, apesar das oscilações, algum encontro em termos de exportação de produto gráfico se se ler os vários anos da série (mínimo de €1 milhão em 1997, máximo de €9 milhões em 2000), sendo no entanto de sublinhar a queda abrupta que se verifica no ano de 2005.

Pela observação das percentagens, não pode deixar de se salientar o acréscimo de importância que o valor relativo a Portugal assume no total das exportações de Livros e outras publicações realizadas por editores, distribuidores e livreiros espanhóis (quadro nº 85). É possível verificar-se que desde 2003 esse valor fica sempre acima dos 7%, se bem que o trabalho gráfico já revele oscilações bastante mais significativas, o que parece contribuir, nomeadamente nos anos de 2005 e 2006, para um certo decréscimo do valor de Portugal no total das exportações do sector espanhol de edição.

Quadro nº 85
Exportação do Sector de Edição de Espanha para Portugal por Ano (1997-2006)
(percentagem)

Sector da edição		Ano									
		1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Livros e outras publicações	Editorial	6,3	4,7	6,6	5,5	4,0	4,5	8,4	7,2	7,2	7,5
	Gráfico	2,7	5,4	4,4	8,4	5,5	4,5	5,4	6,3	2,6	2,5
	<i>Total</i>	5,5	4,8	6,1	6,2	4,3	4,5	7,6	6,9	6,0	5,8
Livros	Editorial	3,9	3,9	6,1	5,1	3,7	4,0	7,3	6,6	7,1	7,3
	Gráfico	1,3	2,0	3,7	9,1	6,2	5,1	7,2	9,2	2,4	2,8
	<i>Total</i>	3,4	3,5	5,6	5,9	4,2	4,2	7,3	7,2	6,1	5,9

Fonte: OAC, a partir de (FEDECALI, 2007: 27-30).

No que concerne ao universo estrito dos livros, as conclusões vão exatamente no mesmo sentido, embora as encomendas na fase de impressão feitas por Portugal a indústrias gráficas espanholas assumam algum peso face ao total de solicitações internacionais, designadamente nos anos 2000 e 2004 (9%).

Relativamente aos valores da importação em Espanha de livros oriundos de Portugal, nomeadamente na série temporal que abrange os anos de 2001 a 2005, é evidente a tendência de crescimento (ressalvando a pequena quebra registada em 2003), com um mínimo de €397 mil, em 2001, e mais do que duplicando em 2005, com €887 mil (quadro nº 86).

Quadro nº 86
Importação de livros de Portugal em Espanha por Ano (2001-2005)
(milhares de euros e percentagem)

Ano	Valor	%
2001	397	0,3
2002	766	0,6
2003	735	0,5
2004	779	0,6
2005	887	1,0

Fonte: (FEDECALI, 2007).

Pela leitura dos valores relativos constata-se igualmente que Portugal, no total das importações do livro em Espanha, mais do que triplicou nesses cinco anos (0,3% em 2001, 1% em 2005), o que coloca o nosso país no grupo dos primeiros dez de que Espanha mais importou – a este propósito veja-se o quadro nº 87.

Quadro nº 87
Importações em Espanha por País e por Ano (2001-2005)
(milhares de euros)

País	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Reino Unido	64.629	63.378	73.863	71.280	35.178
França	23.154	24.233	24.101	22.725	22.978
Alemanha	15.183	12.456	13.732	11.649	11.618
Países Baixos	8.125	8.206	7.764	8.165	2.285
Itália	8.262	6.701	5.831	6.804	8.452
Bélgica e Luxemburgo	4.387	4.709	4.963	5.181	1.562
EUA	2.997	2.595	2.130	2.158	1.315
Portugal	397	766	735	779	887
Suíça	1.430	773	661	422	292
Dinamarca	114	187	111	240	259
Argentina	961	732	340	234	580
México	301	261	212	219	297
Áustria	532	197	209	199	47
Hong Kong	439	92	51	131	68
Irlanda	80	83	78	111	47
Chile	42	29	56	80	28
Canadá	65	60	65	59	62
Perú	4	44	8	4	24
Suécia	56	43	6	42	137
Japão	35	35	33	36	22
China	14	13	4	17	44
Austrália	22	33	18	12	13
Finlândia	6	6	13	9	227
Colômbia	24	15	11	6	34
Nova Zelândia	4	25	2	1	17
Hungria	5	7	3	7	6
Brasil	4	0	6	4	5
Noruega	3	6	10	2	35
Islândia	2	3	2	12	4
<i>Outros países</i>	462	520	145	305	476
<i>Total</i>	<i>131.739</i>	<i>126.208</i>	<i>135.163</i>	<i>130.893</i>	<i>86.999</i>

Fonte: (FEDECALI, 2007).

Por fim, importa destacar a relevância que a informação recolhida e difundida pela FEDECALI adquire do ponto de vista dos diversos interessados no sector do livro em Espanha, seguramente, mas também para os países com quem tem relações comerciais neste sector. Ou seja, para além de uma leitura substantiva, feita neste ponto, haverá que destacar a relevância de um instrumento de recolha de informação complementar às Estatísticas do Comércio Externo, como se referiu um dos inquiridos das estatísticas oficiais harmonizados, ou seja, comparáveis à escala da UE.

10.4. A EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE LIVROS EM PORTUGUÊS EM ESPANHA

O objetivo de dar a conhecer alguma informação disponível relativa à evolução da expectativa de publicação de livros em língua portuguesa no conjunto das expectativas de edição em Espanha¹³³ revela-se fundamental em termos de análise, até porque permite ilustrar a utilização do ISBN para a produção de indicadores sobre as atividades editoriais numa perspetiva internacional.

Porém, antes de avançar com a análise dos dados disponíveis interessa referir certas questões processuais no âmbito da fonte em causa. Os dados apresentados nos quadros que se seguem foram diretamente obtidos através do endereço na Internet do Ministério da Cultura espanhol que é a agência espanhola do ISBN. Relembre-se que este é um dos poucos países em que o ISBN é obrigatório por lei.

Quanto ao tratamento dos mesmos procedeu-se à agregação das diferentes línguas espanholas debaixo da categoria Línguas espanholas e à inclusão da Multilingue na categoria Outras Línguas.

Para o que aqui importa, convém num primeiro momento avançar que os dados efetivamente disponíveis não se reportam especificamente ao caso de Portugal mas antes, quando nos debruçamos sobre a evolução anual das expectativas de edição por língua de publicação em Espanha, aos títulos de autores lusófonos que aí se prevê editar. Isolar as informações das atividades, em Espanha, relacionadas com o português (e não somente com Portugal) constitui pois a principal preocupação analítica (quadro nº 88).

Quadro nº 88
ISBN inscritos em Espanha por Língua de publicação e por Ano (2002-2007)
(número)

Língua de publicação	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Línguas espanholas	65.018	72.502	71.788	70.844	71.307	66.267
Alemão	171	202	163	154	175	167
Francês	306	462	514	393	466	796
Inglês	1.058	1.116	1.268	1.257	1.472	1.307
Italiano	276	325	319	169	231	644
Português	672	800	769	661	782	714
Outras Línguas	2.392	2.543	2.546	2.787	2.897	2.899
<i>Total</i>	69.893	77.950	77.367	76.265	77.330	72.794

Fonte: OAC, a partir de Ministerio de Cultura <www.mcu.es>, dados da Agência Espanhola do ISBN.

¹³³ Também para França é possível obter alguns dados sobre as traduções. Neste caso, a fonte não é o ISBN mas sim Livres Hebdo/Electre/DEPS. Em 2007 foram 59 as traduções de português num total de 8.549. Mesmo sendo um número baixo está entre as 13 línguas com mais de 50 traduções (Lacroix, 2009: 78).

O número de ISBN inscritos para os livros a publicar em língua portuguesa oscila significativamente na série temporal em apreço (mínimo de 661 casos contabilizados em 2005, máximo de 800 em 2003). Nos seis anos em causa a média é de 733 casos de pedidos de edição. A língua portuguesa é a terceira mais publicada em Espanha, a seguir a Línguas espanholas e a Inglês. Consegue-se talvez um retrato mais elucidativo da sua evolução se se considerar o peso relativo no conjunto das línguas estrangeiras editadas em território espanhol (quadro nº 89).

Quadro nº 89

ISBN inscritos em Espanha por Língua de publicação (português e outras no total de outras línguas estrangeiras) e por Ano (2002-2007)
(número e percentagem)

Língua de publicação	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total de línguas estrangeiras	4.875	5.448	5.579	5.421	6.023	6.527
% de Todas as línguas estrangeiras no total de ISBN	7,0	7,0	7,2	7,1	7,8	9,0
% de Português no total de outras línguas estrangeiras	13,8	14,7	13,8	12,2	13,0	10,9

Fonte: OAC, a partir de Ministerio de Cultura <www.mcu.es>, dados da Agência Espanhola do ISBN.

Assim, parece constatar-se um certo enfraquecimento da posição da língua portuguesa. Se se considerar os anos 2003 a 2007 (valor máximo de 15% em 2003, mínimo de 11% em 2007), só em 2006 a língua portuguesa cresceu a nível percentual. Já quando o enfoque é dirigido à percentagem de todas as outras línguas estrangeiras, a tendência é de crescimento (atingindo-se o valor mais elevado precisamente no ano em que a publicação em língua portuguesa revela menor impacto).

Passando à língua de *tradução*, não deixando de sublinhar que o trabalho realizado sobre a fonte estatística em causa foi equivalente ao realizado para a língua de *publicação*, em particular no tocante ao português, há que apontar que se assiste também neste plano a oscilações no número de ISBN inscritos no intervalo 2002-2007 (máximo de 287 registos em 2004, mínimo de 189 em 2003), obtendo-se um valor médio de 235 casos de pedido de tradução (quadro nº 90).

Quadro nº 90
ISBN inscritos em Espanha por Língua de tradução e por Ano (2002-2007)
(número)

Língua de tradução	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Línguas espanholas	3.259	3.737	3.950	3.572	4.406	4.721
Alemão	1.205	1.428	1.260	1.448	1.399	1.099
Francês	1.947	2.334	2.286	2.459	2.398	1.925
Grego	169	150	107	122	109	176
Inglês	8.901	10.468	9.214	9.699	10.782	9.319
Italiano	808	1.036	1.031	937	989	879
Português	221	189	287	222	236	256
Outras Línguas	639	782	1.157	1.249	1.490	1.202
<i>Total</i>	<i>17.149</i>	<i>20.124</i>	<i>19.292</i>	<i>19.708</i>	<i>21.809</i>	<i>19.577</i>

Fonte: OAC, a partir de Ministerio de Cultura <www.mcu.es>, dados da Agencia Espanhola do ISBN.

Enquanto língua de tradução, a portuguesa passa a ocupar a penúltima posição em Espanha, apenas à frente da língua grega, com as línguas inglesa, espanhola(s), francesa e alemã na dianteira. Tomando como indicador a percentagem de livros de língua portuguesa traduzidos face ao total de traduções de livros de outras línguas constata-se que não chega aos 2%. Mais precisamente varia entre 1,2% (2003) e 1,9% (2004) (quadro nº 91).

Quadro nº 91
ISBN inscritos em Espanha por Língua de tradução (português e outras no total de outras línguas estrangeiras) e por Ano (2002-2007)
(número e percentagem)

Língua de tradução	Ano					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total de línguas estrangeiras	13.890	16.387	15.342	16.136	17.403	14.856
<i>% de Todas as línguas estrangeiras no total de ISBN</i>	<i>81,0</i>	<i>81,4</i>	<i>79,5</i>	<i>81,9</i>	<i>79,8</i>	<i>75,9</i>
<i>% de Português no total de outras línguas estrangeiras</i>	<i>1,6</i>	<i>1,2</i>	<i>1,9</i>	<i>1,4</i>	<i>1,4</i>	<i>1,7</i>

Fonte: OAC, a partir de Ministerio de Cultura <www.mcu.es>, dados da Agência Espanhola do ISBN.

Em termos médios, o pedido de tradução de livros de língua portuguesa atinge o valor de 1,5%. O valor de 1,7% em 2007 acontece justamente no ano que, em termos totais, apresenta a percentagem mais baixa de pedidos de tradução de livros de língua estrangeira em Espanha.

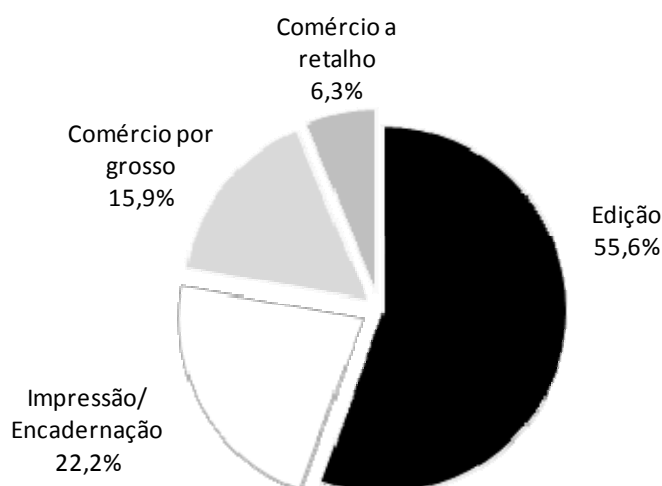
10.5. EMPRESAS EXPORTADORAS PORTUGUESAS

Dar conta das empresas e dos tipos de atividade das empresas portuguesas exportadoras do produto livro constitui um dos objetivos a alcançar neste ponto. Para tal recorre-se aos dados disponibilizados pelo antigo ICEP – Portugal, Instituto integrado, desde 2007, na Agência para o Investimento, Comércio e Exportações de Portugal (AICEP). Todavia, algumas considerações de natureza metodológica merecem, previamente, uma nota. Começa-se então por destacar que sob análise estão apenas as 63 empresas inscritas no ICEP até maio de 2007 com interesse pela exportação do produto livro, apuradas de um total de 108 com registo no código 49 (Produtos das indústrias gráficas, livros, jornais) da Nomenclatura Combinada.

É de salientar o carácter voluntário do processo de registo, o que leva necessariamente a concluir que uma parte importante das empresas do sector não privilegia a atuação da atual AICEP no sentido de receber oportunidades de negócio e/ou promover internacionalmente as respetivas ofertas.

Em termos substantivos, é possível constatar como o grosso das empresas analisadas, mais de metade (56%), cabe às empresas de edição, seguindo-se, com 22%, as de trabalho gráfico (gráfico nº 30).

Gráfico nº 30
Empresas exportadoras do produto Livro por Ramo de atividade
(percentagem)



Fonte: OAC, a partir da base de dados de empresas exportadoras fornecida pelo ICEP (maio 2007).

Se confrontados os ramos de atividade do lado da comercialização, por grosso e por retalho, sobressai a percentagem do primeiro, 16%, quase o triplo da do segundo. Mas, mais concretamente, de que tipo de empresas se trata ou, dito de outro modo, que volume de exportações está aí efetivamente envolvido? Essa é a questão a que o quadro nº 92 procura responder.

Quadro nº 92
Empresas por Volume de exportações do produto Livro e por Ramo de Atividade
(número)

Ramo de atividade	Volume de exportações						Total
	<€50.000	€50.000 a €300.000	€300.000 a €1.000.000	€1.000.000 a €3.000.000	€3.000.000 a €5.000.000	Não disponível	
Edição	15	9	7	1	-	3	35
Impressão/Encadernação	3	3	3	2	1	2	14
Comércio por grosso	2	2	3	-	-	3	10
Comércio a retalho	1	3	-	-	-	-	4
<i>Total</i>	<i>21</i>	<i>17</i>	<i>13</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>8</i>	<i>63</i>

Fonte: OAC, a partir da base de dados de empresas exportadoras fornecida pelo ICEP (maio 2007).

Nota: Escalões do Volume de exportações em milhares de euros.

Analisando a distribuição das 63 empresas exportadoras em termos do volume de negócios daí decorrente, percebe-se desde logo que mais de metade daquelas, 38, se caracterizam por exportações que não ultrapassam os €300.000. Ainda assim, valerá a pena sublinhar que existem 13, das quais 7 editoras (grupo de que a Texto Editores por exemplo faz parte), 3 gráficas e outras 3 empresas de comércio por grosso de livros (das quais 2 são distribuidoras, adiante-se), que estão incluídas no escalão que vai de €300.000 a €1.000.000. Com maior volume de exportações, só a Porto Editora, no campo da edição, e as gráficas Eigal e Printer Portuguesa aparecem no escalão seguinte, havendo, das empresas exportadoras do produto livro inscritas no ICEP, somente 1 posicionada no intervalo dos €3.000.000 aos €5.000.000, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA. Contudo, importa referir que, tratando-se de empresas que exportam outros produtos para além do livro, fica sem se saber que parte do volume de exportações corresponde especificamente a livros.

A identificação de filiais/sucursais no estrangeiro dessas mesmas empresas serve também de indicador de atuação em matéria de comércio internacional (quadro nº 93).

Quadro nº 93

Empresas exportadoras do produto Livro por Filiais/Sucursais no estrangeiro e por Ramo de Atividade
(número)

Ramo de atividade	Filiais/Sucursais
Edição	5
Impressão/Encadernação	1
Comércio por grosso	2
Comércio a retalho	-
<i>Total</i>	<i>8</i>

Fonte: OAC, a partir da base de dados de empresas exportadoras fornecida pelo ICEP (maio 2007).

Nesta perspetiva, de acordo com os dados recolhidos, e não obstante o facto de, ao procederem ao seu registo junto do ICEP, nem todas as empresas assinalarem se têm ou não filiais/sucursais no estrangeiro (assim como aquelas que tiveram poderão, agora, já não ter), apenas se verificam, de um total de 63 casos, 8 empresas com pelo menos uma filial/sucursal no estrangeiro, sendo 5 delas, de acordo com a CAE que as identifica, de edição de livros. Estão nesse segmento, por exemplo a Centralivros, a Porto Editora e as Publicações Dom Quixote. Assim, a conclusão parece óbvia: as empresas à partida mais fortes no mercado nacional tendem a ser também as mais sólidas em termos da internacionalização das suas ofertas e portanto do sector português do livro.

10.6. SÍNTESE

Como ficou claro ao longo deste capítulo, também quanto à exportação de livros e às trocas de Portugal com o exterior estão disponíveis alguns dados relevantes. As fontes aqui referidas e os indicadores analisados permitem traçar um panorama da situação atual e da sua evolução nos últimos anos. Parecem, portanto, constituir contributos válidos para um sistema de informação do sector do livro em Portugal. Exigem, contudo, para tal, um trabalho específico, tendo em conta o sector em causa, de modo a alargar as potencialidades analíticas, atualizando sistematicamente as séries temporais e procurando os fatores que poderão explicar as oscilações verificadas. O que pressupõe uma inventariação continuada dos dados disponíveis e seu tratamento. Como se viu, não é só em fontes situadas em Portugal que estão disponíveis dados com interesse para a caracterização das relações comerciais com o exterior. Vários países disponibilizam indicadores que incluem Portugal, o que implica uma exploração aturada das fontes, e a realização de estudos específicos, pelo que se espera ter contribuído por via do levantamento efetuado. Importa, assim, continuar e desenvolver futuramente uma linha de

pesquisa sobre o sector do livro que alimente e mantenha, se possível melhore, a atualidade e a consistência dos dados, bem como a sua capacidade explicativa.

Passando a uma síntese dos resultados apresentados neste capítulo confirma-se, quanto à evolução das entradas e das saídas de Livros, brochuras e impressos semelhantes, que Portugal é essencialmente importador. No último ano para o qual há dados disponíveis (2007, embora ainda provisórios) regista €65 milhões de entradas (segundo mais elevado na série em análise, 2000-2007) e os quase €44 milhões de saídas (o melhor da série) parece apontar para uma atenuação daquela realidade. O balanço comprova isso mesmo com os €22 milhões desfavoráveis a Portugal, ainda assim longe dos €50 milhões registados em 2004.

Este balanço parece dever-se a um incremento significativo das trocas com os PALP e com um saldo francamente positivo para Portugal. Estes e outros países africanos são, aliás, os únicos cujo saldo é favorável a Portugal.

Os dados disponíveis num estudo para o espaço ibero-americano mostram que Angola e Moçambique (no ano de 2004) são os principais destinos das exportações do sector.

Os estudos realizados em Espanha permitem dar conta das importações e exportações de livros (em valor e em número de exemplares) designadamente com Portugal. Trata-se de uma boa ilustração da importância dos inquéritos ao sector, única forma de obter informação desagregada, a qual permite, designadamente, uma análise por género. É, assim, possível saber que Portugal importou, em 2006, cerca de €23 milhões correspondentes a 4,4 milhões de exemplares, sendo que o género Ciências Sociais é o mais relevante, tanto em valor como em exemplares. Quanto às exportações portuguesas os valores em causa são sensivelmente menores: €887 mil em 2005, ou seja, 1% das importações espanholas e o oitavo lugar entre os exportadores para Espanha, valor que, ainda assim, traduz um crescimento assinalável face ao valor registado em 2001, de €397 mil.

Ainda no que toca às relações com Espanha, o recurso ao sistema de ISBN nesse país (outra ilustração das potencialidades da utilização desse sistema para fins estatísticos) permite situar o português entre as línguas de publicação. Os títulos correspondentes significam, entre 15% e 11% das obras publicadas em outras línguas que não as espanholas no período 2002 e 2007. Quanto à língua de tradução, a percentagem correspondente ao português, no mesmo período é, como se esperaria, sensivelmente menor e oscila entre 1,2% e 1,7% das obras traduzidas de outras línguas.

Um último aspeto analisado neste capítulo reporta-se a empresas exportadoras portuguesas com base nas empresas inscritas no antigo ICEP. De acordo com os dados recolhidos e referenciados a maio de 2007, a maioria dessas empresas são editoras, mas entre elas estão também empresas do comércio por grosso e a retalho, bem como empresas de impressão/encadernação. A maioria (38) não ultrapassa os €300.000 de volume de exportação,

ao passo que 4 têm um volume superior a €1 milhão, 3 delas cujo ramo de atividade é impressão/encadernação. Mas entre as 8 empresas com filiais/sucursais no estrangeiro 5 são editoras.

11. AS OPINIÕES DOS PROTAGONISTAS

Neste capítulo faz-se a análise das entrevistas realizadas. Num primeiro ponto tem-se em conta os depoimentos de protagonistas nacionais – os agentes de diversos ramos do sector como a edição, comercialização, distribuição, entre outros – que permitem dar conta de diferentes opiniões existentes entre os agentes do sector quanto à situação presente e às perspetivas de desenvolvimento. Num segundo ponto abordam-se os depoimentos recolhidos sobre a visibilidade internacional de autores portugueses junto de agentes literários estrangeiros com intervenção na internacionalização de autores e obras portuguesas.

Para um balanço do processo de recolha de informação empírica, designadamente por meio das entrevistas realizadas no âmbito do *Inquérito*, descrevem-se, de seguida, os objetivos, critérios e outras particularidades a elas subjacentes.

11.1. PROTAGONISTAS NACIONAIS

Com uma função inicial exploratória e auxiliar, face ao inquérito por questionário que viria a ser aplicado, as entrevistas acabaram por se revelar também fonte de primordial importância no sentido de obter um variado leque de informações acerca do sector do livro em Portugal, em especial no que diz respeito aos discursos e representações que os seus diferentes agentes têm sobre o dito sector¹³⁴. À luz destes pressupostos, e adotando como modelo teórico-metodológico a perspetiva de produção de cultura (Peterson e Anand, 2004), foi elaborado um guião de entrevista, tentando obviamente adequá-lo às seis dimensões contempladas nesse modelo, a saber, *tecnologia, políticas culturais, estrutura da indústria, estrutura organizacional, carreiras ocupacionais e mercado* (ver guião de entrevista no anexo nº 2).

À opção por um instrumento de natureza qualitativa juntou-se a preocupação de, com os devidos limites, chegar a uma amostra de entrevistados suscetível de fornecer suficiente

¹³⁴ Uma síntese da análise das entrevistas foi apresentada a 25 de janeiro de 2008 na sessão pública em que foram apresentados os resultados preliminares da fase de enquadramento e diagnóstico (documento disponível em www.oac.pt).

informação sobre aquilo que são os vários ramos de atividade ou dinâmicas do sector português do livro. Havendo a registar o ramo de atividade – edição, distribuição ou comercialização – como critério de seleção determinante das empresas cujos responsáveis seriam alvo de entrevista, outros dados de caracterização consultados quer via INE (volume de negócios, pessoal ao serviço, localização geográfica) quer através da página que as empresas disponibilizam na Internet (data de fundação, géneros editados ou comercializados, utilização das novas tecnologias), quer ainda via imprensa (internacionalização, integração em cadeias e/ou grupos, envolvimento em processos do tipo fusão/aquisição, grau de notoriedade dos autores representados)¹³⁵, estiveram na base da escolha de um primeiro conjunto de possíveis entrevistados.

Por conseguinte, procedeu-se à solicitação das entrevistas através de contacto pessoal seguido de envio de texto por correio eletrónico, tendo sido efetuadas 36 entrevistas (ver lista de entrevistados em anexo nº 3), 31 delas claramente dirigidas à luz do guião, 2 de maior abertura e abrangência aos presidentes das associações APEL e UEP, ambos editores, e outras 3, também de carácter institucional (APEL/ISBN, BNP/Depósito Legal e DGLB), mas para as quais foi pensado um guião específico adaptado do geral¹³⁶.

Não podendo menosprezar o facto de, em termos comparativos, os editores terem sido os agentes mais ouvidos, seguindo-se os responsáveis de comércio livreiro e apenas em dois casos os distribuidores (se bem que algumas das empresas consideradas acabem por também acumular a vertente de distribuição), há ainda a referir os necessários enquadramentos obtidos pelas tais outras três entrevistas de cariz institucional (APEL/ISBN, BNP/Depósito Legal e DGLB) ou até pelas entrevistas tanto àquele que é tido como o único agente literário português em atividade como aos diretores quer de uma empresa gráfica quer de uma especializada em trabalho de logística.

Só por uma vez a possibilidade de entrevista foi efetivamente recusada, contabilizando-se nove casos em que, não obstante as insistências, não se obteve resposta.

No que toca ao intervalo temporal de realização das entrevistas, as mesmas ocorreram entre março e agosto de 2007, variando aproximadamente entre os 30 minutos e as 2 horas e meia. Com uma previsão de duração à volta de 1 hora e meia, o facto de em praticamente metade ter sido ultrapassado o tempo inicialmente previsto vem confirmar como, na generalidade dos casos, os entrevistados reagiram bem não só ao pedido de entrevista, como ao seu contexto, traduzível num ambiente de colaboração e prestação de esclarecimentos. Um último aspeto que merece nota refere-se ao tratamento das entrevistas em causa. A técnica de análise de conteúdo incide sobre o tal grupo de 33 entrevistas (aqui já incluindo as dos dois responsáveis

¹³⁵ A pertença associativa ou, quando disponível, o percurso profissional dos interlocutores em questão constituíram outros critérios ponderados.

¹³⁶ Estas 3 entrevistas de carácter institucional não são incluídas na análise que a seguir se desenvolve.

associativos), transcritas integralmente, assumindo as demais o estatuto de elemento de consulta.

Os critérios que presidem ao tratamento das entrevistas ficam, desde já, sintetizados. O modelo de análise pelo qual se optou consistiu, fundamentalmente, na escolha de um conjunto de tópicos de natureza analítica, obviamente que também ajustados não só ao(s) conteúdo(s) das próprias entrevistas como às preocupações ou objetivos mais em consonância com o questionário que veio a ser aplicado. Definidos então 10 tópicos de alguma abrangência (*carreiras, contratos, direitos de propriedade intelectual, faturação, formação, integrações vertical e horizontal, internacionalização, novas tecnologias, plano nacional de leitura, sugestões de possíveis entrevistados*), selecionaram-se unidades de contexto nas 33 entrevistas, seguindo-se a introdução dos excertos em grelhas construídas para informar cada um dos respetivos tópicos.

Deixando de lado aspetos mais diretamente relacionados com a preparação do questionário a ser posteriormente aplicado, e que portanto se esgotaram nessa fase do *Inquérito*, apresentam-se seguidamente as opiniões dos protagonistas entrevistados quanto ao impacto no sector de cinco aspetos: *tecnologia, políticas públicas* com especial destaque no Plano Nacional de Leitura, *estrutura da indústria, contratos e ocupações*.

Tecnologia

A tecnologia entendida enquanto dimensão central para compreender transformações passadas e futuras no sector português do livro foi ideia que a generalidade dos entrevistados acabou por subscrever, ainda que mediante diferentes ângulos de abordagem. Segundo os vários depoimentos recolhidos, o impacto que a tecnologia está, ou não, a ter no sector, será destacado de seguida.

Foram várias as considerações apresentadas. Desde logo, como por via da inovação tecnológica que dotou o sector de ferramentas aptas a uma progressiva modernização.

Tudo se modificou brutalmente nos últimos 30 anos, quer do ponto de vista da produção, enfim, hoje fazer um livro é uma tarefa mil vezes mais simples do que era há 30 anos, cem vezes mais barato do que era há 30 anos, e aí notou-se de facto uma grande evolução. No comércio também (...), com a introdução da informática que permitiu melhorar largamente as condições de atendimento do público e de satisfação. Embora aí ainda continuemos com o desincentivo dos livreiros de quando não têm livros informarem imediatamente que está esgotado, mas há uma modernização forte e não podemos esquecer o papel fundamental que a FNAC teve nisso, isto é, a FNAC veio decisivamente contribuir para que o retalho de livros se tenha alterado substancialmente. De resto neste momento há muitas

formas, já há muitas empresas a utilizar faturação eletrónica (...), livreiros que reconstituem os stocks automaticamente pela via informática.

Entrevista nº 32 – Editor

O abreviamento do tempo de produção do livro, mas também a maior agilidade trazida em termos de gestão, derivada em grande medida da tendência de informatização da atividade das empresas, sejam elas do ramo da edição ou da comercialização, surgem como aspetos repetidamente lembrados.

É evidente que o sector editorial sofre (...) com o desenvolvimento tecnológico que vai acontecendo, e acaba por ser também um espelho desse mesmo desenvolvimento. Para nos situarmos aqui há 15, 20 anos atrás, o autor chegava junto do editor com o original em suporte papel. Isso hoje, não digo que morreu por completo, há ainda uns sobreviventes que o fazem, mas, na maioria dos casos, o original chega ao editor em suporte informático. Esta é uma mudança qualitativa que vem introduzir uma alteração, no modo e no tempo para a produção de uma obra, com as consequentes alterações em termos dos agentes.

Entrevista nº 33 – Editor

Quando eu comecei a querer informatizar foi complicado, porque nem no estrangeiro existiam sites para livrarias. Existiam para as editoras e para as distribuidoras, mas não para as livrarias. Parece que agora a APEL dá uma ajuda ou tem uma coisa genérica que depois se adapta às várias livrarias. As livrarias são mais complicadas, então a nossa é muito diversificada, porque é muito complicado meter isso tudo no sistema informático.

Entrevista nº 26 – Livreiro

Esse incremento de informatização, de introdução de (novas) tecnologias no sector não esconde porém assinaláveis debilidades ou défices de implementação. Partindo da opinião de alguns editores, a ainda fraca edição, em Portugal, de livros em novos suportes, é merecedora de particular reflexão.

Não fazemos edições e-books, essas coisas não fazemos. Temos esse sector importante dentro da editora que são os projetos associados. Esses sim que têm CDs, DVDs, temos várias coleções já com CD-Audio, com DVD, portanto sim, temos essa componente, mas em termos de autores de ficção vendemos on-line e é o máximo que fazemos.

Entrevista nº 2 – Editor

Por exemplo, a nível nacional, a uma utilização praticamente inexistente do e-book vem juntar-se o que é tido como o atual declínio da edição em suporte multimédia, de maior força

comercial no passado e cujo aparecimento esteve aliás bastante ligado ao segmento dos materiais paraescolares, das enciclopédias e dicionários.

Já foi importante a área da multimédia. Progressivamente, a área da multimédia tem vindo a perder interesse e nós já não reeditamos produtos que fizemos, uma História da Literatura Portuguesa, nós fizemos uma História da Arte e, praticamente, hoje, estamos circunscritos a meia dúzia de produtos de referência. Fizemos gramáticas eletrónicas, fizemos jogos de palavras cruzadas, coisas assim desse género e estamos circunscritos a meia dúzia de produtos que são Histórias de Portugal, dicionários, enciclopédias, coisas que vendem. Já não vendem o número que vendiam antigamente e, portanto, está a morrer. É um sector que está, progressivamente, a morrer. Um sector que se vai aguentando nessa área é o sector de apoio ao escolar, onde os produtos multimédia ainda, de alguma forma, servem, nomeadamente, nos primeiros anos de escolaridade e até ao 6º ano ainda têm alguma procura e, portanto, deslocámos a nossa produção, digamos, para a área escolar.

Entrevista nº 7 – Editor

O multimédia está muito moribundo por causa da Internet, ou seja, houve um *boom* do suporte entre 1998-2000 com a Porto Editora e a Texto Editores, conseguiram com a Diciopédia vender, mas agora a Internet quase que matou o formato CD-ROM/multimédia.

Entrevista nº 18 – Livreiro

Temos alguma coisa (...) na área da multimédia, mas apenas para estar lá, mais nada. É só para dizer que estamos presentes.

Entrevista nº 10 – Editor

Ao contrário do que parece suceder na esfera internacional, também a falta de um mercado português de audiolivros – isto apesar das iniciativas que, pontualmente, procuram desenvolver esse segmento – se assume como evidência.

Em finais dos anos 80 (...) houve um grande *boom* de audiolivros internacional (...) e a D. Quixote pensou experimentar isso, era ainda em fita, porque era o que se usava nos automóveis, eram fitas gravadas, cassetes gravadas. No estrangeiro tinha bastante êxito, na altura os audiolivros foram feitos em comum com o Círculo de Leitores, foi uma edição comum D. Quixote / Círculo de Leitores.

Foi um fracasso, e depois houve um grande interregno, nunca mais se fez em Portugal.

Creio que há até uma empresa, uma pequena empresa em Portugal que está só a fazer em suporte áudio, não é, portanto está a travar essa batalha, também não sei quais são os resultados, mas era bom saber.

Entrevista nº 4 – Editor

Eu acho que não há mercado, neste momento, em Portugal, para audiolivros. Nós não temos projetos nenhuns na área do áudio livro e eu duvido da viabilidade desse mercado, no curto, médio prazo, em

Portugal. Acho que nós não temos dimensão para esse mercado, pelo menos, para o fazer minimamente decente.

Entrevista nº 21 – Editor

A propósito da constituição de um mercado de audiolivros que prime pela viabilidade, dificuldade admitida pela generalidade dos entrevistados que se debruçam sobre a questão, convirá aludir ao depoimento de alguém com larga experiência de comercialização de livros no formato tradicional e para quem motivos que extravasam a própria tecnologia, de natureza fiscal por exemplo, constituem outro obstáculo a contornar:

Um áudio livro tem logo à partida 21% de IVA e é muito mais caro por causa disso. É uma pena enorme porque lá fora, no estrangeiro, existem imensos audiolivros, na Alemanha, na Inglaterra, na América, imenso, mas se nós importarmos isso, temos de fazer um processo de licença, para ter isso à venda, o que custa mais o selo, e este processo que temos de iniciar custa dinheiro. (...) Como nós normalmente não importamos toneladas de audiolivros, para cada livro teríamos de fazer este processo, por isso, é uma pena, mas não compensa...

Entrevista nº 26 – Livreiro

De certa forma, o que estes depoimentos acabam por sugerir é que o sector português do livro, apesar de alguma evolução, denota uma incompleta modernização do ponto de vista tecnológico, e não só ao nível dos suportes do produto livro. A discrepância entre os discursos dos agentes que tomam a inovação tecnológica como mais-valia para o sector e a concretização/viabilidade prática desse entendimento é a esse respeito sintomática. A convivência dessas duas realidades do sector torna-se bem evidente quando se analisa o caso concreto da Internet. Enquanto canal de vendas, a sua fragilidade económica é evidente quer para editores quer para livreiros:

O comércio eletrónico não é ainda uma atividade rentável, é uma atividade a apostar a médio prazo.

Entrevista nº 21 – Editor

As vendas on-line são sempre negativas do ponto de vista económico, mesmo a que vende mais é a MediaBooks, mas acho que ainda é perder dinheiro. Os grandes ainda podem perder dinheiro, pois é marketing, nós não podemos perder dinheiro. Para além disso, é preciso ter uma estrutura logística. Se colocar os livros na internet, preciso de entregar no país todo, ir aos correios, etc.

Entrevista nº 18 – Livreiro

Acho que não está famoso [a Internet enquanto canal de vendas], que está a precisar de uma mexida. Vi isso quando vim para cá, mas depois não soube mais nada. Tenho de ver. Mas acho que sim que se deve utilizar.

Todavia, conforme se pode igualmente constatar, há da parte de determinados agentes do sector o reconhecimento da importância estratégica subjacente à promoção/divulgação on-line do livro.

Nós temos de ser um bocadinho criativos, e a Internet, apesar de tudo, tem sido para nós uma boa forma de promover os nossos livros, portanto ultimamente temos apostado mais na Internet, criámos o *MySpace*, portanto no fundo o que nós tentamos é estar a par das novas tecnologias e tentar aproveitá-las ao máximo.

Entrevista nº 13 – Editor

Haverá o *blog* que é uma espécie de... eventualmente um *site* futuro, uma coisa mais “profissional”.

Entrevista nº 5 – Editor

Nesta fase de consolidação, queremos-nos focalizar no *off-line*. E quando sentirmos que aí já estamos próximos do que nós idealizamos, então queremos claramente olhar para um *site* como um canal de distribuição. Como ainda não estamos aí, o *site* ainda está em construção.

Entrevista nº 29 – Outro ramo de atividade

Apesar de ter sido um investimento que está longe de ser pago com os resultados comerciais, investimos bastante na formação do novo *site*, o novo *site* tem uma possibilidade de compra através de Visa, encomendas portanto, tem um Clube do Livro, tem páginas para os associados que se registam, com descontos, com partes dos livros que podem ler, tem uma *newsletter* mensal onde podem ver quando acontecem informações extraordinárias, e portanto é (...) um investimento futuro, presente em termos comerciais, mas também futuro em termos de compras.

Entrevista nº 2 – Editor

A vontade de marcar presença na Internet afigura-se transversal aos diferentes ramos de atividade do sector do livro, inclusivamente na distribuição, sendo mesmo assim de frisar que as editoras de constituição mais recente tendem a pensar em formatos alternativos de estar on-line, que não apenas mediante as tradicionais funcionalidades de apresentação do catálogo ou envio de *newsletters* promocionais.

Queremos ter, a curto prazo, um *site*, um portal, que nos permita trabalhar com bastante interatividade com os leitores, leitores/autores, e leitores/editor, haver uma interatividade grande, coisa que não há nos *sites* atuais.

Entrevista nº 4 – Editor

A possibilidade de venda de livros independentemente das colocações conseguidas junto dos pontos de venda seria à partida facilitada pela adoção das novas tecnologias. O objetivo de conquistar mais leitores e, paralelamente, de sedimentar novos canais de vendas, esbarra contudo no facto de serem muitas as editoras que ou não possuem qualquer tipo de presença on-line ou da mesma não ser sujeita a atualizações.

Nós temos um site muito antigo que ainda está on-line mas está completamente desatualizado, e contratámos uma empresa para o desenvolvimento de um site novo e que ainda se arrasta e não está, digamos, em curso (...).

Entrevista nº 3 – Editor

Em termos mais abrangentes será, por fim, de referir que embora a Internet seja por uns vista como fator de sucesso empresarial no sector do livro, designadamente para as empresas que a elas se saibam adaptar, há quem tenha uma visão mais pessimista, preferindo vê-la como ameaça, muito em particular pela alternativa que pode vir a criar ao livro em formato papel.

É uma ameaça para as empresas que não evoluírem e que não a acompanhem, para as outras é uma oportunidade porque no fundo trata-se de acompanhar a evolução.

Entrevista nº 3 – Editor

Acho que a Internet pode ser uma oportunidade, nós sentimos que em algumas áreas o concorrente (...) é a Internet, não são os nossos concorrentes físicos, que é uma ameaça também para nós e aí temos que rapidamente nos posicionar.

Entrevista nº 24 – Livreiro

Os novos suportes estão a aparecer e vão aparecer muito rapidamente suportes que vão ser realmente muito competitivos, porque são muito mais amigáveis (...), vai haver aí uma alteração grande e uma competição (...) muito grande com o suporte de livro em papel.

Entrevista nº 20 – Editor

Políticas públicas: O Plano Nacional de Leitura

As opiniões dos editores e livreiros relativamente ao Plano Nacional de Leitura (PNL) são consensuais relativamente à importância desta recente iniciativa pública de promoção da leitura. Mesmo com pouco tempo decorrido (o PNL foi lançado em 2006 e as entrevistas decorreram em 2007) os entrevistados tecem dele uma opinião francamente positiva realçando o facto de se tratar de uma iniciativa estruturada e a longo prazo.

O Plano Nacional de Leitura é fundamental. Porque está a ser bem concebido, bem feito e bem executado. (...) Tem tido um real impacto, e tem apenas um ano... Estamos apenas a começar. (...) Creio que toda a gente sentiu esse impacto, na medida em que o plano vai sendo executado, eu acho que pode ter uma influência decisiva na alteração dos hábitos de leitura.

Entrevista nº 16 – Editor

[Nós] saudámos [o PNL] como uma excelente iniciativa, que nos parece que é um trabalho de fundo que se deve fazer, não vai ter resultados imediatos... É um trabalho de fundo e é uma coisa que se faz em vários países há muito tempo, faz a Espanha, faz o Brasil, etc. (...)

Acho que foi uma boa iniciativa, acho que foi a melhor iniciativa dos últimos anos, que o governo pode ter tomado em matéria relacionada com o livro. Porque não me lembro, aliás, nos últimos muitos anos, de qualquer iniciativa que a gente possa dizer que foi meritória da parte do Estado em relação ao sector do livro. Esta, sim senhor! Temos que dizer que tem corrido bem. Sobretudo é uma iniciativa com alcance e visão estratégica e não uma coisa para queimar dinheiro e para fazer *show-off*.

Entrevista nº 7 – Editor

Assim, o PNL parece ter acolhido bastante receptividade junto dos editores. Alguns dos entrevistados referem a necessidade de, neste domínio, se articularem e coordenarem esforços entre o sector público e o sector privado.

Eu acho que os editores se deviam colocar em conjunto à disposição do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura para campanhas sérias sobre a leitura. Porque realmente não vamos lá com estas coisas assim. Julgo que é um milhão de euros/ano para uma campanha nacional pela leitura, o que é nada, porque um milhão de euros não dá para comprar os livros necessários para abastecer as bibliotecas públicas e as escolares, portanto esse esforço e a batalha pela leitura é uma coisa que acho indispensável, tem que ser feita com o apoio das instituições públicas porque senão não é viável. Nós não conseguimos fazê-la sozinhos, e parece sempre uma batalha pelos seus livros, pelo produto que se está a fazer. Aí creio que há uma disponibilidade dos editores, geral, para a participação numa batalha deste tipo, e com ofertas de livros e tal, mas isto tinha que ser consistente, não podia ser uma coisa que eu faço um bocadinho aqui e o resultado aparece, e o outro faz também um bocadinho ali e o resultado também aparece.

Entrevista nº 4 – Editor

Da parte das empresas de comércio a retalho de livros, o PNL parece surgir como um contexto favorável para a concretização de um conjunto vasto de iniciativas. São disto exemplo, campanhas de marketing específicas dando visibilidade aos livros recomendados pelo Plano¹³⁷ ou ainda, nos postos de venda, a disposição dos livros recomendados pelo Plano nas chamadas “ilhas” ou “mesas”.

Nós, quer o ano passado, quer este ano... fizemos... este ano vamos fazer também... uma campanha, na loja... com uma ilha só com livros que são recomendados pelo Plano Nacional de Leitura.

Entrevista nº 31 – Livreiro

Obviamente que a criação de listas de livros recomendados pelo PNL para cada nível de ensino é saudada por parte dos editores e livreiros. Alguns entrevistados reconhecem a preocupação do PNL em incluir nessas listas títulos de quase todas as editoras como uma estratégia cuidadosa do ponto de vista político.

Tenho encontrado alguns efeitos perversos no Plano Nacional de Leitura, na seleção inicial das obras, acho que houve uma vontade de não ter críticas e, por isso, pôr livros de todos os editores (...) Por isso, acho que a seleção foi extensa, para ninguém protestar... ou que a [editora] não sei quantas tinha lá 20 livros.... Toda a gente tinha que ter lá, pelo menos, com alguns livros... Que era para ninguém protestar. Mas, numa análise mais cuidada do que lá estava, eu atrevia-me a dizer que metade daquilo não devia lá estar, só que se eles escolhessem só metade...

Eu acho que o critério inicial foi cuidadoso, do ponto de vista político, não foi eficaz do ponto de vista técnico.

Entrevista nº 21 – Editor

A elaboração das referidas listas é alvo de alguns reparos, designadamente no que diz respeito à necessidade articulação com os editores sobre a disponibilidade dos livros selecionados no mercado.

¹³⁷ No primeiro ano do PNL foram construídas 23 listas de livros recomendados, para crianças de jardim-de-infância, 1º ciclo e 2º ciclo, num total de 643 títulos, para leitura orientada na sala de aula e para leitura autónoma, organizadas por ano escolar e grau de dificuldade, sendo algumas delas de carácter temático. Para o ano letivo de 2007/2008 a essas listas foram acrescentadas outras dirigidas ao 3º ciclo, em consonância com o alargamento dos programas de promoção da leitura em sala de aula para este nível de ensino (Costa, Ávila e Pegado, 2008: 21-22).

Bom, para já terá havido alguma coisa porque agora vai haver uma atualização, em junho deste ano, e no início do ano perguntaram-nos o que é que achávamos. Mais, deviam-nos também ter dito com antecedência se os nossos títulos iam estar no Plano Nacional de Leitura, se são livros que estão disponíveis se não estão, se não estão mas passarem a constar [da lista] vão passar a estar [disponíveis] ou não?

Entrevista nº 20 – Editor

A seleção a que o PNL chegou – ou seja, os livros que constam e os que não constam – é alvo de reparos por parte dos editores entrevistados.

Eu tenho livros que estão indicados que eu acho completamente desadequados, não vejo nenhum sentido em serem indicados para as escolas, há uns que deviam estar e não estão, há autores que eu tenho premiados que são de leitura obrigatória e não estão, e depois vou ver também de outras editoras e acontece a mesma coisa

Entrevista nº 20 – Editor

Alguns entrevistados também apontam a necessidade de renovação/atualização da referida lista (facto que viria a acontecer).

As pessoas do Plano Nacional de Leitura pediram-nos os livros, nós mandámos-lhes e eles recomendam aqueles que entendem. Eu não faço comentários a essa escolha. A única coisa que me parece é que tem que ser permanentemente renovado. Estão sempre a aparecer [novos] livros.

Entrevista nº 7 – Editor

Os editores e livreiros reconhecem a existência de impactos do PNL quer ao nível das reedições e reimpressões de livros recomendados pelo PNL mas entretanto não disponíveis no mercado quer ao nível das vendas.

Há livros que já estavam mais ou menos adormecidos e que ressuscitam um pouco com isso, o que é natural.

Entrevista nº 14 – Editor

Pela primeira vez o Plano Nacional de Leitura teve bastante impacto, nas vendas, na reedição...

Entrevista nº 25 – Livreiro

O autocolante com a marca do PNL nos livros recomendados parece ser uma estratégia importante para dar visibilidade aos livros que constam da lista de obras recomendadas pelo PNL.

E nota-se que... (...) vende-se mais quando têm a etiqueta [do PNL]... mesmo os que estão na linha normal e portanto não têm a etiqueta... por isso...

Entrevista nº 31 – Livreiro

Vejo as pessoas a procurarem mais nas nossas livrarias, isso é bom, porque mostra maior interesse pela leitura e em termos práticos nota-se uma maior dinâmica nas vendas.

Entrevista nº 24 – Livreiro

O ano passado foi lançado o Plano Nacional de Leitura, que tem efeitos a curto prazo, indiscutivelmente tem, os livros que foram aconselhados pelo Plano Nacional de Leitura são livros que foram objeto, ou estão a ser objeto, de uma maior procura, saudavelmente, e isto é positivo.

Entrevista nº 33 – Editor

Estrutura da indústria – Integrações vertical e horizontal

No sentido de obter um entendimento mais claro acerca da realidade portuguesa, e no seguimento do conceito *estrutura da indústria* (Peterson e Anand, 2004), valerá a pena falar das noções de integração vertical e horizontal. A primeira dá conta de grupos ou empresas que gerem de modo integrado toda ou parte da cadeia do livro (tendo por exemplo uma editora e uma distribuidora...), a segunda refere-se a processos que envolvem conglomerados ou a aquisição de uma editora por parte de outra. À luz dos depoimentos recolhidos é globalmente reconhecido o facto de o sector português do livro ter sofrido, nos últimos anos, dinâmicas de integração singulares.

Do ano passado para este ano, aconteceram dois macro fenómenos. A Bertelsmann, via Direct Group, usa o Círculo de Leitores para comprar a Bertrand e, portanto, fica com (...) uma forte quota de mercado e absorve para uma estratégia comum um editor, um distribuidor e uma cadeia de lojas, e, em simultâneo, acontece a entrada no mercado de um investidor institucional, altamente profissional, tem a ver com as iniciativas e as empresas do Grupo do País do Amaral, que vem para o mercado atuar com base num estudo de mercado e num sentido prospetivo que é o livro escolar. (...) Estes dois macro fenómenos e mais 4 ou 5 eventos vêm relançar, neste momento, aquilo que se pode designar pelo mercado do livro. (...) Estamos perante um quadro de grande inovação, grande alteração, grande exigência de profissionalismo, grande exigência de capacidade de gestão, de grande risco de investimento, como não estivemos durante muitos anos no passado.

Entrevista nº 6 – Outro ramo de atividade

De acordo com alguns dos testemunhos recolhidos todo esse processo, cujo surgimento é entendido como inevitável, não deixa contudo de acontecer tardiamente, se comparado com as diferentes realidades internacionais.

Não me espanta absolutamente nada [a atual dinâmica de fusões e aquisições] porque (...) há dez anos (...) [em França] estava a acontecer a mesmíssima coisa.

Entrevista nº 13 – Editor

Eu acho que esse movimento em Portugal é tardio face àquilo que aconteceu em todo o lado na Europa e na América.

Entrevista nº 17 – Editor

Mas do ponto de vista dos entrevistados são vários os aspetos a destacar quando se trata de ver como interpretam as particularidades dos movimentos de concentração no sector português do livro. A possibilidade de o mercado experimentar uma negociação mais equilibrada entre as empresas das áreas da edição e da comercialização – até então estas últimas teriam maior força negocial em matéria de margens comerciais – parece ser um dos efeitos a esperar desses mesmos movimentos.

A análise que fizemos é que na parte das livrarias a concentração está feita. (...) Portanto há aqui um desequilíbrio de mercado. As editoras são muitas, são pequenas empresas, dispersas, algumas são muito pequenas empresas, e que se veem de súbito a discutir contratos de fornecimento com coisas que aparecem, como gigantescas, em termos relativos, em relação às quarenta livrarias da Bertrand, às não sei quantas lojas da FNAC, aos supermercados, e cria aqui um desequilíbrio muito desfavorável à atividade das editoras, porque a pressão para o aumento e agravamento das condições, aumento dos descontos, da parte destes grupos, é muito forte, e portanto provoca nas editoras um esmagamento das margens com que trabalham, e criam uma situação muito complicada.

Entrevista nº 16 – Editor

Estamos a assistir a uma maior concentração por parte dos editores. (...) Bom, terão com certeza mais força para negociar com os hipermercados.

Entrevista nº 31 – Livreiro

Há quem avance outras considerações, chamando a atenção para eventuais procedimentos ou objetivos de sinergia e partilha de recursos como forma do novo grupo garantir a sustentabilidade no sector. Quando a esse aspeto é feita referência, a diminuição de custos através da redução de pessoal bem como da centralização de serviços anteriormente autonomizados por cada empresa constituem, na opinião de determinados agentes, duas prováveis vias de atuação.

[A aquisição] tem a ver com tentar agrupar, quer dizer, um grupo grande, no sentido de juntar sectores que não faz sentido haver entre várias empresas. Não vale a pena ter três sistemas informáticos para gerir três armazéns, vamos pôr um armazém com um único sistema informático. Provavelmente (...), se tivermos tudo junto, não precisamos de tantas pessoas, precisamos, se calhar, de dois terços dessas pessoas, a mesma coisa na área financeira, a mesma coisa, talvez, eventualmente, em outras áreas. Isto são ganhos (...) que podem somar, criar rentabilidade.

Entrevista nº 7 – Editor

O grande segredo desses grandes financeiros reside unicamente no seguinte: se eles comprarem 6 editoras, e tiveram uma contabilidade central, uma distribuição, um departamento de marketing, um departamento de produção para as 6 editoras, eles têm aqui uma redução de custos. Com aquela poupança de funcionários, eles subirão.

Entrevista nº 30 – Outro ramo de atividade

Registam-se também posições associando os fenómenos de integração à entrada do capital financeiro e estrangeiro no sector do livro, identificando enquanto elemento despoletador a expectativa de rentabilidade económica de empresas que lhe eram tradicionalmente estranhas.

É um mercado muito grande que precisa de ser racionalizado, e que vai crescer ainda. (...) [No sector português do livro] está o grupo Planeta, está o grupo Prisa, através de uma editora escolar chamada Constança, e está a Esfera dos Livros totalmente espanhola. Portanto eu penso que eles continuarão também a aparecer por aí.

Entrevista nº 32 – Editor

Por que é que há grupos financeiros grandes, que não percebem nada disto, mas estão a comprar editoras? (...) Analisando as dificuldades do editor, cá, é um bocadinho estranho que esses indivíduos se ocupem da compra dessas editoras. De uma forma geral, os editores que estão em boas situações não vendem. (...) Portanto, eles vão comprar os que estão em *down* financeiro.

Entrevista nº 30 – Outro ramo de atividade

Da parte dos agentes ouvidos, responsáveis ora de um grupo que comprou uma editora ora de uma editora adquirida por um grupo, a própria falência das empresas parece aliás constituir mais um fator na base das lógicas de aquisição que vão caracterizando o sector.

Nessa altura a estratégia foi muito simples, a [empresa] estava falida e a gente comprou-a, (...) comprou-a muito barata.

Entrevista nº 10 – Editor

O melhor era encontrarmos uma solução para que exista dentro de um grupo, porque provavelmente passados uns anos ela vai ter muita dificuldade em subsistir, pelas características que tem, como

editora independente. Pareceu-nos que esta era a melhor decisão que podíamos tomar para que ela possa prosseguir adaptando-se às novas condições do mercado.

Entrevista nº 16 – Editor

A propósito de aspetos considerados negativos, notaram-se principalmente dois tipos de apreciações. Uma condenando problemas ou entraves criados ao nível da linha editorial, ou seja, aludindo à eventualidade da mesma sofrer significativas alterações de qualidade muito por via do privilégio consagrado a uma política de best-seller, de rápida rotação e de retorno económico a curto prazo. Ainda assim, há que afirmar ser do lado dos pequenos editores, de nichos de mercado, que tal crítica assume maior ênfase.

No caso da poesia que é o que eu conheço mais a fundo, quase todas essas grandes editoras, a Presença, a D. Quixote, deixaram praticamente de ter coleções, e tinham coleções prestigiadas de poesia, portanto a esse nível, na área literária que mais nos interessa creio que há um declínio visível.

Entrevista nº 5 – Editor

Ele [outro editor] tinha acabado de editar (...) um grande sucesso editorial, (...) e eu penso que foi esse sucesso editorial que despoletou o interesse pela editora, evidentemente que passado um ano ele saiu porque não conseguiu..., nestas coisas a gente nunca sabe o que vai acontecer, mas no caso ele não conseguiu e acabou por sair e fazer depois outra editora, não conseguiu manter a linha editorial que queria.

Entrevista nº 13 – Editor

Todavia, nem todos os agentes do sector partilham dessa perspetiva. A possibilidade quer das pequenas empresas do ramo da edição poderem não ser as mais penalizadas pela concentração (nomeadamente devido aos menores custos fixos que teriam) quer a simples capacidade de inovação daquelas são opiniões a levar também em conta.

Há sempre algumas editoras que vão conseguindo, graças às novas tecnologias, sobreviver, porque vão fazendo outro tipo de divulgação. (...) As editoras pequenas, para sobreviver, face a esses gigantes, têm que se especializar, e, então, estamos, assim, num impasse, num dilema. (...) Realmente, se tiver um nicho de mercado, consegues sobreviver, sabes onde vais vender os teus livros, sabes que autores há de escolher e vendes àquelas pessoas...

Entrevista nº 12 – Editor

Vai ser às tantas mais fácil para uma pequenina editora com muito poucos custos e que com um livro ou com outro resolve um ano, a uma estrutura como a nossa que tem alguma dimensão e que precisa de ter bastantes [sucessos editoriais].

Entrevista nº 20 – Editor

A outra apreciação crítica refere-se ao que os processos de integração, tanto vertical quanto horizontal implicam na reestruturação das empresas envolvidas, designadamente em termos da dispensa de recursos humanos.

Eu não vejo outra solução, para [os novos grupos constituídos no sector] que não seja, na realidade, irem fazer a poupança de pessoal para reduzir os custos e potenciar os lucros.

Entrevista nº 30 – Outro ramo de atividade

Por fim, dizer que vários dos testemunhos recolhidos entendem as integrações num sentido positivo. As alusões à mais-valia trazida por uma gestão mais profissionalizada para o crescimento do sector merecem particular reparo.

A concentração também poderá favorecer algumas dinâmicas positivas ao nível da auditoria, da qualidade, da própria edição e da distribuição.

Entrevista nº 28 – Livreiro

Vão obrigá-los [aos agentes do sector] a adquirir instrumentos de gestão mais modernos e mais apropriados porque senão não resistem à concorrência.

Entrevista nº 32 – Editor

Contratos

De um ponto de vista contratual, são dois os eixos de análise definidos a partir dos testemunhos dos vários entrevistados. Um deles mais ligado à estrutura propriamente organizacional das empresas de edição do sector do livro. Na base de estratégias económicas mas também criativas, os contratos de serviços, dependentes da dimensão e da estrutura da empresa, merecem uma apreciação. O outro, dando conta do perfil de relações contratualizadas com os autores, tanto num plano nacional como internacional. A crescente formalização das relações entre autores e editores ou, dito de outro modo, a tendência para as regular segundo um contrato escrito, assinado e cada vez mais complexo, onde se definem tiragens, direitos de propriedade intelectual, modalidades de remuneração, etc., é um aspeto importante a detalhar.

Relativamente ao primeiro eixo, é de reter desde logo que a contratação em regime de outsourcing, por exemplo no que a serviços de tradução, ilustração ou design gráfico diz respeito, é uma realidade em muitas das editoras cujos responsáveis foram alvo de entrevista.

Nós trabalhamos sobretudo com prestações exteriores, prestações de serviços.

Entrevista nº 3 – Editor

Tudo externo em termos de tradução, porque nós não temos um volume de tradução que nos permita ter pessoas a fazer esse trabalho de uma forma permanente, contínua.

Entrevista nº 7 – Editor

As pessoas normalmente são contratadas para um projeto, se considerarmos que cada livro é um projeto então há pelo menos três profissionais logo à partida que são *outsourcing*, o tradutor, o revisor e o designer, neste [caso] até temos um designer que é da casa, isto por estratégia, não só de custos, porque a nível de design dá-nos oportunidade de ter várias propostas.

Entrevista nº 2 – Editor

Regra geral, quanto maior o sucesso ou desempenho económico da empresa, maior será o número de funcionários porventura ligados a essas áreas. O facto de se recorrer a determinado serviço em regime de *outsourcing* parece, grosso modo, acontecer nos casos em que a cadeia de serviços ou estrutura departamental interna de cada empresa não inclui profissionais qualificados para o efeito. O que, quando assim é, permite à partida não só encurtar os custos permanentes com pessoal como eventualmente diversificar o trabalho criativo. Sem ser na maioria das vezes por exclusividade, de referir também que este tipo de contratualização, quer de um designer, tradutor ou ilustrador, é feita geralmente por projeto, ou seja, obra a obra, pese embora nalgumas circunstâncias o compromisso com a pessoa contratada possa assumir maior continuidade.

É mais ou menos por projeto, no fundo acaba por ser uma colaboração que tem um carácter mais ou menos regular quando há necessidade.

Entrevista nº 3 – Editor

É por projeto [a contratação em *outsourcing*]. Às vezes pode ser por exclusividade mas é raro. Gosto de trabalhar com pessoas em quem confio, mas tem de ser peça a peça.

Entrevista nº 14 – Editor

Esse contrato é ao projeto, não é compromisso com todos. (...) Se um tradutor trabalha regularmente para nós, se faz grande quantidade de tradução por mês, acorda-se com ele pagar mensalmente em tranches, isto é, ir pagando, (...) é por trabalho feito, efetivamente contra trabalho feito, mas é um pagamento regular. A maior parte dos casos não é assim, (...) é livro a livro, quando a pessoa acaba o livro entrega-nos e nós pagamos. (...) Mas são contratos livro a livro no caso dos tradutores.

Entrevista nº 4 – Editor

No que concerne agora às relações entre autores e editores, a inexistência de um modelo único de contrato independentemente da nacionalidade dos primeiros é um dos aspetos que convém inicialmente considerar. Sendo os contratos de autores portugueses feitos quase sempre por iniciativa da editora ou da Sociedade Portuguesa de Autores, é por intermédio de agentes que os de autores estrangeiros são, regra geral, elaborados. Todavia, destaque-se que vários entrevistados apontam a existência de um modelo único de contrato ainda que pontualmente sujeito a pequenos ajustamentos, diferenças de condições de acordo, entre outros aspetos, com o grau de consagração do autor em causa.

É um contrato tipo que normalmente é aceite pelos autores, é raríssimo termos conflito com um autor qualquer, normalmente o nosso contrato é tipo com pequenas adaptações caso a caso.

Entrevista nº 10 – Editor

Inclusivamente na mesma editora (...) a formulação [dos contratos] pode ser mais ou menos idêntica mas as condições também variam consoante um livro de autor consagrado ou um livro que é uma estreia.

Entrevista nº 3 – Editor

Mas, paralelamente repare-se na informalidade de editoras (até com algum reconhecimento no mercado) para quem a relação com os autores não chega a passar por qualquer tipo de contratualização.

Somos completamente avessos [a contratos], até porque há uma grande informalidade na nossa ligação com os autores, e há vários autores com que nem sequer temos contrato escrito. Se não for sujeito a contrato escrito o editor pode ser altamente penalizado, porque as medidas legislativas com o direito de autor são altamente penalizadoras para o editor num caso desses. (...) Não nos passa pela cabeça prendê-los [aos autores] com normas contratuais.

Entrevista nº 17 – Editor

Esses contratos tanto servem para, nalgumas editoras, garantir a exclusividade de representação de um dado autor, como, noutras, que não fazem disso política, para assegurar a publicação de apenas um título.

Nós temos uma política de autor, portanto (...) quando se pensa autor não se pensa um livro apenas, (...) isso leva-nos a que os contratos sejam, com certa naturalidade, contratos com um autor para fazer a obra daquele autor.

Entrevista nº 4 – Editor

Sempre que possível tentamos fazer um contrato mais alargado por exclusividade, até porque (...) numa altura em que há esta proliferação de títulos a promoção de um autor permite aumentar... se vamos fazer um livro, apenas um livro, vamos começar a fazer um investimento numa coisa e depois o outro livro já não... e nós não conseguimos amortizar num livro o que foi feito num determinado autor. Portanto quando achamos que podemos apostar num determinado autor tentamos uma exclusividade que nos permita também promover muito melhor esse autor.

Prefiro fazer um contrato que estabeleça uma relação relativamente a todos os livros que fizermos [do autor], para não estar de cada vez a rever e a discutir. Agora, internacionalmente, cada vez é um contrato.

Entrevista nº 20 – Editor

Teoricamente os contratos têm essa cláusula que a gente corta, que é a opção sobre as 2 ou 3 obras futuras do autor, normalmente isso é eliminado tirando alguns casos de autores com quem temos já maior confiança (...), mas fora disso é caso a caso.

Entrevista nº 10 – Editor

De facto, ouvidos estes agentes, fica-se com a ideia que, no domínio contratual, as relações entre autores e editores vivem diferentes cenários dentro do sector português do livro. Se bem que valha a pena sublinhar uma tendência reforçada por certos entrevistados, de progressiva formalização ou contratualização das relações autor/editor, muito por força das transformações (fundamentalmente tecnológicas) que vêm afetando o sector, a refletirem uma cada vez maior complexidade de conteúdo.

Eu acho que ultimamente já as coisas vão sendo mais regularizadas. O contrato já aparece como um instrumento normal. Há uns anos atrás não, era mais informal.

Entrevista nº 29 – Outro ramo de atividade

Antigamente, enfim, quase não havia contratos, havia um *gentlemen's agreement* e hoje em dia os autores defendem-se mais, mas também os editores se defendem mais, porque é mais claro e transparente estabelecer um contrato livremente aceite pelas duas partes e depois cumpri-lo. Antigamente havia muita coisa que era na base da confiança e às vezes dava mau resultado (...). Agora é evidente que também aumentou o trabalho da edição e, nalguns casos, tornou-se mesmo necessária a intervenção de apoio jurídico porque os editores, enfim, de contratos não sabem ou não têm que saber.

Nós aqui [em Portugal] pedimos aos jornais para publicarem 3 ou 4 páginas de borla. Lá fora isso é inconcebível. É um direito conexo que o autor tem e portanto deveria ser remunerado também, (...) atualmente os contratos são complexos. Têm coisas para o cinema, para a rádio, para pré-publicações, tudo isso tipificado, e portanto hoje em dia por vezes é preciso mesmo aconselhamento jurídico.

Entrevista nº 32 – Editor

Ocupações

Admitir que cada sector cultural se organiza na base de um dado sistema de ocupações ou, segundo outra perspectiva, pensar que o protagonismo das mesmas é determinado pela configuração do sector em causa, leva então a que se interrogue o sector do livro também do ponto de vista da dimensão das ocupações.

Ora, tendo precisamente em conta a lógica de concentrações e fusões que vem animando o sector português do livro, vários foram os entrevistados, independentemente do ramo de atividade a que se encontram ligados, a sublinhar a progressiva relevância e autonomização da figura do gestor no quadro empresarial.

A gestão das editoras ou até mesmo de algumas livrarias não é feita por profissionais do livro, isto é, (...) há pessoas gestoras de outras áreas completamente diferentes, da área alimentar (...), que estão a ser trazidas para a gestão do livro, nessa medida tem havido alterações enormes.

Entrevista nº 25 – Livreiro

A direção alta das empresas é tomada progressivamente desde há um tempo para cá pela gestão económica e não pelo editor, o editor deixou de ser a cabeça das empresas editoras para ser mais um funcionário que está abaixo e que faz catálogos, que recebe ordens, cada vez menos com vida própria, respondendo às necessidades do mercado, às necessidades daquilo que vende.

Entrevista nº 4 – Editor

Se por um lado a entrada do capital financeiro na edição parece pressupor a necessidade de uma gestão mais moderna, especializada e profissional, até por motivos de retorno de investimento, há quem chame a atenção para a dimensão das empresas enquanto variável a considerar quando se trata de aferir o carácter mais ou menos moderno da sua gestão, por vezes associado à separação entre interesses familiares e empresariais. E, por arrasto, o maior ou menor protagonismo do papel do gestor ou diretor, já sem a responsabilidade da gestão do catálogo.

[No sector português do livro] está a haver e vai haver cada vez mais uma profissionalização, (...) enquanto antes o editor era normalmente o dono, e mais do que isso, às vezes era o diretor comercial, era tudo, hoje em dia cada vez pode ser menos assim.

Entrevista nº 20 – Editor

É o passo da lógica do capital e de outras áreas a entrarem no sector, da organização empresarial ser muito mais normalizada e para isso é necessário que haja informações para que as pessoas saibam que têm bons investimentos. Mesmo sem esse passo que está a ser tomado agora aos poucos com concentrações de grupos editoriais, com compras internacionais, etc., (...) já existe

uma lógica nas grandes editoras de algumas questões serem tratadas com mais qualidade dentro da empresa. [Não é ao editor que cabe] negociar empréstimos com a banca, ou saber negociar vendas de um capital.

Entrevista nº 2 – Editor

Eu penso que isso [a importância da figura de um gestor/diretor autónomo] tem muito a ver com a dimensão das empresas e do mercado... se se trata de uma empresa grande obviamente que tem de ter uma estrutura mais ou menos compatível com uma gestão moderna, que necessariamente tem de ter um volume de vendas grande, tem de lidar com empresas do género hipermercado, tem de ter pessoal que consiga assegurar os contactos de forma adequada. (...) Se se trata de empresas de pequena dimensão pura e simplesmente não há recursos para ter todos esses postos que uma empresa de maior dimensão terá.

Entrevista nº 3 – Editor

Na verdade, a par do que parece ser uma tendência de especialização, muitos dos proprietários das empresas de edição e comercialização do sector, nomeadamente de algumas de pequena e média dimensão, continuam a acumular funções de diversas ocupações profissionais.

No fundo inventou-se uma situação particular (...), um *one man show* que é tudo, é o principal sócio ou o único sócio, é a pessoa que escolhe os títulos, que define o catálogo, que escolhe as manchas, os tipos de letra e que também sabe do mercado. Normalmente não sabe de várias coisas, sabe de uma ou tem mais apetência para uma e acaba por fazer as outras por obrigação. (...) Normalmente nas empresas editoriais não se encontram trabalhadores por conta de outrem nas áreas da gestão, da produção, etc., normalmente é a situação mais habitual.

Entrevista nº 15 – Outro ramo de atividade

De uma forma global, se no atual contexto das empresas do sector a progressiva afirmação de uma ocupação ligada à gestão especializada e qualificada, informada por conhecimentos académicos, é tida como necessária, certos entrevistados, apesar de reconhecerem a grande experiência acumulada e os desempenhos profissionais de sucesso de alguns editores, preferem associar a esse aumento de protagonismo o enfraquecimento do que a carismática atuação do editor ou livreiro tradicional envolvia.

Acho que as coisas estão cada vez mais especializadas, a tendência é essa. O que nos falta se calhar é isso. A dificuldade de uma editora pequena é fazer face a essa profissionalização do sector do livro. As editoras têm gestores que não são necessariamente da área dos livros e isso se calhar faz falta.

Entrevista nº 12 – Editor

O editor que tem a sua empresa de linha, que faz os seus livros, está mesmo em vias de extinção. (...) Porque o mercado não se compadece de editores. Compadece-se de gestores de produto

editorial. (...) A verdade é que há editores que não se safam! E têm muitas dificuldades, porque não estão adaptados à gestão editorial. Não são gestores portanto, eu acho que uma das carreiras a apostar é a carreira de gestão de produto cultural, gestão editorial, eu costumo dizer que é raro haver editores que saibam ler uma folha de Excel. É importante ler folhas de Excel quando estamos a editar livros. (...) Ser editor para escolher livros, tão só, é complicado, é preciso ter uma apetência comercial forte para conseguir trabalhar numa empresa que quer ter resultados ao fim do ano.

Mesmo o livreiro tem que ser um gestor de produtos.

Entrevista nº 19 – Editor

Talvez possamos pôr em contraste com (...) esse gestor puro, que trabalha apenas para as margens [de lucro] (...) e para dar bons resultados aos acionistas, a decadência (...) do editor tradicional, que tinha a sua assinatura nos catálogos, que dava a sua cara. Esse [o do editor] é um papel em decadência, e no plano internacional (...) também, nas grandes empresas, nas editoras dos grandes grupos cada vez se conhece menos quem é que faz, (...) cada vez interessa menos quem é que seleciona os livros.

O velho livreiro, a velha carreira do livreiro sabedor está condenada. Pelo menos que estejam lá uns técnicos livreiros (...) mas que saibam bem aquilo que está na livraria. (...) Mas hoje os livreiros também estão condenados pela pressão que os seus gestores exercem sobre eles, a devolverem porque não escoou suficientemente naquela semana.

Entrevista nº 4 – Editor

Ainda assim, importa referir que novas ocupações vêm emergindo no sector português do livro. Desde logo, fruto da adequação às novas tecnologias que aí vai tendo necessariamente lugar.

Nós temos uma área de produção de produtos eletrónicos, estamos com os e-books, estamos com a multimédia (...). Pensamos que o Multimédia pode vir a ocupar um espaço. (...) O livro em formato papel na área escolar pode vir, progressivamente, a dar lugar a produtos eletrónicos.

Entrevista nº 7 – Editor

Mas além das ocupações relacionadas com o domínio informático ou tecnológico (web designer, por exemplo), também o crescente recurso a ações de promoção e marketing confirma a atividade de um novo conjunto de especialistas no sector.

Uma das áreas mais emergentes foi precisamente a questão da promoção, (...) tínhamos alguém só para trabalhar o marketing na área dos discos e filmes e reforçámos essa área tendo uma pessoa a pensar para livros também. Precisamente para se poder dinamizar um pouco, exatamente como se faz com o mercado da música .

Entrevista nº 24 – Livreiro

Em contrapartida, os depoimentos recolhidos junto dos entrevistados sugerem o (gradual) desaparecimento de algumas ocupações muito por força das transformações sofridas no âmbito

da produção gráfica do livro, caso das figuras do compositor, do revisor técnico ou mesmo do convencional vendedor, atividade em mutação com a entrada das novas tecnologias.

Do ponto de vista da produção do livro a única carreira que caiu foi a de compositor, que era uma carreira que antes existia e que agora não tem sentido, todos os livros aparecem digitalizados na nossa mão.

Entrevista nº 17 – Editor

A grande mudança se calhar tem a ver um pouco com a equipa de vendas. Antes havia muito a figura do vendedor por parte das editoras e das distribuidoras. Visto que muita da informação (...) era [trocada] presencialmente, e hoje em dia é feita através de e-mails, Internet, estão a substituir cada vez mais os vendedores por gestores de conta.

Entrevista nº 24 – Livreiro

11.2. OS AGENTES LITERÁRIOS E A VISIBILIDADE INTERNACIONAL DOS AUTORES PORTUGUESES

A tradução de obras portuguesas é parte indispensável da projeção das obras e autores portugueses no estrangeiro. Em capítulos anteriores abordou-se já esta questão tanto do ponto de vista das políticas públicas (capítulo 8) como do mercado externo e das trocas com o exterior (capítulo 10). Neste ponto dá-se conta das opiniões de agentes literários sobre a projeção internacional dos autores portugueses e até, de certo modo, por que indissociáveis, lusófonos, a partir de entrevistas realizadas no âmbito do *Inquérito*.

De facto, os agentes literários assumem um papel privilegiado no que diz respeito à internacionalização das obras e autores. Intermediários ligados à proteção da propriedade intelectual (por eles passam os contratos de direitos, onde constam cláusulas, modalidades de pagamento e demais opções), exercem também funções de seleção ou *gatekeeping*, atuando enquanto descobridores de talentos ou obras a importar e exportar. Assim, se por um lado, *las agencias del propio país nos servirán para comprar obras de los autores extranjeros que representan, (...) las de países terceros nos servirán para venderlos* (Pimentel, 2007: 192).

Ora, dar conta da projeção internacional dos autores portugueses foi algo a que o levantamento de opiniões junto de agentes literários estrangeiros permitiu chegar. Pretendeu-se fundamentalmente conhecer o seu entendimento acerca da maior ou menor visibilidade desses autores em mercados do livro que não o nacional (pese embora certos agentes se tenham

igualmente referido a autores lusófonos, de nacionalidade brasileira e até dos PALP) assim como os tipos de relação de trabalho que vão ou não mantendo com esses mesmos autores.

À luz destes pressupostos, de notar que, em termos metodológicos, se procedeu ao envio de um curto questionário via e-mail¹³⁸ ao conjunto de 47 agentes da listagem obtida através do *Manual del Editor*, de Manuel Pimentel (2007). Complementarmente, não só o questionário acabou também por ser enviado a outro agente americano de escritores lusófonos, como se considerou o testemunho daquele que é por muitos considerado o único agente literário português, Ilídio da Fonseca Matos, intervindo fundamentalmente ao nível da importação de obras de autores estrangeiros. Dos 48 e-mails enviados, para agências sediadas em países tão diversos como Espanha¹³⁹, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, Itália ou Reino Unido, obtiveram-se 14 respostas (ver lista em anexo nº 4), sendo mais de metade proveniente de agências espanholas (8 casos).

Antes de passar à análise propriamente substantiva das opiniões dos agentes estrangeiros, o depoimento recolhido junto de Ilídio Matos¹⁴⁰ diagnostica imediatamente duas circunstâncias que, segundo ele, impedem uma maior visibilidade internacional dos autores portugueses.

Repare, a dificuldade do autor português em ir para o estrangeiro é a falta de leitores de português, lá fora, tanto em Londres como em Nova Iorque... E aqueles que podem ler português, por vezes, não têm o sentido crítico literário... têm que fazer a leitura englobando o sentido crítico do livro, o que, de uma forma geral, não é assim muito possível... vão a umas universidades e tal, mas... quer dizer, ler português...

A partir da edição inglesa ou americana espalha-se para o resto do mundo. Até aí, não. Até aí, é muito, muito, muito complicado.

Agente literário em Portugal

As dificuldades da língua, isto é, a fraca penetração do português, assim como uma mais fácil visibilidade a partir do momento em que as obras se encontrem traduzidas no inglês, foram aliás, como se verá, aspetos destacados nas respostas de alguns outros agentes literários.

Fazendo uso de uma pergunta de controlo, isto é, começando por saber se os agentes estrangeiros representam (ou representaram em tempos) autores portugueses, são poucos os que respondem afirmativamente. Excetuando por exemplo os casos de três agências, uma americana, uma alemã e outra espanhola (há vários anos ligadas à tradução de autores

¹³⁸ O questionário enviado em julho de 2008 continha apenas 3 questões: 1) *As a literary agent, have you ever worked with Portuguese authors? If affirmative, since when you work with those authors? Who are they?*; 2) *What is your perspective about the progression of Portuguese authors in the international book market?*; 3) *Do you consider that Portuguese authors now have more chances to affirm themselves, at international level, than before? Why?*

¹³⁹ Em 28 casos o questionário teve por destino agências literárias espanholas.

¹⁴⁰ Depoimento recolhido por entrevista presencial.

portugueses consagrados ou, muito mais recentemente, desde 2006, 2007, representando autores de best-sellers no mercado português do livro), a aposta em autores nacionais além fronteiras não parece ser grande. Aliás, vários dos agentes que admitem trabalhar com escritores portugueses ou apontam poucos nomes ou optam por considerar uma categoria de autores mais abrangente:

Vou responder pensando genericamente em autores de língua portuguesa (brasileiros, portugueses e de países africanos) como um todo. Sim, trabalho com autores de língua portuguesa desde a inauguração da minha agência, em 1991.

Agente literário no Brasil

We mainly sell English, German and Spanish rights to Portuguese publishers but we have indeed worked as agents of Vergílio Ferreira (via Bertrand Editora), Luís Miguel Rocha and also represent Ruy Câmara (Brasil) and Mariana Brasil (Brasil).

Agente literário em Espanha

Se o facto de determinado agente trabalhar ou não com autores portugueses não é passível de ser segmentado de acordo com o país do agente (Espanha, Alemanha ou Estados Unidos são países onde agentes asseguram a representação desses autores), quando seguidamente lhes é pedida a sua perspetiva em termos da progressão dos autores portugueses nos mercados internacionais do livro, o mesmo já não sucede. Por um lado, há agentes inquiridos que acreditam numa paulatina afirmação dos autores portugueses (de um modo geral, essa é a opinião de quem ainda, mais ou menos episodicamente, os vai representando).

I think they are getting better known in the last few years.

Agente literário em Espanha

O progresso continua ampliando-se a meu ver. Há uma força nova, sobretudo entre os autores de Portugal e nos países lusófonos da África.

Agente literário nos Estados Unidos da América

Por outro, há quem defenda a ideia da sua fraca visibilidade (estes, ao invés, não apostando no trabalho com os autores em questão). A inexistência de leitores para português em muitas editoras e, por arrasto, de traduções de livros escritos nessa língua, contribui também para esse facto.

A nossa opinião é que Portugal não consegue vender bem os seus autores fora do seu país, embora a riqueza e a produtividade sejam grandes! É pena que o governo não faça mais ações internacionais em feiras ou outros eventos nem apoie melhor a tradução dos autores portugueses em outras línguas.

Agente literário em Espanha

Publishers know little about Portuguese authors and do not often have the resources to read or translate the books.

Agente literário em Espanha

Em certa medida, note-se que os agentes que defendem semelhante ponto de vista tendem a deixar a visibilidade dos autores portugueses refém de traduções a partir do inglês.

We have to think that the international book market is completely controlled by the Anglo-Saxon writers.

Agente literário em Espanha

Ora, do conjunto de testemunhos analisados constata-se, porém, que determinados agentes admitem uma maior atenção internacional aos autores portugueses, principalmente, como se compreende, após José Saramago ter ganho em 1998 o Prémio Nobel da Literatura. Se bem que nem todos partilhem da mesma opinião, há quem ache referencial em termos de (subsequente) visibilidade dos autores nacionais tanto o prémio atribuído a Saramago como o programa da tutela da cultura de apoio a traduções no estrangeiro.

The fact that José Saramago won the Nobel Prize was excellent, not only for this prestigious writer, but also for Portuguese fiction as it made publishers in other countries think more about translating Portuguese authors.

Agente literário em Espanha

The translation support offered by the DGLB is extremely important for the publisher's decision in favour of a portuguese title. Without this grant, some projects would not have come true.

Agente literário na Alemanha

Vários agentes revelam-se pessimistas quanto à hipótese de, atualmente, na esfera internacional, os autores portugueses terem maiores possibilidades de afirmação do que anteriormente – essa a terceira e última questão colocada.

There are certain languages/literatures “in fashion” for translation, and the Portuguese would not be one of them. I think only highly literary and exemplary works will come across.

Agente literário na Alemanha

Não obstante, outros preferem sugerir medidas concretas com vista a contrariar esse cenário. A necessidade de um maior dinamismo por via do encontro entre os diversos protagonistas do sector (nomeadamente no quadro das feiras do livro) ou o incremento dos apoios à tradução são apenas alguns dos aspetos avançados.

Precisam-se ações, divulgação e encontros frequentes entre editores, autores e profissionais do sector! (...) Por que é que não se aproveita melhor a Feira do Livro de Porto e de Lisboa (muito locais) para convidar editores/agentes internacionais?

Agente literário em Espanha

I think that there should be more information available and perhaps more active support, for practical matters such as the subsidies for translation from Portuguese, which often help to make foreign publishers look more carefully at the author’s books.

Agente literário em Espanha

Em suma, após salientada a importância decisiva que quer os agentes literários quer os apoios à tradução têm no fomento da internacionalização dos autores, as opiniões dos inquiridos permitem por exemplo dar conta de como nos mercados internacionais do livro predomina, grosso modo, a oferta anglo-saxónica, a pouca tradução de obras de autores portugueses/lusófonos em inglês ou dificuldades que se colocam à tradução de obras em português devido à quase inexistência de leitores de português nas editoras.

11.3 SÍNTESE

Neste capítulo fez-se uma análise quer dos depoimentos recolhidos junto de agentes de diversos ramos do sector como a edição, comercialização, distribuição – os protagonistas nacionais – quer dos recolhidos junto de agentes literários estrangeiros com intervenção na internacionalização de autores e obras portuguesas traduzidas.

Relativamente aos primeiros – foram 33 os entrevistados aos quais acrescem mais 3 de carácter institucional – uma referência para o facto de estes depoimentos terem fornecido importantes pistas de pesquisa e diversas visões da situação do sector. No seu conjunto, eles permitem dar conta de diferentes posicionamentos relativamente à situação presente e às perspetivas de desenvolvimento, nos planos nacional e internacional, e em diversas dimensões. Exploraram-se cinco dessas dimensões: tecnologia, políticas públicas, mercado, ocupações, estrutura organizacional e estrutura da indústria.

Relativamente aos segundos – os 14 agentes literários estrangeiros – a recolha de depoimentos sobre a visibilidade internacional dos autores portugueses foi feita através de entrevista via e-mail. Um dos aspetos mais destacados prende-se com a fraca penetração do português e a importância crucial das obras se encontrarem traduzidas em língua inglesa.

BALANÇO FINAL - PARA UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SECTOR DO LIVRO

Reconhecendo as lacunas de informação existentes sobre o sector do livro em Portugal e correspondendo aos anseios repetidamente expressos publicamente por diversos agentes do sector, o Ministério da Cultura encomendou ao OAC, no início de 2007, a realização do *Inquérito ao Sector do Livro*.

No desenho do *Inquérito*, embora o questionário tenha sido considerado como o principal instrumento de recolha de informação, era também claro que não deveria ser tomado como a resposta a todas as necessidades de informação sobre o sector, até por que era já patente que, pela sua relevância para a caracterização do sector do livro em Portugal, várias outras fontes poderiam ser mobilizadas e utilizadas. E porque, no mínimo, poderiam contribuir para a construção do questionário, ou melhor, dos questionários – à edição e à comercialização – de cujos resultados trata a Parte II do *Inquérito* (ver Neves, Santos e Vaz, 2012).

É dessa fase de enquadramento teórico-metodológico e de diagnóstico que trata esta Parte I. E, mais do que dos resultados substantivos dele decorrentes, os quais foram já apresentados nos capítulos respetivos, este balanço final reflete os contributos recolhidos quanto a um sistema de informação do sector do livro.

Em resumo, na fase de Enquadramento e Diagnóstico pretendia-se desde logo informar a construção do questionário, mas também fazer o levantamento das fontes documentais e estatísticas disponíveis e ainda identificar possíveis contributos para um sistema de informação do sector a implementar futuramente. Sempre no pressuposto de que o inquérito por questionário, embora indispensável, não é uma panaceia para todas as necessidades de informação.

Importa salientar que se alicerçou a realização do Diagnóstico numa metodologia que privilegiou a participação dos agentes do sector ao longo das várias fases, em particular na construção dos questionários, de modo a dispor-se de informação mais detalhada e aprofundada em determinadas dimensões.

As fontes consultadas, naturalmente com ênfase para as estatísticas, permitiram confirmar a existência de informação vária com grande interesse para o objetivo em causa.

Por isso, foi realizado um escrutínio apertado da informação disponível nas estatísticas nacionais. Com efeito, como se esperava, vários dos estudos do INE são suscetíveis de contribuir de forma significativa para o conhecimento do sector. Desde logo porque foi essa fonte que permitiu a construção dos universos (edição e comercialização) inquiridos. Mas também pelos diversos aspetos de carácter económico que permitiu iluminar, como o volume de negócios e o pessoal ao serviço das empresas da edição de livros, o comércio externo, os preços no consumidor, o volume de negócios no comércio a retalho, as despesas das famílias, a produção industrial (exemplares produzidos e valores em causa), as despesas dos municípios e a venda de livros nas grandes superfícies.

Mas também se recorreu a outras fontes como a DGLB (editoras e livrarias, programas postos, como o de apoio à tradução), as duas associações do sector então existentes, a APEL e a UEP (editores e livreiros filiados), fontes que, para além do mais permitiram constatar algumas lacunas importantes nas listagens do INE quanto às empresas editoras (essencialmente devido ao facto de o INE considerar apenas as empresas editoras quando essa é a sua atividade principal), a APEL enquanto agência portuguesa do ISBN (entidades editoras, títulos editados) e o serviço responsável pelo Depósito Legal na BNP (entidades editoras e títulos editados, tipografias e outras entidades depositantes de livros), a DGO (despesas da administração central com livros e outra documentação técnica), o INPI (marcas e chancelas editoriais) e o antigo ICEP (empresas exportadoras).

Pela proximidade das relações e pelo grau de desenvolvimento alcançado ao nível da informação produzida, o caso espanhol mereceu particular atenção, mas também o francês e o inglês foram abordados no sentido de recolher, e comparar, eventuais contributos de diferentes modelos de sistemas de informação. Procurou-se situar o lugar de Portugal no panorama editorial de outros países, nomeadamente no espanhol. E trataram-se igualmente dados, com referência a Portugal, para o espaço ibero-americano. Todos estes contributos se revelaram muito úteis.

Essas são, no essencial, as fontes secundárias utilizadas, relativamente às quais, por norma, se solicitaram e/ou trabalharam bases de dados de modo a delas se extraírem os indicadores considerados pertinentes.

Para algumas dimensões analíticas foi necessário recolher e sistematizar dados pela equipa. Para tal foram contactadas dezenas de entidades. Entre essas dimensões estão a dos grupos empresariais da edição, da edição académica, da imprensa e da comercialização de livros, dos canais de comercialização emergentes, da formação académica no sector do livro e do comércio eletrónico.

Foram realizadas entrevistas com vários agentes de diversos ramos de atividade do sector, com responsáveis pelas associações profissionais do sector e com responsáveis políticos. E foi ainda realizado um inquérito por questionário, por correio eletrónico, a agentes literários estrangeiros com intervenção na internacionalização de autores e obras portuguesas traduzidas.

Desta Parte I do *Inquérito* emerge desde logo, claramente, uma primeira conclusão: um sistema de informação sobre o sector do livro não pode limitar-se a uma única fonte, seja ela o inquérito por questionário à edição.

Uma outra conclusão que importa reter é que existe muita informação sobre várias dimensões do sector do livro, embora nem sempre imediatamente acessíveis, ou com um grau de informação suficientemente desagregada. Isso é particularmente visível no que toca ao INE. Outra informação de carácter administrativo está disponível, ou melhor, potencialmente disponível dadas as lacunas detetadas, noutras fontes como a agência do ISBN (entidade privada), na BNP e na DGLB (organismos públicos). Trata-se, no caso do INE, de criar as condições para se obter os dados com o grau de desagregação adequado. Para alguns indicadores importa também obter dados ao nível do Eurostat. E, ainda quanto às fontes administrativas, em particular as de organismos públicos (dependentes da tutela da Cultura) é imperioso reconhecer o esforço que, na DGLB, se vem fazendo no sentido de recolher, sistematizar e disponibilizar atempadamente um vasto conjunto de informação sobre os programas que no seu âmbito decorrem e, relativamente à BNP, que o objetivo, já consignado na legislação do Depósito Legal, de esse sistema contribuir para a produção de informação estatística está ainda longe de dispor das condições adequadas – designadamente informáticas – ao seu cumprimento.

A preocupação dominante incidiu nos indicadores quantitativos, mais genericamente, na constituição de séries estatísticas, na valorização das estatísticas nacionais e europeias e das fontes administrativas. É impensável prescindir destes importantes instrumentos, não só pelo valor em si, mas também enquanto suportes, pontos de partida para a realização de estudos específicos aprofundados, igualmente indispensáveis tanto no sentido de acompanhar e avaliar políticas em curso como de identificar e de informar a definição de novas políticas e de novas práticas.

Para tal é necessário um trabalho permanente e relativamente complexo do ponto de vista técnico. Para lhe dar continuidade é hoje comum a existência de observatórios do livro, ou do livro e da leitura, em todo o caso organismos ou programas que se dedicam à produção e difusão de conhecimentos sobre o sector. Embora com diferentes soluções e enquadramentos institucionais consoante o país, esta é uma outra conclusão geral a que se chegou.

Tais observatórios, organismos ou programas de pesquisa, sistematizam e atualizam indicadores-chave e promovem a realização de outras abordagens, mais específicas e aprofundadas. Parte substancial dos indicadores construídos para este Diagnóstico deverão ser atualizados, ao passo que outros ganhariam, porventura, capacidade explicativa se fossem objeto de pesquisas em profundidade.

Face ao exposto, a criação de um modelo de sistema de produção de informação estatística válido, fiável e capaz de responder às necessidades manifestadas quer pelos agentes do sector

quer pelos responsáveis pelas políticas públicas deve ter em conta, em primeiro lugar, as fontes a mobilizar e, em segundo lugar, as instituições envolvidas.

Assim, que fontes devem ser consideradas num sistema de informação do sector do livro? São essencialmente cinco: (i) as estatísticas nacionais (e da União Europeia) no tocante às estatísticas económicas e das empresas no que se refere à edição de livros; (ii) dados do Depósito Legal apropriados para fins estatísticos no tocante à edição (entidades e títulos); (iii) inquéritos às empresas do sector (caracterizações várias, mercados e atividades, direitos de autor, mercado externo, entre outras dimensões); (iv) outras fontes administrativas públicas e privadas, designadamente ISBN; (v) outros estudos qualitativos, intensivos, estudos de caso, mas também quantitativos, de modo a iluminar determinados aspetos que as séries estatísticas muitas vezes sugerem mas não explicam. As quatro primeiras fontes devem ter uma periodicidade anual e, para alguns indicadores, infra-anual.

Importa ter presente que as fontes referidas não são alternativas, mas sim complementares. Trata-se de um sistema de informação. Cada uma delas permite iluminar esta ou aquela dimensão do sector pelo que têm de ser consideradas no seu conjunto.

Que instituições devem integrar um tal sistema? Resultam do presente estudo que são essencialmente três: a tutela da Cultura, as associações profissionais do sector e instâncias académicas e de investigação. A tutela pública do sector porque a gestão das suas políticas deve ser informada, e para tal necessita de dados válidos e fiáveis e de estudos. Nesse sentido, a produção de informação, promovendo e financiando (no todo ou em parte) a realização e disponibilização pública de estudos é normalmente considerada como uma das suas atribuições. A BNP com competências em matéria de Depósito Legal, embora essencialmente como produtora de informação, é uma peça central. As associações profissionais constituem-se também como parceiros fundamentais uma vez que são parte interessada na informação produzida, pelas possibilidades interpretativas de que são portadoras devido ao facto de conhecerem o terreno e pela representatividade acrescida que podem trazer aos estudos realizados. Aliás, a realização dos inquéritos de sector por uma das associações profissionais (quando há várias), com apoio estatal e o envolvimento de instâncias académicas e de investigação é uma realidade comum noutros países. E, finalmente, instâncias académicas e de investigação porque são elas que estão vocacionadas para tratar os dados provenientes das estatísticas nacionais e outras, de certificar técnica e cientificamente os estudos a realizar e de promover a realização de outros estudos académicos e aplicados.

Estas serão, pois, as principais componentes a ter em conta na constituição de um sistema de informação que dê continuidade ao trabalho realizado neste *Inquérito ao Sector do Livro*, e em que a tutela da Cultura desempenha, como se pode depreender, um papel fundamental.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2001), intervenções no 1º Congresso dos Editores Portugueses: *O Mercado do Livro* realizado em Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 de julho.
- AAVV (2006a), intervenções no 2º Congresso de Editores: *O livro e o Futuro* realizado em Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 13-14 novembro, disponível em <www.congresso-editores.com> acedido em janeiro 2008.
- AAVV (2006b), "The Economy of Culture in Europe", Bruxelas, KEA, 355 pp.
- AEUE (2006), "Las editoriales universitarias en cifras 2006: Comercio Interior 2005 - Estudio de la edición universitaria", Madrid, Asociación de Editoriales Universitarias de España, 45 pp.
- Alduán, Alfonso Sanz (1993), "El libro como industria cultural. Entre la economía y el ámbito cultural", disponível em <www.campusred.net>, 12 pp.
- Altbach, Philip G. e Sheila Macvey (1975), "Preface", em *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, nº 421(Perspectives on Publishing), pp. ix-x.
- Andrews, Kurt e Philip M. Napoli (2006), "Changing Market Information Regimes: A Case Study of the Transition to the BookScan Audience Measurement System in the U.S. Book Publishing Industry", em *Journal of Media Economics*, nº 19(1), pp. 33 - 54.
- Anand, N. e Richard A. Peterson, (2000), "When market information constitutes fields: Sensemaking of Markets in the Commercial Music Industry", em *Organization Science*, nº 11(3), pp. 270-284.
- Barluet, Sophie (2007), "Rapport Livre 2010 - Pour que vive la politique du livre", Paris, Ministère de la culture et de la communication, 148 pp.
- Beck-Domzalska, Marta (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007 Edition*, Luxemburgo, Comissão Europeia e EUROSTAT.
- Becker, Howard S. (1984[1982]), *Art Worlds*, Berkeley, UCP.
- Benhamou, Françoise (1986), "Le marché du livre: un état des travaux", em *Revue Française de Sociologie*, nº 27, pp. 545-560.
- (1996), *L'économie de la culture*, Paris, Éditions La Découverte.
- Campos, Fernanda Maria (2005), "Gestão de Coleções e Depósito Legal - princípios e boas práticas", Conferência Internacional Comemorativa do Bicentenário da Biblioteca Pública de Évora, Auditório da Universidade de Évora, 27 de outubro, 11 pp.
- Caves, Richard E. (2000), *Creative Industries - Contracts between Art and Commerce*, Cambridge, Harvard University Press.
- (2003), "Contracts between Art and Commerce", em *Journal of Economic Perspectives*, nº 17(2), pp. 73-83.
- CIRIUS/CISEP (1999), "Estudo do Comércio do Sector Livreiro", s/local, CIRIUS/CISEP.
- Clark, Giles (2001), *Inside Book Publishing*, London / New York, Routledge.

- Coser, Lewis A., Charles Kadushin e Walter W. Powell (1982), *Books. The Culture and Commerce of Publishing*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- Costa, António Firmino da, Elsa Pegado e Patrícia Ávila (2008), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Creative Industries Task Force (2001), "The Creative Industries Mapping Document 2001", Londres, Department for Culture, Media and Sport, disponível em <www.culture.gov.uk>.
- DBK (2007) *Indústria Editorial*, Sectores Portugal (5ª ed.), fevereiro de 2007, 142 pp.
- DGCC (2001), *Estatísticas do Cadastro Comercial – 2000*, Lisboa, Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência.
- Dirkx, Paul (1999), "Les obstacles à la recherche sur les stratégies éditoriales", em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 126-127, pp. 70-74.
- Dubini, Paola (2001), *Voltare pagina - economia e gestione strategica nel settore dell'editoria libraria*, Milano, Etas.
- Empirica GmbH (2005), "ICT and Electronic Business in the Publishing & Printing Industry: Key Issues and case studies", Bruxelas, Comissão Europeia, 89 pp.
- ERICarts - European Institute for Comparative Cultural Research (2008), "Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe 9th edition" no endereço <www.culturalpolicies.net>.
- ERIES-DAFSA, MC/DEP e EUROSTAT (1996), *Les sources de statistiques culturelles en Europe*, Luxemburgo, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- European Commission (2006), "VAT Rates Applied in the Member States of the European Community", Bruxelas, Comissão Europeia (DOC/1829 /2006 - EN).
- FANDE (2007), "XII Estudio de perfil del sector de la distribución de libros y publicaciones periódicas", Madrid, Federación de Asociaciones Nacionales de Distribuidores de Ediciones, 142 pp.
- FEDECALI (2007), "Comercio Exterior del Libro 2006", Madrid, Federación Española de Cámaras del Libro, 134 pp.
- FEGEA (2007), "Comercio Interior del Libro en España 2006", Madrid, Federación de Gremios de Editores de España, 160 pp.
- Flew, Terry (2002), "Beyond ad hocery: Defining creative industries", Cultural Sites, Cultural Theory, Cultural Policy - The Second International Conference on Cultural Policy Research, Wellington, 23-26 janeiro, 30 pp.
- Freitas, Eduardo de (1998), "A produção de livros: alguns indicadores de caracterização", em *OBS*, nº 3, pp. 16-22.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992), *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Freitas, Eduardo de, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (1997), *Hábitos de Leitura: um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Furtado, José Afonso (1984), "A Política do Livro e da Leitura na Óptica do IPL", em *Boletim Cultural*, nº Série IV (02), pp. 20-24.
- (1995), *O Livro*, Lisboa, Difusão Cultural.
- (1998), "Pistas para um mercado do livro no virar do século", em *OBS*, nº 3, pp. 7-11.
- (2000), *Os Livros e as Leituras. Novas Ecologias da Informação*, Lisboa, Livros e Leituras.
- (2003), "O papel e o pixel", disponível em <www.ciberscopio.net> acedida em fevereiro 2007, 61 pp.
- (2004), "Metamorfoses da Edição na Era Digital", I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 8-11 de novembro, 25 pp.

- Garnham, Nicholas (2005), "From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the creative industries approach to arts and media policy making in the United Kingdom", em *International Journal of Cultural Policy*, nº 1(11), pp. 15-29.
- Garzón, Álvaro (2005), *La Política Nacional del Libro: Guía para el Trabajo de Campo*, Paris, Ediciones UNESCO.
- Gaspar, Jorge (coord.) (1991), "Guia das Livrarias em Portugal - 1990", Lisboa, Fundação da Universidade de Lisboa, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa.
- Gaspar, Jorge (coord.), Carminda Cavaco, Maria Lucinda Fonseca, Cândida Duarte, Carlos Ferreira, Joaquim Seixas e Maria João Barroso (1992), "O mercado do livro em Portugal. Relatório final", Lisboa, Fundação da Universidade de Lisboa/Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa/IPLL, 159 pp mais anexos.
- Gaspar, Jorge (coord.), Lucinda Fonseca, Amílcar Santos, Ana Isabel Mendes, Cândida Duarte, Carlos Ferreira, Francisco Oliveira, Joaquim Seixas, Louis Marrou e Maria João Barroso (1990), "O mercado do livro em Portugal. Relatório preliminar", Lisboa, Fundação da Universidade de Lisboa/Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa/IPLL, 24 pp mais anexos.
- Gomes, Rui Telmo, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2005), "I - Um Mercado de Trabalho Feminizado: oportunidades e constrangimentos profissionais na edição de livros em Portugal", Lisboa, Observatório das Actividades Culturais. Relatório disponível em <www.oac.pt>, 40 pp.
- (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Gomes, Rui Telmo e Teresa Duarte Martinho (2009), *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Greco, Albert N., Clara E. Rodríguez e Robert M. Wharton (2007), *The Culture and Commerce of Publishing in the 21st Century*, Stanford, Stanford Business Books.
- Guedes, Fernando (2001), *O Livro como Tema. História, Cultura, Indústria*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Guillou, Bernard e Laurent Maruani (1991), *Les stratégies des grands groupes d'édition - analyse et perspectives*, Paris, Observatoire de l'économie du livre.
- Herman, Edward e Robert McChesney (2001 [2000]), "The Global Media", em David Held e Anthony McGrew, *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, Polity Press.
- Hirsch, Paul M. (1972), "Processing Fads and Fashions: an organization-set analysis of cultural industry systems", em *The American Journal of Sociology*, nº 77(4), pp. 639-659.
- (2000), "Cultural Industries Revisited", em *Organization Science*, nº 3(11), pp. 356-361.
- Hjorth-Andersen, Christian (2000), "A Model of the Danish Book Market", em *Journal of Cultural Economics*, nº 24, pp. 27-43.
- Horellou-Lafarge, Chantal e Monique Segré (2003), *Sociologie de la lecture*, Paris, La Découverte.
- INE (1996), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1995*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2003), *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE-Rev. 2.1)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2004a), *Estatísticas do Comércio Internacional 2003*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2004b), *Índice de preços no consumidor - setembro 2004*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- (2007a), *Estatísticas da Produção Industrial 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

- (2007b), "Índices de Volume de Negócio, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho - junho 2007", em *Destaque 31 de julho de 2007*, p. 9.
- (2008a), *Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2008b), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INPI (2003), "Proteger os Sinais Distintivos do Comércio - MARCAS: Guia do Requerente", Lisboa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 57 pp.
- Jauch, Lawrence R. e Kenneth L. Kraft (1986), "Strategic management of uncertainty", em *Academy of Management Review*, nº 11(4), pp. 777-790.
- Lages, Mário F., Carlos Liz, João H. C. António e Tânia Sofia Correia (2007), *Os Estudantes e a Leitura*, Lisboa, GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Lacroix, Chantal (2009), *Chiffres Clés 2009. Statistiques de la Culture*, Paris, La Documentation Française.
- Legendre, Bertrand (2006), "Majors, indépendants et alternatifs: mutations des relations entre acteurs de la filière du livre en France", Colloque International 'Mutations des industries de la culture, de l'information et de la communication', 25-27 de setembro, França, La Plaine Saint-Denis, 9 pp.
- Lupovici, Christian (coord.) (2006), "Le Dépôt Légal à la Bibliothèque Nationale de France: Rapport année 2005", Paris, Bibliothèque nationale de France, 48 pp.
- Martins, Jorge Manuel (1999a), "O Livro e a UNESCO", em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 30, pp. 145-163.
- (1999b), *Marketing do livro: Materiais para uma Sociologia do Editor Português*, Oeiras, Celta.
- (2005a), "Livreiro, motor da edição", em *OBS*, nº 14, pp. 11-23.
- (2005b), *Profissões do Livro. Editores e Gráficos, Críticos e Livreiros*, Lisboa, Verbo.
- (2007), "Livros: Difícil é Vendê-los", *Ofícios do Livro*, Universidade de Aveiro, pp. 41-59.
- Martins, Rui Velasco (2001), *A Sociedade da Informação em Portugal - estudo de caso do comércio electrónico no sector livreiro*, tese de mestrado em geografia humana e planeamento regional e urbano, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Matos, Nelson de (2001), "Fusões, aquisições, parcerias, internacionalização e grupos", em *Diário Económico (suplemento mercado livro)*, 5 de julho, nº 2641, pp. 30-31.
- Mikkeli, Tapani (2004), "Publishing Market Watch. Sectoral Report 2: Book Publishing", Bruxelas, Comissão Europeia.
- (2005), "Publishing Market Watch: Final Report", Bruxelas, Comissão Europeia, 177 pp.
- Mintzberg, Henry (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Mintzberg, Henry e James A. Waters (1985), "Of Strategies, Deliberate and Emergent", em *Strategic Management Journal*, nº 6, pp. 257-272.
- Moura, Maria José (coord.), Pedro Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada (1986), "Leitura pública: Rede de bibliotecas municipais", Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 76 pp.
- Moura, Vasco Graça, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Guedes e José Afonso Furtado (1986), "Relatório da Comissão do Livro (criada por despacho SEC nº 155/85, de 5 de dezembro)", Lisboa, 49 pp.
- Neves, José Soares (2000a), "Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais da Cultura", Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 63 pp. mais anexos.

- (2000b), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Neves, José Soares e Maria João Lima (2009a), "O livro e a leitura nas políticas culturais em Portugal: contextos, orientações e instrumentos", X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Braga, 4-9 fevereiro.
- (2009b), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa, GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 191 pp.
- Neves, José Soares, Jorge Alves dos Santos, Emanuel Cameira e Alexandra Vaz (2008), "O sector do livro em Portugal: Resultados preliminares de um inquérito em curso", VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 - 28 de junho, 18 pp.
- Neves, José Soares, Jorge Alves dos Santos e Alexandra Vaz (2012), *Inquérito ao Sector do Livro: Parte II – Inquéritos à Edição e à Comercialização*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Noël, Sophie (2006), "La petite édition indépendante face aux grands groupes ou le refus de l'uniformisation culturelle: le cas des éditeurs 'engagés' en sciences humaines", Colloque International 'Mutations des industries de la culture, de l'information et de la communication', 25-27 de setembro, França, La Plaine Saint-Denis, 7 pp.
- Observatório do Comércio (2001), "Observar o Comércio em Portugal 2001", Lisboa, Ministério da Economia, disponível em <www.geopt.eu>, 377 pp.
- Observatório do Comércio e Instituto Pedro Nunes (2000), "Empresas que em Portugal operam no Domínio do Comércio Electrónico", janeiro de 2000, Coimbra, Instituto Pedro Nunes, 31 pp mais anexos.
- Peltier, Stéphanie (2001), "Fusions et acquisitions dans les industries culturelles: attraits et risques", em *Mouvements*, nº 17, pp. 26-32.
- Peterson, Richard A. e N. Anand, (2004), "The Production of Culture Perspective", em *Annual Review of Sociology*, nº 30, pp. 311-334.
- Pimentel, Manuel (2007), *Manual del editor - cómo funciona la moderna industria editorial*, Córdoba, Berenice.
- PIRA INTERNATIONAL (2002a), "E-commerce: business opportunities for publishers - e-commerce impact assessment for the UK publishing media sector", Londres, Department of Trade & Industry, 125 pp.
- (2002b), "Publishing in the Knowledge economy - competitiveness analysis of the UK publishing media sector", Londres, Department of Trade & Industry, 141 pp.
- Porto, João (2006), "O caso da venda em quiosque: O Público e a venda de produtos associados à sua Marca", 2º Congresso de Editores: O livro e o Futuro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 13-14 novembro.
- Richard, Jean (2000), "The Book Sector and The State: Relationships in Change", Estrasburgo, Conselho da Europa, disponível em <www.coe.int>, 18 pp.
- Rouet, François (1992), *Le Livre: Mutations d'une Industrie Culturelle*, Paris, Les Études de La Documentation Française.
- (1998), "L'économie de la culture. L'approche économique de la culture: esquisse d'un bilan", em *Culture & Recherche*, nº 68, pp. 3-7.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1999), "Indústrias culturais: especificidades e precaridades", em *OBS*, nº 5, pp. 2-6.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Lina Antunes, Idalina Conde, António Firmino da Costa, Eduardo de Freitas, Rui Telmo Gomes, Carmen Gonçalves, Helena Seitas Gonçalves, João Miguel Teixeira Lopes, Vanda Lourenço, António Martinho, Teresa Duarte Martinho,

- José Soares Neves, João Sedas Nunes, Elsa Pegado, Isabel Pires e Francisco Silva (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e Rui Telmo Gomes (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2001), "Diagnóstico de Avaliação da Produção de Informação sobre o Sector do Livro no Centro de Documentação Bibliográfica (CDB-APEL)", Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 50 pp.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.), José Soares Neves, Maria João Lima e Margarida Carvalho (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Sapiro, Gisèle (2003), "The literary field between the state and the market", em *Poetics*, nº 31, pp. 441-464.
- (2005), "Politiques culturelles et réglementation des industries de la culture: bilan des travaux et perspectives de recherche", 27 pp., disponível em <www.observatoire-omic.org> acedida em fevereiro 2007, 27 pp.
- Schroeder, Richard Uribe e Robert Max Steenkist (2005), "El depósito legal en los países de Latinoamérica en 2005 - su vigencia y normatividad (estadísticas comparativas)", Bogotá, CERLALC, 33 pp.
- Schroeder, Richard Uribe (dir), Juliana Barrero Castellanos e Santiago Guerrero Cano (2006), "El Espacio Iberoamericano del Libro", Madrid, Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe, Ministerio de Cultura de España - Dirección General del Libro, Archivos y Biblioteca, Federación de Gremios de Editores de España e Grupo Iberoamericano de Editores, 251 pp.
- Screen Digest Ltd, CMS Hasche Sigle, Goldmedia Gmbh e Rightscom Ltd (2006), "Interactive content and convergence: implications for the information society", Bruxelas, European Commission, 308 pp.
- SNE (2006), "Repères statistiques 2006, données 2005: l'édition de livres en France", Paris, Syndicat National de l'Édition, 76 pp.
- SOM - Recherches et Sondages (2000), "Étude du marché québécois de l'achat de livres par Internet", Montréal / Sainte-Foy, Ministère de la Culture et des Communications du Québec, Association des Libraires du Québec, disponível em <<http://publications.mcc.gouv.qc.ca>>, 23 pp.
- Sorá, Gustavo (1997), "Tempo e distâncias na produção editorial de literatura", em *Mana*, nº 3(2), pp. 151-181.
- The Work Foundation (2007), "Staying ahead: the economic performance of the UK's creative industries", Londres, Department for Culture, Media and Sport, 276 pp.
- Towse, Ruth (ed.) (2003), *Manual de Economía de la Cultura*, Madrid, Datautor.
- UNESCO (1985), "Recomendación revisada sobre la normalización internacional de las estadísticas relativas a la producción y distribución de libros, diarios y otras publicaciones periódicas" disponível em <<http://unesdoc.unesco.org>>, 8 pp.
- Van Rees, K. e D. Vipond (2003), "Advances in Reading Research", em *Poetics* 31 (3-4), 151-154.
- Varela, António e Vítor Ramos (1984), "Estudo dos Aspectos Económicos da Edição em Portugal. Relatório final", Lisboa, Instituto Português do Livro, 50 pp. mais anexos.
- Vector21 (2003), *5º Relatório sobre As Lojas Electrónicas Portuguesas*, Lisboa, UNICRE/Vector21.
- (2005), *Os Portugueses e as Compras na Internet*, Lisboa, UNICRE/Vector21.

Vitiello, Giuseppe (1995), "Diversité des politiques du livre et de la lecture en Europe", em Bernadette Seibel (dir.), *Lire, Faire Lire. Des usages de l'écrit aux politiques de lecture*, Paris, Le Monde-Éditions, pp. 363-372.

OUTRA DOCUMENTAÇÃO CITADA

FONTES

Depósito Legal 2000-2006 (BNP)

Despesas da administração central com Livros e documentação técnica 2003-2007 (DGO)

Edição de Livros em Portugal – Estatísticas 1986-1999 (APEL)

Estabelecimentos Comerciais – Grandes Superfícies Comerciais 1994-1999 (INE)

Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1986-2006 (INE)

Estatísticas da Produção Industrial 2000-2006 (INE)

Estatísticas do Comércio Internacional 2000-2007 (INE)

Ficheiro de Unidades Estatísticas – Base Belém, outubro de 2007 (INE)

Índice de Preços no Consumidor – Boletins mensais de 1997-2007 (INE)

Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho 2000-2007 (INE)

Inquérito Anual às Empresas/Inquérito às Empresas Harmonizado 1996-2003 (INE)

Inquérito ao Financiamento Público das Actividades Culturais das Câmaras Municipais 1995-2007 (INE)

Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante 2000-2001 e 2004-2007 (INE)

Inquérito aos Orçamentos Familiares 1995 e 2000 (INE)

Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006 (INE)

Listagem de prefixos ISBN de editor (APEL/Agência Nacional do ISBN)

Número de ISBN atribuídos 2000-2007 (APEL/Agência Nacional do ISBN)

Resultados dos concursos dos programas da edição 2003-2006 (IPLB)

Sistema de Contas Integradas das Empresas 2004-2006 (INE)

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 737/76, de 16 de outubro (Determina que as receitas e despesas públicas passem a reger-se por códigos de classificação orgânica, funcional e económica).

Decreto Regulamentar nº 17/80, de 23 de maio (Define a estrutura orgânica e as atribuições do Instituto Português do Livro.).

Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março (regulamenta o Depósito Legal).

Decreto-Lei nº 362/86, de 28 de outubro (determina a obrigação do depósito legal na Biblioteca Nacional de um exemplar das teses de doutoramento e mestrado, bem como das dissertações destinadas às provas de aptidão científica e pedagógica das carreiras docentes do ensino superior politécnico e do ensino Universitário).

Decreto-Lei nº 71/87, de 11 de fevereiro (Cria o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) , extingue o Instituto Português do Livro e renova a respetiva legislação regulamentar).

Decreto-Lei n.º 112/88, de 2 de abril (Classificação económica das despesas públicas).

Decreto-Lei nº 106-E/92, de 1 de junho (Cria o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, e define a sua estrutura orgânica).

Decreto-Lei n 258/92 de 20 novembro (Estabelece normas relativas ao processo de implantação de grandes superfícies comerciais).

Decreto-Lei nº 83/95, de 26 de abril (Altera o Decreto-Lei 258/92 de 20 de novembro, quês estabelece normas relativas ao processo de implantação de grandes superfícies, nomeadamente no Continente as respetivas dimensões e a sua relação proporcional, por concelho, das zonas de implantação das mesmas).

Decreto-Lei nº 176/96, de 21 de setembro (Institui o regime do Preço Fixo do Livro e regula as exceções e isenções a este regime).

Decreto-Lei nº 90/97, de 19 de abril (Aprova a lei orgânica do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas -IPLB).

Decreto-Lei nº 218/97, de 20 de agosto (Estabelece o novo regime de autorização e comunicações prévias a que estão sujeitas a instalações e alterações de unidades comerciais relevantes).

Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro (Altera o Decreto-Lei nº 176/96, de 21 de setembro, que institui o regime do Preço Fixo do Livro).

Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro (Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central).

Decreto-Lei nº 244/2002, de 05 de novembro (Altera os artigos 1º e 3º do Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de fevereiro, que estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - NUTS).

Decreto-Lei nº 92/2007, de 29 de março (Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas.).

Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro (Aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3).

Decreto-Lei nº 102/2008, de 20 de junho (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, e o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro, e procede à republicação de ambos).

Despacho nº 155/85, de 5 de dezembro (Cria a Comissão do Livro).

Despacho Normativo de 30 de abril de 2003 (retifica o número de exemplares a depositar no Depósito Legal).

Lei nº 22/2008, de 13 de maio (Estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional (SEN) - Lei do Sistema Estatístico Nacional).

Resolução do Conselho de Ministros nº 133/96, de 27 de agosto (Aprova o Programa de Apoio ao Sector do Livro).

Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de julho (Aprova o Plano Nacional de Leitura).

Regulamento Comunitário nº 3924/91, de 19 de dezembro (relativo à criação de um inquérito comunitário sobre a produção industrial).

Regulamento Comunitário nº 204/2002, de 19 de dezembro de 2001 (Altera o Regulamento n.º 3696/93 do Conselho relativo à classificação estatística dos produtos por atividade (CPA) na Comunidade Económica Europeia).

Regulamento Comunitário nº 347/2003, de 30 de dezembro de 2002 (estabelece, para 2003, a «lista Prodcom» de produtos industriais conforme o disposto no Regulamento nº 3924/91 do Conselho).

PÁGINAS NA INTERNET

<http://portal.unesco.org> <UNESCO>

www.apel.pt <Associação Portuguesa de Editores e Livreiros>

www.apigraf.pt <Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Comunicação Visual e Transformadoras do Papel>

www.cerlalc.org <Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y Caribe>

www.culturalpolicies.net <European Institute for Comparative Cultural Research>

www.culture.gov.uk <Department for Culture, Media and Sport>

www.dgae.min-economia.pt <Direcção-Geral das Actividades Económicas>

www.dgcc.pt <Direcção-Geral das Actividades Económicas>

www.dges.mctes.pt <Direcção-Geral do Ensino Superior>

www.dglb.pt <Direcção-Geral do Livro e da Biblioteca>

www.dgo.pt <Direcção-Geral do Orçamento>

www.fande.es <Federación de Asociaciones Nacionales de Distribuidores de Ediciones>

www.fedecali.es <Federación Española de Cámaras del Libro>

www.federacioneditores.org <Federación de Gremios de Editores de España>
www.ine.pt <Instituto Nacional de Estatística>
www.isbn.international.org <ISBN Internacional>
www.keanet.eu <KEA – European Affairs>
www.mcu.es <Ministério da Cultura (Espanha)>
www.min-cultura.pt <Ministério da Cultura>
www.observatoire-omic.org <Observatoire des Mutations des Industries Culturelles>
www.pira-international.com <Pira International>
www.portugal.gov.pt <Portal do Governo>
www.prime.min-economia.pt <Programa de Incentivos à Modernização da Economia>
www.publishers.org.uk <The Publisher Association>
www.sne.fr <Syndicat National de l'Edition>

BASES DE DADOS

APEL (Base de dados dos associados, consultada on-line www.apel.pt em dezembro de 2007)
BNP (Base de dados das tipografias, disponibilizada em novembro de 2007)
DGAE (Base de dados do Cadastro Comercial, consultada on-line www.dgcc.pt em julho de 2008)
DGLB (Base de dados de editoras e livrarias, disponibilizada em maio de 2007)
DGLB (Base de dados do programa de apoio à tradução de obras de autores portugueses e lusófonos, disponibilizada em julho de 2008)
ICEP (Base de dados das empresas exportadoras, disponibilizada em maio de 2007)
INE (Base de dados de empresas da edição de livros e do comércio a retalho de livros, disponibilizada em outubro de 2007)
INPI (Base de dados de marcas, disponibilizada em julho de 2007)
MC (Base de dados imprensa, disponibilizada para consulta em dezembro de 2007)
PRIME (Base de dados das empresas da edição de livros e do comércio a retalho de livros participantes nos sistemas de apoio, disponibilizada em julho de 2007)
UEP (Base de dados dos associados, disponibilizada em junho de 2007)

ANEXOS

ANEXO 1
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL (CDU)

CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL (CDU)

0 Generalidades.

- **01** Bibliografias. Catálogos.
- **02** Bibliotecas. Biblioteconomia.
- **030** Livros de Referencia: Enciclopédias, Dicionários.
- **040** Ensaio, Panfletos, e Brochuras.
- **050** Publicações Periódicas. Periódicos.
- **06** Instituições. Academias. Congressos. Sociedades. Organismos Científicos. Exposições. Museus.
- **070** Jornais. Jornalismo. Imprensa.
- **08** Poligrafias. Poligrafias Colectivas.
- **09** Manuscritos. Obras Notáveis e Obras Raras.

1 Filosofia. Psicologia.

- **11** Metafísica.
- **133** Metafísica da vida espiritual. Ocultismo.
- **14** Sistemas e pontos de vista filosóficos.
- **159.1** Psicologia.
- **16** Lógica. Teoria do Conhecimento. Metodologia da Lógica.
- **17** Filosofia Moral. Ética. Filosofia Prática.

2 Religião. Teologia.

- **21** Teologia Natural. Teologia Racional. Filosofia Religiosa.
- **22** A Bíblia. Sagradas Escrituras.
- **23** Teologia Dogmática.
- **24** Teologia Prática.
- **25** Teologia Pastoral.
- **26** Igreja Cristã em Geral.
- **27** História Geral da Igreja Cristã.
- **28** Igrejas Cristãs. Seitas. Denominações (Confissões).
- **29** Religiões não cristãs.

3 Ciências Sociais.

- **31** Demografia. Sociologia. Estatística.
- **32** Política.
- **33** Economia. Ciência Económica.
- **34** Direito. Jurisprudência.
- **35** Administração Pública. Governo. Assuntos Militares.
- **36** Assistência Social. Previdência Social. Segurança Social.
- **37** Educação.
- **38** Metrologia. Pesos e Medidas.
- **39** Etnologia. Etnografia. Costumes. Modas. Tradições. Folclore.

4 Classe vaga.

5 Ciências Naturais e Matemática.

- **50** Generalidades sobre as Ciências Puras.
- **51** Matemática.
- **52** Astronomia. Astrofísica. Pesquisa Espacial. Geodesia.
- **53** Física.
- **54** Química. Mineralogia.
- **55** Ciências da Terra. Geologia. Meteorologia.
- **56** Paleontologia.
- **57** Biologia. Antropologia.
- **58** Botânica.
- **59** Zoologia.

6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.

- **61** Ciências Médicas.
- **62** Engenharia. Tecnologia em Geral.
- **63** Agricultura. Silvicultura. Agronomia. Zootecnia.
- **64** Ciência Doméstica. Economia Doméstica.
- **65** Organização e Administração da Indústria, do Comércio e dos Transportes.
- **66** Indústria Química. Tecnologia Química.
- **67** Indústrias e Ofícios Diversos.
- **68** Indústrias, Artes e Ofícios de Artigos Acabados.
- **69** Engenharia Civil e Estruturas em Geral. Infra-estruturas. Fundações. Construção de Túneis e de Pontes. Superestruturas.

7 Arte. Espectáculo. Recreação. e. Desportos.

- **70** Generalidades.
- **71** Planeamento Regional e Urbano. Paisagens, Jardins, etc.
- **72** Arquitectura.
- **73** Artes Plásticas. Escultura. Numismática.
- **74** Desenho. Artes Industriais.
- **75** Pintura.
- **76** Artes Gráficas.
- **77** Fotografia e Cinema.
- **78** Música.
- **79** Entretenimento. Lazer. Jogos. Desportos.

8 Linguística. Linguagem. Literatura.

- **80** Linguística. Filologia. Línguas.
- **81** Vaga.
- **82** Literatura em Língua Inglesa.
- **83** Literatura Alemã/Escandinava/Holandesa.
- **84** Literatura Francesa.
- **85** Literatura Italiana.
- **86** Literatura Espanhola/Portuguesa.
- **87** Literatura Clássica (Latim e Grego).
- **88** Literatura Eslava.
- **89** Literatura em outras Línguas.

9 Geografia. Biografia. Historia.

- **90** Arqueologia; Antiguidades.
- **91** Geografia, Exploração da Terra e Viagens.
- **929** Biografias.
- **93** História.
- **94** História Medieval e Moderna em Geral. História de Europa.
- **95** História da Ásia.
- **96** História da África.
- **97** História da América do Norte e Central.
- **98** História da América do Sul.
- **99** História da Oceânia, dos Territórios Árticos e da Antártida.

ANEXO 2

GUIÃO DE ENTREVISTA – PROTAGONISTAS NACIONAIS

PROJECTO INQUÉRITO AO SECTOR DO LIVRO

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Aspectos preliminares

- Apresentação do(s) entrevistador(es).
- Resumo do estudo (texto), seus **objectivos** (levantamento do sector – com incidência na vertente comercial/empresas cuja atividade principal se situa no sector do livro; contribuir para a produção de estatísticas do sector) e **dimensões** (abaixo explicitadas).
- **Estatuto da entrevista**: exploratória, o que significa que se pretende recolher informações sobre o sector e pistas sobre o que e como inquirir as empresas no questionário escrito a aplicar no 2º semestre de 2007.
- **Objectivos da entrevista**: recolha de informações e opiniões, relacionadas com os objectivos do estudo, sobre o sector do livro em geral, e a empresa e/ou atividades que desempenha em particular, tanto quanto à realidade presente como quanto a previsíveis desenvolvimentos futuros.

2. Caracterização do entrevistado

- Formação, percurso profissional no sector do livro, atividade principal, situação na profissão e função na empresa (se aplicável)

3. Caracterização da empresa (se aplicável ao entrevistado)

- Pertença associativa (nacional, internacional), opinião sobre a atividade associativa
- Atividades da empresa, atividade principal – outra atividade, edição, distribuição comércio, outra atividade mais específica ou intermédia – impressão/gráfica, design, promoção, etc.
- Volume de negócios – facturação no ano de 2006 (*apresentar escalões do INE*)

4. Integração industrial da empresa (horizontal, vertical, conglomerado)

- Integração horizontal (outras empresas ou marcas que fazem parte do grupo, quais?)
- Integração vertical (outras empresas que fazem parte do mesmo grupo, quais?)
- Estratégias empresariais (relações com outras empresas, do sector ou não)

- Âmbito geográfico da atividade (nacional/internacional, que países?)

5. A empresa e o mercado (nacional e internacional)

(informação que pode ser disponibilizada ou que pode ser obtida, ainda que nouro momento)

- N.º de autores (nacionais, estrangeiros), N.º de títulos (em catálogo, acréscimo anual, por autor), N.º de exemplares (produzidos por novidades, reedições, reimpressões)
- Géneros comercializados e repartição na facturação
- Suportes com que trabalha (papel, multimédia, etc.) e repartição da facturação
- Canais de distribuição e de comercialização (Internet, grandes superfícies generalistas/hipermercados, retalho cultural...) e peso na facturação
- Direitos de propriedade intelectual pagos (a nacionais, a estrangeiros)
- O sector público como cliente (o caso das bibliotecas, a administração central, a administração local)
- Públicos-alvo
- Meios promocionais, relação entre editores e os média, marketing
- Relação entre editores e livreiros (negociação do espaço comercial nas livrarias, organização de atividades de lançamento...)
- Instrumentos de informação sobre o mercado (estatísticas, estudos de mercado, ISBN, tabelas de vendas, outros)
- Feiras do livro nacionais e internacionais (presenças e impacto na atividade)

6. Implicações da evolução tecnológica no sector

- Internet (blog, site), vendas on-line (de produtos, de conteúdos); disponibilização de outros conteúdos (produtos multimédia – cd-rom, audiolivros, etc.); demais funcionalidades das TIC

7. Estrutura organizacional da empresa

- Número de empregados (distribuição por departamentos e/ou áreas de atividade)
(apresentar escalões do INE e solicitar organigrama)
- Gestão da empresa. Sobreposição entre família e funcionários
- Estratégia editorial (factores que interferem na escolha de determinado autor/obra...)

- Cadeia de decisão no tocante às obras a editar
- Recurso a trabalho exterior. Em que áreas de atividade? Em que regime – se a tempo inteiro, parcial, prestação de serviços, *outsourcing*?
- Tendência em matéria de relações contratuais (se por exclusividade, por projecto ou contrato mais alargado...)

8. Carreiras ocupacionais no sector

- Carreiras e tendências (emergentes e em declínio). Exemplos: editor, agente, distribuidor, livreiro., gestor, designer, tradutor, outras)

9. A empresa e as políticas públicas (culturais, educacionais...) – legislação e regulação

- Posicionamentos vários sobre legislação e regulamentação existente, políticas (Preço Fixo do Livro...), programas e medidas de apoio
- Apoios a que se candidatou/recebeu e impacto na atividade
- Propostas que entenda formular

10. Caracterização geral do sector

- Quanto ao ambiente: oportunidades e ameaças.
- Quanto ao sector do livro: suas forças e fraquezas nos planos nacional e internacional
- Dinâmica(s) das várias áreas do sector: edição, distribuição e comercialização (modernização, estagnação, outras)

11. Outros aspectos que considere pertinente referir

- Outros funcionários da empresa/agentes do sector que considere útil referir como potenciais entrevistados no âmbito do presente projecto

Muito obrigado pela sua colaboração!

Lisboa, Março de 2007

ANEXO 3

LISTA DE ENTREVISTADOS – PROTAGONISTAS NACIONAIS

LISTA DE ENTREVISTADOS – PROTAGONISTAS NACIONAIS

Entrevistado	Entidade
José Cortês	DGLB
Maria Inês Cordeiro	BNP/Depósito Legal
Carlos Veiga Ferreira	UEP
António Baptista Lopes	APEL
Ana Ribeiro	APEL/ISBN
Ana Maria Neves	El Corte Inglés
António Machado	Livraria Portugal
António Pinheiro	Bertrand
Cláudia Almeida e Silva	FNAC
Dina Ferreira da Silva	Poetria
Eduardo Costa	Letra Livre
João Cruz	Clepsidra
Karin de Sousa Ferreira	Buchholz
Mónica Moás / João Seara	Modelo Continente
Pedro Silva	BD Mania
Carlos Pinto	Almedina
José Teixeira	First Sellers
Nuno Bessa	ComLivros
António Lobato Faria	Oficina do Livro
Carlos Araújo	Asa Editores
Diogo Madre Deus	Cavalo de Ferro
Fernando Guedes	Editorial Verbo
João Rodrigues	Sextante Editora
Jorge Reis-Sá	Quasi Edições
José Manuel Balbino	Fim de Século
José Ribeiro	Edições Afrontamento
Manuel de Freitas	Averno
Manuel Ferrão	Texto Editores
Michele Amaral	Boca
Sandra Silva	101 Noites
Vasco Teixeira	Porto Editora
Zeferino Coelho	Editorial Caminho
Pedro Moura Bessa	Civilização
Carlos Neves	Printer Portuguesa
João Galacho	Logilivro
Ilídio Matos	[Agente literário]

ANEXO 4
LISTA DE ENTREVISTADOS – AGENTES LITERÁRIOS ESTRANGEIROS

LISTA DE ENTREVISTADOS – AGENTES LITERÁRIOS ESTRANGEIROS

Agente	Empresa
Amaiur Fernández	MB Agencia Literaria
Andrés de Kramer	Andrés de Kramer
Angela Reynolds	I. E. Ilustrata S.L.
Angeles González Díez	Bookbank S.A.
Anna Ascolies	Anna Soler-Pont
Antonia Kerrigan	Antonia Kerrigan
Dean Cooke	The Cooke Agency Inc.
Eduardo Mélon Vallat	AMV Agencia Literaria
Lúcia Riff	Agencia Litéraria BMSR
Maru de Montserrat	Internacional Editors C.O.
Michelle Lapautre	Agence Michelle Lapautre
Nicole Witt	Dr. Ray-Gude Mertin Literary Agency
Thomas Colchie	The Colchie Agency
Thomas Schlük	Thomas Schlück GmbH

